



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL



DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO LX - Nº 21 - TERÇA-FEIRA, 15 DE MARÇO DE 2005 - BRASILIA-DF

MESA		
<p>Presidente Renan Calheiros – PMDB – AL</p> <p>1º Vice-Presidente Tião Viana – BLOCO – PT – AC</p> <p>2º Vice-Presidente Antero Paes de Barros – PSDB – MT</p> <p>1º Secretário Efraim Morais – PFL – PB</p> <p>2º Secretário João Alberto Souza – PMDB – MA</p>	<p>3º Secretário Paulo Octávio – PFL – DF</p> <p>4º Secretário Eduardo Siqueira Campos – PSDB – TO</p> <p>Suplentes de Secretário 1º Serys Slhessarenko – BLOCO – PT – MT 2º Papaleo Paes – PMDB – AP 3º Alvaro Dias – PSDB – PR 4º Aelton Freitas – MG</p>	
LIDERANÇAS		
<p>LIDERANÇA DO PMDB E DA MAIORIA – 22</p> <p>LÍDER Ney Suassuna</p> <p>Vice-Líderes Maguito Vilela Hélio Costa Luiz Otávio Gerson Camata Leomar Quintanilha João Batista Motta</p> <p>LIDERANÇA DO BLOCO DE APOIO AO GOVERNO – 22 PT – 13 / PSB – 2 PTB – 3 / PL – 3 PPS – 1</p> <p>LÍDER – BLOCO Delcídio Amaral – PT</p> <p>LÍDER – PT – 13 Delcídio Amaral</p> <p>Vice-Líderes Roberto Saturnino – PT Ana Júlia Carepa – PT Flávio Arns – PT Fátima Cleide – PT</p> <p>LÍDER – PSB – 2 João Capiberibe</p> <p>Vice-Líder – PSB (vago)</p>	<p>LÍDER – PTB – 3 Mozarildo Cavalcanti</p> <p>Vice-Líder – PTB Sérgio Zambiasi</p> <p>LÍDER – PL – 3 Marcelo Crivella</p> <p>Vice-Líder – PL Aelton Freitas</p> <p>LIDERANÇA DO BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA – 31 PFL – 18 / PSDB – 13 Sérgio Guerra – PSDB</p> <p>Vice-Líderes Tasso Jereissati – PSDB César Borges – PFL Eduardo Azeredo – PSDB Rodolpho Tourinho – PFL</p> <p>LÍDER – PFL – 18 José Agripino</p> <p>Vice-Líderes – PFL Demóstenes Torres César Borges Rodolpho Tourinho Maria do Carmo Alves Romeo Tuma João Ribeiro</p> <p>LÍDER – PSDB – 13 Arthur Virgílio</p>	<p>Vice-Líderes – PSDB Antero Paes de Barros Lúcia Vânia Leonel Pavan Alvaro Dias</p> <p>LIDERANÇA DO PDT – 4 LÍDER Osmar Dias</p> <p>Vice-Líder (vago)</p> <p>LIDERANÇA DO GOVERNO</p> <p>LÍDER Aloizio Mercadante – PT</p> <p>Vice-Líderes Ideli Salvatti – PT Maguito Vilela – PMDB Romero Jucá – PMDB Fernando Bezerra – PTB Patrícia Saboya Gomes – PPS Marcelo Crivella – PL</p>
EXPEDIENTE		
<p>Agaciel da Silva Maia Diretor-Geral do Senado Federal Júlio Werner Pedrosa Diretor da Secretaria Especial de Editoração e Publicações José Farias Maranhão Diretor da Subsecretaria Industrial</p>	<p>Raimundo Carreiro Silva Secretário-Geral da Mesa do Senado Federal Ronald Cavalcante Gonçalves Diretor da Subsecretaria de Ata Denise Ortega de Baere Diretora da Subsecretaria de Taquigrafia</p>	

Impresso sob a responsabilidade da Presidência do Senado Federal. (Art. 48, nº 31, RISF)

CONGRESSO NACIONAL

ATO DO PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL Nº 3, DE 2005

O Presidente da Mesa do Congresso Nacional, cumprindo o que dispõe o § 1º do art. 10 da Resolução nº 1, de 2002-CN, faz saber que, nos termos do § 7º do art. 62 da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001, a **Medida Provisória nº 227, de 6 de dezembro de 2004**, que “*dispõe sobre o Registro Especial, na Secretaria da Receita Federal do Ministério da Fazenda, de produtor ou importador de biodiesel e sobre a incidência da Contribuição para o PIS/Pasep e da Cofins sobre as receitas decorrentes da venda desse produto, altera a Lei nº 10.451, de 10 de maio de 2002, e dá outras providências*”, terá sua vigência prorrogada pelo período de sessenta dias, a partir de 23 de março de 2005, tendo em vista que sua votação não foi encerrada nas duas Casas do Congresso Nacional.

Congresso Nacional, 14 de março de 2005. – Senador **Renan Calheiros**, Presidente da Mesa do Congresso Nacional.

ELABORADO PELA SUBSECRETARIA DE ATA DO SENADO FEDERAL

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 – ATA DA 19ª SESSÃO NÃO DELIBERATIVA, EM 14 DE MARÇO DE 2005

1.1 – ABERTURA

1.2 – EXPEDIENTE

1.2.1 – Ofício do Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos

Nº 20/2005, de 9 do corrente, comunicando a aprovação em 8 do corrente, do Requerimento nº 7, de 2005 – CAE, o qual visa a criação da Subcomissão Permanente de Assuntos Municipais, no âmbito desta Comissão, com a composição de nove membros titulares e igual número de suplentes. 04931

1.2.2 – Pareceres

Nº 96, de 2005, da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 28, de 1998 (nº 484/97, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio O Povo Ltda., atualmente denominada Empresa Jornalística O Povo S.A., para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Fortaleza, Estado do Ceará. 04933

Nº 97, de 2005, da Comissão de Assuntos Sociais, em decisão terminativa, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 54, de 2002, de autoria do Senador Lauro Campos, que altera o art. 4º da Lei nº 7.998, de 11 de janeiro de 1990, de forma a aumentar o período máximo de percepção do seguro-desemprego para dez meses. 04937

1.2.3 – Ofício do Presidente da Comissão de Assuntos Sociais

Nº 91/2004, de 30 de novembro último, comunicando a aprovação, em decisão terminativa, do Substitutivo ao Projeto de Lei do Senado nº 54, de 2002, em reuniões realizadas nos dias 7 de julho e 24 de novembro de 2004. 04949

1.2.4 – Comunicações da Presidência

Abertura de prazo de cinco dias úteis para interposição de recurso, por um décimo da composição da Casa, para que o Projeto de Decreto Legislativo nº 28, de 1998, cujo parecer foi lido anteriormente, seja apreciado pelo Plenário. 04949

Abertura de prazo de cinco dias úteis para interposição de recurso, por um décimo da composição da Casa, para que o Projeto de Lei do Senado nº 54, de 2002, cujo parecer foi lido anteriormente, seja apreciado pelo Plenário. 04949

1.2.5 – Ato Conjunto dos Presidentes do Senado Federal e da Câmara dos Deputados

Nº 1, de 2005, de 1º do corrente, que cria a Comissão Mista destinada a propor Reestruturação do Processo Orçamentário. (Republicação) 04949

1.2.6 – Leitura de requerimento

Nº 149, de 2005, de autoria do Senador Aloizio Mercadante, solicitando a criação da Comissão Temporária Interna do Senado Federal, composta de 3 titulares e 3 suplentes, com o intuito de acompanhar os preparativos para as comemorações dos 100 anos da imigração japonesa no Brasil e de propor formas de adensar as relações entre os parlamentos do nosso País e do Japão. 04950

1.2.7 – Leitura de projetos

Projeto de Lei do Senado nº 73, de 2005 – Complementar, de autoria do Senador Ney Suassuna, que altera a Lei nº 4.595, de 31 de dezembro de 1964, estabelecendo a autonomia operacional do Banco Central do Brasil. 04951

Projeto de Lei do Senado nº 74, de 2005, de autoria do Senador José Jorge, que altera a Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997 (Lei das Eleições), para dispor sobre o financiamento de campanha eleitoral nas eleições municipais. 04953

1.2.8 – Discursos do Expediente

SENADOR *HÉLIO COSTA*, como Líder – Críticas à Medida Provisória do Biodiesel. 04957

SENADOR *PAULO PAIM* – Homenagem ao Dia da Poesia. 04959

SENADOR *EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS* – Considerações acerca da marcha dos Prefeitos à Brasília. 04962

SENADOR *MÃO SANTA* – Críticas às elevadas tarifas públicas impostas pelo Governo Federal. 04964

SENADOR *JOÃO CAPIBERIBE*, como Líder – Comunica participação como palestrante, em

fórum sobre preservação ambiental e desenvolvimento, no Fórum Empresarial de Investimento Brasil-Mercosul, realizado em Portugal. 04966

SENADOR *MOZARILDO CAVALCANTI* – Defesa do desenvolvimento de Roraima com a preservação das terras indígenas. 04967

SENADOR *NEY SUASSUNA* – Pede maior atenção do governo para a população vítima da seca no Nordeste. 04972

SENADOR *GARIBALDI ALVES FILHO* – Necessidade da limitação do poder do Presidente da República na edição de Medidas Provisórias. 04972

SENADOR *JOSÉ JORGE* – Considerações sobre os gastos com pessoal, do Governo Federal. 04974

SENADOR *MARCELO CRIVELLA*, como Líder – Crítica à declaração do Secretário do Tesouro, Joaquim Levy, de que o governo pretende reduzir a relação dívida/Produto Interno Bruto (PIB). 04977

SENADOR *ALVARO DIAS* - Solicita esclarecimentos sobre matéria da revista **Veja**, desta semana, denunciando doações das Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (FARC) à campanha do Presidente Lula em 2002. 04978

SENADOR *DEMÓSTENES TÔRRES* – Anuncia que o PFL convidará o ministro da Segurança Institucional, General Jorge Armando Felix e o diretor da Abin, Mauro Marcelo Silva, para prestarem esclarecimentos sobre matéria da revista **Veja**, que denuncia doação de dinheiro das Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia ao Partido dos Trabalhadores. 04983

SENADOR *PAULO OCTÁVIO* – Registra os 20 anos de fundação do Partido da Frente Liberal. 04986

SENADOR *ALOÍZIO MERCADANTE* – Considerações sobre os pronunciamentos dos Senadores Alvaro Dias e Demóstenes Torres. 04987

SENADORA *HELOÍSA HELENA* – Cobra liberação de recursos para vítimas das secas. 04990

SENADOR *JOSÉ JORGE* – Solicita inclusão em Ordem do Dia do Projeto de Resolução nº 37, de 1999, de autoria do Senador Pedro Simon que fixa prazo para a indicação de membros de comissões temporárias internas. 04992

SENADOR *ALBERTO SILVA* – Justificativas a requerimento que solicita à Agência de Correios e Telégrafos a criação de selo comemorativo pelos transcurso dos 182 da Batalha do Jenipapo, ocorrida no Piauí entre as tropas portuguesas e brasileiras. 04992

SENADOR *ANTONIO CARLOS VALADARES* – Comemoração, no próximo dia 17, dos 150 anos de fundação da cidade de Aracaju. 04994

1.2.9 – Leitura de requerimentos

Nº 150, de 2005, de autoria do Senador Alberto Silva, solicitando ao Ministro de Estado das

Comunicações, para que a Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos proceda os estudos com o intento de lançar selo Comemorativo dos 182 anos da Batalha de Jenipapo. 05001

Nº 151, de 2005, de autoria do Senador Antonio Carlos Valadares, solicitando voto de aplauso em comemoração aos 150 anos do Município de Aracaju. 05001

1.2.10 – Discursos do Expediente (continuação)

SENADOR *CRISTOVAM BUARQUE* – Posicionamento favorável à aprovação de proposta de emenda à Constituição, de autoria da Senadora Heloísa Helena, que dispõe sobre a obrigatoriedade e gratuidade da educação infantil para crianças de zero a seis anos de idade. 05002

SENADORA *SERYS SLHESSARENKO* – Lançamento, pelo Governo Federal, do Programa Crédito para Igualdade das Mulheres Trabalhadoras Rurais. Registro de matéria publicada pelo jornal **Folha de S.Paulo**, hoje, intitulada “Investigação aponta inoperância de órgãos públicos”. 05004

SENADOR *JORGE BORNHAUSEN* – Cobrança de ações governamentais destinadas a minorar os problemas da seca no estado de Santa Catarina. Cobrança de esclarecimentos ao Governo Federal sobre reportagem publicada pela revista **Veja** sobre denúncia de doação de recursos pelas FARC colombianas ao Partido dos Trabalhadores. 05009

SENADOR *ANTONIO CARLOS MAGALHÃES* – Preocupação com a reforma ministerial. 05010

SENADOR *MARCELO CRIVELLA* – Reivindicação de recursos orçamentários para a área de saúde do Estado do Rio de Janeiro. 05011

1.2.11 – Discursos encaminhados à publicação

SENADOR *VALMIR AMARAL* – Homenagem ao vendedor de livros, cujo dia é comemorado hoje, 14 de março. 05012

SENADOR *ROMERO JUCÁ* – Necessidade de reforma da Educação Superior no Brasil. 05013

1.2.12 – Comunicação da Presidência

Lembrado ao Plenário que o Senado Federal está convocado para um sessão especial a realizar-se amanhã, às 15 horas, destinada a comemorar os vinte anos da redemocratização do Brasil. 05014

1.3 – ENCERRAMENTO

2 – COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE INTELIGÊNCIA (CCAI)

Aviso do Presidente da referida Comissão Senador Cristovam Buarque, comunicando que está convocada Reunião para o dia 16 de março, quarta-feira, às 13 horas, no gabinete da Liderança do PMDB. 05014

3 – ATOS DO PRESIDENTE			12 – CONSELHO DO DIPLOMA MULHER-
N ^{os} 26 a 32, de 2005.....	05015		CIDADÃ BERTHA LUTZ
4 – ATOS DO DIRETOR-GERAL			CONGRESSO NACIONAL
N ^{os} 992 e 996, de 2005 (Republicações)	05018		13 – CONSELHO DA ORDEM DO CON-
N ^{os} 1.099 a 1.160, de 2005.....	05019		GRESSO NACIONAL
SENADO FEDERAL			14 – CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SO-
5 – COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL			CIAL
– 52^a LEGISLATURA			15 – COMISSÃO PARLAMENTAR CONJUN-
6 – SECRETARIA DE COMISSÕES			TA DO MERCOSUL (Representação Brasileira)
7 – COMISSÕES TEMPORÁRIAS			16 – COMISSÃO MISTA DE CONTROLE
8 – COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PER-			DAS ATIVIDADES DE INTELIGÊNCIA (CCAI)
MANENTES			17 – CONSELHO DO DIPLOMA DO MÉ-
9 – CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PAR-			RITO EDUCATIVO DARCY RIBEIRO
LAMENTAR			
10 – CORREGEDORIA PARLAMENTAR			
11 – PROCURADORIA PARLAMENTAR			

Ata da 19ª Sessão Não Deliberativa, em 14 de março de 2005

3ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura

*Presidência do Sr. Eduardo Siqueira Campos, da Sra. Serys Slhessarenko,
e dos Srs. Papaléo Paes e Alberto Silva*

(Inicia-se a sessão às 14 horas)

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PMDB – AP) – Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Sobre a mesa, ofício do Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos que passo a ler.

É lida a seguinte:

OF.20/2005/CAE

Brasília, 9 de março de 2005

Senhor Presidente,

Ao cumprimentá-lo, cumpre-me comunicar a Vossa Excelência que a Comissão de Assuntos Econômicos aprovou, em 8 de março de 2005, o Requerimento nº 07/05-CAE, o qual visa a criação da Subcomissão Permanente de Assuntos Municipais, no âmbito desta Comissão, com a composição de 9 (nove) membros titulares e igual número de suplentes, que tem o objetivo de opinar sobre matérias de interesse do poder local, conforme cópia que segue anexa.

Certo de merecer a atenção de V. Ex^a, agradeço as providências regimentais que determinar a respeito.

Respeitosamente, – Senador **Luiz Otávio**, Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos.

REQUERIMENTO Nº 7, DE 2005-CAE

Requer a criação da Subcomissão Permanente de Assuntos Municipais.

Requeiro, com base no art. 73 do Regimento Interno do Senado Federal, a criação da Subcomissão Permanente de Assuntos Municipais, no âmbito desta Comissão de Assuntos Econômicos, com 9 (nove) membros titulares e igual número de suplentes, para opinar sobre matérias de interesse do poder local, tais como:

- i) desenvolvimento econômico-social;
- ii) políticas de financiamento das ações de competência municipal, inclusive mediante transferências constitucionais;
- iii) endividamento público;
- iv) política tributária e aplicação de rendas;
- v) viabilidade econômica e fiscal para criação, incorporação, fusão e desmembramento de municípios;
- vi) cooperação técnica e financeira com a União;
- vii) políticas de geração de emprego e renda;
- viii) políticas de ordenamento territorial.

Justificação

Segundo o art. 99 do Regimento Interno, compete à Comissão de Assuntos Econômicos manifestar-se sobre proposições pertinentes aos aspectos econômicos e financeiros de qualquer matéria, às finanças públicas, às autorizações para operações externas de natureza financeira, aos limites para as dívidas dos entes federativos e às respectivas competências tributárias, entre outros temas.

Pela Constituição Federal (art. 18, § 4º), a criação, incorporação, a fusão e o desmembramento de Municípios dependem de consulta prévia, mediante plebiscito, às populações dos Municípios envolvidos, após a divulgação dos Estudos de Viabilidade Municipal. Os critérios que nortearão tais Estudos constituem objeto de lei. Note-se que o texto constitucional não estende essa exigência para os Estados e o Distrito Federal.

Com a superveniência da Lei de Responsabilidade Fiscal, assumiu destaque a definição normativa do que possa ser entendido por viabilidade municipal, particularmente no tocante aos aspectos econômicos e fiscais, de maneira a assegurar uma gestão responsável. Tal demanda exige o acompanhamento contínuo

do contexto econômico e do impacto social das ações a cargo do poder local. Tratando-se de matéria especializada e em contínua evolução, merece a dedicação permanente de uma subcomissão da Comissão de Assuntos Econômicos.

De fato, o Senado Federal consiste na Casa da Federação, em contraponto à Casa do Povo. A criação do Interlegis comprova e reforça esse papel da Câmara Alta. Sendo as esferas político-administrativas brasileiras formadas pela União, pelos Estados, pelo Distrito Federal e pelos Municípios, mostra-se razoável a constituição de uma instância específica, na Casa da Federação, para discutir as matérias atinentes ao poder local. A quantidade de nove membros titulares e de igual número de suplentes para a Subcomissão atende à proporcionalidade de um terço dos integrantes da própria Comissão de Assuntos Econômicos.

Nesse sentido, as questões de ordem econômico-financeira, vinculadas aos planos e aos programas nacionais, regionais e setoriais previstos pela Constituição, devem ser apreciadas pelo Congresso Nacional e harmonizadas com o plano plurianual. Tais questões permeiam todas as discussões relativas à prestação dos serviços públicos de competência da esfera local, como:

- os programas de educação pré-escolar e de ensino fundamental;

- os serviços de atendimento à saúde;
- o planejamento e o controle do uso, do parcelamento e da ocupação do solo urbano;
- a proteção do patrimônio histórico-cultural.

Justifica-se, portanto, a instauração da subcomissão permanente, junto à Comissão de Assuntos Econômicos do Senado Federal, com a prerrogativa de tratar matérias relacionadas à dimensão econômica e fiscal dos assuntos adstritos à esfera local, no intuito de articulá-los com o planejamento nacional.

Tal iniciativa alinha-se com a preocupação do Presidente do Senado Federal, Senador Renan Calheiros, no sentido de prestigiar a posição dos municípios no pacto federativo. O momento é oportuno, dado o recente transcurso das eleições municipais e o início de uma nova legislatura nas municipalidades. Dessa forma, o poder local terá, no Senado Federal, um foro próprio para a discussão e o encaminhamento das suas reivindicações, sem os excessos do localismo ou os arroubos do centralismo.

Assim sendo, conto com o apoio dos Nobres Pares desta Comissão para que se crie o foro especializado e permanente para a discussão dos temas municipais e correlatos.

Sala da Comissão, 14 de março de 2005. – Senador **Luiz Otávio**.

3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 52ª LEGISLATURA - 2005			
Subcomissão Temporária de Assuntos Municipais			
REPRESENTAÇÃO POR PARTIDO			
Nº DE INTEGRANTES: Titulares e Suplentes - 9			
PARTIDO	BANCADA	PROPORÇÃO	REPRESENTAÇÃO
Bloco Minoria	31	3,49	4
PMDB	22	2,48	2
Bloco Governo	22	2,48	2
PDT	4	0,45	1
P-SOL	1	0,11	
Sem partido	1	0,00	0
TOTAL	80	9	9
Bloco Governo: PT, PSB, PTB, PL e PPS.			
Bloco da Minoria: PFL e PSDB.			
Atualizado em			
09/03/05			

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PMDB – AP)

– O expediente lido vai à publicação.

Sobre a mesa, pareceres que passo a ler.

São lidos os seguintes:

PARECER Nº 96, DE 2005

Da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 28, de 1998 (nº 484/97, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio O Povo Ltda., atualmente denominado Empresa Jornalística O Povo S.A, para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Fortaleza, Estado do Ceará.

Relator: Senador **Luiz Pontes**

I – Relatório

Chega a esta Comissão, para apreciação terminativa, o Projeto de Decreto Legislativo nº 28, de 1998 (nº 484, de 1997, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a permissão outorgada à Empresa Jornalística O Povo S.A. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Fortaleza, Estado do Ceará.

Por meio de Mensagem Presidencial, o Presidente da República submete ao Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 100, de 22 de junho de 1992, que renova a permissão para a exploração de canal de radiodifusão sonora, nos termos do art. 223, § 3º, da Constituição Federal.

A exposição de motivos do Ministro das Comunicações ao Presidente da República, documento que integra os autos, dá conta de que a presente solicitação foi instruída em conformidade com a legislação aplicável, o que levou ao seu deferimento.

O referido projeto foi aprovado pela Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados, que seguiu o parecer favorável de seu relator. Na Comissão de Constituição e Justiça e de Redação daquela Casa, o projeto foi considerado jurídico, constitucional e vazado em boa técnica legislativa.

Nota-se, pela leitura da exposição de motivos do Ministro de Estado das Comunicações, inclusa nos autos, que a permissão foi originalmente concedida à entidade Rádio O Povo Ltda., razão por que se propõe o registro da mudança de seu nome, por meio de emenda de redação ao art. 1º do PDS em análise.

II – Análise

Conforme determina o Regimento Interno do Senado Federal no seu art. 102, IV, cumpre à Comissão de Educação opinar acerca de proposições que versem sobre comunicação, imprensa, radiodifusão, televisão, outorga e renovação de concessão, permissão e autorização para serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens, devendo pronunciar-se também sobre a constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa dessas proposições.

O exame da documentação que acompanha o PDS nº 28, de 1998, não evidenciou violação das formalidades estabelecidas na Resolução do Senado Federal nº 39, de 1992, norma interna disciplinadora do processo de exame e apreciação dos atos do Poder Executivo que outorgam ou renovam concessão, permissão ou autorização para que se executem serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens.

A matéria é de competência exclusiva do Congresso Nacional, sendo o projeto de decreto legislativo o instrumento adequado, conforme preceitua o art. 213, II, do Regimento Interno do Senado Federal.

A proposição oriunda da Câmara dos Deputados, destinada a aprovar o ato do Poder Executivo sob exame, atende aos requisitos constitucionais formais relativos à competência legislativa da União e às atribuições do Congresso Nacional, nos termos dos arts. 49, XII, e 223 da Constituição. Consta-se que o referido projeto não contraria preceitos ou princípios da Lei Maior, nada havendo, pois, a objetar no tocante à sua constitucionalidade material.

III – Voto

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 28, de 1998, não contraria as formalidades estabelecidas na Resolução nº 39, de 1992, do Senado Federal, ficando caracterizado que a entidade Empresa Jornalística O Povo S.A., atendeu os demais requisitos técnicos e legais para habilitar-se à renovação da permissão, opinamos pela aprovação do ato, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados, com as seguintes emendas de redação:

EMENDA Nº 1 – CE

Dê-se à ementa do Projeto de Decreto Legislativo nº 28, de 1998, a seguinte redação:

Aprova o ato que renova a permissão outorgada à Empresa Jornalística O Povo S.A., para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Fortaleza, Estado do Ceará.

EMENDA Nº 2 – CE

Dê-se ao art. 1º do PDS nº 28, de 1998, a seguinte redação:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 100, de 22 de junho de 1992, que renova por dez anos, a partir de 8 de junho de 1989, a permissão outorgada à

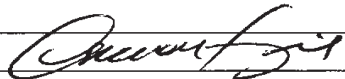
Empresa Jornalística O Povo S.A., outorgada originalmente à Rádio O Povo Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Fortaleza, Estado do Ceará.

Sala da Comissão, 19 de outubro de 2004.

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

ASSINAM O PARECER AO PDS Nº 028 / 98 NA REUNIÃO DE 29/10/04
OS SENHORES SENADORES:

PRESIDENTE:



Serv: Osmar Dias

BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB, PTB E PL)

FÁTIMA CLEIDE	1- TIÃO VIANA
FLÁVIO ARNS	2- ROBERTO SATURNINO
IDELI SALVATTI	3- DELCÍDIO AMARAL
JOÃO CAPIBERIBE	4- (VAGO)
DUCIOMAR COSTA	5- (VAGO)
AELTON FREITAS	6- (VAGO)
CRISTOVAM BUARQUE	7- (VAGO)
VALMIR AMARAL	8- (VAGO)

PMDB

HÉLIO COSTA	1- MÃO SANTA
MAGUITO VILELA	2- GARIBALDI ALVES FILHO
VALDIR RAUPP	3- PAPALÉO PAES
GERSON CAMATA	4- LUIZ OTÁVIO
SÉRGIO CABRAL	5- ROMERO JUCÁ
JOSÉ MARANHÃO	6- MÁRIO CALIXTO

PFL

DEMÓSTENES TORRES	1- EDISON LOBÃO
JORGE BORNHAUSEN	2- JONAS PINHEIRO
JOSÉ JORGE	3- JOSÉ AGRIPINO
EFRAIM MORAIS	4- MARCO MACIEL
(VAGO)	5- PAULO OCTÁVIO
ROSEANA SARNEY	6- JOÃO RIBEIRO

PSDB

SÉRGIO GUERRA	1- ARTHUR VIRGÍLIO
LEONEL PAVAN	2- EDUARDO AZEREDO
LUIZ PONTES	3- TEOTÔNIO VILELA FILHO
RELATOR	4- LÚCIA VÂNIA
ANTERO PAES DE BARROS	

PDT

OSMAR DIAS	1- JEFFERSON PÉRES
ALMEIDA LIMA	2- JUVÊNCIO DA FONSECA

PPS

MOZARILDO CAVALCANTI	1- PATRÍCIA SABOYA GOMES
----------------------	--------------------------

(SEM VOTO)

COMISSÃO DE EL CACÃO

LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL - PDS 28/198

TITULARES - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB, PTB E PL)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB, PTB E PL)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
FÁTIMA CLEIDE					TÍAO VIANA				
FLÁVIO ARNS	X				ROBERTO SATURNINO				
IDELI SALVAITI	X				DELÍCIO AMARAL				
JOÃO CAPIBERIBE					VAGO				
DUCIOMAR COSTA					VAGO				
AELTON FREITAS					VAGO				
CRISTOVAM BUARQUE	X				VAGO				
VALMIR AMARAL					VAGO				
TITULARES - PMDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PMDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
HÉLIO COSTA	X				MÃO SANTA				
MAGUITO VILELA					GARIBALDI ALVES FILHO	X			
VALDIR RAUPP	X				PAPALÉO PAES	X			
GERSON CAMATA	X				LUIZ OTÁVIO				
SÉRGIO CABRAL					ROMERO JUCA				
JOSÉ MARANHÃO					MÁRIO CALIXTO				
TITULARES - PFL	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PFL	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
DEMÓSTENES TORRES					EDISON LOBÃO	X			
JORGE BORNHAUSEN					JONAS PINHEIRO				
JOSÉ JORGE					JOSÉ AGRIPINO				
EFRAIM MORAIS					MARCO MACIEL				
VAGO					PAULO OCTÁVIO				
ROSEANA SARNEY					JOÃO RIBEIRO				
TITULARES - PSDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PSDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
SÉRGIO GUERRA					ARTHUR VIRGÍLIO				
LEONEL PAVAN					EDUARDO AZEREDO	X			
LUIZ PONTES	X				TEOTÔNIO VILELA FILHO				
ANTERO PAES DE BARROS					LÚCIA VÂNIA				
TITULARES - PDT	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PDT	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
OSMAR DIAS	X				JEFFERSON PERES				
ALMEIDA LIMA					JUVÊNCIO DA FONSECA				
TITULAR - PPS	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PPS	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
MOZARILDO CAVALCANTI	X				PATRICIA SABOYA GOMES				

TOTAL: 13 SIM: 18 NÃO: 15 ABS: 10 AUTOR: 1 PRESIDENTE: 01

SALA DAS REUNIÕES, EM 15/12/2004



SENADOR OSMAR DIAS
Presidente da Comissão de Educação

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL - EMENDA AO PDS 28 / 198

TITULARES - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB, PTB E PL)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB, PTB E PL)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
FATIMA CLEIDE					TIÃO VIANA				
FLÁVIO ARNS	X				ROBERTO SATURNINO				
IDELI SALVATTI	X				DELÍCIO AMARAL				
JOÃO CAPIBERIBE					VAGO				
DUCIOMAR COSTA					VAGO				
AELTON FREITAS					VAGO				
CRISTOVAM BUARQUE	X				VAGO				
VALMIR AMARAL					VAGO				
TITULARES - PMDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PMDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
HELIO COSTA	X				MÃO SANTA				
MAGUITO VILELA					GARIBALDI ALVES FILHO	X			
VALDIR RAUPP	X				PAPALÉO PAES	X			
GERSON CAMATA	X				LUIZ OTÁVIO				
SÉRGIO CABRAL					ROMERO JUCÁ				
JOSÉ MARANHÃO					MÁRIO CALIXTO				
TITULARES - PFL	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PFL	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
DEMÓSTENES TORRES					EDISON LOBÃO	X			
JORGE BORNHAUSEN					JONAS PINHEIRO				
JOSÉ JORGE					JOSÉ AGRIPINO				
EFRAIM MORAIS					MARCO MACIEL				
VAGO					PAULO OCTAVIO				
ROSEANA SARNEY					JOÃO RIBEIRO				
TITULARES - PSDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PSDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
SÉRGIO GUERRA					ARTHUR VIRGÍLIO				
LEONEL PAVAN					EDUARDO AZEREDO	X			
LUIZ PONTES	X				TEOTÔNIO VILELA FILHO				
ANTERO PAES DE BARROS					LÚCIA VANIA				
TITULARES - PDT	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PDT	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
OSMAR DIAS					JEFFERSON PERES				
ALMEIDA LIMA	X				JUVÊNCIO DA FONSECA				
TITULAR - PPS	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PPS	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
MOZARILDO CAVALCANTI	X				PATRICIA SABOYA GOMES				

TOTAL: 13 SIM: 13 NÃO: 0 ABS: 0 AUTOR: 0 PRESIDENTE: 0

SALA DAS REUNIÕES, EM 19 / 03 / 2004

Osvaldo
 SENADOR OSMAR DIAS
 Presidente da Comissão de Educação

TEXTO FINAL

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
DO SENADO Nº 28, DE 1998**

Aprova o ato que renova a permissão outorgada à Empresa Jornalística O Povo S.A para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Fortaleza, Estado do Ceará.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 100, de 22 de junho de 1992, que renova por dez anos, a partir de 8 de junho de 1989, a permissão outorgada à Empresa Jornalística O Povo S.A., outorgada originalmente à Rádio O Povo Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Fortaleza, Estado do Ceará.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, 19 de outubro de 2004.


Senador Osmar Dias, Presidente


Relator

LEGISLAÇÃO CITADA
ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA

CONSTITUIÇÃO DA
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

.....

SEÇÃO II
Das Atribuições do Congresso Nacional

.....

Art. 49. É da competência exclusiva do Congresso Nacional:

.....

XII – apreciar os atos de concessão de renovação de concessão de emissoras de rádio e televisão;

.....

CAPÍTULO V
Da Comunicação Social

.....

Art. 223. Compete ao Poder Executivo outorgar e renovar concessão, permissão e autorização para o serviço de radiodifusão sonora e de sons e imagens,

observado o princípio da complementaridade dos sistemas privado, público e estatal.

§ 1º O Congresso Nacional apreciará o ato no prazo do art. 64, § 2º e § 4º, a contar do recebimento da mensagem.

§ 2º A não renovação da concessão ou permissão dependerá de aprovação de, no mínimo, dois quintos do Congresso Nacional, em votação nominal.

§ 3º O ato de outorga ou renovação somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, na forma dos parágrafos anteriores.

§ 4º O cancelamento da concessão ou permissão, antes de vencido o prazo, depende de decisão judicial.

§ 5º O prazo da concessão ou permissão será de dez anos para as emissoras de rádio e de quinze para as de televisão.

.....

(À Comissão de Educação.)

PARECER Nº 97, DE 2004

Da Comissão de Assuntos Sociais, em decisão terminativa, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 54, de 2002, de autoria do Senador Lauro Campos, que altera o art. 4º da Lei nº 7.998, de 11 de janeiro de 1990, de forma a aumentar o período máximo de percepção do seguro-desemprego para dez meses.

Relator: Senador **Eduardo Azeredo**

I – Relatório

É submetido ao exame da Comissão de Assuntos Sociais o Projeto de Lei do Senado nº 54, de 2002, que tem por finalidade, ao alterar o art. 4º da Lei nº 7.998, de 11 de janeiro de 1990, aumentar o período máximo de percepção do seguro-desemprego para dez meses.

Ao justificar sua iniciativa, o autor da proposição alega:

Uma das maiores faturas geradas pela política econômica implementada nos últimos anos está sendo penosamente paga por imenso contingente da população brasileira. É o aumento do desemprego. De acordo com a pesquisa mensal de emprego do SEADE-DIEESE, a taxa de desemprego total na região metropolitana de São Paulo aumentou de 14,2% para 17,6%, entre 1995 e 2000, situando-se em 17,9% da população

economicamente ativa em janeiro de 2002. Comportamento este evidenciado nas demais regiões do Brasil.

Não foram apresentadas emendas ao projeto.

II – Análise

A Lei nº 8.900, de 30 de junho de 1994, que alterou dispositivos da Lei nº 7.998, de 1990, ampliou a concessão do benefício para trabalhadores desempregados por um período máximo variável de três a cinco meses de forma contínua ou alternada.

A Constituição Federal de 1988 determinou que 40% dos recursos provenientes das contribuições para o PIS e para o PASEP fossem direcionados ao BNDES para financiamento de programas de desenvolvimento econômico (financiamento das Exportações e Geração de Empregos). Os outros sessenta por cento dos recursos daquelas fontes são direcionados ao Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT).

Os recursos repassados ao Fundo permitem o financiamento de outros programas, quais sejam:

1. pagamento do benefício do seguro-desemprego:
 - a) para atendimento ao trabalhador desempregado;
 - b) para atendimento ao pescador artesanal;
 - c) para atendimento ao trabalhador doméstico.
2. qualificação profissional (SEFOR);
3. intermediação de mão-de-obra (SINE);
4. pagamento do abono salarial PIS-PASEP;
5. programa de geração de emprego e renda (PROGER);
6. programa de fortalecimento da agricultura familiar (PRONAF); e
7. programa de expansão do emprego e melhoria da qualidade de vida do trabalhador (PROEMPREGO).

Em 2000, as despesas do FAT foram da ordem de R\$ 10,106 bilhões e R\$ 10,867 bilhões, em 2001 (IGPDI – 31-12-2001, atualizado).

Em 2000, os dispêndios com o Seguro-Desemprego foram da ordem de R\$ 4,090 bilhões e R\$ 4,851 bilhões, em 2001 (atendimento ao trabalhador, bolsa qualificação, pescador artesanal e empregado doméstico). Com o Seguro-Desemprego formal foram

gastos em 2000, R\$ 4,053 bilhões e R\$ 4,053 bilhões, em 2001.

Em 2000, o valor médio do benefício foi de 1,51 salários mínimos, com média de R\$ 951,36 para cada segurado, ou seja, 4,29 parcelas para cada segurado. Em 2001, o valor médio do benefício foi de 1,48 salários mínimos, com média de R\$ 1.008,24 para cada segurado, ou seja, 3,95 parcelas para cada segurado. Assim, na média, a preços atuais, cada nova parcela terá um acréscimo de R\$ 300,00.

Considerando a quantidade de requerentes em 2001, 4.769.000, o acréscimo de mais uma parcela representará à conta do FAT, dispêndio da ordem de R\$119.225.000,00 mensais e R\$1.430.700.000,00 anuais, ou seja, um impacto de 16,24%. Nesse contexto, há que se levar em consideração, também, a possibilidade de aumento do nível de desemprego.

O acréscimo de cinco parcelas implica dispêndio adicional de R\$715.350.000,00 mensais e R\$ 8.584.200.000,00 anual, ou seja, 97,2% a mais, considerando os valores de referência do mês de abril de 2003.

Ademais, se o projeto for aprovado, este ensejaria um acréscimo no número de parcelas diretamente proporcional na concessão da Bolsa Qualificação e no Seguro-Desemprego do empregado doméstico.

Por outro lado, vale lembrar que as despesas do FAT, a partir de 1995, vêm crescendo em uma proporção muito maior do que as receitas e, em consequência, têm ocasionado um déficit primário cada vez maior, além de, a cada ano, apresentar o crescimento devido à correção anual do salário mínimo.

Não vemos, pois, como aumentar o número de parcelas na quantidade proposta, sob a ameaça de comprometer ainda mais o equilíbrio financeiro do FAT, considerando que o Governo Federal, para o exercício de 2003, já tem o grande desafio em relação ao Fundo, qual seja, o de reduzir o seu déficit primário.

Ao mesmo tempo é forçoso reconhecer que o Governo Federal que se instalou em 2003 não tem conseguido levar a bom termo a política do emprego no país e o desemprego vem aumentando em níveis consideráveis.

Assim, após o estudo da matéria entendemos que é necessário haver um acréscimo nas parcelas dentro de um nível que permita ao Codefat administrar o Fundo sem que o trabalhador fique prejudicado. Para tal bastaria a alteração do art. 2º da Lei nº 8.900 de 30

de junho de 1994, passando de “três a cinco meses” para “quatro a seis meses”.

Entretanto o inciso IV do art. 7º da Lei Complementar Nº 95 de 26 de fevereiro de 1998, que “Dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis, conforme determina o parágrafo único do art. 59 da Constituição Federal....”, diz:

“IV – o mesmo assunto não poderá ser disciplinado por mais de uma lei, exceto quando a subsequente se destine a complementar lei considerada básica, vinculando-se a esta por remissão expressa.”

Ora não é sem razão que o projeto original altera a lei básica que é a Lei nº 7.998 de 11 de janeiro de 1990 e assim, para introduzir um período variável de quatro a seis meses nesta Lei, recorreremos ao substitutivo incorporando a ela o texto da Lei nº 8.900 de 30 de novembro de 1994 já citada, que trata das condições em que a concessão do seguro desemprego se dará na variação pretendida.

III – Voto

À vista do exposto, opinamos pela aprovação da proposição na forma do substitutivo que ora apresento:

EMENDA Nº – CAS (Substitutivo)

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 54, DE 2002

Altera o artigo 4º da Lei nº 7.998, de 11 de janeiro de 1990, de forma a à conceder ao trabalhador desempregado por um período máximo variável de quatro a seis meses de forma continuada ou alternada, a cada período aquisitivo, cuja a duração será definida pelo Codefat.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O art. 4º da Lei nº 7.998, de 11 de janeiro de 1990, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 4º O benefício do seguro-desemprego será concedido ao trabalhador desempregado por um período máximo variável de quatro a seis meses, de forma contínua ou alternada, a cada período aquisitivo, cuja duração será definida pelo Codefat.

§ 1º O benefício poderá ser retomado a cada novo período aquisitivo, observado o disposto no artigo anterior.

§ 2º A determinação do período máximo mencionado no **caput** deste artigo observará a seguinte relação entre o número de parcelas mensais do benefício do seguro-desemprego e o tempo de serviço do trabalhador nos trinta e seis meses que antecederam a data de dispensa que deu origem ao requerimento do seguro-desemprego:

I – quatro parcelas, se o trabalhador comprovar vínculo empregatício com pessoa jurídica ou pessoa física a ela equiparada, de no mínimo seis meses e no máximo onze meses, no período de referência;

II – cinco parcelas, se o trabalhador comprovar vínculo empregatício com pessoa jurídica ou pessoa física a ela equiparada, de no mínimo doze meses e no máximo vinte e três meses, no período de referência;

III – seis parcelas, se o trabalhador comprovar vínculo empregatício com pessoa jurídica ou pessoa física a ela equiparada, de no mínimo vinte e quatro meses, no período de referência.

§ 3º A fração igual ou superior a quinze dias de trabalho será havida como mês integral, para os efeitos do parágrafo anterior.

§ 4º O período máximo de que trata o caput poderá ser excepcionalmente prolongado em até dois meses, para grupos específicos de segurados, a critério do Codefat, desde que o gasto adicional representado por este prolongamento não ultrapasse, em cada semestre, dez por cento do montante da Reserva Mínima de Liquidez, de que trata o § 2º do art. 9º da Lei nº 8.019, de 11 de abril de 1990, com a redação dada pelo art. 1º da Lei nº 8.352, de 28 de dezembro de 1991.

§ 5º Na determinação do prolongamento do período máximo de percepção do benefício do seguro-desemprego, o Codefat observará, dentre outras variáveis, a evolução geográfica e setorial das taxas de desemprego no País e o tempo médio de desemprego de grupos específicos de trabalhadores.” (NR)

Art. 2º Fica revogada a Lei nº 8.900, de 30 de junho de 1994.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, 14 de março de 2005.

COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 54 DE 2002- DECISÃO TERMINATIVA

ASSINAM O PARECER NA REUNIÃO DE 07/07/2004, OS SENHORES (AS) SENADORES (AS)

PRESIDENTE: SENADORA LÚCIA VÂNIA

RELATORA: SENADOR EDUARDO AZEREDO

BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB, PTB E PL)

BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB, PTB E PL)

ANA JÚLIA CAREPA (PT)

1- CRISTOVAM BUARQUE (PT)

IDELI SALVATTI (PT)

2- FERNANDO BEZERRA (PTB)

FÁTIMA CLEIDE (PT)

3- TIÃO VIANA (PT)

FLÁVIO ARNS (PT)

4- ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB)

SIBÁ MACHADO (PT)

5- DUCIOMAR COSTA (PTB)

A. ON FREITAS (PL)

6- VAGO

GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PSB)

7- SERYS SLHESSARENKO (PT)

DELCÍDIO AMARAL (PT)

8- VAGO

PMDB TITULARES

PMDB SUPLENTE

MÃO SANTA

1- GARIBALDI ALVES FILHO

LEOMAR QUINTANILHA

2- HÉLIO COSTA

MAGUITO VILELA

3- VAGO

SÉRGIO CABRAL

4- JOSÉ MARANHÃO

NEY SUASSUNA

5- PEDRO SIMON

RAMEZ TEBET

6- ROMERO JUCÁ

PAPALÉO PAES

7- GERSON CAMATA - LICENCIADO

PFL TITULARES

PFL SUPLENTE

EDISON LOBÃO

1- ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES

JONAS PINHEIRO

2- CÉSAR BORGES

JOSÉ AGRIPINO

3- DEMÓSTENES TORRES

PAULO OCTÁVIO

4- EFRAIM MORAIS

MARIA DO CARMO ALVES - AFASTADA

5- JORGE BORNHAUSEN

ROSEANA SARNEY

6- JOÃO RIBEIRO

PSDB TITULARES

PSDB SUPLENTE

EDUARDO AZEREDO

1- TASSO JEREISSATI

LÚCIA VÂNIA

2- LEONEL PAVAN

TEOTÔNIO VILELA

3- SÉRGIO GUERRA

ANTERO PAES DE BARROS

4- ARTHUR VIRGÍLIO

REGINALDO DUARTE

5- MARCOS GUERRA

PDT TITULARES

PDT SUPLENTE

AUGUSTO BOTELHO

1- OSMAR DIAS

JUVÊNCIO DA FONSECA

2- VAGO

PPS TITULARES

PPS SUPLENTE

PATRÍCIA SABOYA GOMES

1- MOZARILDO CAVALCANTI

COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - LISTA DE VOTAÇÃO

Substitutivo ao PLS Nº 22.

Titulares - PSDB	Suplentes - PMDB	Sim	Não	Abstenção	Sim	Não	Autor	Sim	Não	Abstenção
ANA JÚLIA CAREPA (PT)	1- CRISTOVAM BUARQUE (PT)		X							
IDELI SALVAATTI (PT)	2- FERNANDO BEZERRA (PTB)								X	
FÁTIMA CLEIDE (PT)	3- TIÃO VIANA (PT)		X							
FLÁVIO ARNS (PT)	4- ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB)									
SIBÁ MACHADO (PT)	5- DUCIOMAR COSTA (PTB)									
AELTON FREITAS (PL)	6- VAGO		X							
GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PSB)	7- SERYS SLHESARENKO (PT)		X							
DELCIDIO AMARAL (PT)	8- VAGO									
Titulares - PMDB	Suplentes - PMDB	Sim	Não	Abstenção	Sim	Não	Autor	Sim	Não	Abstenção
MAO SANTA	1- GARIBALDI ALVES FILHO									
LEOMAR QUINTANILHA	2- HÉLIO COSTA									
MAGUITO VILELA	3- VAGO									
SÉRGIO CABRAL	4- JOSÉ MARANHÃO									
NEY SUASSUNA	5- PEDRO SIMON					X				
RAMEZ TEBET	6- ROMERO JUCA									
PAPALÉO PAES	7- GERSON CAMATA - LICENCIADO									
Titulares - PFL	Suplentes - PFL	Sim	Não	Abstenção	Sim	Não	Autor	Sim	Não	Abstenção
EDISON LOBÃO	1- ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES									
JONAS PINHEIRO	2- CÉSAR BORGES									
JOSÉ AGRIPINO	3- DEMÓSTENES TORRES									
PAULO OCTAVIO	4- EFRAIM MORAIS									
MARIA DO CARMO ALVES - AFASTADA	5- JORGE BORNHAUSEN									
ROSEANA SARNEY	6- JOÃO RIBEIRO									
Titulares - PSDB	Suplentes - PSDB	Sim	Não	Abstenção	Sim	Não	Autor	Sim	Não	Abstenção
EDUARDO AZEREDO - RELATOR	1- TASSO JEREISSATI	X						X		
LÚCIA VÂNIA - PRESIDENTE	2- LEONEL PAVAN									
TEOTÔNIO VILELA FILHO	3- SÉRGIO GUERRA							X		
ANTERO PAES DE BARROS	4- ARTHUR VIRGÍLIO									
REGINALDO DUARTE	5- MARCOS GUERRA	X								
Titulares - PDT	Suplentes - PDT	Sim	Não	Abstenção	Sim	Não	Autor	Sim	Não	Abstenção
AUGUSTO BOTELHO	1- OSMAR DIAS	X								
JUVÊNCIO DA FONSECA	2- VAGO	X								
Titulares - PPS	Suplentes - PPS	Sim	Não	Abstenção	Sim	Não	Autor	Sim	Não	Abstenção
PATRICIA SABOYA GOMES - RELATORA	1- MOZARILDO CAVALCANTI							X		

TOTAL: 15 SIM: 9 NÃO: 5 ABSTENÇÃO: 1 AUTOR: 1 SALA DAS REUNIÕES, EM 7/7/2004.

OBS.: O VOTO DO AUTOR DA PROPOSIÇÃO NÃO SERÁ COMPUTADO, CONSIGNANDO-SE SUA PRESENÇA PARA EFEITO DE QUORUM (art. 132, § 8º - RISF)

Lucia Vania
 SENADORA LÚCIA VÂNIA
 PRESIDENTE

EMENDA APRESENTADA PERANTE A
COMISSÃO, NO TURNO SUPLEMENTAR, AO
SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 54, DE 2002

Altera o art. 4º da Lei nº 7.998, de 11 de janeiro de 1990, deforma a conceder ao trabalhador desempregado por um período máximo variável de quatro a seis meses de forma continuada ou alternada, a cada período aquisitivo, cuja duração será definida pelo Codefat.

Acrescenta ao art. 4º da Lei nº 7.998/90 o seguinte parágrafo 1º, renumerando-se os demais parágrafos do art. 1º do substitutivo:

Art. 4º O benefício do seguro-desemprego será concedido ao trabalhador desempregado por um período máximo variável de quatro a seis meses, de forma contínua ou alternada, a cada período aquisitivo, cuja duração será definida pelo Codefat.

§ 1º A sexta parcela do benefício do seguro-desemprego somente será concedido mediante autorização do Codefat.

Justificação

Devido ao amplo espectro de atribuições relacionadas ao FAT e de sua natureza anti-cíclica, toda proposta de aumento do número de parcelas do benefício do seguro-desemprego deverá ser submetido à autorização do Codefat (Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador), tendo em vista o aumento da pressão sobre os recursos do Fundo nos momentos de desaceleração econômica.

Senadora **Patrícia Saboya Gomes**.

PARECER Nº 97, DE 2005

Sobre a Emenda, ao Projeto de Lei do Senado nº 54 apresentada perante a Comissão, no termo suplementar, do substitutivo.

Relator: Senador **Eduardo Azeredo**.

I – Relatório

É submetida ao exame desta Comissão a Emenda, de autoria da Senadora Patrícia Saboya Gomes, que, ao acrescentar novo § 1º ao art. 4º da Lei nº 7.998, de 1990, tem por finalidade atribuir ao Codefat a autorização para a percepção da sexta parcela do benefício do seguro-desemprego.

II – Análise

Nos termos expressos no **caput** do art. 4º da Lei nº 7.998, de 1990, na forma do substitutivo aprovado por esta Comissão, em primeiro turno, ao Codefat, ao definir a duração do seguro-desemprego, já é atribuída competência para autorizar períodos superiores a quatro meses (inclusive o sexto mês) para a percepção do benefício do seguro-desemprego.

Nesse sentido, atendendo à preocupação da ilustre parlamentar, qual seja, resguardar o equilíbrio financeiro do FAT, a emenda sob análise reforça o **caput** do art. 40 do substitutivo, não deixando dúvidas de que é necessária autorização do Codefat para a sexta parcela.

III – Voto

Pelo exposto, somos pela aprovação parcial da Emenda da nobre Senadora Patrícia Saboya Gomes, na forma de Sub-Emenda do Relator que ora apresentamos, para o qual solicitamos o apoio dos ilustres pares desta – Comissão:

SUB-EMENDA DO RELATOR À EMENDA DA SENADORA PATRÍCIA SABOYA GOMES (OFERECIDA NOTURNO SUPLEMENTAR)

Acrescenta ao art. 4º da Lei nº 7.998/90 o seguinte parágrafo 1º, renumerando-se os demais parágrafos, e dá nova redação aos incisos II e III do § 3º, já renumerado, do mesmo artigo:

“§ 1º No início de cada semestre do exercício fiscal, o Codefat poderá autorizar a concessão da sexta parcela do benefício naquele semestre, na forma do inciso III do § 3º deste artigo.

.....
§ 3º

II – cinco parcelas, se o trabalhador comprovar vínculo empregatício com pessoa jurídica ou pessoa física a ela equiparada, de no mínimo doze meses, no período de referência;

III – uma sexta parcela, se o trabalhador comprovar vínculo empregatício com pessoa jurídica ou pessoa física a ela equiparada, de no mínimo vinte e quatro meses, no período de referência e se a concessão desta parcela for autorizada pelo Codefat para o semestre da concessão.”(NR).

Sala da Comissão, 24 de novembro de 2004.

COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS

EMENDA AO SUBSTITUTIVO DO PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 54, DE 2002	
ASSINAM O PARECER NA REUNIÃO DE 28/11/04 OS SENHORES (AS) SENADORES (AS)	
PRESIDENTE: SENADORA LÚCIA VÂNIA <i>Lúcia Vânia</i>	
RELATOR: EDUARDO AZEREDO <i>Eduardo Azeredo</i>	
BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB, PTB E PL)	BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB, PTB E PL)
ANA JÚLIA CAREPA (PT) <i>Ana Júlia Carepa</i>	1- CRISTOVAM BUARQUE
IDELI SALVATTI	2- FERNANDO BEZERRA (PTB)
FÁTIMA CLEIDE (PT)	3- TIÃO VIANA (PT) <i>Tião Viana</i>
FLÁVIO ARNS (PT)	4- ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB) <i>Antônio Carlos Valadares</i>
SIBÁ MACHADO (PT)	5- DUCIOMAR COSTA (PTB)
DELCÍDIO AMARAL (PT)	6- VAGO
TON FREITAS (PL)	7- SERYS SLHESSARENKO (PT)
GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PSB) <i>Geraldo Mesquita Júnior</i>	8- VAGO
PMDB TITULARES	PMDB SUPLENTE
MÃO SANTA	1- GARIBALDI ALVES FILHO
LEOMAR QUINTANILHA <i>L. Quintanilha</i>	2- HÉLIO COSTA
MAGUITO VILELA	3- (VAGO)
SÉRGIO CABRAL	4- JOSÉ MARANHÃO
NEY SUASSUNA	5- PEDRO SIMON
RAMEZ TEBET	6- ROMERO JUCÁ
PAPALÉO PAES	7- GERSON CAMATA
PFL TITULARES	PFL SUPLENTE
EDISON LOBÃO	1- ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES <i>Antônio Carlos Magalhães</i>
JONAS PINHEIRO	2- CÉSAR BORGES
JOSÉ AGRIPINO	3- DEMÓSTENES TORRES
LO OCTÁVIO <i>Lo Octávio</i>	4- EFRAIM MORAIS <i>Efraim Moraes</i>
RENILDO SANTANA	5- JORGE BORNHAUSEN
ROSEANA SARNEY	6- JOÃO RIBEIRO
PSDB TITULARES	PSDB SUPLENTE
EDUARDO AZEREDO <i>Eduardo Azeredo</i>	1- ARTHUR VIRGÍLIO
LÚCIA VÂNIA	2- TASSO JEREISSATI <i>Tasso Jereissati</i>
TEOTÔNIO VILELA FILHO	3- LEONEL PAVAN <i>Leonel Pavan</i>
ANTERO PAES DE BARROS	4- SÉRGIO GUERRA <i>Sérgio Guerra</i>
LUIZ PONTES	5- (VAGO)
PDT TITULARES	PDT SUPLENTE
AUGUSTO BOTELHO	1- OSMAR DIAS
JUVÊNCIO DA FONSECA	2- (VAGO)
PPS TITULARES	PPS SUPLENTE
PATRÍCIA SABOYA GOMES	1- MOZARILDO CAVALCANTI <i>Mozarildo Cavalcanti</i>

COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - LUTA DE VOTAÇÃO Turno suplementar - substitutivo ao PLS 54, de 2002.

TITULARES - Bloco de Apoio ao Governo.	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO	Autor	Suplentes - PMDB	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO	Autor	Suplentes - PMDB	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO	Autor
ANA JULIA CAREPA (PT)	X				1- CRISTOVAM BUARQUE (PT)					1- GARIBALDI ALVES FILHO				
IDELI SALVATTI (PT)					2- FERNANDO BEZERRA (PTB)					2- HÉLIO COSTA				
FATIMA CLEIDE (PT)					3- TIÃO VIANA (PT)	X				3- VAGO				
FLAVIO ARNS (PT)					4- ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB)	X				4- JOSÉ MARANHÃO				
SIBA MACHADO (PT)					5- DUCIONAR COSTA (PTB)					5- PEDRO SIMON				
DELÍCIO AMARAL (PT)					6- VAGO					6- ROMERO JUCA				
AELTON FREITAS (PL)					7- SERYS SILHESARENKO (PT)					7- GERSON CAMATA				
GERALDO MESQUITA JUNIOR (PSB)	X				8- VAGO					SUPLENTE - PFL				
TITULARES - PMDB	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO	AUTOR	SUPLENTE - PMDB	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO	AUTOR	SUPLENTE - PFL	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO	AUTOR
MÃO SANTA					1- GARIBALDI ALVES FILHO					1- ANTONIO CARLOS MAGALHÃES	X			
LEOMAR QUINTANILHA	X				2- HÉLIO COSTA					2- CÉSAR BORGES				
MAGUITO VILELA					3- VAGO					3- DEMÓSTENES TORRES				
SÉRGIO CABRAL					4- JOSÉ MARANHÃO					4- EFRAIM MORAIS	X			
NEY SUASSUNA					5- PEDRO SIMON					5- JORGE BORNHAUSEN				
RAMEZ TEBET					6- ROMERO JUCA					6- JOÃO RIBEIRO				
PAPALÉO PAES					7- GERSON CAMATA					SUPLENTE - PSDB	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO	AUTOR
TITULARES - PFL	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO	AUTOR	SUPLENTE - PFL	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO	AUTOR	1- ARTHUR VIRGÍLIO				
EDISON LOBÃO					1- ANTONIO CARLOS MAGALHÃES	X				2- TASSO JEREISSATI	X			
JONAS PINHEIRO	X				2- CÉSAR BORGES					3- LEONEL PAVAN	X			
JOSÉ AGRIPINO					3- DEMÓSTENES TORRES					4- SÉRGIO GUERRA	X			
PAULO OCTÁVIO	X				4- EFRAIM MORAIS	X				5- VAGO				
RENILDO SANTANA					5- JORGE BORNHAUSEN					SUPLENTE - PDT	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO	AUTOR
ROSEANA SARNEY					6- JOÃO RIBEIRO					1- OSMAR DIAS				
TITULARES - PSDB	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO	AUTOR	SUPLENTE - PSDB	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO	AUTOR	2- VAGO				
EDUARDO AZEREDO -	X				1- ARTHUR VIRGÍLIO					SUPLENTE - PPS	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO	AUTOR
LÚCIA VÂNIA - PRESIDENTE					2- TASSO JEREISSATI	X				1- MOZARILDO CAVALCANTI	X			
TEOTÔNIO VILELA FILHO					3- LEONEL PAVAN	X								
ANTERO PAES DE BARROS					4- SÉRGIO GUERRA	X								
LUIZ PONTES					5- VAGO									
TITULARES - PDT	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO	AUTOR	SUPLENTE - PDT	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO	AUTOR					
AUGUSTO BOTELHO					1- OSMAR DIAS									
JUVÊNCIO DA FONSECA	X				2- VAGO									
TITULARES - PPS	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO	AUTOR	SUPLENTE - PPS	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO	AUTOR					
PATRICIA SABOYA GOMES -					1- MOZARILDO CAVALCANTI	X								

TOTAL: 16 SIM: 15 NÃO: - ABSTENÇÃO: - AUTOR: - SALA DAS REUNIÕES, EM 24/11/2004.

OBS.: O VOTO DO AUTOR DA PROPOSIÇÃO NÃO SERÁ COMPUTADO, CONSIGNANDO-SE SUA PRESENÇA PARA EFEITO DE QUORUM (art. 132, § 8º - RISF)

Lucia Vânia
SENADORA LÚCIA VÂNIA
PRESIDENTE

EMENDA Nº 1 – CAS (SUBSTITUTIVO)

TEXTO FINAL DO PROJETO DE LEI DO
SENADO Nº 54, DE 2002, (SUBSTITUTIVO),
APROVADO E ADOTADO PELA COMISSÃO
DE ASSUNTOS SOCIAIS EM REUNIÕES DOS
DIAS 7 DE JULHO DE 2004 E 24 DE NOVEMBRO,
RESPECTIVAMENTE

Altera o art. 4º da Lei nº 7.998, de 11 de janeiro de 1990, de forma a conceder ao trabalhador desempregado por um período máximo variável de quatro a seis meses de forma continuada ou alternada, a cada período aquisitivo, cuja duração será definida pelo Codefat.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O art. 4º da Lei nº 7.998, de 11 de janeiro de 1990, passa a vigorar a seguinte redação:

Art. 4º O benefício do seguro-desemprego será concedido ao trabalhador desempregado por um período máximo variável de quatro a seis meses, de forma continuada ou alternada, a cada período aquisitivo, cuja duração será definida pelo Codefat.

§ 1º No início de cada semestre do exercício fiscal, o Codefat poderá autorizar a concessão da sexta parcela do benefício naquele semestre, na forma do inciso III do § 3º deste artigo.

§ 2º O benefício poderá ser retomado a cada novo período aquisitivo, observado o disposto no artigo anterior.

§ 3º A determinação do período máximo mencionado no **caput** deste artigo observará a seguinte relação entre o número de parcelas mensais do benefício do seguro-desemprego e o tempo de serviço do trabalhador nos trinta e seis meses que antecederam a data de dispensa que deu origem ao requerimento do seguro-desemprego:

I – quatro parcelas, se o trabalhador comprovar vínculo empregatício com pessoa jurídica ou pessoa física a ela equiparada, de no mínimo seis meses e no máximo onze meses, no período de referência;

II – cinco parcelas, se o trabalhador comprovar vínculo empregatício com pessoa jurídica ou pessoa física a ela equiparada, de no mínimo doze meses, no período de referência;

III – uma sexta parcela, se o trabalhador comprovar vínculo empregatício com pessoa jurídica ou pessoa física a ela equiparada, de

no mínimo vinte e quatro meses, no período de referência e se a concessão desta parcela for autorizada pelo Codefat para o semestre da concessão.” (NR).

§ 3º A fração igual ou superior a quinze dias de trabalho será havida como mês integral, para os efeitos do parágrafo anterior.

§ 4º O período máximo de que trata o **caput** poderá ser excepcionalmente prolongado em até dois meses, para grupos específicos de segurados, a critério do Codefat, desde que o gasto adicional representado por este prolongamento não ultrapasse, em cada semestre, dez por cento do montante da Reserva Mínima de Liquidez, de que trata o § 2º do art. 9º da Lei nº 8.019, de 11 de abril de 1990, com a redação dada pelo art. 1º da Lei nº 8.352, de 28 de dezembro de 1991.

§ 5º Na determinação do prolongamento do período máximo de percepção do benefício do seguro-desemprego, o Codefat observará, dentre outras variáveis, a evolução geográfica e setorial das taxas de desemprego no País e o tempo médio de desemprego de grupos específicos de trabalhadores.” (NR)

Art. 2º Fica revogada a Lei nº 8.900, de 30 de junho de 1994.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 24 de novembro de 2004.
– Senadora **Lúcia Vânia**, Presidente – Senador **Eduardo Azeredo**, Relator

LEGISLAÇÃO CITADA
ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA

LEI Nº 8.019, DE 11 DE ABRIL DE 1990

Altera a legislação do Fundo de Amparo ao – Trabalhador (FAT), e dá outras providências.

Art. 9º As disponibilidades financeiras do FAT poderão ser aplicadas em títulos do Tesouro Nacional, por intermédio do Banco Central do Brasil, e em depósitos especiais, remunerados e disponíveis para imediata movimentação, nas instituições financeiras oficiais federais de que trata o art. 15 da Lei nº 7.998, de 11 de janeiro de 1990. (Redação dada pela Lei nº 8.352, de 28-12-91)

§ 2º O montante da reserva estabelecida no parágrafo anterior não pode ser inferior ao maior dentre os seguintes valores:

I – a diferença positiva, no exercício financeiro em curso, entre o produto da arrecadação das contribuições de que trata o art. 239 da Constituição Federal e o montante global dos pagamentos efetuados por conta das dotações orçamentárias para atender as despesas com o Programa do Seguro-Desemprego, com o Abono Salarial e com o Financiamento de Programas de Desenvolvimento Econômico a cargo do BNDES, custeados pela referida arrecadação;

II – o resultado da adição:

a) dos valores pagos a títulos de benefícios do seguro-desemprego nos seis meses anteriores, atualizados mês a mês pela variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor, calculado pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), ou na sua ausência, pela variação de índice definido pelo Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador (Codefat), nos termos do inciso IX do art. 19 da Lei nº 7.998, de 11 de janeiro de 1990, e

b) de cinquenta por cento dos valores pagos a títulos de abono, nos termos do art. 9º da Lei nº 7.998, de 11 de janeiro de 1990, nos doze meses anteriores, atualizados na forma prevista na alínea anterior.

.....
LEI Nº 8.352, DE 28 DE DEZEMBRO DE 1991

Dispõe sobre as disponibilidades financeiras do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) e dá outras providências.

Art. 1º O art. 9º da Lei nº 8.019, de 11 de abril de 1990, passa a vigorar com a seguinte redação:

.....
Art. 9º As disponibilidades financeiras do FAT poderão ser aplicadas em títulos do Tesouro Nacional, por intermédio do Banco Central do Brasil, e em depósitos especiais, remunerados e disponíveis para imediata movimentação, nas instituições financeiras oficiais federais de que trata o art. 15 da Lei nº 7.998, de 11 de janeiro de 1990.

§ 1º Parcela das disponibilidades financeiras do FAT constitui a reserva mínima de liquidez, destinada a garantir, em tempo hábil, os recursos necessários ao pagamento das despesas referentes ao Programa do Seguro-Desemprego e do Abono de que trata o art. 239 da Constituição Federal.

§ 2º O montante da reserva estabelecida no parágrafo anterior não pode ser inferior ao maior dentre os seguintes valores:

I – a diferença positiva, no exercício financeiro em curso, entre o produto da arrecadação das contribui-

ções de que trata o art. 239 da Constituição Federal e o montante global dos pagamentos efetuados por conta das dotações orçamentárias para atender as despesas com o Programa do Seguro-Desemprego, com o Abono Salarial e com o Financiamento de Programas de Desenvolvimento Econômico a cargo do Bndes, custeados pela referida arrecadação;

II – o resultado da adição:

a) dos valores pagos a títulos de benefícios do Seguro-Desemprego nos seis meses anteriores, atualizados mês a mês pela variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor, calculado pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), ou na sua ausência, pela variação de índice definido pelo Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador (CODEFAT), nos termos do inciso IX do art. 19 da Lei nº 7.998, de 11 de janeiro de 1990, e

b) de cinquenta por cento dos valores pagos a títulos de abono, nos termos do art. 9º da Lei nº 7.998, de 11 de janeiro de 1990, nos doze meses anteriores, atualizados na forma prevista na alínea anterior.

§ 3º Os recursos da reserva mínima de liquidez somente poderão ser aplicados em títulos do Tesouro Nacional, por intermédio do Banco Central do Brasil.

§ 4º No exercício de 1991, as aplicações da parcela das disponibilidades financeiras que excederem o valor da reserva mínima de liquidez em depósitos especiais no Banco do Brasil S.A. serão no montante mínimo de Cr\$220.000.000.000,00 (duzentos e vinte bilhões de cruzeiros).

§ 5º Os depósitos especiais de que trata o *caput* deste artigo serão remunerados, no mínimo pelos mesmos critérios e prazos aplicados aos depósitos das disponibilidades de caixa do Tesouro Nacional, conforme disposto no art. 5º da Lei nº 7.862, de 30 de outubro de 1989, com a redação dada pelo art. 8º da Lei nº 8.177, de 1º de março de 1991, ou, da sua ausência, pela remuneração média diária paga pelos títulos do Tesouro Nacional, acrescidos, em ambos os casos, de juros de cinco por cento ao ano calculados **pro rata die**.

§ 6º O resultado da remuneração das disponibilidades financeiras de que trata este artigo constituirá receita do FAT.”

.....
LEI COMPLEMENTAR Nº 95,
DE 26 DE FEVEREIRO DE 1998

Dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis, conforme determina o parágrafo único do art. 59 da Constituição Federal, e estabe-

lece normas para a consolidação dos atos normativos que menciona.

.....
Art. 7º O primeiro artigo do texto indicará o objeto da lei e o respectivo âmbito de aplicação, observados os seguintes princípios:

I – excetuadas as codificações, cada lei tratará de um único objeto;

II – a lei não conterá matéria estranha a seu objeto ou a este não vinculada por afinidade, pertinência ou conexão;

III – o âmbito de aplicação da lei será estabelecido de forma tão específica quanto o possibilite o conhecimento técnico ou científico da área respectiva;

IV – o mesmo assunto não poderá ser disciplinado por mais de

.....

DOCUMENTO ANEXADO PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA, NOS TERMOS DO ART. 250, PARÁGRAFO ÚNICO, DO REGIMENTO INTERNO.

RELATÓRIO

Relator: Senador **Eduardo Azeredo**

I – Relatório

É submetido ao exame da Comissão de Assuntos Sociais o Projeto de Lei do Senado nº 54, de 2002, que tem por finalidade, ao alterar o art. 4º da Lei nº 7.998, de 11 de janeiro de 1990, aumentar o período máximo de percepção do seguro-desemprego para dez meses.

Ao justificar sua iniciativa, o autor da proposição alega:

Uma das maiores faturas geradas pela política econômica implementada nos últimos anos está sendo penosamente paga por imenso contingente da população brasileira. É o aumento do desemprego. De acordo com a pesquisa mensal de emprego do Seade-Dieese, a taxa de desemprego total na região metropolitana de São Paulo aumentou de 14,2% para 17,6%, entre 1995 e 2000, situando-se em 17,9% da população economicamente ativa em janeiro de 2002. Comportamento este evidenciado nas demais regiões do Brasil.

Não foram apresentadas emendas ao projeto.

II – Análise

A Lei nº 8.900, de 30 de junho de 1994, que alterou dispositivos da Lei nº 7.998, de 1990, ampliou a

concessão do benefício para trabalhadores desempregados por um período máximo variável de três a cinco meses de forma contínua ou alternada.

A Constituição Federal de 1988 determinou que 40% dos recursos provenientes das contribuições para o PIS e para o Pasep fossem direcionados ao Bendes para financiamento de programas de desenvolvimento econômico (financiamento das Exportações e Geração de Empregos). Os outros sessenta por cento dos recursos daquelas fontes são direcionados ao Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT).

Os recursos repassados ao Fundo permitem o financiamento de outros programas, quais sejam:

1. pagamento do benefício do seguro-desemprego:

a) para atendimento ao trabalhador desempregado;

b) para atendimento ao pescador artesanal;

c) para atendimento ao trabalhador doméstico.

2. qualificação profissional (Sefor);

3. intermediação de mão-de-obra (Sine);

4. pagamento do abono salarial PIS-Pasep;

5. programa de geração de emprego e renda (Proger);

6. programa de fortalecimento da agricultura familiar – (PRONAF); e

7. programa de expansão do emprego e melhoria da qualidade de vida do trabalhador (Proemprego).

Em 2000, as despesas do FAT foram da ordem de R\$10,106 bilhões e R\$10,867 bilhões, em 2001 (IGPDI 31-12-2001, atualizado).

Em 2000, os dispêndios com o Seguro-Desemprego foram da ordem de R\$4,090 bilhões e R\$4,851 bilhões, em 2001 (atendimento ao trabalhador, bolsa qualificação, pescador artesanal e empregado doméstico). Com o Seguro-Desemprego formal foram gastos em 2000, R\$4,053 bilhões e R\$4,053 bilhões, em 2001.

Em 2000, o valor médio do benefício foi de 1,51 salários mínimos, com média de R\$951,36 para cada segurado, ou seja, 4,29 parcelas para cada segurado. Em 2001, o valor médio do benefício foi de 1,48 salários mínimos, com média de R\$1.008,24 para cada segurado, ou seja, 3,95 parcelas para cada segurado. Assim, na média, a preços atuais, cada nova parcela terá um acréscimo de R\$300,00.

Considerando a quantidade de requerentes em 2001, 4.769.000, o acréscimo de mais uma parcela representará á conta do FAT, dispêndio da ordem de R\$119.225.000,00 mensais e R\$1.430.700.000,00 anuais, ou seja, um impacto de 16,24%. Nesse contexto, há que se levar em consideração, também, a possibilidade de aumento do nível de desemprego.

O acréscimo de cinco parcelas implica dispêndio adicional de R\$715.350.000,00 mensais e R\$8.584.200.000,00 anual, ou seja, 97,2% a mais, considerando os valores de referência do mês de abril de 2003.

Ademais, se o projeto for aprovado, este ensejaria um acréscimo no número de parcelas diretamente proporcional na concessão da Bolsa Qualificação e no Seguro-Desemprego do empregado doméstico.

Por outro lado, vale lembrar que as despesas do FAT, a partir de 1995, vêm crescendo em uma proporção muito maior do que as receitas e, em consequência, têm ocasionado um déficit primário cada vez maior, além de, a cada ano, apresentar o crescimento devido á correção anual do salário mínimo.

Não vemos, pois, como aumentar o número de parcelas, sob a ameaça de comprometer ainda mais o equilíbrio financeiro do FAT, considerando que o Governo Federal, para o exercício de 2003, já tem o grande desafio em relação ao Fundo, qual seja, o de reduzir o seu déficit primário.

III – Voto

À vista do exposto, opinamos pela rejeição do Projeto de Lei do Senado nº 54, de 2002.

Sala da Comissão, – Senador **Eduardo Azeredo**, Relator.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PMDB – AP) – Os pareceres que acabam de ser lidos vão á publicação.

Sobre a mesa, ofício do Presidente da Comissão de Assuntos Sociais que passo a ler.

É lido o seguinte:

OF. Nº 91/2004 – PRES./CAS

Brasília, 30 de novembro de 2004

Senhor Presidente,

Nos termos do § 2º do artigo 91 do Regimento Interno do Senado Federal, comunico a Vossa Excelência que esta Comissão, em reuniões nos dias 7 de julho de 2004 e 24 de novembro de 2004, aprovou, em decisão terminativa, o Substitutivo ao Projeto de Lei do Senado nº 54, de 2002, de autoria do Senador Lauro Campos, que “altera o artigo 4º da Lei nº 7.998, de 11 de janeiro de 1990, de forma a conce-

der ao trabalhador desempregado por um período máximo variável de quatro a seis meses de forma continuada ou alternada, a cada período aquisitivo, cuja a duração será definida pelo Codefat”, com uma subemenda – CAS.

Respeitosamente, – Senadora **Lúcia Vânia**, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PMDB – AP) – O expediente lido vai á publicação.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PMDB – AP) – Nos termos do art. 91, §3º, do Regimento Interno, combinado com o Parecer nº 34, de 2003, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, aprovado pelo Plenário em 25 de março de 2003, fica aberto o prazo de cinco dias úteis para interposição de recurso, por um décimo da composição da Casa, para que o **Projeto de Decreto Legislativo nº 28, de 1998**, aprovado pela Comissão de Educação e cujo parecer foi lido anteriormente, seja apreciado pelo Plenário.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PMDB – AP) – Nos termos do art. 91, §§ 3º a 5º, do Regimento Interno, fica aberto o prazo de cinco dias úteis para interposição de recurso, por um décimo da composição da Casa, para que o **Projeto de Lei do Senado nº 54, de 2002**, cujo parecer foi lido anteriormente, seja apreciado pelo Plenário.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PMDB – AP) – O Presidente do Senado Federal e o Presidente da Câmara dos Deputados, no uso das atribuições que lhes conferem, respectivamente, o art. 75 do Regimento Interno do Senado Federal, e o art. 17, I, “m”, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, o art. 10 do Regimento Comum, e a Resolução nº 2, de 2000–CN; obedecida a proporcionalidade partidária,

Resolvem

criar Comissão Mista, composta de 11 (onze) Srs. Senadores e 11 (onze) Srs. Deputados e igual número de suplentes, para, no prazo de trinta dias, apresentar projetos reestruturando os orçamentos e sua tramitação, composta dos seguintes Srs. Congressistas:

Composição

SENADORES

Titulares

Suplentes

Bloco da Minoria (PFL e PSDB)

Heráclito Fortes-PFL

Lúcia Vânia-PSDB

Sérgio Guerra-PSDB

Rodolpho Tourinho-PFL

Efraim Moraes-PFL

Paulo Octávio-PFL

Leonel Pavan-PSDB

Antero Paes de Barros-PSDB

PMDB

Romero Jucá-PMDB Maguito Vilela-PMDB

Bloco de Apoio ao Governo (PT/PL/PTB/PSB/PPS)Aloizio Mercadante-PT Sibá Machado-PT
Marcelo Crivella-PL
Fernando Bezerra-PTB
Antônio Carlos Valadares-PSB**PDT**

Osmar Dias-PDT

P-SOL()**

Heloisa Helena-P-SOL

(**) Rodízio (Resolução 2/2000-CN)

(*) Republicado para alterar o número de membros

DEPUTADOS**Titulares****Suplentes****PT**

Paulo Bernardo-PT

PMDB

Pedro Novais-PMDB Wilson Santiago-PMDB

BLOCO PFL/PRONA

Cláudio Cajado-PFL

PSDB

Ronaldo Dimas-PSDB

PP

Ricardo Barros-PP

PTB

Iberê Ferreira-PTB José Chaves-PTB

PL

Milton Monti-PL

PPS

Fernando Coruja-PPS Colbert Martins-PPS

PCdoB ()**

Sérgio Miranda-PCdoB

(**) Rodízio (Resolução 2/2000-CN)

(*) Republicado para alterar o número de membros

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PMDB – AP)

– Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 149, DE 2005

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do artigo 74, inciso I, e do artigo 76 do Regimento Interno, seja criada Comissão Temporária Interna do Senado Federal, composta de 3 titulares e 3 suplentes, com o intuito de acompanhar os preparativos para as comemorações dos 100 anos da imigração japonesa no Brasil e de propor formas de adensar as relações entre os parlamentos do nosso País e do Japão.

Justificação

Em 1907, foi concedida a autorização, pelo governo do Estado de São Paulo, à Cia. Imperial de Imigração do Japão para transportar um determinado número de emigrantes para o Brasil, em parcelas anuais. Em 18 de junho de 1908, aportou em Santos o navio japonês KASATO MARU trazendo, pela primeira vez, 165 famílias, num total de 786 pessoas, que foram encaminhadas às fazendas de café na zona mogiana para trabalharem como “colonos”.

Iniciou-se, dessa forma, a brilhante saga da imigração nipônica no Brasil.

Num primeiro período, entre 1910 e 1914, chegaram do Japão cerca de 14.200 imigrantes. Embora a maioria tivesse vindo para trabalhar nas fazendas de café, uma vez findos os contratos de trabalho boa parte desses migrantes procurou a sua independência econômico-financeira dirigindo-se para o interior do Estado de São Paulo ou para a periferia da capital e formando núcleos de grande dinamismo.

Entre 1925 e 1935, chegou ao auge a entrada de imigrantes japoneses no Brasil, com o impressionante número de 140.000. Nesse período, consolidam-se os núcleos de imigrantes japoneses, especialmente no Estado de São Paulo, e a imigração nipônica passa a ter grande importância econômica para o País, notadamente na área agrícola.

Ao longo da Segunda Guerra mundial, houve, por motivos óbvios, interrupção do fluxo migratório do Japão para o Brasil. No entanto, a partir de 1959, restabeleceu-se a imigração, mas já em escala bastante reduzida, em virtude da recuperação econômica do Japão. Ao todo, no século passado chegaram ao Brasil cerca de 260.000 migrantes nipônicos.

Atualmente, estima-se que a comunidade nipo-brasileira congregue cerca de 800.000 pessoas. As maiores concentrações se encontram no Estado de São Paulo, estimadas em 73% do total, seguidas pelo Paraná com 20%, Mato Grosso com 2,5% e Pará com 1,2%, o restante estando distribuído nos diversos Estados do Norte, Nordeste, Centro-Oeste e Sul do País.

Quanto às atividades exercidas pelos japoneses, 50% trabalham na agricultura, 35% no comércio

e 15% na indústria. Esta última teve um crescimento acelerado na década de 60 com a transferência das empresas japonesas para o Brasil.

Esses migrantes, que chegaram ao País em condições muito difíceis, estão hoje solidamente integrados à Nação brasileira e deram e continuam a dar contribuição inestimável ao desenvolvimento do Brasil.

Pois bem, neste ano se iniciam os longos preparativos para a comemoração dos 100 anos da imigração japonesa no Brasil, a qual deverá sedimentar a longa amizade entre o nosso País e o Japão. Espera-se uma sucessão de eventos comemorativos que envolverão não apenas os governos de ambas as nações, mas também numerosos segmentos das comunidades do Brasil e do Japão.

No nosso entendimento, o Senado da República Federativa do Brasil, pela sua importância e representatividade, deve participar ativamente desses preparativos, de modo a contribuir para o êxito de um evento tão relevante. Ademais, esses preparativos criam oportunidade única para que o Senado adense as suas relações com o Parlamento nipônico, o que contribuirá positivamente para a estratégica parceria Brasil/Japão.

Em vista do exposto, conclamamos os nobres Pares a que dêem apoio a este importante requerimento.

Sala das Sessões, 14 de março de 2005. – Senador **Aloizio Mercadante**.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PMDB – AP)

– O requerimento que acaba de ser lido será incluído em Ordem do Dia oportunamente, nos termos do disposto no art. 255, inciso II, alínea c, item 6, do Regimento Interno.

Sobre a mesa, projetos de lei que passo a ler.

São lidos os seguintes:

**PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 73, DE 2005 – COMPLEMENTAR**

Altera a Lei nº 4.595, de 31 de dezembro de 1964, estabelecendo a autonomia operacional do Banco Central do Brasil.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Acrescente-se à Lei nº 4.595, de 31 de dezembro de 1964, os seguintes artigos:

“Art. 13–A. A Diretoria do Banco Central do Brasil é composta por um Presidente e oito Diretores, nomeados pelo Presidente da República após aprovação de seus nomes pela maioria absoluta do Senado Federal, em votação secreta, precedida de arguição pública.

Art. 13-B. Os mandatos do Presidente e dos Diretores do Banco Central do Brasil serão de quatro anos, permitida uma única recondução.

Parágrafo único. No caso de recondução, fica dispensada a aprovação pelo Senado Federal referida no art. 13–A.

Art. 13–C. Será destituído e perderá seu mandato o Presidente ou o Diretor que:

I – sofrer condenação criminal em sentença transitada em julgado;

II – por solicitação devidamente justificada do Presidente da República, em Mensagem enviada ao Senado Federal, tiver sua exoneração aprovada, em votação secreta, por maioria absoluta dos Senadores, após sessão pública na qual se assegurará amplo direito de defesa ao dirigente;

III – solicitar dispensa do cargo.

Parágrafo único. Nos casos em que não houver o cumprimento integral do mandato, o substituto cumprirá o prazo remanescente previsto para o mandato do Presidente ou Diretor substituído.” (NR)

Art. 2º No ato de nomeação ou confirmação da primeira Diretoria do Banco Central sob a vigência desta lei, deverá ser estabelecida a duração do mandato do Presidente e de cada um dos Diretores, sendo que:

I – dois Diretores terão mandato de um ano;

II – dois Diretores terão mandato de dois anos;

III – dois Diretores terão mandato de três anos;

IV – dois Diretores terão mandato de quatro anos; e

V – o Presidente terá mandato de quatro anos.

Parágrafo único. No caso de confirmação no cargo, não será necessária nova aprovação pelo Senado Federal.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

Nas últimas duas décadas, tornou-se consensual a idéia de que políticas monetárias lenientes não são capazes de gerar desenvolvimento econômico sustentado. Políticas monetárias expansivas podem, no máximo, gerar surtos de expansão de curto prazo, que serão fatalmente seguidos de retração da produção e desorganização dos contratos.

Também se entende hoje que o combate à inflação pode ser tão menos custoso em termos de produto – e, portanto, de bem-estar social – quanto mais a sociedade confiar na real disposição das autoridades de manter a inflação em níveis moderados. Ocorre que os ciclos políticos e eleitorais podem ter duração diferente da dos ciclos econômicos. Surge dessa defasagem uma tentação para o Poder Executivo: utilizar políticas monetárias frouxas para obter resultados políticos ou eleitorais imediatos, ainda que gerando a necessidade de ajustes futuros de alto custo.

A convergência entre essas idéias se materializou na criação de bancos centrais autônomos de direito ou na aceitação tácita de um maior grau de autonomia prática, ainda que não formalizada institucionalmente.

No Brasil, vivemos a segunda situação. A despeito dos resultados expressivos que esse arranjo vem obtendo, tanto na forma de índices de inflação baixos, quanto na resposta satisfatória do aumento do PIB – no ano passado o crescimento foi de 5,2% -, não se pode negar que alguma incerteza política quanto à continuidade de políticas monetárias consistentes é uma reação legítima dos agentes econômicos e dos cidadãos. E essa incerteza tem um preço.

É preciso avançar. Se a autonomia tácita de que goza o Banco Central for formalizada no nosso ordenamento jurídico, o Brasil só terá a ganhar. O custo de combater a inflação será reduzido em muito.

Nesse sentido, proponho, através de emenda à Lei nº 4.595, de 1964, que se estabeleça, de direito, a separação entre política fiscal e política monetária. Separação esta que já vem sendo implantada, na prática, com amplo sucesso, tanto em termos de responsabilidade fiscal quanto de controle da inflação.

Quando os agentes econômicos tiverem certeza de que os diretores e o Presidente do Banco Central não precisarão fazer concessões políticas para permanecerem em seus cargos, as metas de inflação ganharão maior credibilidade. E credibilidade é um atributo chave na condução da política monetária: se todos confiam que o Banco Central será capaz de fazer a inflação convergir para a meta estipulada, todos fixarão seus preços dentro das margens previstas pela autoridade monetária. Em consequência, reduz-se o custo da política monetária, sendo possível atingir uma menor inflação com menor taxa de juros.

Também não podemos ignorar que a inexistência de garantia legal de um mandato fixo para os dirigentes do Banco Central estabelece uma permanente guerra de informação entre a autoridade monetária, o mercado e o governo. Quando o Banco Central é criticado, seus

dirigentes podem ser tentados a usar a elevação da taxa de juros como forma de reafirmar sua autonomia “de fato”, enviando ao mercado sinais de que não se deixam amedrontar por críticas. Esse tipo de comportamento aumenta o custo da política monetária. Em um quadro institucional onde a autonomia dos dirigentes é garantida por lei, tal fenômeno não ocorreria.

Considero que a aprovação desta proposição permitirá a redução mais rápida das taxas de juros, ao mesmo tempo que dará ao País um quadro institucional mais sólido e estável, favorecendo o ambiente econômico e estimulando o investimento e o crescimento do produto nacional.

Os mandatos dos diretores não devem ser coincidentes com o do Presidente da República, para que não seja possível a um presidente escolher, de uma só vez, toda a diretoria que irá conduzir a política monetária durante seu mandato. Ainda que não sujeitos a demissão **ad nutum**, o processo de escolha fatalmente teria reflexos na atuação dos diretores, podendo reduzir sua autonomia de fato. De igual modo, é importante que não haja descontinuidade no trabalho das diretorias. A troca de toda a diretoria de uma só vez poderia reduzir a chamada memória organizacional. Por isso, proponho que não haja coincidência dos períodos de mandatos dos diretores também entre si.

Para que haja esse escalonamento, foi necessário instituir uma regra de transição, na qual os mandatos da primeira Diretoria a tomar posse após a aprovação desta proposição terão duração diferenciada. Dois mandatos serão de um ano; dois, de dois anos; dois, de três anos; e os três restantes, incluindo o do Presidente, de quatro anos.

Frente ao exposto, considero de alta relevância a aprovação desta proposição, com vistas a reduzir a taxa de juros, bem como dar impulso adicional ao crescimento da economia.

Sala das Sessões, 14 de março de 2005. – Senador **Ney Suassuna**.

LEGISLAÇÃO CITADA

LEI Nº 4.595, DE 31 DE DEZEMBRO DE 1964

Dispõe sobre a Política e as Instituições Monetárias, Bancárias e Creditícias, Cria o Conselho Monetário Nacional e dá outras providências.

O Presidente da República, Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte lei:

.....

CAPÍTULO I

Do Sistema Financeiro Nacional

Art. 1º O Sistema Nacional, estruturado e regulado pela presente lei, será constituído:

I – do Conselho Monetário Nacional;

II – do Banco Central do Brasil; (Redação dada pela Lei nº 278, de 28-2-67)

III – do Banco do Brasil S/A;

IV – do Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico;

V – das demais instituições financeiras públicas e privadas.

CAPÍTULO II

Do Conselho Monetário Nacional

Art. 2º Fica extinto o Conselho da atual Superintendência da Moeda e do Crédito, e criado em substituição, o Conselho Monetário Nacional, com a finalidade de formular a política da moeda e do crédito como previsto nesta lei, objetivando o progresso econômico e social do País.

Art. 3º A política do Conselho Monetário Nacional objetivará:

I – Adaptar o volume dos meios de pagamento às reais necessidades da economia nacional e seu processo de desenvolvimento;

II – Regular o valor interno da moeda, para tanto prevenindo ou corrigindo os surtos inflacionários ou deflacionários de origem interno ou externa, as depressões econômicas e outros desequilíbrios oriundos de fenômenos conjunturais;

III – Regular o valor externo da moeda e o equilíbrio no balanço de pagamento do País, tendo em vista a melhor utilização dos recursos em moeda estrangeira;

IV – Orientar a aplicação dos recursos das instituições financeiras, quer públicas, quer privadas; tendo em vista propiciar, nas diferentes regiões do País, condições favoráveis ao desenvolvimento harmônico da economia nacional;

V – Propiciar o aperfeiçoamento das instituições e dos instrumentos financeiros, com vistas à maior eficiência do sistema de pagamentos e de mobilização de recursos;

VI – Zelar pela liquidez e solvências das instituições financeiras;

VII – Coordenar as políticas monetária, creditícia, orçamentária, fiscal e da dívida pública, interna e externa.

Art. 12. O Banco Central da República do Brasil operará exclusivamente com instituições financeiras públicas e privadas, vedadas operações bancárias

de qualquer natureza com outras pessoas de direito público ou privado, salvo as expressamente autorizadas por lei.

Art. 13. Os encargos e serviços de competência do Banco Central, quando por ele não executados diretamente, serão contratados de preferência com o Banco do Brasil S/A, exceto nos casos especialmente autorizados pelo Conselho Monetário Nacional. (Redação dada pela Lei nº 278, de 28-2-67)

(Às Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania e Assuntos Econômicos.)

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 74, DE 2005

Altera a Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997 (Lei das Eleições), para dispor sobre o financiamento de campanha eleitoral nas eleições municipais.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Esta lei dispõe exclusivamente sobre o financiamento de campanha eleitoral nas eleições municipais, às quais não se aplicam as normas previstas nos arts. 17 a 27 da Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997.

Art. 2º Fica acrescida à Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997, seção, compreendida pelos arts. 27-A a 27-G, com a seguinte redação:

**DA ARRECADAÇÃO E DA APLICAÇÃO
DE RECURSOS NAS CAMPANHAS
ELEITORAIS MUNICIPAIS**

Art. 27-A. As despesas das campanhas eleitorais municipais serão realizadas sob a responsabilidade dos partidos e financiadas na forma desta lei.

§ 1º Em ano que ocorrer eleições municipais, a lei orçamentária respectiva e seus créditos adicionais incluirão dotação, em rubrica própria, destinada ao financiamento de campanhas eleitorais municipais, de valor equivalente ao número de eleitores do País, multiplicado por R\$7,00 (sete reais), tomando-se por referência o eleitorado existente em 31 de dezembro do ano anterior à elaboração da lei orçamentária.

§ 2º A dotação de que trata este artigo deverá ser consignada ao Tribunal Superior Eleitoral, no anexo da lei orçamentária correspondente ao Poder Judiciário.

§ 3º O Tesouro Nacional depositará os recursos no Banco do Brasil, em conta especial à disposição do Tribunal Superior Eleitoral, até o dia 1º de maio do ano do pleito.

§ 4º O Tribunal Superior Eleitoral fará a distribuição dos recursos aos órgãos de direção nacional dos partidos políticos, dentro de dez dias, contados da data do depósito a que se refere o § 3º, obedecidos os seguintes critérios:

I – um por cento, dividido igualitariamente entre todos os partidos com estatutos registrados no Tribunal Superior Eleitoral;

II – quatorze por cento, divididos igualmente entre os partidos com representação na Câmara dos Deputados;

III – oitenta e cinco por cento, divididos entre os partidos, proporcionalmente ao número de representantes que elegeram, na última eleição geral para a Câmara dos Deputados.

§ 5º Os recursos destinados a cada partido deverão aplicar-se de acordo com os seguintes critérios:

I – os diretórios nacionais dos partidos políticos reservarão dez por cento dos recursos para sua administração direta e distribuirão os noventa por cento restantes aos diretórios regionais, conforme os seguintes critérios:

a) metade na proporção do número de eleitores de cada Estado, do Distrito Federal e de cada Território; e

b) metade na proporção das bancadas dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios, que o partido elegeu para a Câmara dos Deputados.

II – dos recursos recebidos pelos diretórios regionais, dez por cento serão reservados para a sua administração direta e os noventa por cento restantes serão distribuídos aos diretórios municipais, sendo:

a) metade na proporção do número de eleitores do município; e

b) metade na proporção do número de vereadores eleitos pelo partido político, no município, em relação ao total de vereadores eleitos pelo partido político no Estado.

Art. 27-B. Até dez dias após a escolha de seus candidatos em convenção, o partido ou coligação partidária constituirá comitês financeiros, com a finalidade de administrar os recursos de que trata o art. 27-A.

Art. 27-C. O partido ou coligação partidária fará a administração financeira da campanha, usando unicamente os recursos orçamentários previstos nesta lei, e fará a prestação de contas aos Juizes Eleitorais.

§ 1º Fica vedado, na campanha eleitoral, o uso de recursos em dinheiro, ou estimáveis em dinheiro, provenientes dos partidos e de pessoas físicas e jurídicas.

§ 2º Os partidos políticos e as coligações partidárias deverão apresentar:

I – quarenta e cinco dias anteriores à data da eleição, a primeira prestação de contas dos recursos usados na campanha até o momento da declaração; e

II – até dez dias após a data de realização do pleito, a prestação de contas complementar, relativa aos recursos despendidos posteriormente à primeira declaração até o fim da campanha.

Art. 27-D. É obrigatório para o partido e coligação partidária abrir conta bancária específica para registrar todo o movimento financeiro da campanha.

Parágrafo único. Os bancos são obrigados a aceitar o pedido de abertura de conta destinada à movimentação financeira de campanha, sendo-lhes vedado condicioná-la a depósito mínimo.

Art. 27-E. É vedado a partido, coligação e candidato receber, direta ou indiretamente, recursos em dinheiro ou estimáveis em dinheiro, inclusive através de publicidade de qualquer espécie, além dos previstos nesta Lei.

§ 1º A doação de pessoa física para campanhas eleitorais sujeita o infrator ao pagamento de multa no valor de cinco a dez vezes a quantia doada.

§ 2º A pessoa jurídica que descumprir o disposto neste artigo estará sujeita ao pagamento de multa no valor de cinco a dez vezes a quantia doada e à proibição de participar de licitações públicas e de celebrar contratos com o Poder Público pelo período de cinco anos, por determinação da Justiça Eleitoral, em processo no qual seja assegurada ampla defesa.

§ 3º O partido que infringir o disposto neste artigo estará sujeito a multa no valor de três vezes o valor recebido em doação.

§ 4º Nas eleições para Prefeito e Vice-Prefeito, o candidato que infringir o disposto neste artigo estará sujeito à cassação do registro ou do diploma, se este já houver sido expedido.

§ 5º Nas eleições para Vereador, observar-se-á o seguinte:

I – comprovada a responsabilidade do candidato, aplicar-se-lhe-á a mesma punição

prevista no § 4º deste artigo, sem prejuízo de sua responsabilização por abuso de poder econômico, conforme as penas cominadas no art. 23, inciso III, da Lei nº 8.884, de 11 de junho de 1994;

II – comprovada a responsabilidade do partido, independentemente da aplicação da multa prevista no § 3º, serão cassados o registro ou os diplomas dos candidatos, seja expedidos.

§ 6º Na hipótese de cassação prevista no inciso II do § 5º deste artigo, os votos que lhes foram atribuídos serão nulos, devendo a Justiça Eleitoral proceder a novo cálculo dos quocientes eleito partidário.

Art. 27-F. O partido que descumprir as normas referentes à arrecadação e aplicação de recursos fixadas nesta Seção perderá o direito ao recebimento da quota do Fundo Partidário do ano seguinte, sem prejuízo de responderem os candidatos beneficiários por abuso do poder econômico.

Art. 27-G. A fiscalização de abuso do poder econômico, no curso da campanha, será exercida por uma comissão instituída pela Justiça Eleitoral, em cada Município.

§ 1º A composição, atribuições e funcionamento da comissão serão disciplinados pelo Tribunal Superior Eleitoral.

§ 2º Entre os membros da comissão constarão os representantes dos partidos, coligações e outros que a Justiça Eleitoral considerar necessários.

§ 3º Por solicitação da comissão, o órgão competente da Justiça Eleitoral poderá, liminarmente, determinar a suspensão da campanha do candidato ou da lista, nas hipóteses previstas nos §§ 4º e 5º do art. 27-E, pelo prazo máximo de cinco dias, assegurada ampla defesa.”

Art. 3º Fica revogado o § 2º do art. 22 da Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, observado o disposto no art. 16 da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 4, de 1993.

Justificação

No atual momento, em que a sociedade brasileira discute a necessidade de o dinheiro público ser destinado às campanhas eleitorais, em que pese às carências materiais de grande parcela da população,

procuramos dar a nossa contribuição ao debate mediante a apresentação desta proposição.

Assim, aproveitamos as idéias contidas em projetos com o mesmo objetivo que vêm sendo discutidos nas duas Casas do Congresso Nacional, especialmente nas comissões especiais que têm sido criadas com a finalidade de estudar o aperfeiçoamento na legislação político-partidária e eleitoral.

O nosso objetivo é, portanto, introduzir o financiamento público das campanhas eleitorais na eleição municipal como o passo inicial e experimental para, posteriormente, aperfeiçoar a medida e expandi-la, em caso de sucesso, para as campanhas eleitorais das circunscrições estaduais e nacional.

A eleição municipal constitui disputa eleitoral menos complexa em razão de envolver apenas duas escolhas para o eleitor: o voto para o candidato a Prefeito e do respectivo Vice e o voto para o candidato a Vereador. Tal fato torna mais administrável a implantação do financiamento público.

Portanto, entendemos que restringir inicialmente o financiamento público às campanhas eleitorais municipais constitui conveniência política com vistas à segura implantação integral no processo eleitoral brasileiro dessa tão almejada medida, especialmente para aqueles que dedicam a sua vida à representação popular.

Esperamos conseguir superar a resistência da população à aplicação generalizada da medida, ou seja, também para as eleições nacionais e estaduais, se for comprovada a eficácia do financiamento público das campanhas eleitorais na eleição municipal, mediante a realização de pleito eleitoral com a exclusão ou sensível redução da influência do poder econômico.

Estamos certos que contaremos com a compreensão de todos os Pares para a aprovação deste projeto, inclusive por aqueles que, não obstante serem favoráveis ao financiamento público das campanhas eleitorais, sentem-se constrangidos em apoiar a sua introdução na legislação eleitoral em sua versão mais ampla.

Sala das Sessões, 14 de março de 2005. – **José Jorge**, Senador da República.

LEGISLAÇÃO CITADA

LEI Nº 9.504, DE 30 DE SETEMBRO DE 1997

Estabelece normas para as eleições.

O Vice Presidente da República no exercício do cargo de Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

.....

Da Arrecadação e da Aplicação de Recursos nas Campanhas Eleitorais

Art. 17. As despesas da campanha eleitoral serão realizadas sob a responsabilidade dos partidos, ou de seus candidatos, e financiadas na forma desta Lei.

Art. 18. Juntamente com o pedido de registro de seus candidatos, os partidos e coligações comunicarão à Justiça Eleitoral os valores máximos de gastos que farão por candidatura em cada eleição em que concorrerem.

§ 1º Tratando-se de coligação, cada partido que a integra fixará o valor máximo de gastos de que trata este artigo.

§ 2º Gastar recursos além dos valores declarados nos termos deste artigo sujeita o responsável ao pagamento de multa no valor de cinco a dez vezes a quantia em excesso.

Art. 19. Até dez dias úteis após a escolha de seus candidatos em convenção, o partido constituirá comitês financeiros, com a finalidade de arrecadar recursos e aplicá-los nas campanhas eleitorais.

§ 1º Os comitês devem ser constituídos para cada uma das eleições para as quais o partido apresente candidato próprio, podendo haver reunião, num único comitê, das atribuições relativas às eleições de uma dada circunscrição.

§ 2º Na eleição presidencial é obrigatória a criação de comitê nacional e facultativa a de comitês nos Estados e no Distrito Federal.

§ 3º Os comitês financeiros serão registrados, até cinco dias após sua constituição, nos órgãos da Justiça Eleitoral aos quais compete fazer o registro dos candidatos.

Art. 20. O candidato a cargo eletivo fará, diretamente ou por intermédio de pessoa por ele designada, a administração financeira de sua campanha, usando recursos repassados pelo comitê, inclusive os relativos à cota do Fundo Partidário, recursos próprios ou doações de pessoas físicas ou jurídicas, na forma estabelecida nesta lei.

Art. 21. O candidato é o único responsável pela veracidade das – informações financeiras e contábeis de sua campanha, devendo assinar a respectiva prestação de contas sozinho ou, se for o caso, em conjunto com a pessoa que tenha designado para essa tarefa.

Art. 22. É obrigatório para o partido e para os candidatos abrir conta bancária específica para registrar todo o movimento financeiro da campanha.

§ 1º Os bancos são obrigados a acatar o pedido de abertura de conta de qualquer partido ou candidato escolhido em convenção, destinada à movimentação financeira da campanha, sendo-lhes vedado condicioná-la a depósito mínimo.

§ 2º O disposto neste artigo não se aplica aos casos de candidatura para Prefeito e Vereador em Municípios onde não haja agência bancária, bem como aos casos de candidatura para Vereador em Municípios com menos de vinte mil eleitores.

Art. 23. A partir do registro dos comitês financeiros, pessoas físicas poderão fazer doações em dinheiro ou estimáveis em dinheiro para campanhas eleitorais, obedecido o disposto nesta lei.

§ 1º As doações e contribuições de que trata este artigo ficam limitadas:

I – no caso de pessoa física, a dez por cento dos rendimentos brutos auferidos no ano anterior à eleição;

II – no caso em que o candidato utilize recursos próprios, ao valor máximo de gastos estabelecido pelo seu partido, na forma desta lei.

§ 2º Toda doação a candidato específico ou a partido deverá fazer-se mediante recibo, em formulário impresso, segundo modelo constante do Anexo.

§ 3º A doação de quantia acima dos limites fixados neste artigo sujeita o infrator ao pagamento de multa no valor de cinco a dez vezes a quantia em excesso.

§ 4º Doações feitas diretamente nas contas de partidos e candidatos deverão ser efetuadas por meio de cheques cruzados e nominais.

Art. 24. É vedado, a partido e candidato, receber direta ou indiretamente doação em dinheiro ou estimável em dinheiro, inclusive por meio de publicidade de qualquer espécie, procedente de:

I – entidade ou governo estrangeiro;

II – órgão da administração pública direta e indireta ou fundação mantida com recursos provenientes do Poder Público;

III – concessionário ou permissionário de serviço público;

IV – entidade de direito privado que receba, na condição de beneficiária, contribuição compulsória em virtude de disposição legal;

V – entidade de utilidade pública;

VI – entidade de classe ou sindical;

VII – pessoa jurídica sem fins lucrativos que receba recursos do exterior.

Art. 25. O partido que descumprir as normas referentes à arrecadação e aplicação de recursos fixadas nesta lei perderá o direito ao recebimento da quota do Fundo Partidário do ano seguinte, sem prejuízo de responderem os candidatos beneficiados por abuso do poder econômico.

Art. 26. São considerados gastos eleitorais, sujeitos a registro e aos limites fixados nesta lei, dentre outros:

I – confecção de material impresso de qualquer natureza e tamanho;

II – propaganda e publicidade direta ou indireta, por qualquer meio de divulgação, destinada a conquistar votos;

III – aluguel de locais para a promoção de atos de campanha eleitoral;

IV – despesas com transporte ou deslocamento de pessoal a serviço das candidaturas;

V – correspondência e despesas postais;

VI – despesas de instalação, organização e funcionamento de Comitês e serviços necessários às eleições;

VII – remuneração ou gratificação de qualquer espécie a pessoal que preste serviços às candidaturas ou aos comitês eleitorais;

VIII – montagem e operação de canos de som, de propaganda e assemelhados;

IX – produção ou patrocínio de espetáculos ou eventos promocionais de candidatura;

X – produção de programas de rádio, televisão ou vídeo, inclusive os destinados à propaganda gratuita;

XI – pagamento de cachê de artistas ou animadores de eventos relacionados a campanha eleitoral;

XII – realização de pesquisas ou testes pré-eleitorais;

XIII – confecção, aquisição e distribuição de camisas, chaveiros e outros brindes de campanha;

XIV – aluguel de bens particulares para veiculação, por qualquer meio, de propaganda eleitoral;

XV – custos com a criação e inclusão de sítios na Internet;

XVI – multas aplicadas aos partidos ou candidatos por infração do disposto na legislação eleitoral.

Art. 27. Qualquer eleitor poderá realizar gastos, em apoio a candidato de sua preferência, até a quantia equivalente a um mil UFIR, não sujeitos a contabilização, desde que não reembolsados.

.....
(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania – Decisão terminativa.)

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PMDB – AP) – Os projetos que acabam de ser lidos serão publicados e despachados às Comissões competentes.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PMDB – AP) – Há oradores inscritos.

O SR. HÉLIO COSTA (PMDB – MG) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PMDB – AP) – Concedo a palavra a V. Ex^a.

O SR. HÉLIO COSTA (PMDB – MG. Pela ordem.) – Sr. Presidente, não estando presente o Líder Ney Suassuna, peço a palavra pela Liderança do PMDB, como Vice-Líder.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PMDB – AP) – V. Ex^a tem direito à palavra por ser o único Vice-Líder presente.

O SR. EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS (PSDB – TO) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PMDB – AP) – Concedo a palavra ao Senador Eduardo Siqueira Campos, pela ordem.

O SR. EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS (PSDB – TO. Pela ordem.) – Sr. Presidente Papaléo Paes, eu gostaria de solicitar a minha inscrição para uma comunicação inadiável, muito embora esteja inscrito regularmente.

No caso de haver a possibilidade de falar como orador no prazo de 10 minutos, eu farei essa opção. Caso contrário, desejo registrar a minha opção para uma comunicação inadiável, de acordo com o critério que V. Ex^a deverá adotar, de intercalar os oradores regularmente inscritos com as comunicações inadiáveis.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PMDB – AP) – V. Ex^a será atendido dentro do critério já citado.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PMDB – AP) – Concedo a palavra ao Senador Mão Santa, pela ordem.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, numa das últimas reuniões, levantamos a hipótese de que em dia como o de hoje, em que não há Ordem do Dia, o tempo dos oradores devidamente inscritos seria de 20 minutos. O Vice-Presidente da Casa, Tião Viana, ficou de defender essa tese de tempo igual ao de pós-Ordem do Dia em sessão deliberativa. Como a sessão é não deliberativa, todos os inscritos disporiam, se necessário fosse, de até 20 minutos.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PMDB – AP) – Comunico a V. Ex^a que houve uma alteração quanto à tolerância, que passou de dois para cinco minutos. Assim, no total serão quinze minutos por orador.

Concedo a palavra ao Senador Hélio Costa. Em seguida, como orador inscrito, fará uso da palavra o Senador Paulo Paim.

O SR. HÉLIO COSTA (PMDB – MG. Pela Liderança do PMDB. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, quero voltar a um assunto ao qual me referi há cerca de três semanas, na tribuna do Senado, exatamente em função de uma medida provisória que chegara a esta Casa que tratava do *bio-diesel*, de como o Governo iria tratá-lo e as questões a ele relacionadas.

Fiquei extremamente feliz quando ouvi o Presidente da República se referir ao *biodiesel* como uma verdadeira

revolução no campo. É exatamente o que está acontecendo na minha região de Minas Gerais, onde estamos implantando a sexta refinaria de *biodiesel* do Brasil.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs Senadores, peço a atenção de V. Ex^{as} porque uma nova medida provisória que está chegando ao plenário do Senado vai disciplinar a maneira como os tributos serão cobrados daqueles que estão produzindo o *biodiesel* no País, a partir de julho. Até este momento, não existe ainda qualquer refinaria produzindo *biodiesel*, mas a partir de julho começará a sua comercialização. O que existe neste instante é uma refinaria experimental na cidade de Cássia, no Estado de Minas Gerais. Evidentemente, a própria Biobrás, a detentora da patente do processo de esmagamento das oleaginosas para obtenção de *biodiesel*, já dispõe de uma usina experimental.

Sr. Presidente, deixa-me preocupado o fato de que essa medida provisória traga algumas complicações que a Ministra Dilma Rousseff e o Presidente da República precisam observar antes que ela chegue a esta Casa.

Veja só, Sr. Presidente, o que está acontecendo: a Medida Provisória nº 227, no seu §1º, diz que é vedada a comercialização e a importação do *biodiesel* sem a concessão do registro especial. Para conseguir esse registro especial, aquele que estiver implantando uma refinaria de *biodiesel* deverá procurar imediatamente a Receita Federal, porque ela vai estabelecer se o interessado pode ou não instalá-la.

Agora, vejam só a situação que foi criada pela Receita Federal no que diz respeito à Instrução Normativa nº 516, que vai normatizar as empresas de *biodiesel* no País. O decreto da medida provisória remetendo a essa instrução normativa, no seu art. 1º, §2º, inciso II, diz que a empresa de *biodiesel* precisa ter um capital integralizado de R\$500 mil.

Sr. Presidente, se eu quiser abrir amanhã uma empresa de exportação, precisarei de R\$10 mil. Com isso, poderei importar ou exportar – principalmente importar aquelas bugigangas da China – até o valor de US\$1 bilhão. No entanto, o produtor do *biodiesel* deve ter um capital integralizado de R\$500 mil. No Brasil, só se exige esse valor dos bancos e das seguradoras.

Feito isso, ainda há um problema: se aquela empresa que está produzindo o biocombustível instalar mais uma única máquina dentro da sua estrutura, ou seja, mais uma centrífuga, ela precisa informar à Receita Federal.

Imagine se uma fábrica de refrigerantes multinacional, ao instalar mais uma envasadora, precisa se reportar à Secretaria da Receita Federal! Não.

Imagine se a Ford ou a Chevrolet, ao colocarem mais uma máquina no seu parque industrial, no ABC,

tenham que comunicar o fato à Receita Federal! É loucura!

O SR. PRESIDENTE (Papaleo Paes. PMDB – AP) – Concederei mais dois minutos a V. Ex^a, para que conclua o seu discurso.

O SR. HÉLIO COSTA (PMDB – MG) – Perfeitamente.

O mais problemático, Sr. Presidente, é que a própria medida provisória insiste em que sejam usados os recursos do Pronaf – Programa de Reforço da Agricultura Familiar. Porém, lamentavelmente, esqueceram-se de que o Pronaf exige que o pequeno agricultor que tira dinheiro no Banco do Brasil, na Caixa Econômica ou no Banco repassador para aplicar na sua pequena lavoura só possa pedir o segundo empréstimo depois de pagar o primeiro.

Ora, como no caso do *biodiesel* o plantio das oleaginosas exige que se faça isso nas entressafas; antes de pagar o primeiro empréstimo o produtor já tem que plantar a segunda safra – porque ele tem que plantar a cada quatro meses. Se ele só puder fazer o segundo empréstimo depois que pagar o primeiro, é evidente que a agricultura familiar não vai poder participar do grande projeto do *biodiesel*.

Essas são apenas algumas coisas que eu considero lamentáveis e que precisam ser rapidamente corrigidas.

Finalmente, Sr. Presidente, para encerrar a minha fala, quero dizer que o *diesel* fóssil, aquele que vem da extração do petróleo, paga um conjunto de 13% de imposto, incluindo aí a Cide, que é o imposto sobre combustíveis – 13% no total. Com todas as vantagens que o Ministério de Minas e Energia conseguiu estabelecer com a Receita Federal, o produtor do *biodiesel* vai pagar 11,37%.

(Interrupção do som.)

O SR. PAPALÉO PAES (PMDB – AP) – V. Ex^a tem mais um minuto.

O SR. HÉLIO COSTA (PMDB – MG) – Ele vai utilizar o pequeno produtor; ele vai utilizar os recursos do Pronaf; ele vai ativar a economia no interior; ele vai produzir emprego no campo, milhares de empregos. Em nossa região, são três mil empregos que estão sendo criados por causa dessa refinaria. Agora, o produtor do *biodiesel* vai pagar 11,37% de impostos, entre PIS/Pasep, Cofins etc. Então, o petróleo paga 13%; e o *biodiesel*, 11,37%. Fizeram um favor enorme: estudaram durante um ano e deram um abatimento 1,63% para quem produz o *biodiesel*.

Ora, Sr. Presidente, acho que, quando essa medida provisória chegar aqui, teremos certamente que

fazer um ajuste nessas posições que foram estabelecidas.

Não sei de que maneira o Governo consegue passar essas coisas para o papel sem ter uma pessoa que realmente represente ...

(Interrupção do som.)

O SR. HÉLIO COSTA (PMDB – MG) – ...aqueles que estão engajados no processo de mostrar ao País o que é o *biodiesel*.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PMDB – AP) – Concedo a palavra ao nobre Senador Paulo Paim, como orador inscrito.

S. Ex^a terá até dez minutos para o seu pronunciamento, com cinco minutos de tolerância. Em seguida, para uma comunicação inadiável, falará o Senador Eduardo Siqueira Campos.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senadores e Senadoras, vim a esta tribuna diversas vezes para elogiar a TV Senado pelos brilhantes programas realizados tratando da questão das pessoas com deficiência, e, hoje quero deixar registrado aqui o meu reconhecimento à TV Globo, porque à noite estréia a novela “América”, que trata das pessoas com deficiência, precisamente a visual, a cegueira. Uma menina e um adulto cegos fazem papéis fundamentais da novela.

Acredito, Sr. Presidente, que a escritora Glória Perez, com esse ato, assume a responsabilidade de trazer à tona o problema do preconceito e confrontar esses descaminhos que a sociedade brasileira criou. Diz a autora: “a idéia é abrir espaço para as pessoas falarem de seus problemas, e assim dar voz a quem não tem”.

Sr. Presidente, há pouco tempo, estive em meu gabinete o ator Marcos Frota, que interpretará um deficiente visual na novela. Pude constatar no diálogo com ele a sua sensibilidade para com as pessoas com deficiência. Ele tem inclusive um circo onde as pessoas com deficiência trabalham.

Conversamos sobre a importância da aprovação, nesta Casa, do Estatuto da Pessoa com Deficiência. Concordo, Sr. Presidente, com aqueles que dizem que a mídia tem um alcance fabuloso para introduzir questões como esta, do combate à discriminação, junto à população. A partir dos debates, tenho certeza de que os Parlamentares também ficarão mais sensíveis ao estabelecimento de uma legislação moderna sobre o tema.

Sr. Presidente, segundo dados do IBGE, existem no País cerca de 24,5 milhões de pessoas com alguma deficiência. Desse total, aproximadamente 42% ou 10,2 milhões possuem deficiências severas, tais como

deficiência mental permanente, deficiência física, deficiência de enxergar, como é o caso que cito agora, ou seja, são cegos, deficiência auditiva, e tantas outras que não é possível listar aqui.

O Brasil, sem sombra de dúvida, possui uma legislação ampla sobre o tema. Destaco a própria Constituição Federal, a LDB, o Estatuto da Criança e do Adolescente e também a Lei da Corde.

Embora tenhamos essas legislações, Sr. Presidente, entendo que o estatuto reúne o que há de melhor na sociedade, e exige a sua aplicação de imediato. O Relator do Estatuto por nós apresentado aqui, na Casa, é o Senador Flávio Arns.

O Estatuto da Pessoa Deficiência propõe avanços em direitos básicos, como educação, saúde, emprego, trabalho, desporto, lazer, transporte, habitação, cultura e traz um capítulo específico que trata da Previdência Social, no qual asseguramos um salário mínimo a toda pessoa com deficiência, a exemplo do que já fizemos no Estatuto do Idoso.

Tenho convicção, Sr. Presidente, de que o Estatuto da Pessoa com Deficiência é um instrumento de real valor para fortalecer a auto-estima e assegurar a cidadania plena às pessoas portadoras de deficiência.

Sr. Presidente, quero também homenagear a CNBB, que definiu para 2006 que a Campanha da Fraternidade será “Fraternidade e as pessoas com deficiência”.

O objetivo, tanto da CNBB quanto dessa novela, é mostrar a realidade das pessoas com deficiência. A Campanha da Fraternidade de 2006 será, com certeza, de grande importância para a sociedade brasileira.

Sr. Presidente, registro também o trabalho desenvolvido pelo Senado Federal de colocar em ação programas específicos para a inclusão de pessoas portadoras de deficiência, inclusive com a publicação de obras adequadas à leitura dos portadores de deficiência visual. Cito, por exemplo, a Constituição Federal, o Código de Defesa do Consumidor, o Estatuto da Criança e do Adolescente, o Estatuto do Idoso, todos publicados pelo Senado Federal em braile.

Sr. Presidente, vou mais além. Nos últimos dois anos, tive a honra de conviver na Primeira Vice-Presidência com duas pessoas portadoras de deficiência visual. João Júlio Antunes e Luciano Ambrósio fizeram um trabalho admirável.

Ao mesmo tempo em que cumprimento à iniciativa do ex-Presidente desta Casa, Senador José Sarney, também cumprimento o atual Presidente, Senador Renan Calheiros, bem como o Diretor-Geral, Agaciel da Silva Maia.

Além de promover uma série de iniciativas para pessoas portadoras de deficiência, o Presidente Sena-

dor Renan Calheiros assegurou que esses dois meninos – mesmo que cada um tenha mais de 25 anos, tenho a mania de chamá-los de meninos – continuassem na Casa trabalhando, embora não estivessem mais lotados na Vice-Presidência.

Em nome deles, agradeço ao Presidente Senador Renan Calheiros e ao Diretor-Geral, Agaciel da Silva Maia, pelo movimento que fizeram nesse sentido.

Sr. Presidente, falei aqui sobre o importantíssimo papel social das televisões. Destaquei aqui a novela “América”. Lembro-me também da importância que teve a novela “Mulheres Apaixonadas”, escrita por Manoel Carlos, com atuações brilhantes dos atores gaúchos Carmem Silva e Osvaldo Louzada. Aquele foi um momento magnífico que fortaleceu a aprovação na Casa do Estatuto do Idoso.

O debate em torno das discriminações raciais é outro exemplo que foi abordado na novela “Senhora do Destino”, de Agnaldo Silva, que, sem sombra de dúvida, contribuiu muito para o debate na Câmara e no Senado do Estatuto da Igualdade Racial.

Comentava com o Senador Hélio Costa, há poucos minutos, e também com o Senador Mão Santa que o Estatuto da Igualdade Racial é o primeiro ponto a ser discutido e votado amanhã, na Comissão de Educação, e, com certeza, tem tudo para ser aprovado.

Eu gostaria de destacar ainda, Sr. Presidente, já que estou falando do combate aos preconceitos, que a novela América não trata somente da questão visual, mas também dos preconceitos no campo das religiões. Trata, como dizia, do deficiente, do idoso e também da questão homossexual.

Já que falo tanto em combate a todo tipo de discriminação, quero destacar que hoje, 14 de março, é comemorado o Dia da Poesia, forma de expressão que considero das mais belas, capaz de enlevar a nossa alma, seduzir, com mistério e magia, aqueles que sobre ela pousam seu olhar. É o que exemplifica este trecho da poesia Navio Negreiro, do nosso grande poeta Castro Alves, cujo aniversário de nascimento festejamos hoje.

...Dizei-me vós, Senhor Deus,
Se eu deliro... ou se é verdade
Tanto horror perante os céus?!...
Ó mar, por que não apagas
Co' a esponja de tuas vagas
Do teu manto este borrão?
Astror! Noites! tempestades!
Rolai das imensidades!
Varrei os mares, tufão!...
Existe um povo que a bandeira empresta
P'ra cobrir tanta infâmia e cobardia!...

Ele se refere, Sr. Presidente – não lerei toda a poesia – à chaga da escravidão, por isso foi chamado o Poeta dos Escravos.

Castro Alves nasceu na comarca de Cachoeira, na Bahia, em 1847. Declamava, em seus comícios cívicos, os poemas que retratavam suas idéias de liberdade, contrárias ao comércio de escravos.

Reitero minha esperança de que o Estatuto da Pessoa com Deficiência e o Estatuto da Igualdade Racial sejam aprovados este ano.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Senador Paulo Paim, eu gostaria de participar.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Pois não, Senador.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Vim do Piauí, onde fui patrono de uma turma de jovens da faculdade de odontologia que criei na minha cidade. Eles citaram dois grandes valores no seu Partido: o Líder Aloizio Mercadante e V. Ex^a. Realmente, quando citaram o nome de V. Ex^a, a emoção foi maior do que a de ser patrono deles. Mas quero dizer que V. Ex^a traduz o discurso de Martin Luther King, ou seja, o sonho da igualdade racial, do respeito aos negros, do seu acesso à educação e à saúde. E V. Ex^a traduz todos os sonhos de grandeza do povo do Rio Grande do Sul, o sacrifício da Guerra do Farrapos. O grito que empolgou os farroupilhas, que os motivou, era liberdade, igualdade e fraternidade, algo que V. Ex^a defende com suas ações, voltadas para o idoso, o deficiente e o próprio negro. Continue assim, porque V. Ex^a não é o Paim do PT; o Paim de Caxias do Sul; o Paim do Rio Grande do Sul. V. Ex^a, Senador Paulo Paim, é o nosso Martin Luther King.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Muito obrigado, Senador Mão Santa, pela forma generosa e competente com que V. Ex^a fala do trabalho da maioria dos Senadores.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, acompanhando a fala do Senador Mão Santa, gostaria de ler uma frase que é da sempre lembrada Madre Teresa de Calcutá. Disse ela, um dia: “O que conta não é o que fazemos, mas o amor que pomos no que fazemos”. Ou seja, o carinho, a dedicação, o sentimento em cada ato que fazemos contam mais do que os resultados. Poderia, então, lembrar aquela outra frase conhecida: “sempre vale a pena quando a causa não é pequena”.

Homenageio Luciano Ambrósio, no Dia da Poesia. Esse menino cego que o Senado contratou escreveu um poema que faço questão de ler neste minuto e meio que ainda possuo, para que fique registrado nos Anais da Casa.

Visão de mundo

À espera de um novo mundo
Num velho mundo de espera
Um mundo que não te espera
Um mundo que não te vê
Não te ouve os passos
Não te dá espaços
Um mundo onde não tens voz
Não tens vez
Abra as portas
Os olhos e gritos ao vento
Inventa o mundo
Produza-o, reproduza-o
Traduza-o em Braille, ou em libras
Vibra em teu sucesso
Neste universo que te renova
Numa nova visão de mundo.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.
Muito obrigado.

SEGUE, NA ÍNTEGRA, PRONUNCIAMENTO DO SR. SENADOR PAULO PAIM.

O SR PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, gostaria de expressar junto a meus pares aqui presentes e aos cidadãos brasileiros que nos assistem pelos veículos de comunicação do Senado Federal, meu reconhecimento pela iniciativa da TV Globo de incluir o tema, deficientes físicos, e visuais em particular, na próxima novela das oito “América” que estréia hoje à noite.

Acredito que a estória escrita por Glória Perez tem a responsabilidade de trazer à tona o problema do preconceito e confrontar esses “descaminhos” que a sociedade brasileira criou. Como a autora disse “a idéia é abrir espaço para as pessoas falarem de seus problemas, e assim dar voz a quem não tem”.

Em recente encontro com o ator Marcos Frola, que interpretará um deficiente visual na novela, pude constatar sua sensibilidade para com as pessoas com deficiência. A novela contará também com a atuação da atriz Bruna Marquezine, cuja personagem será uma menina cega de nome Maria Flor.

Conversamos sobre a importância do Estatuto da Pessoa com Deficiência. Concordamos que a mídia tem um alcance fabuloso para introduzir a discussão junto à população. A partir dos debates, os parlamentares terão a oportunidade de colocar o Brasil entre os países que possuem instrumentos modernos de legislação sobre o tema.

Faço aqui um apelo aos meus colegas para observar com carinho especial o Estatuto da Pessoa com Deficiência.

Segundo dados do IBGE, existem hoje no país cerca de 24,5 milhões de pessoas com alguma deficiência. Desse total, aproximadamente 42% ou 10,2 milhões possuem deficiências severas, tais como deficiência mental permanente, tetraplegia, paraplegia, falta de um membro ou parte dele e incapacidade ou grande dificuldade de caminhar, subir escadas, enxergar e ouvir.

O Brasil possui larga legislação que assegura os direitos do cidadão portador de deficiência: Constituição Federal, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB, o Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA, a Lei de Organização da Assistência Social e a Lei da Corde.

Embora tenhamos abrangência, falta-nos um instrumento que garanta sua aplicabilidade.

O Estatuto da Pessoa com Deficiência, de minha autoria, é fruto de ampla discussão da sociedade. O seu relator é o Senador Flávio Arns.

O Estatuto propõe avanços em direitos básicos, como educação, saúde, trabalho, emprego, desporto, lazer, transporte, habitação, cultura, e um capítulo específico para a Previdência Social, no qual fica assegurado a todo portador de deficiência o direito a um salário mínimo.

Tenho convicção que o Estatuto da Pessoa com Deficiência é um instrumento de real valor para fortalecer a auto-estima e assegurar a cidadania plena aos portadores de deficiência.

Quero congratular-me com a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), que definiu a “Fraternidade e as pessoas com deficiência” como tema da Campanha da Fraternidade de 2006.

Os objetivos são os de mostrar com dignidade a realidade dos deficientes, defender a igualdade entre as pessoas com deficiência, e identificar os direitos e diminuir as restrições aos deficientes.

A Campanha da Fraternidade de 2006 será de grande importância para a sociedade brasileira.

Sr. Presidente, registro também o trabalho desenvolvido pelo Senado Federal de colocar em ação, programas específicos para a inclusão de pessoas portadoras de deficiência. Como a publicação de obras adequadas a leituras aos portadores de deficiência visual, cito, Constituição Federal, Código de Defesa do Consumidor, Estatuto da Criança e do Adolescente, dentre outros.

Nos últimos dois anos tive a honra de trabalhar na primeira vice-presidência com dois portadores de deficiência visual. João Júlio Antunes e Luciano Ambrósio fizeram um trabalho admirável. Em reconhecimento, esses meninos continuam hoje no Senado.

É bastante encorajador constatar que o presidente desta casa, Senador Renan Calheiros, bem como, o Diretor-Geral, Agaciel da Silva Maia, têm dado exemplos de como órgãos públicos do País devem receber e acolher as pessoas portadoras de deficiência.

Sr. Presidente, falei aqui sobre o papel social da novela “América”. Lembro também da importância que foi a novela Mulheres Apaixonadas, escrita por Manoel Carlos, com atuações brilhantes dos atores Carmem Silva e Osvaldo Louzada. Aquele foi um momento magnífico para tornar o Estatuto do Idoso a realidade que é hoje.

O debate em torno das discriminações raciais é outro exemplo que foi abordado na novela Senhora do Destino, de Aguinaldo Silva. Isto tem colaborado em muito para a aprovação do Estatuto da Igualdade Racial.

Quero destacar que hoje, 14 de março, comemoramos o Dia da Poesia, forma de expressão que considero das mais belas, capaz de enlevar nossa alma, seduzir com mistério e magia aqueles que sobre ela pousam seu olhar. Assim como exemplifica este trecho da poesia “O Navio Negreiro”, do nosso grande poeta abolicionista Antônio de Castro Alves cujo aniversário de nascimento festejamos hoje.

(...) “Dizei-me vós, Senhor Deus!
Se eu deliro... ou se é verdade
Tanto horror perante os céus?!...
Ó mar, por que não apagas
Co’a esponja de tuas vagas
Do teu manto este borrão?
Astros! noites! tempestades!
Rolai das imensidades!
Varrei os mares, tufão!...
Existe um povo que a bandeira empresta
P’ra cobrir tanta infâmia e cobardia!...
E deixa-a transformar-se nessa festa
Em manto impuro de bacante fria!...
Meu Deus! meu Deus! mas que bandeira é esta,
Que impudente na gávea tripudia?
Silêncio. Musa... chora, e chora tanto
Que o pavilhão se lave no teu pranto!...
Auriverde pendão de minha terra,
Que a brisa do Brasil beija e balança,
Estandarte que a luz do sol encerra
E as promessas divinas da esperança...” (...)

Castro Alves nasceu na comarca de Cachoeira, na Bahia, em 1847. Ele declamava em seus comícios

cívicos os poemas que retratavam suas idéias de liberdade, contrário ao comércio de escravos.

Reitero aos meus pares que olhem com carinho o Estatuto da Pessoa com Deficiência citando as palavras de uma pessoa, que sem dúvida é a mais admirável protagonista de nosso tempo: “O que conta não é o que fazemos, mas o amor que pomos no que fazemos”, palavras de Madre Teresa da Calcutá.

Finalizo com um poema de Luciano Ambrósio.

Visão de mundo

À espera de um novo mundo
Num velho mundo de espera
Um mundo que não te espera
Um mundo que não te vê
Não te ouve os passos
Não te dá espaços
Um mundo onde não tens voz
Não tens vez
Abra as portas
Os olhos e gritos ao vento
Inventa o mundo
Produza-o, reproduza-o
Traduza-o em Braille, ou em libras
Vibra em teu sucesso
Neste universo que te renova
Numa nova visão de mundo.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PMDB – AP)

– Concedo a palavra ao nobre Senador Eduardo Siqueira Campos, para uma comunicação inadiável, pelo prazo de cinco minutos.

O SR. EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS (PSDB

– TO. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente Papaléo Paes, nobres Sr^{as} e Srs. Senadores, caros telespectadores da TV Senado, ouvintes da Rádio Senado FM e Ondas Curtas – que chega à Região Norte deste País e ao meu querido Estado do Tocantins, que tenho a honra de representar –, houve, na semana passada, a Marcha dos Prefeitos, que vieram a Brasília para abordar principalmente a situação de penúria em que vivem os Municípios brasileiros, a fórmula bastante prejudicial ao pacto federativo, que faz com que Estados e Municípios dependam do FPE e do FPM e deixa os administradores municipais numa posição bastante difícil: a de gerir apenas contas de posto de gasolina e folha de pagamento, sem possibilidade fazer nenhum tipo de investimento ou de garantir a manutenção do ensino fundamental, de sua responsabilidade.

É triste, Sr. Presidente, ver que a Constituinte de 1988 procurou redistribuir as receitas oriundas dos impostos entre Estados, Municípios e União e que, hoje, nos Municípios, onde está a população brasileira, não

há recurso para nada, nem mesmo para a saúde e educação.

Enquanto isso, escutamos sempre que a União bate recorde de arrecadação. A raiz desse problema está exatamente no fato de ela ter conseguido, por meio de contribuições como a CPMF e a COFINS, entre outras, aumentar sua arrecadação em mais de duas vezes, em relação aos impostos que são compartilhados, como o IPI e o Imposto de Renda. Ou seja, a União fica com as contribuições, refazendo seu caixa, e deixa para seus sócios, os Estados e Municípios, apenas impostos, para os quais tem dado, inclusive, isenções. Isso provoca uma situação muito difícil.

Mas há a criatividade e a perseverança dos nossos Prefeitos. Quero anunciar, Sr^{as} e Srs. Senadores, um encontro que tivemos em Figueirópolis, cujo Prefeito é José Fontoura Primo e a primeira-dama, a Sr^a Ademildes. Naquela cidade, já numa terceira reunião, foi criada a Associação dos Municípios do Sul do Tocantins, cujo Presidente foi eleito ontem por aclamação: o grande Prefeito do Município de Alvorada, do presidente Prefeito Wached Neto; de Formoso do Araguaia, do grande Prefeito Pedro Rezende Tavares; de Jaú do Tocantins, da grande Prefeita Eurídice Rodrigues de Araújo; do Município de Cariri do Tocantins, do Prefeito José Jeremias de Mendonça; Sandolândia, com o Prefeito Adalberto Lemes de Andrade; Talismã, da Prefeita Livanda Lopes Carlota; Araguaçu, da Prefeita Waltyr Rocha Santos Santana; Sucupira, do Prefeito João Alves da Silva; Peixe, do Prefeito Pedro Paulo Silva Cavalcante; Dueré, do Prefeito José Medeiros Brito; e de Lagoa da Confusão, do Prefeito Jaime Café de Sá.

Sr. Presidente, esses doze Municípios que compõem uma parte da região Sul do Tocantins têm Prefeitos do PT, do PFL, do PMDB, do PL, Prefeitos de diversos Partidos. Nessa reunião, foi criado um consórcio intermunicipal. Nós, da Bancada do Tocantins, tomamos a decisão – e tive a honra de ser coordenador, por dois anos, dessa Bancada para questões de Orçamento e representação junto ao Governo Federal – de criar uma emenda de Bancada para aquisição de patrulhas motomecanizadas. Conseguimos aprovar o valor de R\$9 milhões para este primeiro ano, o que nos permitirá comprar quatro patrulhas completas, integradas na sua composição por caminhões caçambas, tratores de esteira, patrol e outras máquinas que permitirão que os Prefeitos façam a conservação das estradas vicinais e de barragens. Eles poderão atuar em outras modalidades de forma independente, por esse consórcio, dividindo as despesas, barateando a própria manutenção e beneficiando os doze Municípios que congregam essa associação.

Sr. Presidente, esses consórcios podem servir de exemplo para outras ações. Um equipamento caro de Medicina, que, às vezes, fica caro para um prefeito e que não tem tanta utilização, dividido por doze Municípios, atenderá às doze comunidades, ficando mais barato em todos os sentidos e de forma mais racional.

Portanto, Sr. Presidente, manifesto minha alegria em ter participado desse encontro, como membro da Bancada do Tocantins, hoje coordenada pelo grande Senador João Ribeiro, e com todos os demais Deputados Federais que participaram da nossa reunião para confecção das nossas emendas. De maneira criativa, estamos atendendo aos Municípios. Precisamos da liberação dessa emenda de Bancada para, assim, o consórcio servir de exemplo para outros que estão sendo formados no Estado de Tocantins.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PMDB – AP)

– V. Ex^a dispõe de mais dois minutos.

O SR. EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS (PSDB – TO) – Agradeço, Sr. Presidente, Senador Papaléo Paes.

Quero crer que essa experiência, que sabemos já existir em outros Estados, poderá servir e está servindo, no Tocantins, para a criação de outros consórcios.

Portanto, Sr. Presidente, agradeço a participação dos Deputados Pastor Amarildo, Darci Martins Coelho, Ronaldo Dimas, Eduardo Gomes, Maurício Rabelo, da Deputada Ana Alencar, enfim, dos Parlamentares que, comigo e com o Senador João Ribeiro, decidiram por essa emenda de Bancada, que permitirá aos Municípios a aquisição das patrulhas motomecanizadas.

É muito importante que o Orçamento não seja apenas uma fantasia e uma forma de iludir os Prefeitos. Temos as emendas parlamentares, mas temos também as emendas de bancadas. Por meio dessa forma de atuar, atenderemos a um número maior de Municípios e também poderemos fazer com que os recursos rendam um pouco mais.

Assim, Sr. Presidente, registro meu agradecimento e minha satisfação em ter participado, juntamente com esses doze Prefeitos, da iniciativa. Outros consórcios estão sendo criados no Estado de Tocantins. Se conseguirmos liberar os recursos para a compra dessas quatro patrulhas motomecanizadas estaremos dando um passo muito grande. Assim, poderemos trabalhar de forma consorciada com o próprio Governo do Estado, que já possui suas máquinas e estaremos atendemos mais prefeitos.

Era o que eu tinha a registrar, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PMDB – AP)

– Concedo a palavra ao nobre Senador Mão Santa, como orador inscrito.

S. Ex^a dispõe de dez minutos para seu pronunciamento, prorrogáveis por mais cinco minutos.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Senador Papaléo Paes que preside esta sessão, Sr^{as} e Srs. Senadores aqui presentes e na Casa, brasileiras e brasileiros aqui presentes e que assistem a esta sessão pelo sistema de comunicação do Senado, quis Deus estar presente, e se comunicando com o mundo, o Professor Cristovam Buarque. Hoje é segunda-feira, dia 14 de março. A história é feita de muitos momentos. Quinze de março, 13 de março e, hoje, 14 de março. Amanhã, vamos comemorar vinte anos da redemocratização neste País; redemocratização que se deve, Senador Garibaldi Alves, ao nosso MDB de Ulysses Guimarães, encantado no fundo do mar, da imolação de Tancredo Neves, do altruísmo de Teotônio Vilela, do sacrifício de Juscelino Kubitschek, cassado neste Senado.

Todavia, Professor Cristovam Buarque, a história é grandiosa. E ontem, 13 de março, Senador Paulo Paim – com todo respeito à história do Rio Grande do Sul –, a Guerra da Farroupilha, o primeiro povo a desejar a democracia, a liberdade dos negros, o massacre que os lanceiros negros sofreram pelo exército de Caxias e do Imperador.

A história é grande. Antes, 1792, o enforcamento de Tiradentes, o **liberta quae sera tamen**. Presidente Lula, são esses os fatos. Por que o enforcamento de Tiradentes? Por impostos; era a derrama. De nada valeu.

Senador Eduardo Siqueira Campos, se aquilo era derrama, o que é isso que hoje vivemos no nosso País, o País do PT – o Partido dos tributos?

Atentai bem, Professor Capiberibe. O sonho de Tiradentes continuou e não foi fácil. Teve aquela passagem de pai para filho, a Independência ou Morte, mas os portugueses queriam ficar com o sul. A liberdade do norte somente foi feita por meio de uma luta sangrenta, no Piauí, em 13 de março; há 182 anos, em 1823.

Professor Mozarildo, os baianos costumam dizer que fizeram uma luta também sangrenta, mas eles a fizeram no começo de julho, que é depois de março. Eles seguiram o altruísmo, a coragem e a bravura dos piauienses, que expulsamos os portugueses em batalha sangrenta.

Anteontem, passando pelo cemitério em que estão os mortos da Batalha do Jenipapo, Professor Papaléo, eu ficava a imaginar se valeu o sacrifício da luta pela nossa independência. Para haver independência, tem de haver independência econômica. O povo está a cada

dia mais escravizado do que na derrama portuguesa. Aí estão os impostos.

Faço uma homenagem. Quis Deus que aqui houvesse bravos piauienses, netos daqueles que foram para uma batalha sangrenta expulsar os portugueses e continuar o sonho de Tiradentes: combater a derrama e as explorações. Coincidentemente, aqui há piauienses, como o Prefeito do Município São João da Fronteira, Sr. Antonio Ximenes; de Prata do Piauí, Charles Barbosa; e os Líderes Wilson Aguiar, do Norte; Valdinar Fortes e o executivo da Fundação Deoclécio Mendes de Amaral.

Então, brasileiras e brasileiros, quando olharem o mapa do Brasil, saibam que aquela grandeza se deve aos piauienses. O Brasil ia ser dividido em dois. O sul seria o Brasil, do filho Pedro I, e o norte, o país Maranhão ligado a Portugal. Para isso, veio o afilhado, sobrinho, militar extraordinário, o português Fidié. E nós expulsamos os portugueses, que foram para o Maranhão, aliado de Portugal.

O Hino do Piauí foi feito por um negro, Costa e Silva, que fez concurso do Itamaraty e tirou em primeiro lugar. Mas foi excluído, Cristovam Buarque – olha a luta do Paim –, porque era negro. O Barão do Rio Branco disse que não ia nomear um macaco para representar o Brasil, mas a pujança do Piauí é tão grande que dois filhos deles entraram no Itamaraty.

Quero dizer o seguinte: essa luta toda foi para vivermos melhor, mas não vivemos. O jornalista piauiense Tomaz Teixeira publicou o artigo “Governo precisa repensar. Povo não suporta mais as elevadas tarifas públicas”. Ele diz:

Se os problemas dos empresários estão nas elevadas taxas de juros e estupenda carga tributária, a sociedade não suporta mais as elevadas tarifas públicas que avançam, sem piedade, no bolso do povo.

Sei que a história de impostos é antiga, mas ninguém nunca foi com tanta sede ao poço dos tributos como o PT: dezesseis foram majorados, dois estão a caminho, as famigeradas Medidas Provisórias nºs 232 e 226.

Apenas diria ao seguinte: sonha-se em aumentar o salário mínimo em R\$30,00. O aumento do servidor público, que serve ao povo, foi de 0,01%. Foi defasado, segundo os economistas, em 179% o salário dos brasileiros. A classe média não suporta mais os gastos públicos.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Apresento um exemplo, Senador Papaléo, para mostrar como os

impostos são caros. Hoje, um brasileiro trabalha 5 dos 12 meses do ano para pagar impostos.

Sobre o álcool, Senador Papaléo, o Governo cobra 43,28%.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PMDB – AP. *Fazendo soar a campanha.*) – Serão concedido cinco minutos para V. Ex^a concluir seu discurso.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – O sabão em barra, 40,50% de imposto; o sabão em pó, 42,27%; a esponja de aço, 44,35%; o açúcar, Senador Suassuna, 40,50%; a água mineral – a água! –, 45,11% de imposto, Senador Siqueira Campos; a cachaça, Presidente Lula, a cachaça, 83,07%; papel higiênico, Senador Suassuna, 42%; xampu, para as belas mulheres, 52,33%, e assim vai. A casa popular, 49,02%. Então, essa é a realidade. O caderno universitário custa R\$2,85, sendo que R\$1,40 vão para imposto.

Poderiam dizer que já era sim, mas não era. Aumentou, foi aumentando. Na década de 70, se trabalhava 76 dias por ano, ou seja, 2 meses e 16 dias para pagar os tributos. Senador Ney Suassuna, este homem trabalhou, o Presidente Lula pouco trabalhou. Eu sei que foi um acidente, ele perdeu um dedo. Mas eu trabalhava, e muito, em 1967/8 e os meus companheiros de trabalho anestesistas, como o Dr. Narciso, que foi prefeito, e o Dr. Mário Laje, diziam que trabalhávamos um ano, e um mês ia para o Governo. Agora, de um ano de trabalho, cinco meses vão para o Governo, e isso não é devolvido em segurança, saúde ou educação. Esse Governo está ruim.

Ney Suassuna, eu o apelidei de Shakespeare. Nem Shakespeare conseguiria defender esse Governo. Shakespeare disse: “palavras, palavras e palavras”. Se ele escrevesse hoje diria: “mentira, mentira e mentira”. É só mídia. O povo vai mal.

Vou dar um exemplo, pois governei o Piauí há poucos anos, Senador Siqueira Campos: transporte aéreo. Eu levei a TAM para o Piauí. Não houve comemorações, porque havia a Transbrasil, a Varig e a Vasp. Atentai bem, ó núcleo duro! Eu dividi os recursos pelas empresas, Senador Cristovam Buarque. Agora, só há a TAM.

Lembra-se Suassuna de que Shakespeare disse que havia algo de podre no reino da Dinamarca? Há muita coisa podre nesse Governo. Estão todos falindo.

Vou conceder a palavra ao Senador Siqueira Campos, mas antes digo que donos de hospitais – não vou citar nomes –...

(O Sr. Presidente faz soar a campanha.)

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) –... altruístas, sonhadores, Mozarildo, entregaram suas ações por-

que não podem mais usar talões de cheque, depois de 50 anos de trabalho. É, Papaléo, entregaram as ações dos hospitais.

E a Previdência massacra as prefeituras. Com essa Previdência, Cristovam Buarque, algumas prefeituras estão comprometidas de 20% a 25%.

Há algo de podre no reino da Dinamarca. Há algo de podre no Brasil. Está tudo falindo.

O pobre está passando fome. Há incompetência.

Está aí o Chávez. Senadora Heloísa Helena, fui com Adalgisinha lá e peguei um carro: “Gasolina! Encha aí o tanque”. Foram R\$55,00, Senador Suassuna! Lá no Piauí, botei ontem: R\$126 de gasolina. O gás de cozinha, no país de Chávez, é R\$10.

(O Sr. Presidente faz soar a campanha.)

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Sr. Presidente, V. Ex^a vai me permitir o espírito da lei.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PMDB – AP) – Senador Mão Santa, o espírito da lei diz que V. Ex^a já esgotou seu tempo normal e a prorrogação e tem mais um minuto para concluir seu pronunciamento.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Mas, Sr. Presidente, levando em consideração a sua profissão – um homem de coração, cardiologista, generoso – e o sofrimento do povo, tenho certeza de que V. Ex^a vai me permitir dizer: há algo de podre neste Governo! Ó, Suassuna, está bom para nós! Ainda há o descaramento de se tentar mutilar a democracia. O Poder Judiciário chega aqui pressionando para que haja o vergonhoso aumento: nove mil este ano e mais para o outro. Isso ocorre quando os pobres, o servidor municipal, ganham...

Senador Paulo Paim, Castro Alves, em “O Navio Negroiro”, dizia: “Ó Deus, onde estás que não vês essa injustiça?”

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PMDB – AP. *Fazendo soar a campanha.*) – V. Ex^a dispõe de mais um minuto.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Ó Deus, ó Deus, feche este Congresso se deixar passar a famigerada medida provisória que vem aí aumentando o imposto para os que trabalham.

Congressistas, está aí a resposta: a saída é a primazia do trabalho e do trabalhador. Eles é que fazem a riqueza. Vamos evitar o discurso de Lula no dia 1º de maio, que, diferentemente de Getúlio, que se dirigia aos trabalhadores do Brasil para lhes apresentar um salário mínimo digno, poderá dizer: “Banqueiros do mundo, tranquilizai-vos! Garanto os vossos lucros!”

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PMDB – AP) – Muito obrigado, Senador Mão Santa.

Pela ordem, tem a palavra o Senador João Capiberibe.

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco/PSB – AP. Pela ordem.) – Sr. Presidente, peço a palavra pela Liderança do PSB.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PMDB – AP) – V. Ex^a poderá fazer uso da palavra imediatamente se quiser.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Estou inscrito também, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PMDB – AP) – Em seguida, concederemos a palavra ao Senador Mozarildo Cavalcanti, orador inscrito. Posteriormente, pela Liderança da Maioria, falará o Senador Ney Suassuna.

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco/PSB – AP. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, Sr^a Senadora, participei em Lisboa, no dia 10, quinta-feira, do Fórum Empresarial Investimentos Internacionais Brasil e Mercosul, que contou com a presença de empresários portugueses e brasileiros.

Coube-me a missão de falar sobre investimentos sustentáveis na Amazônia, sobre um novo modelo de desenvolvimento que busca o crescimento econômico, que busca reproduzir o capital, promover a equidade social e preservar o patrimônio ambiental de nossa sociedade, do povo brasileiro – alguns insistem em transformá-lo em patrimônio ambiental da humanidade, incluindo algumas incursões ou intromissões, como foi o caso do ex-Comissário da União Européia, Pascal Lamy, cuja manifestação causou inúmeros protestos de brasileiros.

Digo e reafirmo que não bastam os nossos protestos, temos de apresentar uma alternativa concreta de desenvolvimento para a Amazônia. Se continuar o que está aí, haverá o avanço da fronteira agrícola, a conversão de uma floresta biodiversa em cultura de uma só espécie: pastagem para o gado ou soja para exportação.

Atendi o convite da Associação dos Dirigentes de Vendas e Marketing de Portugal e falei sobre investimentos sustentáveis na Amazônia. Agradeço a oportunidade e, particularmente, o generoso e gentil convite feito pelos Srs. José Zetune e José Renato Bóia.

Enumerei as possibilidades de mudança do modelo de desenvolvimento econômico para a nossa região. A nossa floresta é rica em produtos madeireiros e não-madeireiros, e, ao longo desses últimos vinte anos, desenvolvemos tecnologia de manejo florestal para florestas heterogêneas. As nossas universidades, os nossos cursos de Engenharia Florestal reproduziam os pacotes transferidos da Europa para cá e especiali-

zavam nossos engenheiros florestais em florestas industriais, em florestas monoespecíficas. Agora temos como manejar a floresta amazônica, que é heterogênea, sem necessariamente destruí-la: a partir do manejo e da certificação de origem dos produtos madeireiros e, na ponta, com uma poderosa indústria moveleira e o uso dos recursos não-madeireiros, das resinas, das essências, dos cipós. Enfim, a floresta oferece uma variedade enorme de produtos que podem perfeitamente ser utilizados, seja na indústria de cosméticos seja na indústria farmacêutica.

Já fiz palestras e conferências para públicos variados, mas é a primeira vez que vejo um público tão interessado, formado por empresários brasileiros e portugueses que buscam uma alternativa de desenvolvimento econômico. É necessário que a economia cresça, mas isso apenas não é suficiente para resolver os graves problemas que nos afligem, não só a Amazônia mas o País, entre eles a grave concentração de renda.

Precisamos do crescimento econômico, precisamos dos capitais, mas precisamos de uma direção, precisamos de um grande programa que promova o zoneamento econômico, ecológico e social da Amazônia e que defina as áreas para produção. É necessário que o Governo se apresse em enviar um projeto de concessão e uso das florestas da Amazônia. Temos de dar um destino econômico à floresta, sem destruí-la, para que possamos preservá-la, Sr. Presidente.

Tive a satisfação de debater sobre isso com empresários. Ficou acertado que a Associação dos Dirigentes de Venda e Marketing do Brasil organizará um fórum na cidade de Macapá, para discutirmos as possibilidades de investimentos e o uso adequado, correto e racional de nossas riquezas naturais, evitando que os recursos sejam destinados apenas ao cultivo da soja ou ao pasto.

Não que a soja seja desprezível, Sr. Presidente. A soja é um produto de altíssimo valor alimentar, do qual precisamos. Em nossa região e em nosso Estado, Sr. Presidente, colocou-se um dilema. A soja entrou em Roraima e agora pretende entrar no Amapá. Imagine a soja na Amazônia, se temos quase 30% do território do Maranhão disponível – território em que não nasce absolutamente nada, não há nada plantado. Vamos utilizá-lo, já está desmatado.

Neste momento, fala-se, no Amapá, em avançar com a fronteira agrícola plantando soja. Por isso, a proposta desse seminário é de discutir as amplas alternativas e possibilidades de um novo modelo de desenvolvimento e de uma nova maneira de aproveitar a floresta, mantendo-a de pé.

Segundo alguns estudos de que dispomos, um hectare de floresta em pé, sendo utilizado, adensando a cadeia produtiva de produtos madeireiros e não-madeireiros, produz muito mais economia, reproduz muito mais o capital do que qualquer outra atividade produtiva.

Por último, Sr. Presidente, esse fórum foi tão importante que o Instituto Politécnico do Porto nos convidou para voltarmos em janeiro para falar sobre Ecoturismo na Amazônia. Todos sabemos que a porta de entrada para todos os países da União Européia é Caiena, na Guiana Francesa. Trata-se de um voo doméstico, cujo preço é a metade dos voos internacionais.

Portanto, voltaremos ao Porto para trazermos o turismo não só ao Amapá, mas aos demais Estados amazônicos.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PMDB – AP)

– Concedo a palavra ao nobre Senador Mozarildo Cavalcanti, como orador inscrito.

S. Ex^a terá até dez minutos para seu pronunciamento

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (Bloco/PTB

– RR. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, V. Ex^a, Senador Papaléo Paes, é do Amapá, assim como o Senador João Capiberibe, que me antecedeu nesta tribuna. Vejam como a Amazônia é diferente! As pessoas que moram fora da Amazônia – refiro-me aos brasileiros, não vou nem falar nos estrangeiros – pensam que a Amazônia é só florestas. No entanto, mais ou menos um terço do meu Estado é constituído de campos naturais, que chamamos de lavrados, porque não têm floresta. Aliás, têm menos árvores do que o cerrado do Centro-Oeste.

Justamente por ser tão diferente é que a Amazônia não pode ter somente uma política. A Amazônia não pode ser pensada apenas como sendo uma grande floresta tropical, imagem que aparece na televisão e na maioria das publicações.

Ocupo esta tribuna hoje, Sr. Presidente, para fazer um registro de como é possível consorciar tecnologia com a vida dos índios. Os índios de Roraima, da região do Lavrado, da Raposa/Serra do Sol e, especificamente, da comunidade do Contão, não concordam com o que a Funai quer fazer naquela região, que é criar uma única área e desocupá-la. Para não dizerem que são palavra minhas, lerei matéria publicada no jornal

Brasil Norte, de hoje:

Índios e arrozeiros colhem primeira safra

Enquanto crianças das etnias cinta larga, do Centro-Oeste, e ianomâmi, de Roraima, morrem por desnutrição, os macuxi da comunidade do Contão, localizada no norte do Estado, mostram como é possível reverter esse quadro desfavorável aos povos indígenas. Com uma parceria estabelecida entre a Associação dos Arrozeiros de Roraima e aquela comunidade, foi possível plantar um total de 110 hectares.

A colheita da primeira lavoura indígena irrigada de arroz de Roraima teve início na manhã de ontem, com a presença de produtores, índios macuxi das comunidades vizinhas à maloca do Contão, autoridades das esferas estadual, municipais e federais.

Segundo o Presidente da Associação dos Arrozeiros de Roraima, Luís Faccio, esse é um momento histórico para Roraima e prova que é possível fazer o progresso da região e das pessoas que ali vivem.

Ele citou o exemplo dos indígenas que vivem na terra de São Marcos [São Marcos é uma reserva indígena colada na pretendida reserva Raposa/Serra do Sol]. “Eles vivem em situação de abandono e não produzem nada. Aqui, temos um exemplo de como promover a paz e prosperidade entre índios e não-índios.”

Sr. Presidente, faço um parêntese para dizer que essa reserva São Marcos, que foi, da mesma forma que a Raposa/Serra do Sol, adrede pensada por antropólogos, ONGs e adotada pela Funai, desalojou uma série de produtores que moravam naquela região, consorciados com os índios, deixando só a população indígena, que hoje vive basicamente do contrabando de gasolina da Venezuela.

Então, é impossível acreditar que alguém, de maneira sadia, pense que isolar os índios seja o melhor caminho para eles. Citei no início do meu pronunciamento que os índios ianomâmis no meu Estado, que possuem uma reserva de nove milhões de hectares, têm o maior índice de mortalidade – maior do que os cintas largas –, enquanto os índios do norte de Roraima, região onde foi plantado o arroz, vivem outra realidade.

Continua a matéria:

Esse projeto foi elaborado pelos índios e tramitava na Câmara Federal para financiamento e execução. Entretanto, devido ao rigor e aos entraves da burocracia, não houve avanços.

Segundo o tuxaua Genival Silva, os arrozeiros decidiram abraçar a causa e financiaram cerca de R\$300 mil para alavancar o projeto. Para ele, é uma satisfação trabalhar e ver os resultados dessa primeira colheita.

Genival disse que a comunidade já vislumbra a possibilidade de ter energia elétrica 24 horas e receber financiamento e pacotes tecnológicos para a segunda safra. “Nossa vontade é ter até duas safras por ano, para isso precisamos das estradas para o escoamento da produção, assim como energia elétrica para baratear os custos, que com óleo *diesel* é muito alto.”

Os macuxi mostraram-se empolgados com a possibilidade de erradicar a pobreza da comunidade e reduzir as diferenças sociais com trabalho, produção e emprego de recursos tecnológicos de produção.

O Governador Ottomar de Sousa Pinto esteve presente no evento. Para ele, a comunidade indígena do Contão está vivendo um momento histórico e sobretudo demonstra que a união entre indígenas e não-indígenas pode acabar com o sofrimento dos índios, que vivem em pobreza permanente.

“Tenho certeza que se essa ação acontecesse quinze anos atrás, a questão indígena não existiria, e preconceito aos pretendentes da demarcação em área contínua: se acontecer, haverá a inexistência de serviços públicos, escolas, postos de saúde, estradas e incentivo à agricultura nas terras que passarão a ser de responsabilidade do Governo Federal”, disse Ottomar.

Nessa primeira experiência foram plantados 110 hectares que, segundo acordo entre as duas partes, após a colheita, subtrai-se o que foi investido em insumos, máquinas, defensivos, tecnologia e infra-estrutura em favor dos financiadores e o excedente é revertido para a comunidade indígena, nesse caso cerca de 200 mil reais.

Sr. Presidente, a mesma matéria é também reproduzida no jornal **Folha de Boa Vista**, e requeiro que seja também parte integrante do meu pronunciamento.

Sr. Presidente, lerei outra matéria. Nesses últimos dias, na imprensa nacional, tem sido insistentemente repetida a notícia sobre a mortalidade dos índios em Mato Grosso do Sul. Realmente, é lamentável. Inclusive, morrem igualmente não-índios nas cidades de maneira absurda. Aliás, a média da mortalidade nacional ainda é lamentável. No entanto, ao contrário desses fatos, tenho aqui a seguinte matéria:

Cai número de mortes por desnutrição entre os índios que moram no lavrado

A morte de criança por desnutrição no Distrito Sanitário Leste (DSL), que abrange todas as comunidades indígenas de Roraima, exceto os Yanomami, vem caindo nos últimos anos. Em 2002, foram registradas treze mortes, caindo para quatro em 2003, e duas no ano passado.

Vejam que o índice de mortalidade no meu Estado entre as etnias indígenas, excluídos os ianomâmis, que estão isolados, talvez seja o menor do Brasil até em relação aos não-índios. Peço que essa matéria seja transcrita na íntegra.

Portanto, quero demonstrar que é preciso fazer uma política para o índio e não para as ONGs. Quando se elaborar uma política que vise ao índio como pessoa, melhorando a qualidade de vida nas aldeias, oferecendo-lhes saneamento básico, educação, tecnologia para que possam produzir mais, a realidade mudará completamente. O meu Estado é um exemplo disso.

Infelizmente, o comando da política indigenista no País é míope ou tem má fé, porque o que está sendo feito no Brasil todo, em termos de política indigenista, é apenas demarcação de terras indígenas. E as demarcações feitas já são suficientes, porque 12% do território nacional estão destinados a terras indígenas. São áreas já demarcadas. No meu Estado, há 32 reservas demarcadas, a 33ª será julgada pelo Supremo Tribunal Federal porque questionamos a sua legalidade, e há mais duas sendo encaminhadas. Serão, portanto, 35 reservas indígenas só em Roraima.

É curioso, e precisamos pesquisar o porquê, mas o meu Estado tem a terceira população indígena do Brasil e é, disparadamente, o primeiro em tamanho

de reservas indígenas. Por que será? Será que é porque o mapa das reservas indígenas casa exatamente com o mapa das reservas minerais? Não sei, mas é bom pesquisar. Enquanto isso, índios, em suas aldeias – como os ianomâmis, tão decantados há alguns anos –, estão sendo vítimas de oncocercose permanentemente, Senador Papaléo Paes – V. Ex^a, como médico, sabe do que estou falando – desnutridos, morando a poucos metros.

Lá existe uma ONG que recebe cerca de sete milhões por ano para cuidar deles. E garanto que os dirigentes dessas ONGs estão muito bem. Conheço-os em Boa Vista, eles têm carro do ano, dizem até que têm propriedades enormes, são até donos de rede de farmácia.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (Bloco/PTB – RR) – Enquanto isso, os índios de lá estão à mínima.

Quero dizer ainda, Sr. Presidente – creio que ainda tenho um tempo de prorrogação –, que precisamos tratar deste assunto de maneira desapassionada, sem o viés ideológico, sem fundamentalismos. Temos que tratar dessa questão com nacionalismo, pensando que não podemos passar um atestado de que somos incapazes de cuidar dos nossos índios, que, segundo a Funai, totalizam 320 mil, e, segundo o IBGE, 750 mil.

O IBGE registra 750 mil, porque a maioria dos índios mora nas cidades, já que, nas aldeias, não têm condições de sobreviver, a não ser que fiquem isolados como os ianomâmis. Será que é isso que o Brasil quer?

Poderíamos fazer uma política indigenista em que pudéssemos até dar, para cada família de índios, um salário, uma cesta básica. Mas o que o índio quer não é isso, ele quer ter dignidade, quer participar. Conheço muitos índios doutores. No meu Estado, são mais de 40 professores índios com curso superior. O Marcos Terena, por exemplo, já tem mestrado.

Eles não aceitam mais ser comandados por “ongueiros”, que, na verdade, fazem isso para viver às custas do dinheiro que recebem. Aliás, isso está mais do que comprovado.

Eu, por exemplo, não conheço uma publicação da Funai sobre a questão indígena, mas o ISA – Instituto Socioambiental – todos os anos publica inúmeras obras sobre a questão indígena, inclusive o maior livro

que existe como referência sobre as etnias indígenas no Brasil. Esse Instituto é dirigido ou é de propriedade do Sr. Márcio Santilli, que foi Presidente da Funai. Por que a Funai não publica isso e arrecada dinheiro para investir nos índios? Por que a Funai resolve terceirizar a questão da saúde e da educação nas reservas indígenas? Por que o Governo Federal resolve terceirizar? Se é para terceirizar, se a Funai e a Funasa não são capazes de cuidar disso, então, chamemos as Forças Armadas que estão lá próximas. Mas as forças armadas são demonizadas por alguns “ongueiros”, sob a alegação de que os soldados violentam as índias – como se eles também não o fizessem –, e que levam doenças aos índios. E, infelizmente, os índios vivem nas cidades e muitas índias se prostituem na periferia das cidades.

Eu, como médico, amazônida e cidadão de Roraima, não quero isso para os nossos índios. No meu Estado, a grande maioria dos índios pensa de forma diferente. Infelizmente, pinçam apenas uma entidade indígena de Roraima, o Conselho Indígena de Roraima, e definem que ela fala pelos índios de Roraima. Mas não fala. Há pelo menos mais três entidades importantes que não aceitam ser comandadas dessa maneira talibânica e fundamentalista em relação à questão indígena.

Deixo mais esse desafio, Senador Ney Suassuna, porque tem sido uma constante da minha parte defender a Amazônia, Roraima e o Brasil, neste Senado, principalmente em relação a passar a limpo essa questão das ONGs. Não podemos admitir que, em 2003, R\$1,3 bilhão tenha sido repassado para essas ONGs, só dos Ministérios, sem contar as fundações e as autarquias federais.

Enquanto isso, as nossas “prefeiturinhas”, que têm dificuldades imensas, são obrigadas a ficar com o pires na mão e tendo de apresentar uma série de documentos para receber uma migalha. E não vejo a CGU apontar essas irregularidades das ONGs, mas a Funasa e a CPI das ONGs já apontaram.

Finalizo o meu pronunciamento, dizendo que aqui está dado o exemplo de como é possível trabalhar juntos – índios e não-índios – em benefício dos próprios índios.

**DOCUMENTOS A QUE SE REFERE O
SR. SENADOR MOZARILDO CAVALCANTI
EM SEU PRONUNCIAMENTO**

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I, §2º do Regimento Interno.)

CONTÃO

Primeira safra de arroz irrigado é colhido por índios e arrozeiros

Os índios da tribo Macuxi da comunidade do Contão, localizada no norte do Estado em parceria com a Associação dos Arrozeiros de Roraima, colheram a primeira safra de um total de 110 hectares de arroz irrigado, plantados por eles naquela região. A colheita teve início no último sábado, dia 12 de março, e contou com a presença de produtores rurais da região, índios e autoridades das esferas estadual, municipal e federal.

O presidente da Associação dos Arrozeiros de Roraima, Luís Faccio, destacou a colheita como um momento histórico para o Estado, afirmando ser possível o progresso daquela região com o cultivo do arroz. Ele comentou que esse exemplo deveria ser seguido por outras comunidades existentes no Estado. "Infelizmente ainda existem localidades em que se encontram completamente abandonadas, um exemplo que podemos citar são os índios que vivem na reserva de São Marcos. Lá eles vivem em uma situação de completo abandono e não produzem nada. Já aqui além das parcerias encontradas, promovemos a paz e a prosperidade entre índios e não-índios", ressaltou.

O presidente informou que o projeto para a irrigação foi elaborado pelos indígenas da região e tramitava na Câmara Federal para financiamento e execução, entretanto devido ao rigor e entraves da burocracia, não houve avanços.

Conforme o tuxaua Genival Silva, os arrozeiros decidiram abraçar a causa, onde fizeram o financiamento de aproximadamente R\$ 300 mil para iniciar o projeto da lavoura de arroz irrigado.

"É satisfatório trabalhar e ver os resultados positivos que tivemos nesta primeira colheita. Para a colheita da segunda safra, estamos vendo a possibilidade de contar com energia elétrica 24 horas para baratear os custos na produção, pois temos muitos gastos com combustível. Esperamos contar futuramente com estradas que dêem segurança ao escoamento de nossos produtos", informou, o indígena, afirmando que a comunidade tem a pretensão de colher duas safras de arroz por ano.

GOVERNO - O governador Ottomar de Souza Pinto disse que a primeira safra colhida de arroz na comunidade indígena do Contão demonstra além, do progresso, a união entre índios e não-índios. "Acredito que, se essa ação acontecesse há quinze anos atrás, a questão indígena não existiria e preconizo aos pretendentes da demarcação em área contínua: se acontecer, haverá a inexistência de serviços públicos, escolas, postos de saúde, estradas e incentivo à agricultura nas terras que passarão a ser de responsabilidade do Governo Federal", avisou Ottomar.

GASTOS - Para essa primeira etapa foram plantados 110 hectares. Segundo o acordo entre as duas partes, após a colheita, subtrai-se o que foi investido em insumos, máquinas, defensivos, tecnologia e infra-estrutura em favor dos financiadores e o excedente é revertido para comunidade indígena, nesse caso cerca de 200 mil reais. (J.T.)

Cai número de mortes por desnutrição entre os índios que moram no lavrado

A morte de crianças por desnutrição no Distrito Sanitário Leste (DSL), que abrange todas as comunidades indígenas de Roraima, exceto os Yanomami, vem caindo nos últimos anos. Em 2002, foram registradas 13 mortes, caindo para quatro em 2003 e duas no ano passado.

Esse resultado, segundo o coordenador médico do DSL, Paulo Daniel Moraes, é um dos melhores entre as comunidades indígenas no Brasil. Para se ter uma idéia, de 2003 para 2004, a mortalidade entre crianças indígenas aumentou em 13 dos 34 Distritos Sanitários do país.

A taxa de mortalidade infantil por causas gerais na região é de 35,8 em cada grupo de mil nascidos vivos, enquanto que a média nos demais distritos é de 44,4 por mil. Em Roraima, essa taxa é de 36,6, segundo dados do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), um pouco acima do registrado no DSL, apesar de o serviço médico das áreas não indígenas dispor de mais recursos tecnológicos para cuidar da saúde dos menores.

Em todo o ano de 2004, morreram 52 crianças de zero a quatro anos no DSL. As doenças do aparelho respiratório, principalmente a pneumonia, foram responsáveis pelo maior número de vítimas, 19 no total. Paulo Daniel ressaltou que essas enfermidades são as maiores causas de morte em todo o mundo, não só na área indígena. Ao todo, 126 índios morreram por doença no ano passado, sendo um idoso por desnutrição.

O atendimento médico das áreas indígenas é feito pelo Conselho Indígena de Roraima (CIR), através de um convênio com a Funasa (Fundação Nacional de Saúde), no valor de R\$ 7 milhões ao ano.

Segundo Paulo Daniel, que é pediatra e médico sanitário, o trabalho é focado na prevenção. Para isso, 450 agentes de saúde indígena foram capacitados para atuar diretamente em suas comunidades, em conjunto com médicos, enfermeiros, dentistas, bioquímicos e outros profissionais de saúde que fazem visitas nas aldeias.

Como ainda não há um padrão definido de peso e altura para os indígenas do lavrado roraimense, diz que não dispõe de estatísticas sobre o baixo peso nas diversas etnias que integram o DSL. Destaca, no entanto, que as equipes médicas fazem o controle da desnutrição, pedindo e medindo as crianças todos os meses.

O DSL atende uma população de 35.065 pessoas, sendo 4.780 menores de cinco anos. Entre adultos e crianças, 121 sofreram de desnutrição. O baixo peso, segundo o médico, decorre de uma associação de fatores como o abandono de crianças e idosos com a morte de seus familiares próximos, doenças graves como a diarreia e carência alimentar em algumas regiões que já não apresentam condições de caça e pesca, para suprir as necessidades por proteína.

A doença é combatida com acompanhamento médico, suplementação alimentar com a doação de leite e farinhas para as crianças e cestas básicas para os idosos e conscientização das comunidades de que é preciso ajudar quem perdeu os parentes.

No caso das doenças respiratórias, os agentes de saúde são treinados para identificar com rapidez os casos e encaminhar os mais graves para Boa Vista, por meio de remoção. Toda a população é vacinada, anualmente, contra a gripe.

Também recebem doses para imunizá-los contra a tuberculose, que também é muito comum na região e contra a catapora. Além disso, os menores de cinco anos são vacinados quatro vezes por ano, cumprindo todo o plano do Cartão de Vacina usado em nossas crianças.

O DSL atende 258 comunidades indígenas. Em 218 há postos médicos, cuja construção, na maioria dos casos, segue o padrão das casas da região e 72 laboratórios habilitados para a realização de exames que identificam a malária, tuberculose e verminoses.

O número de médicos, no entanto, é insuficiente para atender toda a demanda. São quatro profissionais contratados pelo CIR e nove pelas prefeituras que também são conveniadas com a Funasa. Paulo Daniel afirma que além da falta de recursos financeiros para novas contratações, os médicos não se interessam em prestar serviços nas comunidades indígenas.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PMDB – AP) – Farei um esclarecimento ao Plenário. O uso da palavra pelo Líder e por delegação se dará, no máximo, duas vezes por sessão: uma pelo Líder, outra pelo delegado.

Faço esse esclarecimento porque o Senador Hélio Costa falou hoje pela Liderança do PMDB por delegação e o Senador Ney Suassuna falará agora como Líder do PMDB, de acordo com o Regimento.

V. Ex^a tem direito de usar a palavra como Líder, Senador Ney Suassuna. Estou fazendo o esclarecimento aos demais Senadores e Senadoras.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o homem é um ser social. Ele se organiza com os recursos que existem no meio ambiente, sempre para buscar a satisfação das suas necessidades. Quando o meio ambiente é rico, com muitos recursos, fauna e flora, ele consegue até viver um pouco mais largamente. Mas, quando o meio ambiente é hostil e duro, como é o caso do nosso Nordeste, ficamos a pensar: “Será que é correto fazer o que estamos fazendo com nossos conterrâneos?”

Passei esse final de semana na Paraíba, visitando o Cariri, Curimataú e o sertão. Sr. Presidente, há secas e secas. O Rio Grande do Sul e Santa Catarina estão passando pela seca, mas é uma situação bem diferenciada. A nossa seca é a da miséria completa. Não estou dizendo que o outro não esteja sofrendo, não esteja em desespero ou não esteja precisando de ajuda. É claro que sim, mas, no caso da seca no Nordeste, há séculos a miséria é total.

Não choveu este ano na maioria dos Estados da região. A safra plantada definhou. O milho chegou a meio metro, bonecou, não brotou um grão e servirá para o pasto do gado. Assim, neste ano, mesmo que volte a chover, já não haverá safra. As sementes que estavam no pasto brotaram, mas, como faltou chuva, morreram, e não temos sementes. Talvez tenhamos um pouco de alfazema, mata-pasto, que são vegetais mais resistentes. Pode ser que essa babugenzinha ainda sobreviva.

Eu gostaria de ver alguém que está acostumado com o conforto, ar-condicionado, água translúcida, inodora e incolor, viver no Nordeste, onde vi, ontem, pessoas tomando resto de açude. Na porta da igreja aonde fui para assistir a missa, não havia outra conversa que não fosse: “Senador, e a chuva? Senador, e a ajuda? Vamos receber ajuda?” É deprimente vermos pessoas clamando por uma migalha, porque, há séculos e séculos, não tomamos as providências devidas.

A região é inclemente? É, mas não é pior do que Israel. A região é dura? É, mas se tivéssemos anexado à região tecnologia – e já poderíamos tê-lo feito – não estaríamos nessa situação.

Ontem, saí deprimido. E talvez mais deprimido ainda porque estava muito quente e, de tanto entrar e sair de lugares com ar-condicionado, acabei contraindo uma gripe. Eu pensava: meu Deus, isso não é meio de vida. Não se pode viver de uma agricultura em que se investe o pouco que se tem, mas não se consegue receber de volta! Vem todo aquele ramerrão novamente, Senadora Heloísa Helena, sobre as contas bancárias. Temos que ir atrás para conseguir empurrar para o próximo ano o pagamento, que, quando chega, já foi consumido e o produtor entrega tudo: o gado, a terra, seus últimos bens. É muito duro!

Sei que, por ser um assunto recorrente, quando falamos, entra por um ouvido e sai pelo outro. Para nós, nordestinos, isso já é usual. O resto da Nação já está brutalizada por tanta informação e as coisas não funcionam.

Ontem, em Sousa, a esperança era uma reunião para discutir a questão do São Francisco. Era a única esperança que tinham.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Não quero saber do São Francisco no curto prazo. Quero saber da cesta básica, do carro-pipa. Ninguém poderá esperar até que sejam tomadas providências de médio e longo prazos. Precisamos de mobilização. E o pior é que o Ministério não tem nem mesmo as verbas. Então, temos que nos mobilizar.

Não consigo entender como é que 150 Parlamentares, 27 Senadores, não fincam pé e pedem medidas mais definitivas para livrar o nosso povo dessa miséria incomensurável, que humilha todos nós.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PMDB – AP) – Concedo a palavra ao nobre Senador Garibaldi Alves Filho, como orador inscrito.

S. Ex^a terá até dez minutos para o seu pronunciamento.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB – RN. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, na sessão de quinta-feira, vim à tribuna para dar uma contribuição sobre o debate em torno das medidas provisórias.

Eu disse, naquela oportunidade, que a discussão é essencial para se resgatar a imagem do Congresso, pois o processo legislativo, como pude expor, é constantemente sobrestado pelo uso excessivo desse ins-

trumento, impossibilitando-nos, assim, de dar maior celeridade à apreciação das iniciativas parlamentares.

Hoje mesmo, Sr. Presidente, a sessão é não-deliberativa, mas amanhã ela estará sobrestada com relação às decisões da Ordem do Dia. Mas não pude concluir o meu pronunciamento e vou fazê-lo hoje, porque tenho – e sei que todos os Parlamentares que estão aqui também têm – sugestões no sentido de se limitar o poder de editar medidas provisórias, o que vem causando transtorno e vexame ao processo legislativo.

A primeira sugestão diz respeito ao elenco de matérias sobre as quais é vedada a edição de medida provisória. Na Constituição Federal, já há esse elenco no art. 62, § 1º.

São matérias relevantes, é certo, mas geralmente de escassa frequência na produção legislativa ordinária. Excluindo-se as leis orçamentárias, quase nada de uso mais ou menos cotidiano na Administração entrou nesse elenco da Emenda nº 32. Então, o que está proibido pela referida emenda quase não entra na nossa pauta. Desse modo, é uma proibição inócua. Não está limitando nada, não está vedando absolutamente nada. Basta ver o rol das mais recentes e numerosas medidas provisórias. Tratam desde a regulamentação de regras constitucionais até variada gama de questões fiscais e tributárias, instituição de programas de Governo e ações administrativas diversas, políticas de crédito, mineração, normas de produção econômica, criação de cargos públicos e vencimentos e vantagens de servidores, chegando mesmo à abertura de crédito extraordinário. Quase nada, Sr. Presidente, está vedado!

Creio que o Congresso, se optar por maior restrição quanto às matérias sujeitas a disciplinamento por medida provisória, deve considerar que já há uma comissão mista de Deputados e Senadores, cujo Relator é o Deputado Sigmaringa Seixas, que vai emitir parecer a respeito disso. O que é certo é que todas as matérias poderiam ser identificadas e editadas com fulcro na Emenda nº 32, para se verificar pelo menos quais as matérias são dela recorrentes com maior frequência, no sentido de se impedir o abuso da edição das medidas provisórias.

Uma outra opção, Srª Presidente, Senadora Serys Slhessarenko, seria o inverso: em vez da disciplina negativa, o Texto Constitucional poderia tratar do tema positivamente, ou seja, elegeria quais as matérias que poderiam ser objeto de medida provisória, sendo a exclusão do rol a indicação da proibição.

Esse aspecto positivo do trato da questão parece adequado ao método de trabalho acima indicado, pois o Congresso faria aquele levantamento a partir

da Emenda nº 32 da Constituição e verificaria quais as matérias, genericamente consideradas no rol histórico das medidas editadas, que efetivamente se revestiam de urgência e relevância, podendo, portanto, ser excepcionalmente tratadas por meio de medida provisória daqui para frente.

É possível ainda – vejam bem como fazer quando se quer encontrar uma saída – optar por outra solução, já que não se vão extinguir as medidas provisórias. Cabe-se limitar o número de medidas provisórias que o Presidente da República pode editar em um determinado período ou ainda estabelecer quantas medidas podem tramitar no Congresso, ficando impedido o Presidente de editar outras medidas se atingido aquele número. Esta última solução creio que tem o caráter de maior inovação no trato constitucional da matéria.

De fato, sempre se vai imputar ao Congresso – até que ele realmente possa modificar o exame desse assunto – a responsabilidade pelas dificuldades surgidas quando se está tratando com medidas provisórias e a demora em sua conversão em lei. Mas nunca se pensou em efetivamente se limitar o poder do Presidente da República para editá-las, especialmente quando lança mão em excesso desse instrumento que deveria ser absolutamente excepcional.

A conjugação de critérios seria o ideal, restringindo-se ora pela via positiva as matérias passíveis de disciplina por medida provisória, e também limitando-se o número delas, que podem estar tramitando no Congresso.

Na outra ponta da cadeia legislativa, porém, é preciso também algum aperfeiçoamento. Poderíamos agilizar a tramitação no âmbito do Congresso, com parecer de Comissão Mista Permanente e poder terminativo em tema dos requisitos constitucionais, e votação em sessão conjunta do Congresso Nacional, com votação separada de Deputados e Senadores, como no caso do veto.

Srª Presidente, à alegação de que esse mecanismo atropela a possibilidade de reflexão no Congresso, pode-se ponderar que a medida provisória precisa voltar às suas origens inspiradoras. Não se trata de meio legal para regular toda e qualquer matéria, nem a todo e qualquer tempo. Só mudando o modo de vê-la, tanto no Congresso quanto na Presidência, será possível encontrar aquele ponto de equilíbrio a que me referi.

De tal forma, já a limitação positiva das matérias darão a exata medida do que pode ser disciplinado por medida provisória, pois serão indicados só assuntos realmente de grande relevância e que possam ensejar urgência em determinado momento da vida administrativa do País.

Assim também será possível ao Presidente da República, já positivamente limitado em suas opções, igualmente se conter, por força da restrição quantitativa das medidas que pode editar, realmente prevenindo-se, com saudável planejamento e previdência, para só lançar mão desses instrumentos em caso de excepcional necessidade.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o atual art. 62 da Constituição, com a redação dada pela Emenda nº 32, não se tem revelado adequado, porque a limitação ainda frouxa do poder do Presidente da República não tem contido o Poder Executivo, que freqüentemente transborda as exigências constitucionais de urgência e relevância, de resto critério subjetivo de difícil precisão. Nem a regras sobre a tramitação no Congresso, igualmente inscritas no art. 62, têm dado ao Parlamento, face às suas características de confluência de ideologias e justos interesses políticos conflitantes, a agilidade desejada, pois nunca poderá acompanhar, em presteza, a deliberação isolada e pessoal do Presidente da República.

A SRA. PRESIDENTE (Serys Slhessarenko. Bloco/PT – MT) – V. Ex^a ainda dispõe de cinco minutos.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB – RN) – Sr^a Presidente, aproveito o tempo que me resta para fazer um apelo a todos os Parlamentares: não deixemos fenecer esse debate! Precisamos realmente pôr cobro e terminar com esse verdadeiro cerceamento das prerrogativas do Parlamento.

Por último, desejo dizer que concordo – e já havia ocupado a tribuna, na sexta-feira, para falar sobre a seca do Nordeste – com o pronunciamento do Senador Ney Suassuna, que ouvi há pouco. Sei que a Senadora Heloísa Helena tem um depoimento a dar, depois de uma visita que fez, juntamente com o Senador Teotônio Vilela e o Presidente da Casa, Renan Calheiros, ao interior alagoano.

A situação vem se agravando – e o impressionante é que há um ditado que diz que o brasileiro só fecha a porta depois de roubado – e não há providências adequadas para se verificar o que será feito depois. A situação está praticamente instalada e a realidade do nosso interior já tem, a esta altura, todas as características, infelizmente, de uma seca. Todos os sinais de que a seca está presente já são vistos facilmente em nosso interior, bem como a pobreza do nosso povo, a fragilidade econômica e social da nossa gente e dos Municípios.

Os Prefeitos são os primeiros a serem procurados; em seguida, o Governo do Estado. Porém, está na Constituição que as calamidades, estas sim, ficam

a cargo do Governo Federal e da Presidência da República.

Sr^a Presidente, a Senadora Heloísa Helena tinha razão quando disse que comissões são necessárias para prestar solidariedade, esta absolutamente indispensável, mas comissões para tratar de providências, de sugestões, essas nós temos.

A seca, infelizmente, é igual na sua perversidade, na sua dramaticidade. Não há seca menor nem maior. É seca. Quando se fala na seca, fala-se em falta d'água, de comida, de safra de feijão, de safra de milho; fala-se, infelizmente, em falta de tudo na casa daquele que, ainda quando não há seca, já tem pouca coisa, tanto menos quando ela ocorre.

Portanto, Sr^a Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, é chegada a hora de se tomarem providências. O Dia de São José vem aí e a crença do nosso sertanejo é muito grande. Enquanto essa data não chegar, ele ainda vai acreditar e é bom que possa ter essa crença para não haver o desespero, mas precisamos de providências. Não esperemos, apenas, pelas chuvas: vamos agir.

Muito obrigado, Sr^a Presidente.

Durante o discurso do Sr. Garibaldi Alves Filho, o Sr. Papaléo Paes, 2º Suplente de Secretário, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pela Sra. Serys Slhessarenko, 1ª Suíplente de Secretário.

A SRA. PRESIDENTE (Serys Slhessarenko. Bloco/PT – MT) – Concedo a palavra ao Senador José Jorge.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr^a Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, durante o fim de semana, tivemos a oportunidade de acompanhar um largo noticiário sobre as despesas do Governo Federal.

Todos sabemos que um dos principais problemas que ocorrem em qualquer governo reside em saber como equilibrar uma receita de impostos que a população possa pagar e que garanta um processo de desenvolvimento para o País, bem como, ao mesmo tempo, saber fazer o melhor uso desses recursos. Isso não é fácil! O uso claro e tecnicamente correto de recursos, realmente, pouco acontece nos governos, e parece que neste Governo está acontecendo menos ainda.

A principal notícia é que as despesas orçamentárias com pessoal e encargos sociais, que eram de R\$75 bilhões, em 2002, estão previstas para R\$98,1 bilhões, em 2005. Portanto, haverá um aumento de 30,8%, o que, em termos reais e financeiros, repre-

senta um aumento de R\$23,1 bilhões nos gastos com pessoal.

Poderíamos dizer que isso está beneficiando um aumento de salário para os funcionários. Na realidade, o aumento previsto para os funcionários públicos neste ano, ao contrário do que o Presidente Lula dizia na sua campanha, é de 0,1%. Não é sequer de 1%, Senadora Heloísa Helena, mas de 0,1%. Acredito até que quando escolheram esse número o fizeram por pura maldade, porque poucos vão saber o que é 0,1%. As pessoas sabem o que é 1%, mas 0,1% é um valor tão pequeno que apenas um professor de Matemática ou de Aritmética poderá avaliá-lo claramente.

Na realidade, gastaram-se R\$23,1 bilhões, mas qual deveria ser a prioridade do Governo? Educação, saúde, saneamento básico – com o que não se gasta nada – e programas sociais como o Bolsa-Escola ou o Fome Zero. Enquanto esses programas gastam recursos muitas vezes inferiores aos do passado, o custo com pessoal aumentou em cerca de 30% em três anos e representa, hoje, R\$23 bilhões a mais.

Isso aconteceu porque o Governo contratou 45.580 funcionários civis. Assim, a folha de pessoal crescerá 44% em relação ao último ano de FHC.

Em 2002, eram 456.741 funcionários civis; em novembro de 2004, já eram 499.655. Houve um aumento de 9,4%.

Os cargos de DAS (Direção de Assessoramento Superior), que são de confiança, subiram de 17.559, em 2003, para 19.828, em 2004. Portanto, um aumento de 13% e mais de dois mil cargos de confiança criados em toda a estrutura do Governo Federal.

O que representa isso? Representa, além de um grande aumento de despesa, um péssimo exemplo para os governos estaduais e municipais, que têm de manter suas finanças equilibradas. Então, enquanto a população brasileira faz um grande esforço para pagar esses impostos que aumentam a cada dia e o Ministro Palocci faz um esforço para pagar os juros, para manter a dívida com um percentual decrescente do PIB, ao mesmo tempo, o Governo, por intermédio do Palácio do Planalto, principalmente, e dos Ministérios setoriais, aumenta a cada dia mais sua despesa com pessoal e com setores meio. Na realidade, o que há é uma despesa maior. E o próprio Ministro José Dirceu, na reunião do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social, anunciou que realmente o Governo tinha aumentado a despesa e que esses aumentos de despesas não foram em investimentos

nem no setor social nem no de infra-estrutura, e sim nos setores meio.

Temos visto, por exemplo, que todos os dias surgem denúncias de que determinado órgão do Governo gastou mais em diárias e em passagens do que em setores fins e em investimento.

A Presidência da República também aumentou o seu quadro em 834 novos funcionários.

As despesas de manutenção da máquina administrativa do Gabinete Presidencial cresceram 186,7%, entre 2002 e 2004 – R\$287,5 milhões, em 2004. Esse valor é maior do que o gasto mensal para o Programa Bolsa Família, que tem um custo de R\$264 milhões. Portanto, do próprio Gabinete Presidencial, que é de onde deve vir o exemplo maior, já que o Governo falou, durante a campanha, que queria fazer com que o País crescesse e que manteria as finanças equilibradas. Então, de lá deve vir o exemplo de despesas mínimas, para que o restante do Governo Federal e também os governos estaduais e municipais possam cumprir isso.

Lembramos que o maior investimento do ano passado foi a compra de um avião de luxo para o Presidente. E não ficou só nisso. Aumentaram também as despesas/mês. Os gastos do Gabinete Presidencial com passagens, diárias e locomoções cresceram 51% no Governo Lula, atingindo R\$17 milhões, em 2004. E vão crescer ainda mais agora com o avião novo.

Os gastos com serviços de terceiros prestados por pessoas jurídicas cresceram 257% entre 2002 e 2004. E esses gastos foram da ordem de R\$258 milhões, em 2004.

Em relação aos cargos em confiança, foi publicada uma matéria sobre o assunto em um jornal de domingo – **O Globo**, se não me engano –, que fez um levantamento detalhado de todos os cargos de confiança e cargos em comissão no Brasil inteiro e chegou à conclusão de que o PT ocupa 65% desses cargos. Quer dizer, na verdade, há uma politização da máquina pública: só estão recebendo cargo em comissão aqueles que são filiados ao Partido do Presidente. Os partidos aliados, que têm ajudado o Presidente a governar – e fala-se que seria um governo participativo, uma coalizão de diversos partidos –, na verdade, têm uma minoria desses cargos, que estão concentrados em torno do PT.

Vemos agora, Senador Tasso Jereisatti, a dificuldade do Presidente em fazer a reforma ministerial. O Senador Aloizio Mercadante disse, na semana pas-

sada, algo muito interessante: que a dificuldade da reforma ministerial é que tem muita gente querendo entrar e não tem ninguém querendo sair. Aparentemente, isso é verdade. O Presidente precisa dar um ministério ao PP e outro ao PMDB, inclusive ao nosso companheiro e amigo Senador Romero Jucá – que estava presente, mas já saiu; está esperando há tanto tempo que saiu.

Então, na realidade, ele não consegue demitir. Por quê? Porque não há critério. Qual seria o critério para a demissão? Tirar os piores ministros. Todos sabem quais são os ministros que não estão dando certo. A revista **Veja**, inclusive, contratou 12 cientistas políticos para analisar os Ministérios e citar quais os ministros que deveriam ser mandados para casa. Dois foram escolhidos por unanimidade como ministros que deveriam ser mandados para casa, e não o serão aparentemente; dos outros, foram escolhidos mais 11, que também não serão demitidos.

(A Srª Presidente faz soar a campainha.)

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Na realidade, Srª Presidente, necessitamos que o Presidente Lula tome uma decisão. Inclusive consultei agora o Senador Bornhausen sobre a viabilidade de abirmos uma página no *site* do PFL...

A SRA. PRESIDENTE (Serys Slhessarenko. Bloco/PT – MT) – Senador, V. Exª tem cinco minutos ainda.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Muito obrigado, Srª Presidente.

Vamos abrir no *site* do PFL uma página para que a população opine sobre quais ministros devem sair. Creio que, com isso, Senadora Heloísa Helena, resolveremos um problema do Presidente Lula. Já que Sua Excelência não tem coragem de tirá-los, que, pelo menos, ouça a população. Os cientistas políticos já deram a sua opinião. Vamos abrir essa página no *site* do PFL para que as pessoas possam opinar sobre os ministros que não estão se saindo bem. Há muitos.

Penso que, se o Presidente tomasse como critério básico demitir aqueles que não estão dando certo, haveria vaga, Senador Tasso Jereissati, para colocar todos aqueles que querem entrar no Governo, como foi dito pelo Senador Aloizio Mercadante, e, assim mesmo, ainda precisaria de mais alguns.

Concedo o aparte a V. Exª, Senador Tasso Jereissati.

O Sr. Tasso Jereissati (PSDB – CE) – Srª Presidente, Senador José Jorge, gostaria de juntar os dois temas de seu discurso, porque um é interligado ao outro. V. Exª levanta a questão do aumento de despesas, ao mesmo tempo em que faz uma ampla e precisa divagação sobre o aumento de despesas que fatalmente levarão ao aumento e à manutenção desses juros e, o pior, ao menor nível de investimento da nossa história, e explica a visão que o Governo petista tem sobre a administração pública. V. Exª observou uma coisa que já há algum tempo me chama a atenção também. Não vi, em nenhum momento em que se discutiu essa questão da reforma ministerial, o critério de vocação de determinada pessoa para o ministério, da formação da pessoa que vai ocupar o futuro ministério, do preparo que o próximo ministro precisa para ocupar a pasta. Não existe nada, nada, nada. Toda questão da escolha dos novos ministros, da saída dos novos ministros gira em torno de satisfazer alguém, como fazer com que fulano fique feliz ou infeliz, sem que o bem-estar público, o potencial de fornecer um serviço de qualidade para a população seja sequer levantado. Deu-me saudade do tempo recente em que alguns presidentes, até de história não tão felizes, diziam que queriam doze Jatenes e que davam a idéia da qualidade de seus ministérios por causa disso. Ninguém espera um melhor ministério, porque esse não é o critério. Espera-se um ministério que possa contentar todo mundo dentro de um quadro de fisiologismo. Não há nem do próprio Presidente da República, nem do próprio Governo a idéia de fazer uma reforma ministerial para melhorar o ministério, o serviço público, para dar maior eficiência ao Governo. Não! Não foi sequer tentado fazer um disfarce desse *show* de fisiologismo que estamos vendo aí. É esse o aparte que queria fazer a V. Exª.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Agradeço-lhe, Senador Tasso Jereissati. V. Exª tem absoluta razão: isso não faz parte dos critérios.

Eu gostaria, Srª Presidente, para concluir, de pedir três coisas basicamente. Em primeiro lugar, acho que o Tribunal de Contas da União deveria fazer um exame apurado das contas da Presidência da República, para dar um exemplo. As contas da Presidência da República devem ser as mais conhecidas e servir de exemplo para o restante do País.

Em segundo lugar, apelo ao Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Senador

Antonio Carlos Magalhães, e aos Líderes, para que o PLS nº 384, de 2003, de minha autoria, que proíbe que o PT ou qualquer outro Partido cobrem dos salários dos cargos comissionados, seja votado naquela Comissão. Enquanto o PT ou qualquer outro Partido no poder puder fazer esse tipo de cobrança para aumentar as próprias finanças, cada dia mais haverá cargos comissionados no Brasil.

A SRA. PRESIDENTE (Serys Slhessarenko. Bloco/PT – MT) – Senador José Jorge, V. Ex^a tem mais um minuto.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Obrigado, Sr^a Presidente.

Em terceiro lugar, Sr^a Presidente, deveríamos aumentar, ainda, a mobilização contra a MP nº 232, que é, na verdade, uma nova tentativa de aumento de impostos. Esse aumento será utilizado não para as prioridades governamentais, que não existem – os projetos de infra-estrutura e os programas sociais –, mas para o aumento da folha política do Governo, no sentido de criar cargos em comissão, de nomear pessoas não-habilitadas.

Muito obrigado, Sr^a Presidente.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PL – RJ) – Sr^a Presidente, solicito a palavra pela ordem.

A SRA. PRESIDENTE (Serys Slhessarenko. Bloco/PT – MT) – Concedo a palavra a V. Ex^a.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PL – RJ. Pela ordem.) – Peço a V. Ex^a que me inscreva para falar pela Liderança do PL.

A SRA. PRESIDENTE (Serys Slhessarenko. Bloco/PT – MT) – V. Ex^a deseja falar neste momento ou posteriormente?

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PL – RJ) – Se for possível, neste momento.

A SRA. PRESIDENTE (Serys Slhessarenko. Bloco/PT – MT) – Concedo a palavra ao Senador Marcelo Crivella, pela Liderança do PL, por cinco minutos, para uma comunicação de interesse partidário.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PL – RJ. Como Líder. Com revisão do orador.) – Sr^a Presidente, Sr^{es} e Srs. Senadores, o Secretário do Tesouro Nacional, Joaquim Levy, anunciou que é propósito do Governo diminuir a relação dívida/PIB para 40%. Pelos seus cálculos, isso definitivamente recuperaria a credibilidade do Brasil diante dos investidores.

É claro que ter crédito diante dos investidores, para o Sr. Secretário do Tesouro, é mais importante do que os objetivos da Nação. Ficam para depois a saúde,

a educação, as estradas, os projetos de crédito para a agricultura, que não lhe fazem sentido nenhum. Para S. S^a, o importante é que o Brasil tenha essa relação dívida/PIB de 40%.

A esmagadora maioria da população brasileira e também dos políticos talvez não saiba o que isso vai significar para a nossa economia, pois não está muito familiarizada com conceitos econômicos, mas está familiarizada, sim, com assalto, com o filho que não tem escola, com a fila de hospital, com o desemprego do marido envergonhado, que já não tem mais desculpa para dar à mulher, por não conseguir sequer colocar comida na mesa. Mas quero alertar o Plenário e o Brasil, porque reduzir a relação dívida/PIB para o índice de 40% significará um arrocho de mais ou menos R\$200 bilhões nos próximos anos.

Examinem-se, inicialmente, os fundamentos técnicos da proposta do Secretário, que não faz segredo a ninguém quando afirma tê-los aprendido na condição de empregado do FMI por oito anos. Na sua visão monetarista, a dívida pública é uma entidade isolada da economia, que pode ser reduzida à vontade, sem maiores conseqüências. O custo da dívida, nessa concepção, não é uma taxa de juros discricionária, determinada pelo Banco Central, mas o preço que os investidores exigem para financiar o Estado.

O secretário se esquece do fato óbvio, conhecido por qualquer vendedor de pipoca: que a dívida pública é a contrapartida da riqueza líquida privada.

Simplemente, os investidores não vão querer desaplicar o dinheiro que investiram em títulos públicos, enquanto estes estiverem remunerados às maiores taxas do mundo. As taxas de juros no Brasil são indecentes, imorais. Portanto, ninguém quer vender seus ativos da dívida pública, porque não encontrará, neste País, nenhum negócio mais seguro e rentável.

Alguém dirá: mas, Senador Crivella, é normal o sujeito tirar o dinheiro do banco, do *over*, e comprar uma casa, uma fazenda, uma loja! É verdade, mas aquela pessoa que vende vai pegar esse dinheiro e aplicar na dívida pública, porque os juros são altíssimos. Assim, o nosso estoque de dívida tende a crescer.

Na verdade, diminuimos nossa dívida/PIB no ano passado, exatamente porque o PIB cresceu alguma coisa. Trata-se de um crescimento que, com 0% do primeiro ano do nosso Governo, cai na taxa medíocre de 2,5% ao ano, a mesma do Governo Fernando

Henrique, do neoliberalismo que levou este País ao maior desemprego e subemprego da sua história. Hoje são mais de 22 milhões de brasileiros no desemprego aberto ou no subemprego.

Portanto, continuamos com o índice medíocre de 2,5%, que temos conseguido até agora. O pior, Senadora Heloísa Helena, é que essa herança vem do Ministro Pedro Malan, que dizia que o Brasil não precisava mais crescer aos níveis de 7% ou 8% – o que realmente reduziria o estoque da nossa imensa parcela de desempregados –, porque a nossa taxa de crescimento estava caindo. A taxa de crescimento da população está caindo, então não precisamos mais crescer aos níveis da década de 70.

Sr^a Presidente, quero deixar aqui um alerta, porque venho do Rio de Janeiro, onde a saúde virou um caos. No Rio de Janeiro, o Governo Federal não podia investir, porque tinha que pagar juros, e o Prefeito, porque queria ganhar juros. Agora, viu-se que 30 milhões do dinheiro da saúde estavam aplicados no *over*. Até os Prefeitos estão contagiados com essa ciranda indecente de aplicações financeiras, quando há pessoas morrendo nas filas dos hospitais.

Olhem V. Ex^{as} a que ponto chegamos: não há dinheiro federal para investir, porque temos uma dívida anual de US\$150 bilhões e um superávit de US\$70 bilhões a atingir!

A SRA. PRESIDENTE (Serys Slhessarenko. Bloco/PT – MT. *Fazendo soar a campanha*.) – Senador, V. Ex^a tem um minuto.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PL – RJ) – Sim, Sr^a Presidente, já vou concluir.

A verba federal não é repassada, porque é preciso pagar juros, e o Prefeito municipal não aplica os recursos, para ganhar juros. Quer dizer: um não aplica os recursos, porque tem que pagar juros, e o outro não aplica o dinheiro na saúde porque tem receber juros. Esse é o Brasil da agiotagem, que agora ameaça a população brasileira, para reduzir a dívida/PIB a 40%.

Sr^a Presidente, fica aqui o meu alerta e o meu clamor. Clamo aos céus, mas também aos homens de boa vontade: é preciso fazer alguma coisa.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Serys Slhessarenko. Bloco/PT – MT) – Concedo a palavra ao Senador Alvaro Dias.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR. Pronuncia o seguinte discurso. Com revisão do orador.) – Sr^a Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o discurso da trans-

parência certamente rendeu pontos importantíssimos na trajetória que conduziu o PT ao poder neste País; da mesma forma, a ausência da transparência é uma das razões fundamentais para a sua condenação no Governo.

A revista **Veja** publica matéria que não pode cair no esquecimento. A omissão não é boa conselheira diante de um fato estarrecedor como o que foi revelado. A revista **Veja** dá conta de que dormem, nas gavetas da Abin, documentos, relatórios, gravações que revelam uma suposta doação de US\$5 milhões das Farc à campanha do Presidente Lula no ano de 2002.

O Deputado Alberto Fraga, já naquela oportunidade, denunciava a existência desses documentos e pretendia, inclusive, colher assinaturas para a instalação de uma comissão parlamentar de inquérito.

Policarpo Júnior é um jornalista sério, ético e competente e não agiria irresponsavelmente ao revelar fatos de tamanha importância e gravidade. Revela o jornalista – e eu trago o documento que é cópia de documento oficial:

Dia 13/Abr/2002 – Reunião [e não foi a única], na chácara Coração Vermelho (Lago Sul) com a presença de Francisco Antonio Cadena Colazzos (codinome: Padre Oliveira Medina) – representante da Farc no Brasil.

Foram discutidos:

1 – Naquela data inauguração de vários comitês da FARC em sustentação à campanha de Lula, em Pernambuco, Porto Alegre, Cascavel (PR), Londrina (PR), Curitiba (PR), Florianópolis e Amazonas, estando previstas futuramente também no Rio de Janeiro, Goiânia e Belo Horizonte.

2 – As doações das FARC-EP serão repassadas para os comitês nos estados e logo após repassadas a empresas ligadas ao Partido dos Trabalhadores, onde serão realizadas uma espécie de doações ao PT.

3 – A fundação do 1º Comitê das FARC-EP em Ribeirão Preto (Gestão do Prefeito Palocci, atual Ministro da Fazenda), onde houve críticas da imprensa local e do jornal **Folha de S.Paulo**.

Sr^a Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, esse é o relatório apresentado pela Agência Brasileira de Inteligência. Trata-se de papel timbrado que é cópia do

documento oficial constante do processo a respeito do assunto existente na Abin.

Uma outra reunião – à qual não se referiu a Revista **Veja** – realizou-se também em Brasília.

Dia 22/Abr/2002 – reunião do Comitê Marulanda em Brasília-DF, onde foi divulgado por Cláudio Lastra (FARC-EP) o repasse de mais de cinco milhões de dólares das Farc aos comitês pró-campanha de Lula.

.....

Cláudio Lastra (FARC-EP): Declara que foi repassado na semana pelas FARC-EP, para a Campanha de Lula, uma quantia superior a cinco milhões de dólares, remetidos como doação aos Comitês Regionais do PT em todo país por meio de empresas simpatizantes, sendo toda a articulação realizada em um encontro na fazenda da FARC-EP no Pantanal do Estado do Mato Grosso.

Portanto, revela-se uma outra reunião, essa também noticiada pela revista **Veja**, numa fazenda, segundo consta nesse relatório da Abin, de propriedade das Farc, no Pantanal de Mato Grosso.

Olivério Medina divulgou que a fazenda do Mato Grosso do Sul, por ser uma área muito vasta, dificultava o acesso dos órgãos de inteligência do governo e que os assuntos tratados na reunião em nenhuma hipótese deveriam ser comentados fora do Comitê Marulanda.

Portanto, Sr^a Presidente, é mais um documento que encaminho à Mesa para registro nos Anais desta Casa por se tratar de cópia de documento oficial da Agência Brasileira de Inteligência.

Sr^a Presidente, Sr^s e Srs. Senadores, a revista destaca que o General Alberto Cardoso, então Chefe do Gabinete de Segurança Institucional do Governo e da Abin, soube da reunião em Brasília com antecedência e até abortou uma operação policial que planejava invadir a chácara e prender todos os participantes. O General preferiu deixar a reunião acontecer e manter o monitoramento por meio do agente infiltrado.

Segundo a revista **Veja**, há uma gravação em uma fita cassete, que também se encontra nos arquivos da Agência, em que o Padre Medina pode ser ouvido fazendo o anúncio da doação financeira aos petistas.

Portanto, Sr^a Presidente, são fatos que implicam indícios fortíssimos de que houve essa contribuição à campanha. De um lado, está a ilegalidade da não prestação de contas de recursos utilizados na campa-

inha eleitoral, indicando a existência de caixa dois na campanha que elegeu Lula Presidente; de outro, está a pior origem possível desses recursos: as Farc. São recursos que vêm do narcotráfico, dos seqüestros e dos roubos de gado. No ano de 2003, o faturamento, em relação a resgate, soma US\$37 milhões. O dinheiro da venda de cem mil cabeças de gado soma US\$31 milhões. E, o mais grave: o dinheiro oriundo da cocaína, o dinheiro do narcotráfico soma entre US\$600 milhões e US\$800 milhões. Essa seria a espúria origem do dinheiro que teria sido repassado ao PT pelas Farc na campanha de 2002.

O que responde o PT é muito pouco para quem está no Governo. Quem está no Governo não pode se omitir e se tornar cúmplice de um fato como esse. Quem está no Governo tem que esclarecer o fato e oferecer à opinião pública do País resposta às indagações que são formuladas em um momento da maior gravidade como este.

O Ministro Luiz Gushiken, da Secretaria de Comunicação do Governo, diz que o PT não pode ser responsabilizado pelos atos de todos os seus militantes. Portanto, admite a hipótese de que militantes do PT tenham mantido esse relacionamento espúrio e obtido recursos para a campanha eleitoral da candidatura de Lula. Contudo, afirma que não vê ligação do PT com as Farc e que, se algum indivíduo filiado ao PT tem alguma relação com as Farc, o Partido não tem controle disso.

Essa não é a forma de encarar uma situação como esta. O que se exige é uma postura de rigor do Governo em relação a denúncias como esta. Mas há outros antecedentes e outras conexões importantes que devem ser reveladas.

O Presidente Lula, em reunião com o Presidente da Colômbia, Álvaro Uribe, em setembro de 2003, ofereceu o Brasil como sede das reuniões entre o Governo colombiano e as Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia, Farc, desde que a ação fosse pedida pela ONU. É claro que se trata de um gesto de política externa no mínimo questionável, levando-se em conta a natureza dessa organização, já que as ligações das Farc com traficantes brasileiros são notórias. É o caso conhecido de Fernandinho Beira-Mar. Houve, sim, interferência das Farc em diversas ocasiões no Brasil.

Ainda hoje, Senador Demóstenes Torres, recebeu uma ligação do interior de Pernambuco, da cidade de Caruaru, de uma pessoa que pede para não ser identificada. Afirma que houve um reunião na Fazen-

da Normandia, localizada em Pernambuco, no Município de Caruaru, que serviu de base de treinamento de guerrilha para integrantes do MST, em cursos ministrados pelas Farc. Essa é uma informação que tem de ser conferida. Segundo esse informante, há vídeos também sobre esse treinamento realizado na Fazenda Normandia em Pernambuco.

O Governo deve investigar a veracidade dessa informação. É mais uma informação que chega marcada, evidentemente, pelo receio de quem informa, que se protege no anonimato, mas que deve ser investigada.

O treinamento doutrinário, à época, ficava a cargo de um ex-padre, que se identificava como Bernardo, vindo da Colômbia e que se fixou, primeiramente, na direção do MST no Ceará.

Sr^a Presidente, Sr^s e Srs. Senadores, o Senador Demóstenes Torres apresentará, desta tribuna, em seguida, propostas de requerimentos subscritos pelo PSDB, exatamente buscando esclarecimentos, convocando a Abin para prestar depoimentos a esta Casa, antes de procedemos à coleta de assinaturas para uma eventual CPMI, se entendermos necessário. É um assunto da maior seriedade, e não desejamos banalizar o instituto da CPI. A cada denúncia uma CPI, isso não é possível e não aprovamos.

O primeiro passo é a convocação daqueles que devem resposta ao País. Na eventualidade de não apresentarem respostas convincentes diante dos fortíssimos indícios apresentados, caberá ao Congresso Nacional buscar a coleta de assinaturas para a instalação de uma comissão parlamentar de inquérito.

O Deputado Alberto Fraga já iniciou o trabalho de coleta de assinaturas. No entanto, entendemos que é preciso aguardar essa primeira etapa...

(A Sr^a Presidente faz soar a campanha.)

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – ...que seria o depoimento dos responsáveis pela Abin nesta Casa, a fim de que o Congresso Nacional possa transferir à Nação as informações que justifiquem o silêncio do Governo relativamente a esse fato. Esse silêncio é temerário sob o ponto de vista ético. Quem pregou transparência não pode admitir o silêncio diante de fatos estarecedores como esses revelados pela imprensa.

O Líder do PSDB, Senador Arthur Virgílio, publica nota da Liderança do Partido que peço fique registrada nos Anais da Casa.

A SRA. PRESIDENTE (Serys Slhessarenko. Bloco/PT – MT. *Fazendo soar a campanha.*) – Senador Alvaro Dias, um minuto.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Certamente não lerei toda a nota, que diz o seguinte:

A denúncia publicada pela revista **Veja** desta semana, edição nº 1.896, sobre doação de cinco milhões de dólares das Farc para a campanha de candidatos petistas nas eleições de 2002, é muito grave e precisa ser seriamente investigada. A confirmar-se a denúncia, que traz informações muito detalhadas, a própria eleição do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva estaria maculada, pois se o dinheiro das Farc beneficiou candidatos petistas, indiretamente beneficiou a campanha presidencial. Não se trataria apenas de dinheiro estrangeiro canalizado para a campanha eleitoral brasileira – o que em si já seria muito grave – mas de dinheiro sujo, criminoso, oriundo da narcoguerrilha, da corrupção e de seqüestros e mortes até de brasileiros, e de uma organização que combate governo legitimamente eleito de um país, a Colômbia, com o qual o Brasil mantém fraternas relações.

(A Sr^a Presidente faz soar a campanha.)

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Continuando:

A denúncia é mais um fato a desmascarar a pureza com que o PT fazia questão de apresentar-se à sociedade. Vem juntar-se a casos como os de Waldomiro Diniz, Santo André, Banco do Brasil, não devidamente apurados e que envolveriam falta de escrúpulos na busca de financiamento de campanhas eleitorais. O fato denunciado pela revista **Veja**, porém, ultrapassa quais limites e a Nação quer vê-lo totalmente esclarecido.

Senador Arthur Virgílio, Líder do PSDB.

Era esse o pronunciamento, Sr^a Presidente, e peço a V. Ex^a que registre nos Anais os documentos a que fiz referência no pronunciamento.

**DOCUMENTOS A QUE SE REFERE
O SR. SENADOR ALVARO DIAS EM SEU
PRONUNCIAMENTO.**

(Inseridos nos termos do art. 210, inciso I, §2º do Regimento Interno.)

FORÇAS ARMADAS REVOLUCIONÁRIAS DA COLÔMBIA EXÉRCITO DO POVO – FARC/EP

DIA 13/Abr/2002 – REUNIÃO NA CHÁCARA CORAÇÃO VERMELHO (LAGO SUL) COM A PRESENÇA DE FRANCISCO ANTONIO CADENA COLAZZOS (CODINOME: Padre OLIVEIRA MEDINA) – REPRESENTANTE DA FARC NO BRASIL.

OBJETIVO: Inauguração do Comitê Pró-eleição de Lula através do Coletivo Marulanda (Brasília)

ASSUNTOS DISCUTIVOS:

1. Naquela data inauguração de vários comitês d FARC em sustentação a campanha de Lula, em Pernambuco, Porto Alegre, Cascavél (PR), Londrina (PR), Curitiba (PR), Florianópolis e Amazonas, estando previstas futuramente também no Rio de Janeiro, Goiânia e Belo Horizonte.

2. As doações das FARC-EP serão repassadas para os comitês nos estados e logo após repassadas à empresas ligadas ao Partido dos Trabalhadores, onde serão realizadas uma espécie de doações ao PT.

3. A fundação do 1º Comitê das FARC-EP em Ribeirão Preto (Gestão do Prefeito Palocci, atual Ministro da Fazenda), onde houve críticas da imprensa local²do Jornal Folha de São Paulo.

4. “OLIVEIRA MEDINA” pediu mais empenho da FASSUBRA/UnB e Sindicato dos Professores de Brasília (SINPRO), para arrecadação de fundos para auxiliar a Campanha Pré-Lula;

5. A Chácara Coração Vermelho é de propriedade de Antonio, membro do SINDICOF, fone: 9962-3215, onde dispuserem de todos tipos de segurança, **Inclusive VIGILÂNCIA**, para não vazarem os assuntos discutidos. O cumprimento dos presentes era feito através de um tapa no peito de cada presente, por OLIVÉRIO MEDINA, para verificar algum tipo de transmissor. Neste evento a mesa diretora do evento foi constituído por:

- FRANCISCO ANTONIO CADENA COLAZZOS (Padre Olivério Medina): representante da FARC-EP no Brasil;
- ANTONIO VIANA – Comitê Coluna Carlos Prestes;
- LEOPOLDO PAULINO – Vereador do PSB/SP em Ribeirão Preto;
- MARISA SAMPAIO – do PT e Coordenadora do Comitê da FARC em Ribeirão Preto.
- AFONSO MAGALHÃES – PT/DF e Presidente do Comitê de Apoio a Revolução Cubana;
- JOSE MARIA, Militante do PCB/DF e Diretor do SINDICOF

6. No evento, “OLIVEIRA MEDINA” forneceu em caráter secreto, para dois militantes de sua confiança, o seu telefone celular de nº 9976-9962

DIA 25/Mai/2002 – LANÇAMENTO DA EMBAIXADA DA FARC-EP EM BRASÍLIA- DF

Foi lançada na SQN 214, Edifício Frei Matheus, Bloco K, Apto 511, fone 272-5937 (residência Adão Prieto). No local funciona a moradia dos membros da FARC.

O escritório da FARC-EP é situado no Edifício Márcia – 12º Andar, sala 1210, onde funciona como fachada o CELA – Centro de Estudos Latinos Americanos.

Na embaixada foram realizadas reuniões, através do Coletivo Marulanda, para deliberar os seguintes assuntos:

- Campanha eleitoral do Partido dos Trabalhadores (PT);
- Funcionamento da Embaixada na Asa Norte e do CELA;
- Depósito da FARC na Conta de Eliete da Silva Pereira, estudante da PUC de Goiânia, secretária da FARC, na Conta Corrente 5407-0, Agência 1403-6 – Banco do Brasil.

FORÇAS ARMADAS REVOLUCIONÁRIAS DA COLÔMBIA EXÉRCITO DO POVO – FARC/EP

DIA 22/Abr/2002 – REUNIÃO DO COMITÊ MARULANDA EM BRASÍLIA-DF, ONDE FOI DIVULGADO POR CLAUDIO LASTRA (FARC-EP) O REPASSE DE MAIS DE CINCO MILHÕES DE DÓLARES DAS FARC AOS COMITÊS PRÓ-CAMPANHA DE LULA.

1. LOCAL DO EVENTO: Sede do Sindicato dos Trabalhadores dos Conselhos de ordem e fiscalização (SINDICOF), no Edifício Venâncio VI, 5º Andar, sala 503 – Brasília/DF;

2. NÚMERO DE PESSOAS: 18 (dezoito) pessoas

3. MESA DIRETORA DO EVENTO:

- **FRANCISCO ANTONIO CADENA COLAZZOS** (Codinome: Padre Olivério Medina), representante da FARC no Brasil;

X **CLAUDIO LASTRA (FARC-EP)**

CARLOS LASTRA (FARC-EP): Irmão de Claudio Lastra e funcionário da Secretaria de Educação do DF;

- **JOSÉ MARIA:** Do Partido Comunista Brasileiro do DF (PCB/DF), Diretor do SINDICOF (Fone 99623215)

4. ASSUNTOS DISCUPTIDOS E INFORMAÇÕES DIVULGADAS

- Participação do Comitê Marulanda nas manifestações do dia 1º de maio de 2002, em Brasília/DF;

- **CLAUDIO LASTRA (FARC-EP):** Declara que foi repassado na semana, pelas FARC-EP, para a Campanha de Lula, uma quantia superior a cinco milhões de dólares, remetido como doações aos Comitês Regionais do PT em todo país por meio de empresas simpatizantes, sendo toda a articulação realizada em um encontro na fazenda da FARC-EP, no PANTANAL DO ESTADO DO MATO GROSSO

- **"OLIVEIRA MEDINA"** Divulgou que a fazenda do Mato Grosso do Sul por ser uma área muito vasta, dificultava o acesso dos órgãos de inteligência do governo e que os assuntos tratados na reunião em nenhuma hipótese deveriam ser comentados fora do Comitê Marulanda;

- **JOSÉ MARIA (Diretor do SINDICOF)** Declarou que o pessoal do Movimento Guerrilheiro Frente Patriota Manuel Rodrigues do Chile, agradeceu sua pessoa pelo apoio dado durante a permanência e extradição dos guerrilheiros para o Chile, bem como a estadia dos mesmos em Brasília.

FORÇAS ARMADAS REVOLUCIONÁRIAS DA COLÔMBIA EXÉRCITO DO POVO – FARC/EP

DIA 22/Abr/2002 – LEGALIZAÇÃO DO COLETIVO EM BRASÍLIA-DF

Reunião do Coletivo Marxista Marulanda, às 19:30hs do dia 22/Abr/2002, no Sindicato dos Trabalhadores dos Conselhos de Ordem e Fiscalização (SINDICOF), com sede no Edifício Venâncio VI, 5º Andar, sala 503, para tratar da legalização do Coletivo em Brasília e credenciamento dos membros.

NOTA DA LIDERANÇA DO PSDB NO SENADO

A denúncia publicada pela revista VEJA desta semana, edição nº 1.896, sobre doação de cinco milhões de dólares das FARC para a campanha de candidatos petistas nas eleições de 2002, é muito grave e precisa ser seriamente investigada. A confirmar-se a denúncia, que traz informações muito detalhadas, a própria eleição do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva estaria maculada, pois se dinheiro das FARC beneficiou candidatos petistas, indiretamente beneficiou a campanha presidencial. Não se trataria apenas de dinheiro estrangeiro canalizado para campanha eleitoral brasileira – o que em si já seria muito grave – mas de dinheiro sujo, criminoso, oriundo da narcoguerrilha, da corrupção e de seqüestros e mortes até de brasileiros, e de uma organização que combate governo legitimamente eleito de um país, a Colômbia, com o qual o Brasil mantém fraternas relações. A denúncia é mais um fato a desmascarar a pureza com que o PT fazia questão de apresentar-se à sociedade. Vem juntar-se a casos como os de Waldomiro Diniz, Santo André, Banco do Brasil, não devidamente apurados e que envolveriam falta de escrúpulos na busca de financiamento de campanhas eleitorais. O fato denunciado pela revista VEJA, porém, ultrapassa quaisquer limites e a Nação quer vê-lo totalmente esclarecido.

Brasília, 14 de março de 2005

Senador Arthur Virgílio Líder do PSDB

A SRA. PRESIDENTE (Serys Slhessarenko. Bloco/PT – MT) – Deferido na forma do Regimento.

Concedo a palavra ao Senador Demóstenes Torres, por permuta com o Senador Pedro Simon.

O SR DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr^a Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, no dia 27 de junho de 2003, formamos uma comissão de Senadores, ao lado do Ministro da Defesa, à época o Embaixador José Viegas, o General Francisco Roberto de Albuquerque, Comandante do Exército, e o Brigadeiro Luiz Carlos Bueno, Comandante da Aeronáutica. Entre os Senadores estivemos eu e a Senadora Serys Slhessarenko. Também se fazia presente a Ministra da Defesa da Colômbia, Sr^a Marta Lucía Ramírez.

Fomos até a tríplice fronteira que separa o Brasil, o Peru e a Colômbia. Lá tivemos a oportunidade de

verificar as condições sucateadas em que se encontravam o Exército nacional e as nossas Forças Armadas. Tivemos uma aula sobre a atuação das Farc no Brasil. Tivemos notícia de que as Farc invadiam as nossas fronteiras e que, evidentemente, já haviam ocorrido enfrentamentos que resultaram na morte alguns soldados brasileiros.

Muito bem: a Ministra da Defesa convidou todo o grupo para ir até Letícia. Lá, pudemos verificar um grande material apreendido, material diversificado, desde metralhadoras até fuzis, passando por material de precisão, pasta de cocaína e alguns livros de esquerda como **Manual do Materialismo Histórico e Dialético**, um regimento interno do Movimento Sem-Terra e até uma propaganda política do Presidente Lula.

O que isso quer dizer? Por si só, nada. A simpatia que alguém nutre por algum grupo, a forma de se

conquistar o poder ou a maneira de encarar a vida, isso é problema de cada pessoa e não nos interessa. Mas, a partir dali, eu me dediquei a estudar as Farc – Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia, e a EP – Exército do Povo, que era, na realidade, a mesma entidade, Senadora.

O que fizemos então? O que eu fiz, mais especificamente? Passei a ler livros, inclusive Gabriel García Márquez que, no livro **Viver para Contar**, relata como teria começado essa guerra civil na Colômbia, com o assassinato do líder maior Jorge Elécer Gaitán; que mergulhou a Colômbia numa guerra civil de nove anos. Depois, dois grupos de inclinação esquerdista foram fundados, um, inclusive, de inspiração maoísta.

No ano seguinte ao final da guerra, em 1959, Fidel Castro assumiu o poder. E não é novidade para ninguém que, a partir daí, também, grupos de inspirações esquerdistas e guerrilheiras passaram a existir em toda a América Latina.

As Farc, sob essa inspiração, nasceram em 1964. A partir daí, o governo tentou, de diversas formas, combatê-las. Um dos erros do governo colombiano foi, em 1968, admitir que forças de direita se constituíssem em milícias, permitindo a configuração de uma situação em que se tinha uma guerrilha de esquerda e diversos grupos de direita para fazer o combate a essa guerrilha de esquerda, algo realmente aterrador.

A Colômbia, desde então, vive sobressaltada, tanto pela guerrilha de esquerda quanto pelas guerrilhas de direita. São centenas de casos, principalmente nas grandes cidades, de terrorismo explícito, com detonação de carros-bomba e seqüestros – há dois senadores seqüestrados. Tudo isso é um sem-fim que impede que haja paz para o povo colombiano.

O que nós temos com isso? Nada! O PT é um partido de esquerda e, naturalmente, tem de ter simpatizantes de esquerda. Existe uma ala do PT que simpatiza com a guerrilha, e isso é absolutamente natural. Não vejo, a não ser que houvesse repercussões diretas no território nacional, qualquer mácula no fato de um cidadão pensar ou deixar de pensar de determinada forma.

Acontece, porém, que a revista **Veja** traz esta semana uma matéria segundo a qual essa simpatia – e mais que insinuar, afirma – teria se travestido em ações. As Farc, a partir dos anos 80, passaram a ter também um braço armado financiado pelo narcotráfico colombiano. Segundo estimativas internacionais, as Farc podem lucrar até US\$1 bilhão com o dinheiro do narcotráfico – até pelas vestimentas das Farc, percebe-se que ali realmente tem algum dinheiro. Guerrilheiro que conhecemos é Fidel Castro: barbudo, embrenhado na selva, rasgado, tentando o apoio popular, e não

seqüestrando pessoas, cobrando tributo, pedágio para sua sobrevivência.

Em decorrência desse estudo que venho fazendo sobre as Farc, desde 2003 tenho mantido contatos, inclusive, com o Gabinete de Segurança Institucional. No dia 22 de fevereiro deste ano, chegou às minhas mãos um documento que teria sido forjado dentro da própria Abin, ou seja, teria sido fabricado e produzido pela própria Abin. Segundo esse documento, numa reunião no dia 13 de abril de 2002, um padre colombiano, que teria ascensão sobre um grupo do PT de Brasília, teria feito a promessa de que as Farc, por seu intermédio, financiariam a campanha para candidatos do PT no valor de até US\$5 milhões.

A partir daí, fiz um requerimento ao Plenário da Casa solicitando o seguinte:

1 – quantos documentos foram produzidos pelo Gabinete de Segurança Institucional e pela Agência Brasileira de Inteligência – Abin, sobre a atuação das Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia – Farc, no Brasil, no período compreendido entre o ano 2000 e o ano 2004 inclusive;

2 – quais as datas em que foram produzidos e que numeração receberam;

3 – quantos foram produzidos a cada ano;

4 – quantos documentos foram produzidos pelo Departamento de Operações de Inteligência – Doint, sobre a atuação das Farc em abril de 2002 e que número receberam.

Informado de que esse documento poderia existir, a primeira dúvida que me veio foi se ele não havia sido produzido por alguém que tentava denegrir a imagem do Presidente da República, o Presidente Lula. Por isso, em vez de vir aqui a esta tribuna fazer a denúncia, preferi tomar o caminho da legalidade e produzir documento requerendo à Casa que solicitasse essas informações. Ao mesmo tempo, enviei a S. Ex^a, o general Jorge Armando Félix, que é Ministro-Chefe do Gabinete de Segurança Institucional, pedido para que me prestasse as mesmas informações.

O general respondeu, mediante um ofício de 4 de março de 2005, dizendo que eu deveria me dirigir – e ele tinha inteira razão; fiz assim para provocar uma resposta – a uma comissão que havia sido criada pela Lei nº 9.883, de 7 de dezembro de 1999, que instituiu o Sistema Brasileiro de Inteligência, criando a Agência Brasileira de Inteligência, a Abin.

Essa é uma comissão de controle externo da atividade de inteligência, e é composta pelos líderes da maioria e da minoria na Câmara dos Deputados

e no Senado Federal, e conta, além desses, com os presidentes das Comissões de Relações Exteriores e de Defesa Nacional da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. O nosso presidente desta Comissão é o Senador Cristovam Buarque.

O Sr. Tasso Jereissati (PSDB – CE) – Senador, permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – Concedo um aparte ao ilustre Senador Tasso Jereissati.

O Sr. Tasso Jereissati (PSDB – CE) – Senador Demóstenes, louvo o equilíbrio e a iniciativa que V. Ex^a tomou ao solicitar essas informações. Esse equilíbrio, aliás, é extremamente necessário, é até mesmo indispensável diante da gravidade da denúncia. Sem dúvida alguma, é uma das denúncias mais graves feitas ultimamente por um órgão de imprensa da importância e da credibilidade da revista **Veja**, e exige de todos nós muito equilíbrio e muita serenidade, porque, se vier a ser comprovada, estaremos diante de uma questão institucional gravíssima para este País. Confirmada, teríamos um partido político envolvido com a organização criminosa mais violenta hoje existente neste continente, que lida não somente com política, mas, principalmente – e aí é que é grave –, com o narcotráfico e com a indústria de seqüestro, que hoje, como sabemos, aflige muito a sociedade brasileira. A questão exige a serenidade e o equilíbrio que V. Ex^a demonstra em seu pronunciamento, mas exige também que esclarecimentos sejam feitos com a mesma profundidade, com a mesma seriedade e transparência pelas quais V. Ex^a vem se pautando. É isso o que esta Casa hoje terá a obrigação de exigir. Quero estar ao seu lado e louvar o equilíbrio com que está tratando matéria dessa gravidade e relevância.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – Agradeço a V. Ex^a, Senador Tasso Jereissati. Penso exatamente da mesma forma.

Veio agora a reportagem da revista **Veja**, produzida por um repórter extraordinário, que é Policarpo Júnior. Como disse o Senador Tasso Jereissati, trata-se de revista respeitada, séria, correta, cujas matérias produzidas ao longo dos anos vêm prestando um serviço de extraordinária relevância à Nação brasileira com destacada correção e idoneidade.

Por outros meios, a revista chegou à mesma conclusão a que eu havia chegado ou às mesmas informações que eu havia obtido. Daí por que o PFL hoje, ao lado do PSDB, vem a esta Casa solicitar à Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência a convocação do general Jorge Armando Félix e do Diretor-Geral da Agência Brasileira de Informação – Abin, delegado Mauro Marcelo de Lima e Silva,

com a simples finalidade de confirmar se esses documentos existem ou não. E mais: se houve promessa de recursos e se esses recursos chegaram aos cofres do Partido dos Trabalhadores.

Portanto, o que querem o PFL e o PSDB é que a ABIN diga que isso não existe. Seria muito melhor para o Brasil. Se isso não existe, o assunto está encerrado. Foram documentos produzidos e que simplesmente chegaram a público de uma forma consistente, mas que não pôde avançar na sua investigação. Caso contrário, se a documentação existe e se o dinheiro realmente entrou para os cofres do Partido dos Trabalhadores, queremos saber por que o PT tem esse tipo de ligação e como foi o financiamento, feito principalmente por meio de uma guerrilha que controla, de certa forma, o narcotráfico na Colômbia. Isso não podemos admitir. Isso não é bom para a democracia.

O Brasil não pode, de forma alguma, aceitar que esse tipo de financiamento aconteça. Nem se o dinheiro fosse legal, poderíamos aceitá-lo. Mas dinheiro vindo do narcotráfico, da guerrilha, do banditismo não pode aportar em lugar algum.

O que estamos pedindo, Sr^a Presidente Senadora Serys Slhessarenko, é que se faça ou não a confirmação. Se não houver a confirmação, se os órgãos do Governo disserem que isso não aconteceu, o episódio estará sepultado. Caso contrário, tanto o PFL quanto o PSDB – e, tenho certeza, muitos homens e mulheres desta Casa, ainda que pertencentes à base do Governo – pedirão a instauração de uma Comissão Parlamentar Mista de Inquérito para verificar a origem dos recursos que teriam aportado na campanha do Partido dos Trabalhadores, a quem esses recursos beneficiaram e quais as pessoas que, recebendo o dinheiro, estariam vinculadas e até mesmo subordinadas a essa guerrilha.

Portanto, pedimos a aprovação desse requerimento.

Queira Deus que tudo não tenha passado de uma notícia infeliz!

Muito obrigado, Sr^a Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Serys Slhessarenko. Bloco/PT – MT) – A Presidência comunica ao Senador Demóstenes Torres que o **Requerimento nº 80, de 2005**, foi distribuído no dia 24 de fevereiro de 2005, passando a aguardar designação do Relator. No dia 01 de março, designado Relator o Senador Eduardo Siqueira Campos, S. Ex^a se comprometeu a levá-lo à reunião da Mesa Diretora que se fará realizar na próxima quinta-feira.

O SR. PAULO OCTÁVIO (PFL – DF) – Sr^a Presidente, peço a palavra pela Liderança da Minoria.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP) – Sr^a Presidente, peço a palavra como Líder do Governo.

A SRA. PRESIDENTE (Serys Silhessarenko. Bloco/PT – MT) – Concedo a palavra ao Senador Paulo Octávio, por cinco minutos, pela Liderança da Minoria, e, a seguir, ao Senador Aloizio Mercadante, pela Liderança do Governo.

O SR. PAULO OCTÁVIO (PFL – DF. Pela Liderança da Minoria.) – Sr^a Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o Partido da Frente Liberal, muito bem representado aqui pelo Senador Demóstenes Torres, que acaba de pronunciar-se muito acertadamente, adentra 2005 portando a marca histórica de 20 anos de existência.

Surgiu de uma facção dissidente do antigo PDS que, em 1985, viabilizou com seus votos a eleição de Tancredo Neves e José Sarney, no Colégio Eleitoral.

Pois bem, esse momento de suma importância para a democracia e para a libertação da Nação brasileira de um jugo moral e institucional de 21 anos fez-se berço e pilar do nascimento do PFL, fundado em 24 de janeiro daquele ano. Esse marco de vitória no Colégio Eleitoral – alento, entusiasmo e promessa de temperança aos brasileiros – ao mesmo tempo conferiu ao Partido, Sr^a Presidente, uma grande responsabilidade, cunhada na nova era que se iniciava. Nasceu dos ideais de liberdade, de democracia, de profundo respeito aos direitos civis; despontou com vocação libertária e nessa direção vem caminhando ao longo de duas décadas.

A dupla Tancredo Neves e José Sarney – façamos aqui uma rápida retrospectiva – foi eleita pelo Colégio Eleitoral, em 15 de janeiro de 1985, com cerca de setenta por cento dos votos. Não havia nas bancadas de oposição número suficiente de delegados e votos que garantissem a eleição desses candidatos. O governo detinha ampla maioria.

A migração de alguns integrantes do PDS para o outro lado do plenário mudou a história do País, dando curso à mais profunda modificação da política brasileira. E, sem dúvida, naquela ambiência, naquele momento, deu-se o início do processo a culminar na Assembléia Geral Constituinte, convocada posteriormente pelo Presidente Sarney – tendo sido este um dos seus primeiros atos na Presidência da República.

No Distrito Federal, o PFL teve como principal defensor e articulador o Deputado Osório Adriano – fundador da legenda e seu presidente por vários anos. Seu trabalho, reconhecidamente pautado em equilíbrio, ordem e inteligência política, resultou num partido que abriga hoje mais de trinta mil filiados em Brasília.

Para seu quadro parlamentar foram eleitos pelo PFL/DF, no último pleito eleitoral, quatro Deputados

Distritais Distritais – Eliana Pedrosa, Izalci Lucas, Jorge Cauhy, Fábio Barcellos, Presidente da Câmara Legislativa, e recentemente o Deputado Leonardo Prudente*, além de dois Deputados Federais, José Roberto Arruda e o próprio Osório Adriano. Esse quadro é que distingue Brasília e o PFL.

Em meio ao clima de satisfação e de certa euforia pelo transcurso dos 20 anos de fundação do PFL, há, contudo, uma constatação importante a ser colocada: a cultura partidária do nosso País não confere aos partidos políticos a importância norteadora dos seus princípios, como perfil de conduta e escolha cidadã dos seus representantes em quaisquer instâncias, quer no âmbito municipal, estadual, quer na esfera federal. Trata-se de uma característica que, provavelmente, com o amadurecimento político da sociedade e também daqueles que fazem política no Brasil modifique-se com tempo e trabalho pertinaz a respeito.

Essas, enfim, são as raízes partidárias das quais se orgulha o PFL, honradas por ele no exercício diário de seus integrantes por todo o País. E é importante que se diga que o PFL jamais desmentiu os princípios que lhes deram causa, entre os quais está o de “estimular e promover permanentemente a reorganização e renovação da sociedade brasileira, tornando-a espontânea e pluralista, ampliando as vias de ascensão social e política para as novas gerações, promovendo a valorização da mulher, de modo que sua participação seja efetiva e integral, sem limitações, discriminações ou preconceitos”.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, é na abrangência desse princípio, que fala de renovação, de pluralismo, de ampliação constante das vias de ascensão dos brasileiros e brasileiras à cidadania plena, que promove o PFL, atualmente, um grande debate que, sob a ordenação de seu atual Presidente, o Senador Jorge Bornhausen, possa levar o Partido a uma necessária reestruturação e adequação estratégica à modernidade dos novos tempos.

Trata-se de um processo de refundação do Partido, adaptando-lhe as diretrizes, para que façam jus à globalização hodierna, às tecnologias de ponta que grassam no mundo e no cenário nacional, à sociedade que se transmuta e ergue a voz em novos reclamos.

Os partidos, penso, têm o dever – como norteadores de conduta política – de sensibilizar-se com realidade mutante que se impõe, sob pena de perder-se nos remansos do passado.

Feliz a iniciativa do Presidente Jorge Bornhausen. Auspiciosa, Sr^{as} e Srs. Senadores, a data que comemoramos, isto é, a criação de um Partido que ajudou, decisiva e preponderantemente, a Nação na retomada dos seus mais valiosos bens morais – a liberdade e a

democracia. Enfim, falo aqui do 20º aniversário – Senador José Jorge, nosso Vice-Presidente, fundador do Partido – de criação de um partido que, por vocação e interesse indeclinável, sempre esteve comprometido com a sociedade brasileira, com seus anseios, transformações e necessidades.

Por isso, vim aqui registrar, com muito orgulho, esse momento em que vivemos e, com muita satisfação, como já fiz em artigos publicados em jornais brasileiros, os 20 anos do nosso Partido da Frente Liberal.

Muito obrigado, Srª Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Serys Slhessarenko. Bloco/PT – MT) – Concedo a palavra ao Senador Aloizio Mercadante, pela Liderança do Governo.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP. Pela liderança do Governo. Sem revisão do orador.) – Srª Presidente, Srªs e Srs. Senadores, faço questão de vir à tribuna para responder, sobretudo, às duas últimas intervenções, a do Senador Alvaro Dias e a do Senador Demóstenes Torres.

Em primeiro lugar, gostaria de afirmar que o nosso Partido, o PT, vem de uma longa tradição democrática. É um Partido que, ainda na ditadura militar, optou pela democracia, lutou pela liberdade de expressão e de manifestação e buscou, exatamente por meio das lutas sociais e dos espaços institucionais que foram sendo construídos pela luta democrática do povo brasileiro, construir a sua presença na vida pública nacional. Somos, portanto, um Partido que optou pela democracia como valor fundamental, que reivindica o Estado de direito, o controle do Estado pela sociedade civil, o pluralismo partidário, a alternância de poder, a liberdade de expressão.

Essa tradição de 25 anos do nosso Partido inspirou, inclusive, muitas forças políticas na América Latina. A Frente Sandinista, que chegou ao poder no passado por meio da luta guerrilheira, posteriormente, optou pelo caminho da democracia. Perdeu eleições, ganhou outras, governa uma parte do país, tem uma forte presença no parlamento e pode voltar a governar a Nicarágua. Eu diria que o nosso exemplo ajudou a opções como esta, não apenas na Nicarágua, como em toda a América Latina: a democracia como único caminho de transformação consistente, sustentável e duradoura de uma sociedade.

É exatamente por essa opção – que tem uma longa história – que nos sentimos muito confortáveis para responder ao tema apresentado da tribuna, pelo Senador Demóstenes Torres com certo cuidado e com certa cautela, pelo Senador Alvaro Dias, eu diria, S. Exª incorreu em informações precipitadas, que, tenho certeza, saberá reconsiderar após o debate da matéria.

Em primeiro lugar, por ser matéria de responsabilidade do Congresso Nacional, proponho a convocação imediata da Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência, presidida pelo Senador Cristovam Buarque, para que seja discutida essa matéria. O General Jorge Armando Félix apresentou requerimento solicitando a convocação da referida Comissão para discutir esse assunto, e tenho certeza de que o Presidente o fará o mais brevemente possível. Espero que, no máximo, nas próximas 48 horas essa Comissão possa se reunir.

Por que é fundamental a reunião dessa Comissão? Porque compete a ela controlar as atividades de inteligência e esclarecer esse episódio, sobretudo aquilo que se afirma ser a participação da Agência Brasileira de Inteligência (Abin) nesse caso.

Anteciparei as informações que recebi do Ministro-Chefe da Secretaria de Assuntos Institucionais. Segundo S. Exª, parte da documentação lida pelo Senador Alvaro Dias – inclusive apresentada por um Parlamentar no Jornal Nacional – não pertence à Abin. Apenas pelas imagens da televisão, eles identificaram, de forma cabal, que aquele documento nunca foi produzido pela Agência Brasileira de Inteligência.

Mais do que ninguém, temos interesse em que essa investigação seja aprofundada e que se chegue à origem da informação, lançada dessa forma neste momento da história do País. É muito grave o que foi feito. É muito grave por nossa tradição....

(A Srª Presidente faz soar a campainha.)

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP) – Peço à Presidência, dada a relevância da matéria...

A SRA. PRESIDENTE (Serys Slhessarenko. Bloco/PT – MT) – V. Exª ainda dispõe de três minutos.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP) – Não, eu pediria que tivesse o tempo necessário para responder à matéria de tamanha importância para o País e tendo em vista o tempo concedido aos outros interlocutores.

Pediria a tolerância da Mesa, dispondo-me a conceder o meu tempo, em outros momentos e em outras sessões, para compensar, se for possível. Ou, então, que o Senador Alberto Silva possa me conceder o seu tempo, se for necessário, e eu, depois, poderei retribuir a gentileza a S. Exª.

Peço esse tempo porque pretendo ler a nota do Partido dos Trabalhadores e, depois, reafirmar o que dissemos.

Lembro que essas informações foram produzidas em torno de março e abril de 2002, ainda no Governo Fernando Henrique Cardoso. Também naquela ocasião, o jornal **O Estado de S. Paulo** publicou a se-

guinte manchete, com grande destaque: “PT organiza Comitê Pró-Farc.”

Naquele mesmo momento, eu fiz o seguinte pronunciamento:

O Deputado Aloizio Mercadante (SP), Secretário de Relações Internacionais do PT, reagiu, ontem, às informações de que seu Partido vai inaugurar um comitê de apoio às Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (Farc), em Ribeirão Preto [na verdade, era Campinas, mas o jornalista se confundiu], no interior paulista, no dia 20.

Embora o Prefeito da cidade, Antônio Palocci Filho, pertença aos quadros do PT, (...) a iniciativa – segundo ele – partiu do Secretário Municipal de Esportes, Leopoldo Paulino, que pertence ao PSB [na realidade, ele era ex-Secretário Municipal de Esportes].

“O êxito político do PT inspirou várias organizações políticas latino-americanas a optarem pela democracia, que, para nós, é um princípio fundamental”, disse Mercadante. A posição do PT com relação à Colômbia é pela retomada do diálogo, a favor da paz e do desarmamento. Ele revelou que o Partido havia enviado, na semana passada, uma carta aos dirigentes da guerrilha colombiana, pedindo a imediata libertação da Senadora e candidata à Presidência Martha Catalina Daniels, seqüestrada e depois assassinada pelas Farc.

“Sobre esse comitê, vocês devem perguntar ao Governador Anthony Garotinho”, sugeriu Mercadante.

A SRA. PRESIDENTE (Serys Slhessarenko. Bloco/PT – MT) – Senador Aloizio Mercadante, um instante.

Gostaria de consultar o Plenário sobre a solicitação do Líder do Governo, Senador Aloizio Mercadante, que pede um tempo de dez minutos, prazo idêntico ao de inscrição, tendo em vista a relevância dos esclarecimentos que S. Ex^a pretende prestar. (Pausa.)

Não havendo objeção, S. Ex^a dispõe de dez minutos.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP) – Portanto, o nosso Partido, já naquela ocasião, não patrocinou nenhuma iniciativa de montagem de comitês pró-Farc. Qualquer iniciativa dessa natureza não teve apoio do Partido dos Trabalhadores. Sobre tudo as informações dos seqüestros, particularmente do seqüestro da candidata à Presidência da República, Ingrid Betancourt, do Partido Verde, no então processo eleitoral que a Colômbia vivia, significou, sob o

nosso ponto de vista, uma atitude em relação a qual o nosso Partido não poderia tomar outra decisão. Não cabia qualquer tipo de solidariedade ou manifestação de comitês pró-Farc patrocinada pelo Partido dos Trabalhadores.

Nós tínhamos uma posição clara, nítida, uma carta de protesto e de repúdio ao seqüestro, deixando claro que o Partido, como instituição, não patrocinaria e não participaria de qualquer atividade dessa natureza.

Não apenas isso, o Presidente Lula respeitou a vontade do povo, a soberania de um país vizinho, a autodeterminação de um povo e estabeleceu com o Presidente eleito, Alvaro Uribe, relações bilaterais de alto nível. Recentemente, quando do conflito entre Colômbia e Venezuela, o Brasil foi colocado como mediador e nos dispusemos a mediar os problemas relacionados à disputa militar que existia desde que a ONU solicitasse, como iniciativa de um organismo multilateral, a quem cabe, sim, buscar soluções pacíficas. E houve um momento de diálogo e de tentativa de desarmamento, de busca de uma saída negociada na Colômbia, como se deu em outros países de forma exitosa na América Latina.

Essa era a nossa atitude, esse era o nosso comportamento.

Por tudo isso, a matéria contém, eu diria, afirmações precárias sobre o envolvimento do Partido dos Trabalhadores, que absolutamente não condizem com a nossa história, com o nosso comportamento, com as nossas atitudes.

Quero ler a nota que o Partido dos Trabalhadores publicou, esclarecendo a posição do partido em relação à matéria:

Nota Oficial

1) O Partido dos Trabalhadores vem a público declarar seu repúdio à matéria de capa publicada pela revista **Veja** desta semana, intitulada “Tentáculos das Farc no Brasil”. A referida reportagem, ao arrepio da verdade, trata de estabelecer os supostos vínculos financeiros entre petistas e as Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia. Essa intenção inescrupulosa está registrada sob título “Espões da Abin gravaram o representante da narcoguerrilha colombiana anunciando doação de US\$5 milhões para candidatos petistas na campanha de 2002”.

2) A matéria tem como única fonte um lote de supostos documentos da Abin. [volto a afirmar que queremos a reunião da Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência para demonstrar que o que foi apresentado

como documento da Abin não são documentos da Abin; esse material será tecnicamente desmascarado no momento oportuno], eventualmente elaborados por agente infiltrado em uma festa, na qual o padre Olivério Medina, apresentado como “embaixador” das Farc em território brasileiro, teria declarado sua intenção de apoiar financeiramente candidatos petistas nas últimas eleições gerais. Não há, no entanto, reprodução de algum destes documentos: a revista alega, segundo consta do próprio texto, que foi esta a precondição para que tivesse acesso às presumidas “informações secretas”.

É interessante notar que a revista não publicou os documentos, mas os documentos circulam nas mãos de Parlamentares da Oposição. Entretanto, poderemos discutir isso, porque, pelas imagens da televisão, sabemos quais são os documentos e vamos demonstrar que eles não são da Abin.

Continua a nota:

Tampouco qualquer das testemunhas presentes à festa citada, das diversas ouvidas por **Veja**, corrobora o fato narrado pela revista, sequer apelando para o sigilo de uma declaração em **off**.

3. Não bastasse a irresponsabilidade no levantamento dos fatos, que são levados ao leitor sem evidências ou provas sustentáveis, a reportagem fica definitivamente desmascarada quando revela, com todas as letras, que a revista “não encontrou indícios suficientemente sólidos de que os 5 milhões de dólares tenham realmente saído das Farc e chegado nos cofres do PT”.

A matéria parte de documentos que são tidos como documentos da Abin, mas que não são da Abin. Vamos demonstrar que não é da Abin aquilo que foi mencionado por dois Parlamentares; um deles, inclusive, falou desta tribuna. Vou reler o que a própria revista afirma, que “não encontrou indícios suficientemente sólidos de que os US\$5 milhões tenham realmente saído das Farc e chegado aos cofres do PT”.

Continua ainda a nota:

Logo a seguir, o artigo assinado por Policarpo Jr. [por sinal, um excelente jornalista; lamento que a edição tenha sido feita dessa forma] esclarece o que entende por “suficientemente sólidos”, ao deixar claro que “a investigação de **Veja** não avançou um milímetro” na comprovação desta suposta movimentação

financeira. Mesmo assim, os editores da publicação não hesitaram em estampar, na capa da revista, como um fato averiguado, que o representante das Farc anunciou a doação milionária para petistas.

4. Vale lembrar que a exploração deste tema, as relações da guerrilha colombiana com o PT, não é uma novidade. Nas eleições presidenciais de 2002, o então candidato do PSDB, José Serra, também foi por este caminho em seu programa de televisão. O Tribunal Superior Eleitoral considerou denúncia vazia sua desesperada tentativa eleitoreira, concedendo imediato direito de resposta ao nosso partido. Também não se deve esquecer que os supostos documentos que teriam inspirado a revista **Veja** foram datados em 25 de abril de 2002, quando era Presidente da República o Sr. Fernando Henrique Cardoso e muitos arapongas andavam como serpentes pelo País, em busca de alguma situação que pudesse impedir a livre vontade do povo brasileiro de votar por mudanças.

5. Por fim, em respeito à opinião pública, reiteramos que o Partido dos Trabalhadores não tem e jamais teve relações financeiras com as Farc. Tampouco apóia, no país vizinho, qualquer saída para a longa situação de beligerância [são quase 40 anos] vivida pelos colombianos que não esteja baseada em um acordo democrático, pacífico e constitucional. O PT tem posição histórica contra o terrorismo de Estado ou de grupos armados. No mais, são inumeráveis as provas de que a política do PT é marcada pelo respeito à autodeterminação dos povos e à soberania das nações, a partir de uma política de não ingerência nos assuntos internos de cada país. Em nenhuma hipótese aceitaríamos, portanto, que nossa vida política sofresse a interferência de governos ou grupos estrangeiros de qualquer origem.

6. Consideramos a reportagem da revista **Veja**, pelos motivos apresentados, uma agressão à verdade dos fatos, à honra do Partido dos Trabalhadores e à ética jornalística. Aventuras deste naipe prejudicam a vida democrática de nosso País.

Portanto, volto a solicitar desta tribuna a convocação imediata da Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência.

Quero aqui saudar a iniciativa do Senador Demóstenes, que, antes de se precipitar em acusação, ofereceu um requerimento e pediu que fosse apurado.

Adianto que o Ministro-Chefe da Secretaria de Assuntos Institucionais nos informou que os documentos que foram apresentados não pertencem à Abin, e eles vão demonstrar isso, de forma cabal, nessa audiência.

Quero lembrar que essa suposta investigação da Abin data de abril de 2002; foi realizada, portanto, ainda no Governo anterior. Quero lembrar também que, ainda no Governo anterior, esse Padre Olivério foi preso pela Polícia Federal. E há uma reportagem da própria revista **Veja** nesse sentido, chamada “Caça às Bruxas”. O então Governo Fernando Henrique Cardoso saudou a liberação desse senhor, que havia sido preso pela Polícia Federal naquela ocasião.

É verdade que era um momento em que havia um esforço de negociação e de paz na Colômbia. Não sei se foi solicitada a extradição, mas a Polícia prendeu e soltou o mencionado Padre Olivério Medina – que não é propriamente o nome desse senhor.

Por tudo isso, queremos debater esse assunto e queremos que isso seja definitivamente esclarecido.

Ressalto que é só olhar para a história de 25 anos do nosso Partido, de compromisso com a transparência, com a ética, com a luta democrática, com a busca da solução negociada e pacífica de todos os conflitos internacionais. É uma história de não ingerência em assuntos de outras nações, de respeito, de autodeterminação à soberania dos povos. Sempre buscamos uma saída negociada e pacífica para esse conflito e para todo e qualquer conflito dessa natureza.

O Partido não patrocinou qualquer montagem de comitê de solidariedade. Não nos associaremos a organizações que praticam seqüestros como esses que ocorreram na Colômbia. Manifestamo-nos publicamente contrários a seqüestros, particularmente o da então candidata a Presidente, Ingrid. Desautorizamos toda e qualquer iniciativa de montagem de comitê dessa natureza.

A própria revista reconhece que isso não está comprovado. Não há indícios que comprovem que tenha sido feita essa transferência de recursos. Não creio que isso tenha acontecido. Mas não temos qualquer restrição a que isso seja investigado com todo o rigor.

Proponho a convocação imediata da Comissão para ouvirmos a Abin, que é a fonte dessa denúncia, e veremos, nessa audiência, que a Abin vai demonstrar, de forma cabal, técnica e consistente, que esses documentos não lhe pertencem. Inclusive, o General Félix conversou com o General Cardoso sobre esse assunto e reafirmou essa análise apresentada pelo Ministro, que era então o Ministro-chefe da Secretaria de Assuntos Institucionais, responsável pela Abin no

Governo anterior. O General Félix reafirmou que, de fato, os fatos são esses.

Portanto, peço a convocação da reunião, para que possamos discutir essa matéria.

A SRA. PRESIDENTE (Serys Slhessarenko. Bloco/PT – MT) – Concedo a palavra à Senadora Heloísa Helena.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Sr^a Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, tivemos a oportunidade de ouvir ainda hoje o Senador Ney Suassuna, o Senador Garibaldi Alves Filho e o Senador Alberto Silva, que centenas de vezes já ocuparam esta tribuna e apresentaram propostas concretas, ágeis, objetivas e de baixo custo para superar a fome, a miséria, o desemprego e o sofrimento da grande maioria da população e, de forma muito especial, da população nordestina.

Senador Geraldo Mesquita, a Bancada de Senadores de Alagoas – os Senadores Renan Calheiros e Teotônio Vilela Filho e eu, assim como vários Prefeitos e lideranças de movimentos sociais – estive no sertão do Estado. É claro que nenhum de nós foi até lá para descobrir a miserabilidade crescente e o empobrecimento da grande maioria da população, porque, se assim fosse, seria, no mínimo, cinismo da nossa parte fazer de conta que não já se conhece a realidade de dor e sofrimento da grande maioria da população do Nordeste e do sertão, de forma muito especial. A visita dos três Senadores a várias cidades do Estado de Alagoas foi um ato simbólico de unidade da bancada de Senadores para resolver ou tentar resolver os problemas do sertão, foi um ato simbólico para demonstrar a unidade da bancada, foi um ato de solidariedade e, de forma muito especial, um compromisso para que pudéssemos discutir alternativas para minimizar os efeitos da seca no nosso sertão de Alagoas.

O que vimos lá, Senador Geraldo Mesquita, é o mesmo sofrimento; quer dizer, é o mesmo sofrimento o do povo pobre do sertão se olhado pelos nossos olhos, mas é um sofrimento muito maior, acumulado, que aniquila a dignidade humana, quando vivenciado por quem lá está.

Andamos pelo Estado todo e vimos a situação.

Por dezenas ou centenas de vezes, alguns de nós, Parlamentares, já tentamos contribuir com esse debate na Casa, mas o mais grave é que sequer a obrigação primeira do Governo Federal foi feita.

O atual Governo, que imita o que de pior existiu no anterior, usa a burocracia desavergonhada para impedir a liberação de recursos até para as migalhas. Há meses os prefeitos tentam ao menos que se publique, em uma papelada chamada **Diário Oficial**, o estado

de emergência – que sequer é estado de calamidade. Vários prefeitos tentam superar a burocracia desavergonhada assumida pelo atual Governo e copiada do governo anterior, que não permite a publicação no **Diário Oficial**. Isso seria feito hoje, apenas, após meses de perambulação de prefeitos e Parlamentares pelos gabinetes dos Ministros, tentando a publicação, no **Diário Oficial**, do estado de emergência.

Sabe o que significa isso, Senadora Serys Slhessarenko? A publicação no **Diário Oficial** do estado de emergência apenas possibilita que cheguem aos Municípios pobres as migalhas dos caminhões-pipa e as migalhas das cestas básicas, que, embora essenciais para a superação da dor e do sofrimento imediato da população, não resolvem nada, absolutamente nada! Ao contrário, simplesmente continuam possibilitando que os políticos que lá vão fazer o cadastro dos pobres, miseráveis, famintos e sedentos dos sertões tenham essas pessoas, mais uma vez, nas suas mãos. Se a casa é de um aliado, o carro-pipa passa por lá e enche a cacimba ou qualquer outra coisa; se não, ele pode passar muito mais longe do que a vida cotidiana e o sofrimento dessas pessoas.

Estávamos os três Senadores lá no sertão, ouvindo os mesmos apelos para a liberação das migalhas – porque, emergencialmente, o carro-pipa e a cesta básica possibilitam que um pai, uma mãe de família e uma criança não morram de fome e sede – e, de uma forma muito especial, a cobrança pela liberação de recursos para investimento.

Amanhã haverá uma festa na Casa pelos 20 anos de democracia.

Primeiramente, todos sabemos, por honestidade intelectual, que democracia sem justiça social não é democracia. Não é! Não é sequer democracia representativa, que não se consolida porque estamos aqui, bonzinhos, sentados nas cadeiras azuis do Senado. Democracia representativa apodrecida como esta, em que Parlamentares comprem os seus mandatos e vendem sua alma para se lambuzar na pocilga do poder? Que democracia representativa?

Claro que é importante que se comemore, até para honrar a memória de mulheres e homens que foram torturados e massacrados na sua dignidade, nos malditos porões da ditadura, mas é fundamental que relembremos uma outra ditadura que existe: a do capital financeiro, dos banqueiros.

Não é à toa, Senador Geraldo Mesquita, V. Ex^a sabe, que 40% da nuvem financeira de capital volátil que paira sobre o Planeta Terra venham do narcotráfico, do crime organizado. É tão podre essa ditadura do capital, é tão apodrecida, que onde toca sai secreção purulenta.

Por isso, é importante que façamos esse debate. Nada mais constrangedor do que 20 anos de eleições – porque não são 20 anos de democracia coisa nenhuma –, 20 anos de eleições, sem democracia, porque não há justiça social. Lá, no sertão das Alagoas, Senador Cristovam, a única água que existe é a das lágrimas nos olhos das pessoas, que não se cansam de chorar, embora a realidade sentida, o sofrimento seja sempre o mesmo.

E precisa-se de fórmula mágica? Precisa-se de projeto faraônico? Absolutamente, não! É isso que dá raiva! É isso que dá raiva, porque não são necessários grandes projetos. O que existe de tecnologia e de conhecimento produzido para minimizar a dor e o sofrimento do povo sertanejo não é uma coisa pequena, não é uma coisa simplória. Centenas de vezes, nesta Casa, o Senador Alberto Silva tem apresentado cada uma das alternativas.

Espero que, com a criação da Comissão de Desenvolvimento Regional, presidida pelo Senador Tasso, possamos fazer o debate necessário e resgatar o conhecimento produzido, com tantas alternativas concretas e eficazes para minimizar esse sofrimento. Enquanto isso, que o Governo libere os recursos. Que tenha vergonha e libere os recursos para as migalhas e para as obras de infra-estrutura.

Há alguns meses, todo mundo se lembra, alguns Estados tiveram problemas graves de enchente. Por quê? Se chovesse muito e houvesse reservatório de água, poderia haver coisa melhor? No sertão chove, no Nordeste chove, mas não se acumula água porque não há reservatórios. Não é à toa que existe melhoria dos indicadores sociais onde a Cáritas – imaginem só! – fez um tipo de cisterna que acumula água e possibilita o abastecimento humano, animal e de pequenos projetos de irrigação. Qualquer pessoa de bom senso sabe que, para projetos de irrigação, não é necessária muita água. Existe alta tecnologia que, com pouca água, com gotejamento, viabiliza alternativas de dinamização econômica, geração de emprego, renda e produção de alimentos, mas essas coisas são absolutamente insignificantes.

Como não havia reservatórios para acúmulo de água, a chuva simplesmente destróçou as cidades. Aqueles que moravam na beira de um riozinho viram as suas casas serem completamente destruídas pelas águas, porque os rios assoreados não conseguem mais conter o gigantesco volume de água, já que ninguém faz absolutamente nada pela recuperação dos poucos rios do Nordeste. Foram destruídos os barreiros, as adutoras, os reservatórios, os açudes, e não se recuperou nada, absolutamente nada! Não foi recuperado um barreiro, um açude, uma adutora, uma barragem,

não foi recuperado nada! E o serviço meteorológico sabia, como sabe todo ano, o que ia acontecer.

Aí, ficamos nós visitando, dando a nossa solidariedade, como um ato simbólico, mostrando a unidade da Bancada, assumindo compromissos para que o Governo Federal libere os recursos emergenciais das migalhas – que não fazem cidadãos, mas mendigos, porque quem vive de esmolas é mendigo – e os que são necessários para as obras de infra-estrutura.

Não é preciso inventar, não é preciso criar nada de novo, não é preciso pensar tanto, mas simplesmente viabilizar a ação concreta de Governo e todo o conhecimento, toda a tecnologia apresentada, que, infelizmente, foi apropriada apenas por uma meia dúzia.

Pensemos nisso amanhã, já que haverá festa para a democracia representativa, embora apodrecida, e que possamos, um dia, realmente festejar a democracia com muitos convidados, porque hoje ela se limita a ser uma democracia representativa absolutamente fajuta. Ainda precisamos de muito, porque democracia sem justiça social não é democracia.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Sr^a Presidente, peço a palavra pela ordem.

A SRA. PRESIDENTE (Serys Slhessarenko. Bloco/PT – MT) – Pela ordem, concedo a palavra ao Senador José Jorge.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr^a Presidente, estou apresentando um requerimento solicitando que seja incluído na Ordem do Dia o **Projeto de Lei nº 37, de 1999**. Esse projeto é de autoria do Senador Pedro Simon e fixa prazo para a indicação de membros de comissões temporárias internas. Ele já foi aprovado pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, está na mesa, tem o parecer favorável do Relator Paulo Paim e vai permitir que a minoria possa voltar a criar CPLs na Casa, o que, por enquanto, a maioria está impedindo.

Estamos vendo que caso como o da Farc poderia dar margem a se criar uma CPI. Efetivamente, ficamos sem essa possibilidade se esse projeto não for aprovado. É apenas para isso.

Agradeço a V. Ex^a.

A SRA. PRESIDENTE (Serys Slhessarenko. Bloco/PT – MT) – Senador José Jorge, as notas taquigráficas de suas ponderações serão encaminhadas ao Presidente, Senador Renan Calheiros.

Concedo a palavra ao Senador Alberto Silva.

O SR. ALBERTO SILVA (PMDB – PI. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr^a Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ouvi o discurso da Senadora Heloísa Helena e bem poderia fazer um comentário sobre as facilidades que se poderia ter para obter água no semi-árido nordestino. Mas não o farei

neste momento, porque um episódio mais importante, pelo menos para o meu Estado e para o meu País, comemorou, ontem, 182 anos. Claro que, no plenário, hoje – uma segunda-feira –, não há tantos companheiros presentes, mas como a transmissão da TV Senado atinge o Brasil inteiro e até o exterior, este episódio, que tentarei resumir nestes dez minutos que nos são concedidos, é um fato histórico desconhecido do Brasil.

Ninguém pode fazer uma avaliação, por exemplo, de que no dia 7 de setembro de 1822, o Imperador D. Pedro I lançou ao Brasil aquela proclamação: “Independência ou Morte”. É claro que ele estava tornando independente o Brasil inteiro, só que o seu pai, D. João IV, não estava muito de acordo com a declaração do filho. Por que vejamos. Porque no dia do grito de independência existia lá no Maranhão um exército português com infantaria, cavalaria e artilharia e muitos milhares de soldados portugueses, que estavam em quartéis, na cidade de Caxias, no Maranhão. O que fazia o exército português àquela altura e naquele local?

Quando cheguei ao governo, estranhei e procurei nos arquivos, no museu que temos, e descobri lá algo importante para que brasileiros que estão me ouvindo agora e que queiram se dedicar sobre a história da Independência do Brasil reconheçam o seguinte fato: existe uma carta de Dom João IV dirigida ao Major Brigadeiro João José da Cunha Fidié, um cabo de guerra dos mais experimentados de Portugal, que estava ali. Para quê? Na carta de Dom João IV dirigida ao oficial português – a carta é um pouco extensa –, num determinado momento, ele dizia assim: mantenha-se, mantenha-se, mantenha-se. Três vezes. O que quer dizer: mantenha-se? Quer dizer, fique aí e segure esse pedaço de terra brasileira para a Coroa Portuguesa. Essa foi a conclusão a que cheguei, lendo aquela carta, que é um documento histórico e está nos arquivos do monumento que fiz construir.

Olhem bem as datas: a 7 de setembro de 1822, D. Pedro proclamava a independência do Brasil, e, no dia 19 de outubro, pouco mais de um mês, sem conhecimento da proclamação do Imperador, patriotas parnaibanos, da minha cidade natal, entre eles Simplicio Dias, Miranda Osório, João Cândido e outros, proclamaram a província naquele pedaço de terra brasileira independente. Na mesma hora, os estafetas do Brigadeiro Fidié deram a ele a notícia de que havia uma sublevação na cidade de Parnaíba. O que faz ele? Antes, ele já havia colocado na cidade de Oeiras oficiais portugueses. Então, àquela altura, Dom Pedro proclamava independente o Brasil e, no Piauí, tinha o exército português segurando aquele pedaço de terra. Na ex-capital Oeiras, havia oficiais portugueses tomando conta. E o Brigadeiro Fidié marchou com seu

exército sobre a indefesa cidade de Parnaíba e ali não encontrou ninguém, porque os patriotas naturalmente não queriam ser presos e se dirigiram ao Ceará. Procuraram recrutar, entre os cearenses, companheiros para ajudá-los na defesa da independência que eles haviam proclamado.

Fidié estava em Parnaíba, segundo o que conta a História, promovendo exercícios militares, porque não tinha a quem combater, e recebeu a notícia de que em Oeiras depuseram os oficiais portugueses que estavam lá – eram poucos, e o povo já estava com aqueles ideais de liberdade –, e reassumiram o poder.

Os estafetas avisaram a Fidié que já havia outra sublevação no sul do Piauí, no centro do Piauí. Então, Fidié prepara o exército e marcha contra Oeiras e, nesse caminho, nesse percurso dele, já aconteciam verdadeiras guerrilhas. Os cemitérios que existem dentro do Município de Piracuruca, escondidos dentro do mato, são a prova testemunhal de que houve, por parte de brasileiros que queriam a independência do Brasil, um fustigamento do exército português. E aconteceram várias batalhas no meio do caminho, onde morreram portugueses e brasileiras. Os cemitérios estão lá para provar. Até que comandados por intelectuais... É muito pouco tempo para resumirmos aqui o que realmente aconteceu. Mas há um fato belíssimo e histórico. As damas da cidade de Campo Maior, naquele tempo uma vila, venderam suas jóias para comprar armas, a fim de combater o exército português.

Era realmente uma façanha, um exército com artilharia, cavalaria, e infantaria, treinado nas guerras napoleônicas em Portugal, enfrentar os brasileiros que, segundo se conta, estavam armados de paus e facas. Nada disso, as mulheres, as damas de Campo Maior deram as suas jóias para comprar o máximo que podiam de espingardas. Mas essas espingardas eram as armas dos heróis que combateram no Jenipapo o exército português. E se organizaram, teve organização. Tinha um Coronel Filgueiras, que vinha do Ceará; tinha o Capitão Castello Branco, que vivia em Paris e foi educado na França. Eles eram heróis da Independência e organizaram a defesa, senhores, cavaram trincheiras às margens do rio Jenipapo. E Fidié, um cabo de guerra altamente competente, quando viu aquilo sabia que, se enfrentasse os que estavam na trincheira, iria morrer muita gente do exército português. O que ele fez? Mandou a cavalaria dele na frente, e os brasileiros inexperientes saíram das trincheiras e perderam a garantia que tinham, porque na trincheira podiam ter-se defendido. Saíram e avançaram contra a cavalaria portuguesa. E, conta-se, morreram muitos portugueses e brasileiros nesse primeiro embate. Era isto que Fidié queria: que os brasileiros saíssem das

trincheiras e, em campo aberto, não podiam enfrentar o exército português. Resultado: morreram mais de quatrocentos brasileiros e não sei quantos portugueses. Quem declarou isso? O Marechal Castello Branco, quando era o Comandante da Escola Superior de Guerra, levou seus alunos a Campo Maior e, lá chegando, fez a seguinte declaração: aqui, nessas paragens do Piauí, neste cemitério que vêem aqui, há mais brasileiros mortos do que os enterrados em Pistoia, Itália, da Força Expedicionária Brasileira. Ontem, esse feito completou 182 anos.

No meu Governo, construí um belíssimo monumento em memória dos heróis que deram a vida pela independência do Brasil. Gostaria de chamar a atenção para a conclusão da Batalha do Jenipapo. Fidié ganhou aquela batalha, mas não ganhou a guerra. Naquela mesma noite, quando arrumou seu exército para o pernoite e colocou sentinelas nos quatro cantos do acampamento, os brasileiros sobreviventes não se entregaram e, com arma branca, silenciaram os guardas que estavam protegendo o exército português.

Ali, a coices d'armas, tomaram a munição do exército português. Ao amanhecer, Fidié verificou que tinha o exército, mas não tinha munição. Organizou, então, uma retirada que podemos comparar com a retirada de Laguna. Ele conduziu o exército em direção a seu quartel-general em Caxias, e, ao longo desse caminho, em terras piauienses, muitas batalhas ocorreram com as forças que se reagruparam, do nascente Exército brasileiro. Ali existem vários cemitérios; uma das nossas cidades, inclusive, chama-se Batalha. Ali se travou uma grande batalha, fustigando-se o exército português que estava em retirada em direção a Caxias.

Por isso, Srs. Senadores, tendo registrado esse fato, estou encaminhando à Mesa um requerimento, para que se crie, na Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, um selo comemorativo.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Senador Alberto Silva, V. Ex^a ainda tem quatro minutos, segundo a Mesa. Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. ALBERTO SILVA (PMDB – PI) – Ouço V. Ex^a.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Só quero dar o testemunho de que V. Ex^a foi o responsável por ter o Brasil conhecido a verdadeira história. Este Brasil é grande, e a unidade foi garantida pelos piauienses na Batalha de Jenipapo. Portugal queria ficar com o norte do Estado, que seria o país Maranhão. Fidié não era qualquer um: era um militar de tanta hombridade, que se retraiu para o Maranhão – lembro que o Governo brasileiro, com Dom Pedro I e Dom Pedro II, era filho de português – e depois voltou a Lisboa, onde ainda foi diretor da academia militar do exército português;

na sua aposentadoria, exigiu os honorários dessa guerra, por meio da qual nós, piauienses, garantimos a unidade do Brasil. V. Ex^a, sem dúvida, foi um extraordinário Governador, que construiu o monumento da Batalha de Jenipapo, imortalizando aqueles que fizeram aquela grandiosa batalha, talvez a mais honrosa do Exército brasileiro.

O SR. ALBERTO SILVA (PMDB – PI) – Muito obrigado, Senador Mão Santa, por essa contribuição ao meu discurso.

Concluo, Sr^a Presidente, dizendo que, na época em que construí o monumento, levei essa história, com todos os documentos, ao então Ministro da Guerra, General Orlando Geisel e pedi que colocasse, entre os feitos militares do Exército brasileiro, a Batalha do Jenipapo como a batalha da unidade nacional, porque, como muito bem lembrou o Senador Mão Santa, se tivéssemos perdido aquela batalha e, seguramente, aquela guerra, o Brasil poderia estar dividido entre o Estado do Maranhão – como ocorre na África, onde há várias colônias portuguesas – e o restante do Brasil.

Queria levar ao conhecimento do Brasil esse feito que completou 182 anos e lembrar que os brasileiros devem conhecer de perto o monumento e o que foi a Batalha do Jenipapo, dos heróis que deram sua vida pela independência, não do Piauí, mas do Brasil.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Serys Slhessarenko. Bloco/PT – MT.) – Obrigada, Senador Alberto Silva.

Concedo a palavra ao Senador Antonio Carlos Valadares. Logo após falará o Senador Cristovam Buarque.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, no próximo dia 17, quinta-feira, a cidade de Aracaju, capital do meu querido Estado de Sergipe, estará comemorando seus 150 anos.

A festa do sesquicentenário está sendo organizada pela Prefeitura municipal, mas outras instituições se integram às comemorações, como o próprio Governo do Estado.

A capital Aracaju era um simples povoado denominado Santo Antônio de Aracaju, construído sobre areia e manguezais. O então Presidente da Província de Sergipe Del Rey, Inácio Barbosa, apesar da condição geográfica, à primeira vista, desfavorável para se implantar uma cidade, que praticamente ficaria em cima da água, sobre os mangues e brejos, em um terreno movediço, teve um espírito visionário. Teve a coragem típica do nordestino e, pensando melhor no futuro da então Província de Sergipe, deslocou a capital da vetusta São Cristóvão – que foi a primeira capital

de nosso Estado – para esse povoado e reuniu, num pequeno barraco, modesto, simples, os representantes da Assembléia Legislativa Provincial.

Apesar dos protestos de alguns deles, sua mensagem foi aprovada, e, no dia 17 de março de 1855, o Presidente Inácio Joaquim Barbosa sancionava aquela resolução, conferindo ao povoado Santo Antônio de Aracaju a condição de capital da Província.

Foi, sem dúvida, Sr. Presidente, um ato político que teria reflexos econômicos e sociais para o futuro, uma vez que, em Aracaju, no estuário do rio Sergipe, já existia um porto de onde eram exportadas as riquezas, notadamente o açúcar oriundo da região do Cotinguiba, fazendo com que a cidade de São Cristóvão se mostrasse menos atraente, do ponto de vista econômico, para o desenvolvimento das atividades administrativas, sociais, do comércio e da indústria, que depois se tornou um dos instrumentos de desenvolvimento do Estado de Sergipe.

O Prefeito Marcelo Déda, que coordena as festas alusivas a esse acontecimento, no jornal Cinform, escreveu um artigo, onde, em certo trecho, diz:

Quando Ignácio Barbosa transferiu a capital do Estado da velha São Cristóvão e fundou a cidade de Aracaju ele não estava apenas refletindo uma nova correlação de forças no seio das classes dominantes de então. Consciente ou inconscientemente, o nosso fundador estava no topo de um movimento que mudaria Sergipe e se constituiria num titânico desafio que iria tencionar a nossa economia, emular a nossa sociedade e criar a mais significativa obra da história de Sergipe. Uma obra urbanística, econômica, humana e social que ainda hoje, 150 anos depois, está em andamento.

A escritora Maria Thetis Nunes, historiadora – nossa querida professora de História –, teve a oportunidade de escrever sobre nossa capital e enaltecer o seu fundador chamando Ignácio Barbosa de “o presidente progressista”. Na sua visão:

O Presidente Ignácio Joaquim Barbosa não ligou seu nome à história de Sergipe apenas pelo gesto, aparentemente ousado, de mudar a capital da vetusta e tradicional cidade São Cristóvão para as areias e apicuns do povoado de Santo Antônio do Aracaju. A ele ainda são creditadas diversas iniciativas progressistas, que contribuíram para o desenvolvimento da província durante o governo que se estendeu de 11 de novembro de 1853 a 6 de outubro de 1855, data do seu falecimento.

O Presidente Ignácio Barbosa era um governante de pouco mais de 30 anos de idade. Infelizmente, governou menos de dois anos, mas deixou esse marco que jamais será esquecido pelos sergipanos, pelos aracajuanos, de ter tomado a frente de iniciar um processo de desenvolvimento novo para o Estado, mudando sua capital. E ainda é a professora Thetis que diz:

Soube o jovem presidente aproveitar as condições internas de Sergipe favoráveis pela valorização do açúcar nos mercados internacionais, e as externas, representadas pela onda de prosperidade e realizações que ia pelo País. Suas qualidades de líder fizeram com que ele se integrasse no momento vivido, de progresso, de transformações, permitindo-lhe realizar esse ato importante, aparentemente ousado e impetuoso, que foi a mudança da capital de Sergipe.

Sr^a Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, tenho a satisfação de dizer que Aracaju, uma cidade florida, bonita, convidativa, hospitaleira e bem organizada, chegou ao estágio atual em que se encontra devido aos seus governantes, tanto Governadores como Prefeitos Municipais, que se dedicaram, de corpo e alma, a transformar a capital do nosso Estado em uma cidade habitável, que proporcionasse à sua gente todos os direitos que são conferidos à cidadania de um município organizado.

Sr^a Presidente, de fato, Ignácio Barbosa foi um visionário, um homem de atitudes, de uma conduta típica de estadista. O estadista não é aquele que pensa no hoje; é aquele que pensa nas gerações futuras. Foi o que fez Ignácio Barbosa ao conceber um plano urbanístico para ser executado sobre pântanos e areia. Para tanto, contratou um engenheiro chamado Sebastião Basílio Pirro, que elaborou um projeto de alinhamento para nossa capital Aracaju, considerado revolucionário para a época e ainda hoje. Como disse o engenheiro civil Fernando Porto, Aracaju é uma vitória da geografia, porque foi projetada na forma de um tabuleiro de xadrez e cresceu vencendo os desafios da natureza de uma região desabitada.

Segundo detalham Marta Maria Gaspar e Clara Angélica Porto, no artigo “De Sergipe a Aracaju, uma História de Conquistas”, esse plano, à primeira vista simples, deu certo ao longo do tempo:

Dentro de um quadrado de 540 braças, ou seja, 1.188 metros, estavam traçados quarteirões iguais, de forma quadrada, com 55 braças de largura, separados por ruas de 60 palmos. Era a simplicidade e o rigor geométrico. Todas as ruas foram arrumadas geometricamente,

como um tabuleiro de xadrez, para desembocarem no rio Sergipe.

Portanto, Sr^a Presidente, Aracaju, cidade linda, que todos nós, que lá moramos, amamos. Trata-se de uma cidade projetada artificialmente; teve uma concepção montada em cima de um projeto de engenharia. Não foi um cidadão comum, não foi uma pessoa única do povo que teve essa idéia; foi um engenheiro. E, atrás desse engenheiro, uma equipe contratada exclusivamente para projetar Aracaju, levando-a a se transformar, como se transformou hoje, numa cidade onde podemos dizer que moramos em paz, tranqüilamente, onde há saneamento básico, onde há toda uma infra-estrutura capaz de dar ao sergipano o conforto e a alegria de viver lá. E aos visitantes, a surpresa de encontrar um povo pacato, ordeiro, receptivo a todas as pessoas que aparecem na nossa capital Aracaju.

Portanto, Sr^a Presidente, aproveito o ensejo para requerer o registro nos Anais desta Casa do transcurso do sesquicentenário de fundação do Município de Aracaju, apresentando congratulações às autoridades locais: ao Prefeito Municipal, Marcelo Déda – que faz uma administração primorosa e revolucionária, tanto que foi reeleito com 72% dos votos dos aracajuanos – e ao Presidente da Câmara de Vereadores, Zeca da Silva, cujo evento será comemorado no dia 17 de março. Afinal, Sr^a Presidente, faço esta homenagem a Aracaju, estendendo-a seus prefeitos municipais. Trago o nome de alguns deles para terminar, encerrando as minhas palavras: Marcos Ferreira de Jesus, Jorge Maynard, José Conrado de Araújo, Godofredo Diniz, José Teixeira Machado, Roosevelt Menezes, Cleovansóstenes Pereira de Aguiar, João Alves, Gileno Lima, Heráclito Rollemberg, Valdir Santos Brito, José Carlos Teixeira, Jackson Barreto, Viana de Assis, Almeida Lima, Wellington Paixão, João Augusto Gama e Marcelo Déda.

Sr. Presidente, deixo esta homenagem, marcando a passagem do aniversário da cidade. Dezessete de março é o dia em que Aracaju completa 150 anos de sua criação, com a mudança da nossa capital.

Peço ainda a inscrição, nos Anais da Casa, de alguns trabalhos publicados no jornal **Cinform**, de intelectuais que já mencionei, como também do nosso querido jornalista Luiz Antonio Barreto.

DOCUMENTOS A QUE SE REFERE O SR. SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inseridos nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

'Aracaju, uma vitória da Geografia'

A frase do título é do engenheiro civil Fernando Porto, um dos mais célebres conhecedores da arquitetura de Aracaju e hoje residente em São Paulo. Não se trata de uma opinião meramente emotiva, de alguém apaixonado pela cidade, mas técnica, com base na forma utilizada pela engenharia da época para tocar o desenvolvimento da nova capital da província.

Coube a Inácio Barbosa pensar qual seria o melhor plano urbanístico para Aracaju. Seu grande desafio era construir a cidade em cima de uma região cheia de pântanos e areia. Uma comissão de engenheiros foi contratada, tendo à frente Sebastião Basílio Pirro, que elaborou um plano de alinhamento.

"Dentro de um quadrado de 540 braças, ou seja, 1.188 metros, estavam traçados quarteirões iguais, de forma quadrada, com 55 braças de largura, separados por ruas de 60 palmos. Era a simplicidade e o rigor geométrico. Todas as ruas foram arrumadas geometricamente, como um tabuleiro de xadrez, para desembocarem no rio Sergipe", detalham Marta Maria Gaspar e Clara Angélica Porto, no artigo 'De Sergipe a Aracaju, uma história de conquistas'.

Ao contrário de uma versão propagada, a capital não cresceu da colina do Santo Antônio para a região central. A praça Fausto Cardoso, centro do poder político-administrativo naquela época, foi o ponto de partida.

CRESCIMENTO

O grau de dificuldade para o crescimento econômico da nova capital aumentou com o falecimento de Inácio Barbosa sete meses após a transferência. Sua morte prematura pôde até ter atrasado o desenvolvimento da capital, mas não impediu que ele acontecesse. A sociedade, formada em sua maioria por funcionários públicos, negociantes do comércio e pelos senhores de engenho, estimulou a economia e a vinda de novos investimentos. "A população foi crescendo rapidamente. Em 1856 havia pouco mais de mil habitantes. Na República (1889) já eram 17 mil, um crescimento muito rápido", compara a professora Maria Thetis Nunes.

O avanço populacional deu-se paralelo aos investimentos públicos e privados na capital. De um simples povoado, Aracaju passou a ser sinônimo de vanguarda na nova República. Obras como o serviço de água encanada (1908) e o esgotamento sanitário (1914) eram algo suntuoso para a época. Com essa característica, a cidade foi crescendo e assumiu, definitivamente, seu papel de capital, atraindo as atenções do Estado e do seu povo. Hoje Aracaju é referência nos setores econômico, social e político de Sergipe. É, na prática, a concretização do sonho de Inácio Barbosa.

Inácio Joaquim Barbosa: o presidente progressista

HISTORIADORA REVELA OUTRAS ATITUDES GRANDIOSAS DE INÁCIO BARBOSA, COM DESTAQUE PARA A EDUCAÇÃO

Maria Thetis Nunes*

O presidente Inácio Joaquim Barbosa não ligou seu nome à história de Sergipe apenas pelo gesto, aparentemente ousado, de mudar a capital da vestida e tradicional cidade de São Cristóvão para as areias e apicuns do povoado de Santo Antônio do Aracaju. A ele ainda são creditadas diversas iniciativas progressistas, que contribuíram para o desenvolvimento da província durante o governo que se estendeu de 11 de novembro de 1853 a 6 de outubro de 1855, data do seu falecimento.

Dos 55 presidentes que governaram Sergipe de 1824 a 1889, foi Inácio Joaquim Barbosa, entre os que se destacaram, um dos mais importantes. Culto, poliglota, com boa formação humanística, o jovem governante, de pouco mais de 30 anos, procurou fazer Sergipe viver o momento de progresso e inovações que então dominava o Brasil. As Falas à Assembléia Legislativa Provincial demonstram sua compreensão aos problemas da província que veio governar, e as tentativas feitas para resolvê-las.

No campo econômico, coube-lhe concluir a abertura do canal do Pomonga, ligando o vale do Japarutuba ao vale do Cotinguiba, facilitando o escoamento da produção de uma das mais importantes regiões açucareiras de Sergipe. Procurou resolver o grave problema de acesso às barras de Sergipe, que dificultava o movimento de navios pelo perigo que oferecia, encomendando, na Inglaterra, um rebocador para a barra do Cotinguiba, o qual, porém, só chegaria depois da sua morte.

Em sua administração, Sergipe viveu dias tranquilos, conseguindo ele amortecer as paixões políticas, que tantas perturbações traziam. Cumpre ressaltar a sua preocupação com a situação educacional e as medidas tomadas de significação para a vida sergipana. Dentre elas, destaca-se o Regulamento de 1º de setembro de 1854, no qual procurou uniformidade ao ensino da província, fazendo sentir a presença efetiva do governo no setor da educação.

Também foi disciplinado o funcionamento do ensino particular, fixados os deveres dos professores públicos e determinado o período de férias escolares pra toda a província, bem como o horário de funcionamento do curso secundário. Aboliu o uso das palmatórias nas escolas, repudiando os castigos corporais.

Procurou melhorar a situação das escolas com a compra de móveis e utensílios dentro das limitações orçamentárias, também criando escolas

de Primeiras Letras em povoados mais prósperos.

Em junho de 1854, criou os Internatos de Estância e Laranjeiras, que deveriam funcionar dentro de um sistema misto, 'nem absolutamente particulares, nem absolutamente públicos ou oficiais'. Neles foram localizadas as aulas de Latim, Francês, Geografia e História, permitindo que jovens de outros pontos da província acessem às suas classes.

Preocupou-se com a Biblioteca Pública, criada pelo presidente Zacarias de Góis e Vasconcelos, aprovando seu regulamento e normalizando a administração, além de conseguir a aprovação de verbas para a compra de livros e revistas literárias na Europa. Apoiou as atividades artísticas da Sociedade de Filodramática Sergipana, concedendo-lhe um empréstimo para a construção da sede.

Com a transferência da capital para Aracaju, procurou, pela resolução nº 422, do mês seguinte, dar organização ao ensino público aracajuano, que deveria constar de duas cadeiras primárias, uma já funcionando, e outra criada para meninas, além de uma de Língua Latino ora criada, e outra de Filosofia, transferida de São Cristóvão.

Ao extinguir o Liceu de São Cristóvão que se encontrava em decadência, planejou fundar outro na nova capital, dando início, em junho, à construção do prédio onde funcionaria e que deveria ser entregue dentro de dez meses. Sua morte prematura fez, porém, que as obras fossem paralisadas, e as bases, aproveitadas para a construção de uma cadeia local.

Em sua passagem por Sergipe, foi Inácio Joaquim Barbosa ídolo representante da fase de prosperidade e inovações que o país vivia sob o Ministério da Conciliação, presidido pelo Marquês de Paraná. Não foi ele um aventureiro ou um inconsequente, uma 'manivela do Barão de Maróim', como já tentaram apresentá-lo alguns estudiosos do passado sergipano, partidários do personalismo na História.

Soubes o jovem presidente aproveitar as condições internas de Sergipe favoráveis pela valorização do açúcar nos mercados internacionais, e as externas representadas pela onda de prosperidade e realizações que ia pelo país. Suas qualidades de líder fizeram com que ele se integrasse no momento vivido, de progresso, de transformações, permitindo-lhe realizar esse ato importante, aparentemente ousado e impetuoso, que foi a mudança da capital de Sergipe em 17 de março de 1855.

*Historiadora

Uma mudança movida pelo açúcar

DECISÃO DE INÁCIO BARBOSA FOI MOTIVADA PELO VOLUME DE EXPORTAÇÃO DO PRODUTO ATRAVÉS DO RIO SERGIPE

Imagem de
Aracaju no começo
dos anos 70

Não há dúvida de que a mudança da capital de São Cristóvão para Aracaju, que completa 150 anos na quinta-feira, dia 17, foi, além de uma decisão política, uma questão de visão econômica do futuro, mas com bases em números que, já naquela época, revelavam a pujança de um simples povoado, o Santo Antônio do Aracaju, em relação aos demais municípios de Sergipe.

Outro fator que pesou na decisão do presidente Inácio Barbosa – que governou a província de 11 de novembro de 1853 a 6 de outubro de 1855, quando faleceu – era que o povoado ficava na margem direita do Rio Sergipe, por onde escoava a maior parte da produção de açúcar do Estado. Por volta da metade do século 19, enquanto o porto de São Cristóvão escoava duas mil sacas, pela Barra do Rio Sergipe saíam 25 mil oriundas da região do Vale do Cotinguiba.

“A visão do presidente foi a de procurar onde estava havendo produção, investimento, onde havia maior facilidade. Além disso, a alfândega e a mesa de rendas já funcionavam em Aracaju desde 1830. A opção de Inácio Barbosa foi técnica. Evidentemente que, se a opção fosse meramente geográfica, qualquer cidade do São Francisco poderia ser a capital, porque o rio era mais navegável do que qualquer outro”, observa o jornalista e escritor Luiz Antônio Barreto.

A partir daí a transferência seria só uma questão de tempo. A Assembleia Legislativa da Província foi convocada de surpresa pelo presidente no dia 2 de março de 1855. A sessão aconteceu em uma das poucas casas de praia existentes na época em Aracaju, mais precisamente no bairro Industrial. Na pauta, um único projeto: elevar o povoado Santo Antônio à categoria de cidade e,

conseqüentemente, à de capital da província. Mesmo com alguns parlamentares sem entender como um lugar cheio de areia, brejos e mangues poderia se tornar a futura capital, o projeto foi aprovado. “O presidente foi muito agredido por essa decisão. Chamaram ele de mulato pobre como se esses adjetivos fossem seus maiores defeitos. Também se criou uma idéia de que ele estava a serviço de Barão de Maruim, uma figura na época que tinha interesses no desenvolvimento da região do Cotinguiba”, recorda Luiz Antônio. Mas as reações não foram suficientes para abortar o projeto de Inácio Barbosa, e duas semanas após, no dia 17 de março, a lei foi sancionada por ele.

DESENVOLVIMENTO

A historiadora Maria Thetis Nunes reforça que o projeto do presidente não se resumiu apenas a um ato administrativo, mas a um conjunto de ações que levaram ao desenvolvimento da nova capital. “Coube-lhe concluir a abertura do canal do Pomonga, ligando o Vale do Japarutuba ao do Cotinguiba, facilitando o escoamento da produção de uma das mais importantes regiões açucareiras de Sergipe. Ele procurou resolver também o problema de acesso às barras de Sergipe, que dificultava o movimento de navios pelo perigo que oferecia. Para isso, encomendou, na Inglaterra, um rebocador para a barra do Cotinguiba”, diz. Mas Inácio Barbosa morreu antes mesmo de ver o rebocador chegar à Província e, principalmente, de acompanhar de perto a concretização do seu projeto, hoje algo inquestionável por qualquer especialista. Há 150 anos, o presidente, de pouco mais de 30 anos, havia tomado a decisão correta.

Orgulho do passado e fé no futuro

* Marcelo Déda

Quando Inácio Barbosa transferiu a capital do Estado da velha São Cristóvão e fundou a cidade de Aracaju ele não estava apenas refletindo uma nova correlação de forças no seio das classes dominantes de então. Consciente ou inconscientemente, o nosso fundador estava no topo de um movimento que mudaria Sergipe e se constituiria num titânico desafio que iria tensionar a nossa economia, emular a nossa sociedade e criar a mais significativa obra da história de Sergipe. Uma obra urbanística, econômica, humana e social que ainda hoje, 150 anos depois, está em andamento.

Há um trecho magistral no romance "Os Corumbas", de Amando Fontes, no qual ele descreve o drama das famílias interioranas que deixaram suas cidades no alvorecer do século em busca de dias melhores na nova capital que se industrializava e demandava mão de obra para as fábricas instaladas no Bairro Industrial. O talento do grande escritor registra o nascer do dia com sua luz tibia varando a madrugada para encontrar os rostos cansados e iluminar os olhos ansiosos dos avós da nossa classe operária dirigindo-se às indústrias de chaminés fumegantes. Sempre me emociono quando releio esse texto. E não apenas pela qualidade realista do quadro social mostrado mas, principalmente, pela carga gigantesca de simbolismo que aquela cena termina por revelar.

O que arrancara aqueles camponeses de suas roças, trazendo-os para uma cidade ainda em construção, com seus bairros insalubres, seus barracos de taipa cobertos por palhas e a constante ameaça das febres e epidemias? Só há uma resposta: a esperança. A fé na ascensão social, numa vida de melhor qualidade, num futuro melhor, na libertação do jugo do latifúndio e da opressão da miséria. Essa esperança, nem sempre concretizada, foi o vírus bendito que se instalou na alma de todos os que viram brotar dos areais, pântanos e manguezais da margem ocidental do Rio Sergipe uma cidade que como nenhuma outra encarnou o sonho sergipano.

Ao longo desses 150 anos os sergipanos têm reafirmado essa esperança e os aracajuanos têm cultivado esse sonho de prosperidade, ascensão social e oportunidades. Por um século e meio esta chama tem iluminado a vocação progressista de nossa capital. Como se fosse um farol a referenciar nossos desejos, essa cidade atrai e acolhe homens e mulheres de todas as regiões do estado e de outros rincões do Brasil, com imensa generosidade, despida de preconceitos. Eu mesmo, nascido em Simão Dias, sou um dos beneficiários desse espírito generoso da cidade e do seu povo que me acolheu aos 13 anos e agora reelege-me prefeito neste momento único da nossa história.

É claro que temos sofrimento e dificuldades, até porque aqui estão refletidos os problemas típicos da formação social e econômica do nosso país. Aqui também a desigualdade é o motor da exclusão. Os nossos problemas ainda são muitos, mas as lutas sociais que marcaram a nossa trajetória, das greves operárias do início do século 20 às grandes manifestações contra a ditadura, passando pelo movimento tenentista e chegando ao novo movimento popular e sindical, testemunham a energia do nosso povo, a sua alma rebelde, o seu justo inconformismo, a sua voca-

ção libertária e o seu senso de justiça.

Hoje, quando o novo milênio ensaia os seus primeiros passos, podemos contemplar uma Aracaju sesquicentenária que encara sem medo, o seu futuro. A cidade vive um momento de afirmação da sua auto-estima, dentro de um projeto político e administrativo marcado pela participação cidadã. Não escondemos nossos problemas. Pelo contrário, os enfrentamos com seriedade, sem demagogia. Debateremos a poluição do nosso rio e a destruição dos nossos mangues na perspectiva de superar o modelo injusto e ambientalmente agressivo que orientou grande parte do nosso processo de urbanização.

Não nos conformamos apenas com a denúncia do sofrimento dos mais pobres, invertamos as prioridades e partimos para ações e investimentos que se direcionam principalmente para as populações carentes dos bairros da chamada periferia. Construímos uma nova política de saúde que permitiu elevar o nosso IDH e reduzir em 27,5% a mortalidade infantil. Apostamos na democracia e reafirmamos a nossa cultura, levando ao Brasil inteiro a qualidade dos nossos eventos e a beleza da nossa tradição.

Refletir sobre a nossa história, pensar os nossos desafios, desenhar o roteiro dos nossos sonhos e mirar nos objetivos do nosso futuro é uma das metas da programação do sesquicentenário organizada pela Prefeitura. Se formos capazes de fazer esse exercício, descobriremos que os problemas que existem no presente são menores do que aqueles que já enfrentamos e vencemos no passado.

Isso não diminui o tamanho da tarefa que todos nós temos a cumprir com a nossa cidade, mas afasta o amesquinamento provinciano e o inaceitável complexo de inferioridade que alguns poucos tentam cultivar, com o objetivo de dobrar a espinha do nosso povo para tentar dominá-lo. A hora é de elevar a nossa auto-estima e cultivar o nosso sadio orgulho de viver numa cidade dividida entre os afagos do rio e os beijos do mar atlântico.

A felicidade de sermos herdeiros e continuadores dos feitos de um povo que com ousadia, talento e competência construiu uma das melhores cidades do Brasil. De termos um município onde a capacidade empreendedora dos nossos empresários só encontra rival na inteligência e disposição da nossa classe trabalhadora. Eles, empresários e trabalhadores, ao lado de uma gestão moderna que busca a eficiência, sem desprezar a ética, colocaram a nossa capital entre as 300 cidades mais dinâmica do Brasil (que possui mais de 5.600 municípios).

Capital da cidadania, berço de cientistas e de poetas, esquina onde se encontram a vanguarda e a tradição, aqui o trabalho é o alicerce da esperança. Território de ritos e religiões, mas também de festas sadias e jovial alegria, Aracaju chega aos 150 anos como a capital de todos os sergipanos e o lar de homens e mulheres livres que exibem na beleza do sorriso e na coragem das atitudes a força de um povo que tem orgulho do seu passado e fé no seu futuro.

* Marcelo Déda é advogado, foi líder estudantil, deputado estadual por um mandato, federal por dois e está prefeito reeleito de Aracaju.

C1 ESPECIAL

Correio de Sergipe • Aracaju • domingo 13 e segunda-feira 14 de mar. 2005

CORREIO CULTURA

ARACAJU - 150 anos de história (XVI)

O cinquentenário, o centenário, a modernização

Luiz Antonio Barreto*

A história de Aracaju pode ser dividida, pelo menos, em três fases distintas: a da Consolidação da cidade, cobrindo os primeiros 50 anos, a do Crescimento, que atravessa a primeira metade do século XX e a da Modernização, marca das últimas décadas. Iais fases podem coincidir, com alguma margem de erro, com as datas redondas que colocaram Aracaju no centro dos estudos e dos debates: o cinquentenário de 1905, o centenário de 1955, e o sesquicentenário de hoje, cada evento com suas características.

Aracaju tomou forma nas primeiras décadas após suas primeiras construções e cresceu, lentamente, fiel ao plano diretor do engenheiro Pirro. Mais do que consolidar-se como cidade, Aracaju conquistou, na prática, os fóruns de capital, nos moldes de um centro de convergência e de decisão da Província e do Estado. Evidentemente que aquelas pessoas que tinham como referência os modelos das grandes cidades, com majestosas construções, jardins, serviços para a população, deixavam de acreditar no projeto do presidente Inácio Barbosa, que nos primeiros tempos não tinha qualquer visibilidade. Leandro Bezerra Monteiro, político de destaque à época, que tinha sido deputado provincial e privava da amizade do presidente, deixou entre os seus escritos um depoimento sincero sobre Aracaju. Disse ele: "O presiden-

te Barbosa fez uma convocação da Assembleia para o Aracaju - praia deserta, mas para onde pretendia mudar a capital da Província, atendendo a que ali era o porto principal, onde tinha a alfândega, etc, e onde poderia de futuro se estabelecer uma cidade mercantil e não ficar tão somente oficial como em quase meio século - era o decreto". São Cristóvão. Por tal causa chegaram no Aracaju no dia 2 de março achando o Barbosa em uma casinha dentro de uma roça de mandioca, tornando tal habitação o palácio presidencial. Não achou outro pouso senão ali, e os demais colegas estavam espalhados por algumas casas de palha. Ligeiramente foi levantada uma casa para as sessões da Assembleia, e assim foi mudada a capital. Eu assinei o projeto e não me arrependi até o dia de hoje."

Diversos melhoramentos modificaram a vida da nova capital, agitada pelas ideias circulantes na segunda metade do século XIX, sob influência de intelectuais sergipianos. O surgimento de jornais, a criação do Athenaeum, em 1870, da Escola Normal, as polémicas de fundo religioso e filosófico, a presença de companhias itinerantes de teatro, a própria ideia de construção de um teatro, a chegada do cinematógrafo e do cinema, o fluxo de passageiros e de cargas pelos navios das companhias pernambucana e baiana, tudo enfim concorria para avolumar a população, ligando-a ao movimento da cidade. O presidente Josino Menezes,

em sua Mensagem à Assembleia, em 7 de setembro de 1905, relata algumas obras com o apoio do Governo estadual, como a construção de um altar e colocação de um sino, na Igreja Matriz (Catedral), um chalazir na praça Mendes de Moraes (Flores Barreto), o revelamento e outros serviços na praça Benjamin Constant (Olimpino Campos), o depósito de água na praça 24 de Outubro (General Valadão), aquisição e assentamento de uma ponte metálica na praça Benjamin Constant, Josino Menezes dá, também, no seu documento dirigido aos deputados, os números da entrada de embarcações nas barras sergipanas, a saber: Barra do Cotiguiuba 169 embarcações, sendo 71 vapores, 89 barcas, 8 lates e 1 petache; a Barra do Rio Real 70 embarcações e a do Vaza-Barris 3. Tais dados pareciam repetir 50 anos depois, os números conhecidos pelo presidente Inácio Barbosa.

Ainda assim, Manoel dos Passos de Oliveira Teles, nascido em São Cristóvão, conferencista do Cinquentenário, fez críticas ao ato de Inácio Barbosa, reproduzindo o brinde (que parece não ter havido) do major Barros Bobocudo, o que significou exaltar um preconceito, um voto de desconfiança, 50 anos depois da mudança da capital.

O tema dos limites territoriais com a Bahia, ao norte, motivou a pesquisa, os

estudos, os embates, as publicações, deixando Aracaju em segundo plano. A questão dos limites foi, durante muitos anos, questão de honra, lita política, afirmação da sergipanidade. Há uma bibliografia farta, assinada pelos principais intelectuais da época, destacando o próprio Manoel dos Passos de Oliveira Teles, Elias Montalvão, Ávila Lima, Pereira Barreto, Carvalho Lima Júnior e o monumental Ivo do Prado, com sua memória sobre os limites - *A Capitania de Sergipe e suas Orvilórias*. Aracaju recuperou um pouco sua importância, como pauta de pesquisas e estudos, com Enoch Santiago em 1915 e em 1917, em torno do Monumento a ser construído em homenagem do presidente Inácio Barbosa. Jos do presidente Inácio Barbosa. Jos Calasans, Fernando Porto, Mário Cabre se tornaram, nos anos de 1940, os principais estudiosos, com importantes contribuições à história de Aracaju.

O Centenário de 1955 motivou dois programas de comemorações, um da Prefeitura, outro do Governo do Estado, revelando as divergências políticas partidárias entre as duas autoridades. Além dos programas oficiais, a Câmara de Vereadores fez uma sessão solene no próprio dia 17 de março, presidida por Jaime Cruz e na qual falaram Pire Wyne, Cláudio Silva e Milton Santos, e a Assembleia depois de suspender suas sessões nos dias 17, 18, e 19 cclt

brou a data em sessão especial no dia 22, falando o deputado Ribeiro d' Bonfim, que pediu uma emissora de rádio, a Rádio Centenário, Carvalh Déda, que depois de reportar-se à história de Sergipe, pediu a construção de um monumento aos deputados que aprovaram a Resolução da mudança de capital. Falaram ainda os deputados Garcez Dória e Cabral Machado, igualmente enaltecendo a providência de Inácio Barbosa.

O desmonte do Morro do Bonfim, feito pelo governador Leandro Maciel, a partir de 1955, ajudou muito na modernização da cidade, que já ampliara, formidavelmente, suas ruas e bairros, marcados por construções modernas, das quais restam alguns exemplares tornando-a ainda mais eclética a arquitetura da capital. O progresso, em todas as áreas, restituía a Aracaju os adjetivos conquistados ao longo de sua história - Sultana das Águas, por exemplo. Habitada por uma classe média forte deu início a uma profunda transformação urbana, construindo seus primeiros prédios de apartamentos e para abrigar repartições, consultórios, escritórios, abrindo caminho para os condomínios que ocuparam áreas livres, transformando-as em novos bairros.

Outro aspecto da modernização da cidade foi a busca do caminho para o mar, ampliando os braços desenhados por Pirro. A Atalaia foi conquistada, definitivamente, e levou Aracaju a incorporar áreas antes rurais, pertencentes ao município de São Cristóvão, como o Mosquito, a Gamela, a Areia Branca, além do Robalo, Fazenda Nova, Bacupari, que foram incorporados à vida urbana. A Atalaia ficou no centro da praia, tendo ao norte a orla da Coroa do Meio e ao sul a Passarela dos Caranguejos, Aruama, Rodovia José Sarney, até as margens do rio Poxim, em seu deságue no Vaza-Barris. Com a conquista do mar, configurou-se a vocação turística de Aracaju, forte em si mesma, pela presença dos sergipianos nas mesas dos bares e dos restaurantes, antes mesmo dos visitantes de outros lugares.

A trajetória de Aracaju, cidade e capital, é também uma história à parte, tão cheia de importância quanto os atos que criou a cidade e a fez capital, e quanto os esforços da engenharia militar do Império.

"Jornalista e escritor, autor do Dicionário de Nomes e Denominações de Aracaju"

C1 ESPECIAL

Correio de Sergipe • Aracaju • domingo 13 e segunda-feira 14 de mar. 2005

CORREIO CULTURA

ARACAJU - 150 anos de história (XVI)

O cinquentenário, o centenário, a modernização

Luiz Antonio Barreto*

A história de Aracaju pode ser dividida, pelo menos, em três fases distintas: a da Consolidação da cidade, cobrindo os primeiros 50 anos, a do Crescimento, que atravessa a primeira metade do século XX e a da Modernização, marca das últimas décadas. Tais fases podem coincidir, com alguma margem de erro, com as datas redondas que colocaram Aracaju no centro dos estudos e dos debates: o cinquentenário de 1905, o centenário de 1955, e o sesquicentenário de hoje, cada evento com suas características.

Aracaju tomou forma nas primeiras décadas após suas primeiras construções e cresceu, lentamente, fiel ao plano diretor do engenheiro Pirro. Mais do que consolidar-se como cidade, Aracaju conquistou, na prática, os fóruns de capital, nos moldes de um centro de convergência e de decisão da Província e do Estado. Evidentemente que aquelas pessoas que tinham como referência os modelos das grandes cidades, com majestosas construções, jardins, serviços para a população, deixavam de acreditar no projeto do presidente Inácio Barbosa, que nos primeiros tempos não tinha qualquer visibilidade. Leandro Bezerra Monteiro, político de destaque à época, que tinha sido deputado provincial e privava da amizade do presidente, deixou entre os seus escritos um depoimento sincero sobre Aracaju. Disse ele: "O presiden-

te Barbosa fez uma convocação da Assembleia para o Aracaju - praia deserta, mas para onde pretendia mudar a capital da Província, atendendo a que ali era o porto principal, onde tinha a alfândega, etc, e onde poderia de futuro se estabelecer uma cidade mercantil e não ficar tão somente oficial como em quase meio século era o decrepito São Cristóvão. Por tal causa chegou ao Aracaju no dia 2 de março acantonando o Barbosa em uma casinha dentro de uma roça de mandioca, tornando tal habitação o palácio presidencial. Não achei outro pouso senão aí e os demais colegas estavam espalhados por algumas casas de palha. Ligeiramente foi levantada uma casa para as sessões da Assembleia, e assim foi mudada a capital. Eu assinei o projeto e não me arrependi até o dia da morte."

Diversos melhoramentos modificaram a vida da nova capital, agitada pelas ideias circulantes na segunda metade do século XIX, sob influência de intelectuais sergipianos. O surgimento de jornais, a criação do Alentejo, em 1870, da Escola Normal, as polémicas de fundo religioso filosófico, a presença de companhias itinerantes de teatro, a própria ideia de construção de um teatro, a chegada do cinematógrafo e do cinema, o fluxo de passageiros e de cargas pelos navios das companhias pernambucana e baiana, tudo isso concorria para avolumar a população, ligando-a ao movimento da cidade. O presidente Josino Menezes,

em sua Mensagem à Assembleia, em 7 de setembro de 1905, relata algumas obras com o apoio do Governo estadual, como a construção de um altar e colocação de um sino na Igreja Matriz (Catedral), um chafariz na praça Mendes de Moraes (Nóbias Barreto), o nivelamento e outros serviços na praça Benjamim Constant (Olimpio Campos), depósito de água na praça 24 de Outubro (General Valadão), aquisição e assentamento de uma ponte metálica na praça Benjamim Constant. Josino Menezes dá, também, no seu documento dirigido aos deputados, os números da entrada de embarcações nas barras sergipanas, a saber: Barra do Cotiguiuba 169 embarcações, sendo 71 vapores, 89 barcas, 8 iates e 1 patacho; a Barra do Rio Real 70 embarcações e a do Vaza-Barris 3. Tais dados pareciam repetir, 50 anos depois, os números conhecidos pelo presidente Inácio Barbosa.

Ainda assim, Manoel dos Passos de Oliveira Teles, nascido em São Cristóvão, conferencista do Cinquentenário, fez críticas ao ato de Inácio Barbosa, reproduzindo o brinde (que parece não ter havido) do major Barroso Botocudo, o que significou exaltar um preconceito, um voto de desconfiança, 50 anos depois da mudança da capital.

O tema dos limites territoriais com a Bahia, ao norte, motivou a pesquisa, os

estudos, os embates, as publicações, deixando Aracaju em segundo plano. A questão dos limites foi, durante muitos anos, questão de honra, luta política, afirmação de sergipianidade. Há uma bibliografia farta, assinada pelos principais intelectuais da época, destacando o próprio Manoel dos Passos de Oliveira Teles, Elias Mentalvão, Ávila Lima, Pereira Barreto, Carvalho Lima Júnior e o monumental Ivô do Prado, com sua memória sobre os limites - A Capitania de Sergipe e suas Ouvidorias. Aracaju recupera um pouco sua importância, como pauta de pesquisas e estudos, com Enock Santiago em 1915 e em 1917, em torno do Monumento a ser construído em honra do presidente Inácio Barbosa. Jos Calasans, Fernando Porto, Mário Cabre se tornaram, nos anos de 1940, os principais estudiosos, com importantes contribuições à história de Aracaju.

O Centenário de 1955 motivou dois programas de comemorações, um da Prefeitura, outro do Governo do Estado, revelando as divergências políticas partidárias entre as duas autoridades. Além dos programas oficiais, a Câmara de Vereadores fez uma sessão solene no próprio dia 17 de março, presidida por Jaime Cruz e na qual falaram Pire Winne, Cláudio Silva e Milton Santos; e a Assembleia depois de suspender suas sessões nos dias 17, 18, e 19 celebrou

brou a data em sessão especial no dia 22, falando o deputado Ribeiro d' Bonfim, que pediu uma emissora de rádio, a Rádio Centenário, Carvalho Déda, que depois de reportar-se à história de Sergipe, pediu a construção de um monumento aos deputados que aprovaram a Resolução da mudança de capital. Falaram ainda os deputados Garcez Dória e Cabral Machado, igualmente enaltecendo a providência de Inácio Barbosa.

O desmonte do Morro do Bonfim, feito pelo governador Leandro Maciel, a partir de 1955, ajudou muito na modernização da cidade, que já ampliara, formidavelmente, suas ruas e bairros marcados por construções modernas, das quais restam alguns exemplares tornando ainda mais eclética a arquitetura da capital. O progresso, em todas as áreas, restituía a Aracaju os adjetivos conquistados ao longo de sua história - Sultana das Águas, por exemplo. Habitada por uma classe média forte deu início a uma profunda transformação urbana, construindo seus primeiros prédios de apartamentos e para abrigar repartições, consultórios, escritórios, abrindo caminho para os condomínios que ocuparam áreas livres, transformando-as em novos bairros.

Durante o discurso do Sr. Antonio Carlos Valadares, a Sra. Serys Shlessarenko, 1ª Suplente de Secretário, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Alberto Silva.

O SR. PRESIDENTE (Alberto Silva. PMDB – PI)
– V. Exª será atendido na forma do Regimento.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Agradeço a V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Alberto Silva. PMDB – PI)
– Antes de passar a palavra ao Senador Cristovam Buarque, farei a leitura de dois requerimentos.

Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 150, DE 2005

Senhor Presidente,

Aproveito a oportunidade em que se comemora no Piauí os 182 anos da Batalha do Jenipapo ocorrida 13 de março de 1823, onde morreram em combate mais de 400 brasileiros, tudo em defesa da Independência do Brasil.

No meu governo, em 1973 fiz construir no município de Campo Maior exatamente no local onde se travou sangrenta batalha entre o exército português e combatentes brasileiros, um monumento em memória

Outro aspecto da modernização da cidade foi a busca do caminho para o mar, ampliando os braços desenhados por Pirro. A Atalaia foi conquistada, definitivamente, e levou Aracaju a incorporar áreas antes rurais, pertencentes ao município de São Cristóvão, como o Mosqueiro, a Gamela, a Areia Branca, além do Robalo, Fazenda Nova, Bacupari, que foram incorporados à vida urbana. A Atalaia ficou no centro da praia, tendo ao norte a orla da Coroa do Meio e ao sul a Passarela dos Caranguejos, Aruana, Rodovia José Sarney, até as margens do rio Poxim, em seu desague no Vaza-Barris. Com a conquista do mar, configurou-se a vocação turística de Aracaju, forte em si mesma, pela presença dos sergipanos nas mesas dos bares e dos restaurantes, antes mesmo dos visitantes de outros lugares.

A trajetória de Aracaju, cidade e capital, é também uma história à parte, tão cheia de importância quanto os atos que criou a cidade e a fez capital, e quanto os esforços da engenharia militar do Império.

**Jornalista e escritor, autor do Dicionário de Nomes e Denominações de Aracaju*

dos heróis que ali deram suas vidas pela Independência do Brasil.

Assim, requeremos seja oficiado ao Sr. Ministro de Estado das Comunicações, no sentido de que a Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos proceda os estudos com o intento de lançar selo Comemorativo deste notável feito heróico.

Brasília, 13 de março de 2005. – Senador **Alberto Silva**.

O SR. PRESIDENTE (Alberto Silva. PMDB – PI)
– O expediente lido vai à publicação.

Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 151, DE 2005 (Senador Antonio Carlos Valadares)

Requerimento de voto de aplauso em comemoração aos 150 anos de aniversário do Município de Aracaju.

Requeiro, nos termos do art. 222 do Regimento Interno do – Senado Federal, sejam apresentadas congratulações pelo decurso do sesquicentenário aniversário do Município de Aracaju, através de seu Prefeito Municipal, Exmo. Sr. Marcelo Déda e Presidente da Câmara de Vereadores, Exmº Sr. Zeca da Silva, a ser comemorado no próximo dia 17 de março.

Justificação

A resolução do presidente da Província, Ignácio Barbosa, que no dia 17 de março de 1855 elevou o povoado de Santo Antônio de Aracaju à soberba de cidade e capital.

A maravilhosa Cidade de Aracaju teve o seu núcleo primordial – do Alto da Colina de Santo Antônio, deslocado para as margens do rio Sergipe, desenvolvendo-se na área compreendida entre a praça Fausto Cardoso e a praça General Valadão.

Em 1911 e 1920 Aracaju já se impõe como maior centro urbano do Estado e a cidade mais industrializada de Sergipe. É na segunda década do séc. XX que os governantes se preocuparam com o aspecto urbano e isso se configura num ordenamento espacial mais condizente com as novas necessidades. A modernização implica em obras de infra-estrutura para o abastecimento de água, esgotos, energia elétrica, rede telefônica, rede urbana de transporte coletivos, isso tendo que manter o embelezamento das praças e ajardinamentos.

As grandes transformações urbanísticas aconteceram em tomo das comemorações do primeiro Centenário da Independência de Sergipe, quando a Intendência associou-se ao Estado para um melhor tratamento urbanístico de Aracaju, por volta de 1920.

E na década seguinte, entre 1931 e 1940, que o crescimento de Aracaju se desloca para a zona oeste, com o surgimento da ferrovia e o decréscimo dos serviços urbanos (em consequência da crise econômica que o Estado então enfrenta). Afora a reforma da Catedral (início em 1936 e término 10 anos depois), a construção de um novo prédio para a Biblioteca Pública do Estado (Art Décor) e a reforma do prédio antigo da Biblioteca, que teve a estrutura mantida mas perdeu seus belos elementos formais e ornamentais, passando a Diretoria de Finanças do Estado (até 1958), esta é uma fase que pouco acrescenta ao perfil já moldado de Aracaju.

Com 150 anos, Aracaju ainda guarda uma boa memória do tempo de formação da capital; sendo fundamental a preservação dos prédios e monumentos que fazem nosso patrimônio público. A atual administração prima pela defesa do patrimônio público.

Aliás, o processo de comemoração do 150º aniversário da capital sergipana, começou no ano passado, quando o prefeito de Aracaju, Marcelo Déda, efetuou mais uma iniciativa democrática: o lançamento oficial de concursos para escolha do hino do município e de logomarca para padronizar todos os documentos emitidos pela administração municipal.

Com certeza, a síntese da celebração dos 150 anos da Cidade de Aracaju é lembrar que a Cidade conta com espaços públicos, qualidade de vida e um ambiente de sociabilidade entre seus habitantes que

fazem uma diferença para uma Cidade que alcança a maturidade com democracia e urbanidade.

Sala das Sessões, 14 de março de 2005. _ Senador **Antonio Carlos Valadares**, PSB/SE.

O SR. PRESIDENTE (Alberto Silva. PMDB – PI)

– A Mesa encaminhará o voto de aplauso solicitado
O requerimento lido vai ao Arquivo.

Concedo a palavra ao nobre Senador Cristovam Buarque por dez minutos, com cinco minutos de prorrogação.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PT – DF.

Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.)

– Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, espero não precisar dos cinco minutos de tolerância, pois quero apenas lembrar aqui uma coincidência. Amanhã, comemoraremos 20 anos da democratização do Brasil e, no dia seguinte, poderemos votar aqui um projeto de reforma da Constituição, de autoria da Senadora Heloísa Helena, que assegurará creche a todas as crianças brasileiras.

Há uma feliz coincidência, mas há também, Senador Mão Santa, uma estranha demora. Foram necessários 20 anos de democracia para chegar um projeto ao Senado assegurando creche para as crianças brasileiras.

Por que esperamos 20 anos? E ainda há dúvidas se o projeto será aprovado. Nesse ritmo, não vamos comemorar 40 anos de democracia. Não vamos comemorar porque há um limite na paciência do povo. Ele não agüentará mais 20 anos se não perceber que a democracia atende aos interesses do povo brasileiro.

A democracia se sustém em dois pilares: a liberdade política e a justiça social. A democracia não caminha, como nada no mundo, em cima de uma perna só. Por isso, sugiro que o Senado, amanhã, dê um presente ao Brasil, no aniversário da sua democracia: que, na quarta-feira, aprovemos essa proposta de reforma à Constituição.

Alguns dizem, em argumento contrário, que não há recursos para isso. O que estamos fazendo não é, amanhã, instalarmos creches para todos, porque sabemos que a realidade – tanto a financeira como a física, da engenharia – não permitirá. Esse projeto visa a realizar o objetivo da democracia: transformar necessidade em demanda. Tudo que tem demanda, um dia, é atendido; o que é apenas necessidade é excluído.

Uma criança do lado de fora de uma escola apenas necessita. Ninguém contrata professor, compra uma cadeira ou constrói uma escola para ela. Ela é uma necessitada. Ao estabelecer o seu direito de entrar na escola, ela passa a exercer uma demanda. E

quando exerce uma demanda, as pressões surgem. E as pressões são a razão de ser da democracia. Lamentavelmente, nos 20 anos de democracia brasileira, a demanda vem apenas dos grupos organizados. Os sindicatos evoluíram a ponto de fazerem um Presidente da República! Essa é uma maravilha de 20 anos da democracia brasileira.

Os grupos organizados evoluíram, avançaram. Pressionam, ganham grandes conquistas nesta Casa, como, por exemplo, impedir o aumento de salário dos Parlamentares. Mas os pobres, os excluídos, os sem-teto, sem-emprego, sem-escola, esses, por serem desorganizados, não chegam aqui e não se beneficiam da democracia.

Vejam que a reforma da universidade já vai chegar aqui. Por quê? Porque, dentro da universidade, de forma organizada, temos 10, 15 instituições sindicais que pressionam, abrem a porta do Ministro, procuram os Senadores e Deputados, e exercem a pressão da demanda.

Agora, as crianças do Ensino Fundamental não têm sindicatos; nem seus professores têm um sindicato único, nacional. Sua força localiza-se no seu Município. O resultado é que não há demanda por parte das parcelas excluídas da sociedade brasileira.

O papel dos Senadores, o papel dos Deputados, o papel do Congresso é tentar trazer aqueles que necessitam para exercerem demanda. Transformar necessidade em demanda e segurar a democracia por mais alguns anos, porque a democracia vai atender as demandas. No entanto, se não formos capazes de transformar necessidade em demanda, os necessitados e os excluídos, perdendo a esperança, destruirão a democracia.

A Bolívia nos deu um recado 15 dias atrás. A Bolívia que, em vez de 20, já deve estar comemorando 30 anos de redemocratização, nos mostrou que não há possibilidade de continuar sem crise numa democracia sem justiça social. Ao não atender às necessidades do seu povo, dos seus povos indígenas, dos seus mineiros, dos seus pobres, esses deram o seu recado e disseram: essa democracia não continua assim.

Temos apenas 20 anos. Ainda não chegamos à situação da Bolívia. Temos mais recursos inclusive, mas isso não vai bastar, não será suficiente. Se não formos capazes de transformar a necessidade em demanda, não vamos transformar liberdade política em justiça social. Se não fizermos isso, comemoraremos 20 anos amanhã, Senador Mão Santa, mas talvez não comemoremos 30 e, certamente, não chegaremos aos 40 anos de democracia.

Por isso, na quarta-feira, volto a insistir, Sr. Presidente, vamos dar, nós do Senado, um presente pelo

aniversário da democracia brasileira, aprovando o projeto da Senadora Heloísa Helena, que passa a dar o direito de a criança reivindicar creche, o direito de a família reivindicar creche. Não vai dar a creche; vai dar o direito.

Para isso, há 20 anos, começamos essa maravilha da democracia brasileira, uma maravilha incompleta.

Passo a palavra ao Senador Mão Santa, que pediu o aparte.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Professor Cristovam Buarque, é muito importante a advertência de V. Ex^a, que é mestre. Mas quero dar o testemunho – fui prefeitinho – de que este País já foi melhor. As creches facilmente funcionavam. Quando fui Prefeito da cidade de Parnaíba, de 1988 a 1992 – em 5 de outubro de 1988, nascia a Constituição –, existia um órgão específico voltado para o trato do assunto: a LBA. O Prefeito fazia o serviço social, a creche, e contava com o apoio de um organismo mantenedor. O que temos agora? O Fundef, que só paga o ensino para crianças de 7 a 14 anos, só aquela fatia de recursos. Os Prefeitos, hoje vítimas da fome de recursos da União – de 54% a que eles tinham direito na Constituinte, passaram para 60%, e acabaram a LBA –, não têm mais recursos para as creches. A situação é muito grave, piorou. As creches funcionavam bem quando saiu a Constituição de 5 de outubro, aquela que Ulysses Guimarães beijou.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PT – DF) – Senador Mão Santa, estou totalmente de acordo: um projeto como esse não será atendido com recursos apenas dos Prefeitos. Hoje nossas prefeituras padecem de uma escassez grave de recursos. Ou federalizamos a preocupação com as crianças, federalizamos a nossa preocupação com a educação fundamental, ou não vamos ter condições de resolver o problema.

Antes de passar a palavra ao Senador Alberto Silva, quero dizer que, ao não dar o direito de a família reivindicar a creche, permitimos que os Prefeitos se acomodem. Os “prefeitinhos”, como denominou V. Ex^a, pobres de recursos, acomodam-se diante da falta de pressão. É preciso que essa pressão seja exercida sobre a prefeitura, para que os prefeitos venham a Brasília reivindicar também em nome de suas crianças.

Concedo-lhe o aparte, Senador Alberto Silva.

O Sr. Alberto Silva (PMDB – PI) – Senador Cristovam Buarque, o tempo de V. Ex^a é curto, como o de todos nós, mas eu gostaria de me associar ao seu discurso fazendo uma sugestão. Quando Governador em meu Estado, fiz um pré-escolar para crianças de dois a seis anos. Não me preocupei muito propriamente com a creche, mas com o ensino fundamental para crianças de dois a seis anos. Gostaria de com V. Ex^a formar aqui, quem sabe, um grupo para fazer com

que um projeto de lei surja, vindo de lá ou desta Casa, para que o Governo federal estenda o ensino, que hoje começa apenas para as crianças de sete anos. O Ministério da Educação só admite a merenda para quem tem sete anos; as crianças de sete anos para baixo não têm escola, não têm merenda. Precisamos fazer com que, no Brasil, o ensino atendido pelo Governo federal comece para as crianças de dois a seis anos, estenda-se para as de sete anos e continue! Quero que V. Ex^a puxe essa idéia como grande Ministro da Educação que foi.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PT – DF) – Senador Alberto Silva, conheço a experiência de seu trabalho no Governo do Piauí e sou um admirador do que foi feito. É bom V. Ex^a dizer isso, porque, quando falo em creche, na verdade, falo no sentido genérico. Não precisa ser um prédio, não precisa ser dessa forma, há muitas maneiras. O que não podemos é deixar crianças trancadas em casa para que suas mães trabalhem. O que não podemos é deixar uma criança sem atendimento. Que se faça o seu desenvolvimento desde a primeira idade!

Concluo, Sr. Presidente, com meu tempo esgotado, dizendo: vamos dar um presente ao Brasil...

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos. PSDB – TO. *Fazendo soar a campanha.*) – Senador Cristovam Buarque, esta Presidência interrompe V. Ex^a apenas para esclarecer que lhe concede mais cinco minutos para que possa finalizar o seu pronunciamento.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PT – DF) – Muito obrigado, Sr. Presidente. Fico agradecido, mas não considero necessário tanto tempo mais. Quero apenas fechar o meu discurso lembrando: vamos dar de presente ao Brasil, nos vinte anos de sua democracia, o direito a cada família de reivindicar o apoio – não creche necessariamente – dos Governos federal, estadual e municipal às suas crianças. Isso pode ser feito com a aprovação aqui, na quarta-feira, de um projeto da Senadora Heloísa Helena.

Durante o discurso do Sr. Cristovam Buarque, o Sr. Alberto Silva, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Eduardo Siqueira Campos, 4º Secretário.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos. PSDB – TO) – Concedo a palavra à próxima oradora inscrita, a nobre Senadora Serys Slhessarenko. Em seguida, ouviremos o Senador Jorge Bornhausen, obedecendo à lista de inscrição.

V. Ex^a dispõe de até dez minutos, nobre Senadora Serys Slhessarenko.

A SRA. SERYS SLHESSARENKO (Bloco/PT – MT. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, gostaríamos de tratar de três assuntos hoje. Tentaremos falar resumidamente sobre cada um deles.

Sr. Presidente, como estamos no mês de março, em que discutimos de forma mais aprofundada a questão da mulher, principalmente de um ponto de vista mais amplo, global, eu gostaria de falar rapidamente sobre a mulher agricultora.

Eu gostaria de registrar que o Presidente Lula acaba de lançar a campanha Crédito para a Igualdade das Mulheres Rurais. A campanha, iniciada no assentamento Milagre, em Apodi, próximo a Natal no Rio Grande do Norte, faz parte das comemorações deste mês de março, mês tradicionalmente reservado às homenagens às mulheres e às suas lutas. A intenção do Governo é divulgar os programas já existentes de acesso ao crédito para o público feminino, como o Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf).

Deve-se destacar que o crédito que agora se busca ampliar garante às mulheres a possibilidade de realizar investimentos, estabelecer sociedade e ter sua atividade econômica reconhecida. A linha especial do Pronaf para a mulher tem a finalidade de gerar uma segunda renda na família para investimento na propriedade familiar. O crédito é concedido independentemente de o marido ou companheiro ter tido acesso aos financiamentos tradicionais de custeio ou do próprio programa. O dinheiro pode ser usado na compra de equipamentos, na montagem de agroindústrias caseiras e atividades artesanais.

Eu queria ainda, falando sobre essa questão, dizer que o Pronaf-Mulher é voltado para agricultoras familiares, assentadas, arrendatárias, parceiras, meiras, pescadoras artesanais, extrativistas e quebra-deiras de coco que possuam renda anual bruta entre R\$2 mil e R\$60 mil. Os recursos podem ser pagos em tempo alongado, em torno de oito anos, a juros que variam de 4% a 7,25% ao ano, conforme o grupo de renda a que pertençam.

Não podemos deixar, por tudo isso, de destacar a importância do apoio representado por esse investimento para a vida e o trabalho de nossas mulheres, notadamente das mulheres trabalhadoras rurais.

Quero ainda deixar registrado que sempre se soube, Sr. Presidente, que a maior parte das restrições (cerca de 60%) para se ter acesso ao crédito se refere à ausência de registro civil e do documento do CPF. E a mulher responde por dois terços dos trabalhadores rurais que não dispõem desses documentos.

Para superar esse impasse, o Governo Lula, em muito boa hora, criou o Programa Nacional de Documentação da Mulher Trabalhadora Rural. Por meio desse programa, o Ministério do Desenvolvimento Agrário, juntamente com outros órgãos governamentais e não-governamentais, emitem documentos civis e trabalhistas em 23 estados do País. Os dados oficiais apontam que, em 2004, foram expedidos nada menos que 62.482 mil documentos, e, em 2005, a previsão é de ampliar esse número para 70 mil.

Uma outra questão que deve ficar registrada é o grande avanço em relação à formulação de políticas públicas para as mulheres, com a elaboração do Plano Nacional de Políticas Públicas para Mulheres, lançado em dezembro de 2004 pela Sr^a Ministra da Secretaria de Políticas Públicas para Mulheres, Nilcéa Freire.

Esse plano prevê a execução de 198 ações por diversos órgãos do Governo federal, em parceria com os Executivos estaduais e municipais, sob a coordenação da Secretaria. O documento está estruturado em torno de cinco áreas estratégicas de atuação: autonomia, igualdade do trabalho e cidadania; educação inclusiva e não sexista; saúde das mulheres, direitos sexuais e direitos reprodutivos; enfrentamento à violência contra as mulheres; gestão e monitoramento.

O documento busca priorizar ações já previstas ou em execução por cada área de governo. Um exemplo é a estipulação da meta de, até 2006, reduzir em 15% a taxa de analfabetismo entre as mulheres, principalmente aquelas acima de 45 anos. Infelizmente, grande número de companheiras da área rural com mais de 45 anos são analfabetas. V

Pela escassez do tempo, peço que o meu discurso seja registrado nos Anais do Senado, na sua íntegra.

Quero agora, rapidamente, falar sobre uma outra questão que vem merecendo destaque e merece ser acompanhada mais de perto. Refiro-me ao projeto do biodiesel, que, em tão boa hora, está sendo levado avante pelo nosso Governo, com a participação do Congresso Nacional, que discutiu, debateu e aprovou o projeto. Com ele, o Brasil terá imensas vantagens econômicas, sociais e ambientais.

Produzido à base de mamona, de soja, de dendê, de girassol, das plantas oleaginosas, de uma maneira geral, o novo combustível poderá ter 2% adicionado ao diesel de petróleo para uso em veículos automotivos. Essa mistura é chamada de B2. Com o biodiesel, o setor de energia no Brasil inicia uma nova fase que nos abre amplas perspectivas.

Já está mais do que certo, a partir dos estudos variados, que o uso do novo combustível trará ganhos sociais, econômicos e ambientais para o País, ao privilegiar a participação da agricultura familiar, gerando

emprego e renda no campo, ao permitir a redução das importações de **diesel** de petróleo e ao melhorar a qualidade do ar nos grandes centros urbanos.

O biodiesel merece todo o destaque porque é um programa de energia, de diversificação da matriz, de respeito ao meio ambiente e, principalmente, porque leva em conta uma política de inclusão social.

Outra boa notícia é que motoristas e montadoras de automóveis não terão que desembolsar mais recursos com essa mudança, pois o biodiesel não exige qualquer alteração nos motores dos veículos. Essa é uma garantia da Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores.

Além disso, o combustível renovável poderá ser usado na geração de energia elétrica em comunidades de difícil acesso, como é o caso de diversas localidades na Região Norte, e também nos mais profundos e distantes rincões do nosso Mato Grosso, em substituição ao óleo diesel, que atualmente consome grandes recursos para sua utilização em usinas termelétricas.

Temos projetos, por exemplo, no Município de Colniza, no nosso Mato Grosso, realizados em convênio com a Universidade Federal e com a Eletronorte, cujas pesquisas estão avançando. O biodiesel está sendo produzido com produtos provenientes do extrativismo, enquanto se aguarda o plantio da mamona, do girassol e da soja naquele meio. Como o *diesel* é transportado em grandes carretas, causando danos às estradas e dificultando o trânsito, esse processo facilita o uso do biodiesel para a geração de energia elétrica. Inclusive, a Rede Cemat, fornecedora de energia no Estado, usará o biodiesel para a geração de energia na região.

Outro ganho virá na redução das importações de diesel. Hoje, o Brasil importa 10% desse combustível. O uso do biodiesel possibilitará ao Brasil uma economia anual de aproximadamente US\$160 milhões na importação do diesel.

O Brasil tem potencial para se transformar em um dos maiores produtores de *biodiesel* do mundo e um grande exportador. Os Estados Unidos e alguns países da Europa já são consumidores do biodiesel. É um mercado imenso que se abre para o Brasil. A União Européia definiu como meta que, até 2005, 2% dos combustíveis utilizados devem ser renováveis, e, em 2010, esse valor deverá ser de 5,75%. Como o continente europeu não tem área de cultivo suficiente e capacidade industrial instalada para atingir esses patamares, surgem as grandes oportunidades de exportação desse combustível pelo nosso País.

O biodiesel ainda vai contribuir para melhorar a qualidade do ar nas grandes cidades, pela redução do uso de combustíveis derivados do petróleo. O uso de fontes energéticas renováveis e que não poluam

o meio ambiente faz parte do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL), uma das diretrizes do Protocolo de Quioto.

Por tudo isso, pela importância do Programa do Biodiesel, estaremos aqui atentos, no Senado e no Congresso Nacional, acompanhando a evolução desse projeto, que é da maior relevância para o nosso País, não tenho dúvida.

Solicito ao Sr. Presidente o registro na íntegra do meu discurso nos Anais do Senado, por não ter tido o tempo suficiente.

Nos poucos minutos que me restam, registro matéria publicada hoje no jornal **Folha de S.Paulo**, e assumo, aqui, com certeza, o compromisso de voltar ao assunto, porque acabo de receber essa reportagem, que se reporta à questão agrária: "Investigação aponta inoperância de órgãos federais e violência da PM. Justiça favorece ocupações ilegais em Mato Grosso, diz relatório".

Sr^{as} e Srs. Senadores, ler uma manchete dessa envergadura num jornal com a postura da **Folha de S.Paulo** é da maior gravidade.

É uma matéria longa, e o tempo que me resta não permite que eu faça um relato dela como um todo, mas eu gostaria de frisar alguns aspectos de forma muito breve.

Diz o jornal:

Tribunal de Justiça de Mato Grosso não comenta. Estado diz lutar para assegurar direitos.

O documento enumera decisões da Justiça que favorecem a ocupação ilegal dessas áreas, equivalentes, de acordo com o INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária), a 34 mil quilômetros quadrados, mais da metade das terras da União no Estado.

"A confusão fundiária faz com que haja áreas com até 16 títulos de terras sobrepostas", diz o relatório, que atribui a origem do problema à inoperância dos mais variados órgãos federais e seu agravamento à política do Governo estadual de estímulo à expansão agrícola.

O Relatório da Missão a Mato Grosso foi entregue na semana passada a autoridades estaduais e federais e será encaminhado às comissões de direitos humanos da ONU e da OEA. O documento acusa a Polícia Militar do Estado de agir com violência contra quilombolas e sem-terra e denuncia casos em que lideranças desses movimentos são ameaçadas de morte por pistoleiros. Os integrantes da Relatoria percorreram três mil quilômetros no Estado.

Eu diria que esse relatório se concentra principalmente nos índios, quilombolas e pequenos produtores rurais, enfim, aqueles que, dentro da sociedade, nunca tiveram direito à terra, sempre concentrada nas mãos de poucos.

Temos a expectativa de que o Governo Lula, com critérios, resgate as terras públicas que, de forma irregular e ilegal, estão nas mãos daqueles que não são seus verdadeiros donos.

Muito obrigada.

SEGUE, NA ÍNTEGRA, PRONUNCIAMENTO DA SRA. SENADORA SERYS SLHESSARENKO

A SRA. SERYS SLHESSARENKO (Bloco/PT – MT. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, pretendo hoje colocar em destaque o projeto do Biodiesel, que em boa hora está sendo apoiado e incentivado pelo Governo Lula e resulta em imensas vantagens econômicas, sociais e ambientais para o Brasil e todo nosso povo.

Produzido à base de mamona, de soja, de dendê, de girassol, das plantas oleaginosas, de uma maneira geral, o novo combustível poderá ter 2% adicionado ao diesel de petróleo para o uso em veículos automotivos. Essa mistura é chamada de B2. Com o biodiesel o setor de energia no Brasil inicia uma nova fase, que nos abre amplas perspectivas.

Já está mais do que certo, a partir dos estudos mais variados, que o uso do novo combustível trará ganhos sociais, econômicos e ambientais para o país, ao privilegiar a participação da agricultura familiar, gerando emprego e renda no campo, ao permitir a redução das importações de diesel de petróleo e ao melhorar a qualidade do ar nos grandes centros urbanos.

É um projeto **sui generis**, de combustível limpo, que só honra a todos nós que nos envolvemos na sua viabilização.

Dados do Ministério de Minas e Energia, apontam que o biodiesel muito brevemente deve chegar aos postos de combustíveis da região de Belém (PA), produzido a partir de palma. Para julho deste ano, o combustível renovável feito da mamona deverá estar sendo comercializado no Nordeste e em agosto, nas regiões Centro-Oeste e Sul, produzido a partir de soja e girassol.

O biodiesel merece todo o destaque porque é um programa de energia, de diversificação da matriz, de respeito ao meio ambiente e, principalmente, porque leva em conta uma política de inclusão social.

Outra boa notícia é que motoristas e montadoras de automóveis não terão que desembolsar mais recursos com essa mudança, pois o biodiesel não exige ne-

nhuma alteração nos motores dos veículos. A Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores (Anfavea) assegurou a garantia dos motores para os veículos que utilizarem o biodiesel misturado ao diesel na proporção de 2%, como foi autorizado.

Além disso, o combustível renovável poderá ser usado na geração de energia elétrica em comunidades de difícil acesso, como é o caso de diversas localidades na região Norte, e também nos mais profundos rincões lá do nosso Mato Grosso, em substituição ao óleo diesel que atualmente consome grandes recursos para sua utilização em usinas termelétricas.

É importante aqui destacar que as vantagens sociais do biodiesel estão principalmente na geração de emprego e renda no campo e na indústria nacional. O cultivo da mamona, dendê, girassol, soja e de outras oleaginosas devem se multiplicar pelos quatro cantos do nosso País, e vão gerar emprego e renda, especialmente para os agricultores familiares.

Há quem diga que o Governo Lula está parado. Existem aqueles maledicentes que dizem que o Governo do PT é um governo sem obras, sem inovações. O programa do biodiesel está aí para desmentir esses aves agourentas. O governo Lula, com justo orgulho, está apostando no crescimento gradual da nova cadeia de combustível a partir do incentivo à inclusão social de agricultores familiares e assentados da reforma agrária, principalmente no Norte e Nordeste. O biodiesel produzido a partir da mamona e dendê fornecidos por agricultores familiares das regiões Norte, Nordeste e do semi-árido terá 100% de redução do PIS/COFINS. Os demais agricultores familiares de todo o país terão diminuição percentual de 89,6%.

Outro ganho virá na redução das importações de diesel. Hoje, o Brasil importa 10% desse combustível. O uso do biodiesel possibilitará ao Brasil uma economia anual de aproximadamente US\$ 160 milhões (R\$ 432 milhões) na importação do diesel.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o Brasil tem potencial para se transformar em um dos maiores produtores de biodiesel do mundo e um grande exportador. Os Estados Unidos e alguns países da Europa já são consumidores do biodiesel, é um mercado imenso que se abre para o Brasil. A União Européia definiu como meta de que até 2005, 2% dos combustíveis utilizados devem ser renováveis e em 2010, esse valor deverá ser de 5,75%. Como o continente europeu não tem área de cultivo suficiente e capacidade industrial instalada para atingir esses patamares, surgem as oportunidades de exportação do combustível pelo Brasil.

O biodiesel ainda vai contribuir para melhorar a qualidade do ar nas grandes cidades pela redução do uso de combustíveis derivados de petróleo. O uso

de fontes energéticas renováveis e que não poluam o meio ambiente faz parte do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL), uma das diretrizes do Protocolo de Kyoto.

Além disso, haverá o incentivo para o aprimoramento da tecnologia nacional pela produção do novo combustível. Para o desenvolvimento de pesquisas e processos de produção foram destinados, pelo Governo Lula, recursos da ordem de R\$16 milhões do Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT). Parte destes recursos está sendo aplicada na formação da Rede Brasileira de Tecnologia de Biodiesel (RBTB), formada por universidades e instituições de pesquisa de 23 estados, e no reforço de infra-estrutura laboratorial para monitorar a qualidade do biodiesel.

Para incentivar a fabricação do biodiesel, o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) vai financiar até 90% dos itens passíveis de apoio para projetos com o Selo Combustível Social e até 80% dos demais projetos. Os recursos serão destinados a todas as fases de produção, como a agrícola, fabricação do óleo bruto, armazenamento e aquisição de máquinas. A partir do próximo ano, estarão a disposição R\$ 100 milhões para linhas de financiamento pelo Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) para cultivo da matéria-prima do combustível renovável. Estima-se que 250 mil famílias de agricultores familiares e assentados da reforma agrária participem da produção de oleaginosas para atender o mercado de B2. Eis aí uma perspectiva mais do que estimulante para todos nós que entendemos o quanto é importante a reforma agrária para a definitiva modernização de nosso País.

Por tudo isto, pela importância do Programa do Biodiesel, estaremos aqui atentos no Senado e no Congresso Nacional, acompanhando a evolução desse projeto da maior relevância para o nosso País.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, outro assunto que eu gostaria de registrar é que o Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva acaba de lançar a campanha Crédito para a Igualdade das Mulheres Rurais. A campanha, iniciada no assentamento Milagre, em Apodi (a 353 km de Natal – RN), faz parte das comemorações deste mês de Março, mês tradicionalmente reservado às homenagens às mulheres e às suas lutas. A intenção do governo é divulgar os programas já existentes de acesso ao crédito para o público feminino, como o Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf).

Deve se destacar que o crédito que agora se busca ampliar garante às mulheres a possibilidade de realizar investimentos, estabelecer sociedade e ter sua atividade econômica reconhecida. A linha es-

pecial para a mulher do Pronaf tem a finalidade de gerar uma segunda renda na família pra investimento na propriedade familiar. O crédito é concedido independentemente de o marido ou companheiro ter tido acesso aos financiamentos tradicionais de custeio ou do próprio programa. O dinheiro pode ser usado na compra de equipamentos, na montagem de agroindústrias caseiras e atividades artesanais.

Vejam, Sr. Presidente, que na safra 2003-2004 foram firmados 227 mil contratos por mulheres, 129,8 mil a mais que os assinados na safra anterior. A previsão de investimento para essa modalidade de crédito é de R\$ 1,2 bilhão para a safra 2004-2005, o que significa mais que o dobro dos recursos aplicados no período anterior (2003-2004), que foi de R\$568 milhões. O Pronaf-Mulher é voltado para agricultoras familiares, assentadas, arrendatárias, parceiras, meeiras, pescadoras artesanais, extrativistas e quebradeiras de coco que possuam renda anual bruta entre R\$2 mil e R\$60 mil. Os recursos podem ser pagos em até oito anos a juros que variam de 4% a 7,25% ao ano, conforme o grupo de renda a que pertençam.

Não podemos deixar, por tudo isto, de destacar o apoio e o investimento que estão sendo feitos pelo Governo Lula no sentido de melhorar as condições de vida e de trabalho das nossas mulheres, notadamente das mulheres trabalhadoras rurais.

Sempre se soube que a maior parte das restrições (cerca de 60%) para se ter acesso ao crédito é a ausência de registro civil e do documento de CPF. E a mulher responde por dois terços dos trabalhadores do campo que não dispõem de documentos.

Para superar este impasse, o governo Lula, em muito boa hora, criou o Programa Nacional de Documentação da Mulher Trabalhadora Rural. Através deste programa, o Ministério do Desenvolvimento Agrário, juntamente com outros órgãos governamentais e não governamentais emitem documentos civis e trabalhistas em 23 Estados do país. Os dados oficiais apontam que, em 2004, foram expedidos nada menos que 62.482 documentos e em 2005 a previsão é ampliar esse número para 70 mil.

Não posso também deixar de elogiar a disposição do Governo Lula de diversificar o público atendido pelo programa que até o momento priorizou os projetos de assentamento do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra). Este ano, serão incluídas, também, áreas quilombolas e áreas indígenas, onde estão sendo feitos novos assentamentos de população não índia.

Um grande avanço que se deve também colocar em relevo no que diz respeito à formulação de políticas públicas para as mulheres é a elaboração do Plano

Nacional de Políticas para as Mulheres, lançado em dezembro do ano passado pela SPM.

O plano prevê a execução de 198 ações por diversos órgãos do governo federal, em parceria com os executivos estaduais e municipais, sob a coordenação da Secretaria. O documento está estruturado em torno de cinco áreas estratégicas de atuação: autonomia, igualdade do trabalho e cidadania; educação inclusiva e não sexista; saúde das mulheres, direitos sexuais e direitos reprodutivos; enfrentamento à violência contra as mulheres; gestão e monitoramento.

O documento busca priorizar ações já previstas ou em execução por cada área de governo. Um exemplo é a estipulação da meta de até 2006 reduzir em 15% a taxa de analfabetismo entre as mulheres, principalmente entre as com 45 anos até 2007. Outra ação é criar serviços especializados de atendimento as mulheres em situação de violência e conceder crédito a 400 mil trabalhadoras rurais até 2006.

Não posso, por isso mesmo, deixar de corroborar as declarações da ministra da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, Nilcéa Freire, para quem o plano significa “o reconhecimento do papel do Estado como promotor e articulador de ações que garantam políticas públicas que alterem as desigualdades sociais existentes e, conseqüentemente, o mundo a nossa volta”.

Pesquisa realizada pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (Inep/MEC) revelou que as mulheres são maioria nos ensinos médio e superior no Brasil. O estudo Trajetória da Mulher na Educação Brasileira demonstra que, no período de 1996 a 2003, a população feminina representou 54% das matrículas do ensino médio contra 46% dos homens.

A pesquisa também mostra que a presença feminina no quadro de professores das universidades aumentou em 102,2% no período analisado, enquanto que a dos homens cresceu 67,9%. Para a ministra Nilcéa Freire, o levantamento serve como ponto de partida para a realização de mudanças. “O estudo é o início de uma pesquisa para trabalharmos os dados do Inep, desde a educação infantil até o doutorado, de maneira a intervir na educação, no seu conteúdo e para que a escolaridade obtida pelas mulheres possa rebater em outras dimensões de sua vida”.

Era o que eu tinha a dizer no momento, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos. PSDB – TO) – V. Ex^a será atendida nos termos regimentais.

Concedo a palavra ao próximo orador inscrito, o nobre Senador Jorge Bornhausen, Presidente na-

cional do PFL e representante do Estado de Santa Catarina.

O SR. JORGE BORNHAUSEN (PFL – SC. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, recebi ofício da Chefia do Cerimonial da Presidência da República comunicando que, no dia 16 de março, o Senhor Presidente pretende, a partir da cidade de Chapecó, sobrevoar as áreas de seca nos Estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul.

Antes tarde do que nunca. Demorou tanto a ação do Governo que choveu neste fim de semana e, talvez, aos olhos do Presidente, a seca não seja tão forte. Sua Excelência, que põe o seu Ministro a defender a transposição do rio São Francisco, que custará R\$4 bilhões, ainda não se motivou pelo que vem ocorrendo nos Estados do Sul, especialmente Rio Grande do Sul e Santa Catarina. Por isso deixo esse aviso aos navegantes, esperando que o Presidente reconheça a perda da safra, que hoje não é mais recuperável, e possa ajudar o meu Estado a sair da situação de calamidade na agricultura.

Devo também fazer referência a outro assunto que tem sido objeto de grande preocupação no meu Estado. Recebi, inclusive, correspondência do Presidente da Associação Comercial e Industrial de São Bento do Sul sobre a falta do ressarcimento, por parte do Estado, do ICMS nas exportações. Declara aquela entidade que os valores somam R\$450 milhões e que, só na região de São Bento do Sul, que se caracteriza como uma região moveleira e que tem praticamente sua economia voltada à exportação, os ressarcimentos atingem R\$32 milhões.

A responsabilidade é do Estado e do Governo Federal. Estão sendo retirados dos empresários exportadores recursos para seu capital de giro e para investimentos.

Estamos vivendo exatamente a falta de entendimento necessário para que possamos gerar empregos. Aumentar tributos é a única coisa que o Governo sabe. Gerar empregos passa por diminuir gastos públicos e poder diminuir a tributação. Por isso, faço esse alerta também em relação ao meu Estado.

Não posso deixar de tratar, na tribuna do Senado, de outro assunto que veio à tona nesse fim de semana pela revista **Veja**, e que foi aqui comentado por vários oradores. O requerimento já apresentado pelo Senador Demóstenes Torres, numa prova de eficiência, cuidado e fiscalização da Oposição, merece o meu aplauso e uma solução imediata para que possamos realmente conhecer as implicações e a profundidade das denúncias contidas naquela conceituada revista.

Relembro que, em março de 2003, pronunciei discurso desta tribuna sobre o problema de segurança, que vou reproduzir aqui, para lembrar a importância da apuração do episódio apresentado à sociedade nesse fim de semana.

Disse:

Durante a reunião anual de 2002 da IDC – Internacional Democrata de Centro, segmento partidário mundial a que está filiado o PFL – as Farc, movimentos guerrilheiros da Colômbia, foram classificadas e condenadas, com o nosso voto, como terroristas, inimigas da democracia. O Governo brasileiro, ao contrário, alegando agir com cautela, evita enquadrar as Farc como terroristas sob a hipotética alegação de que pode ser mediador do gravíssimo conflito.

Na verdade, foi uma posição fraca e perigosa [a que denunciei desta tribuna em 2003], além de incompatível com o repúdio da sociedade brasileira ao terrorismo [e se alastra em nosso território].

Essa vinculação das Farc com o narcotráfico brasileiro – cuja profundidade total não se conhece, mas que está muito bem estabelecida em termos de produtor/distribuidor de cocaína –, causa grande inquietação. E crescerá se, em algum momento, os bandidos – que já passaram à iniciativa dos ataques, e cujas reservas de recursos não se conhece – realizarem uma ação de maior envergadura.

Esse alerta nada tinha a ver com as denúncias de hoje, mas serve para mostrar a posição do meu Partido em relação ao terrorismo e a esse movimento guerrilheiro.

Espero, portanto, que o assunto seja devida e documentalmente esclarecido, para que, assim, possamos ter conhecimento da verdade, pois, caso contrário, deveremos abrir, no Congresso Nacional, uma comissão parlamentar de inquérito para examinar, em profundidade, a atuação das Farc no Brasil e verificar ligações, existentes ou não, entre Partidos políticos e políticos brasileiros.

Alerto também, desta tribuna, já que falo em CPI, que, em abril do ano passado, as oposições – PFL, PSDB e PDT – ingressaram com mandado de segurança no Supremo Tribunal Federal contra ato da Presidência desta Casa, visando garantir o direito de minorias e conseguir a instalação da CPI dos Bingos. Esse mandado de segurança ainda não foi julgado, e estamos nos aproximando de abril. Agora, tive a in-

formação de que seu julgamento está pautado para o próximo dia 7 de abril.

Deixo, desta tribuna, o alerta de que vamos acompanhar de perto esse julgamento importante para a Nação. Ele significará se casos como o de Waldomiro Diniz e o das Farc podem ou não ser examinados pelo Congresso Nacional, podem ou não ser objetos de uma observação contínua, permanente e profunda por parte das duas Casas do Congresso Nacional.

Passado já um ano, tenho certeza de que todos os Ministros do Supremo Tribunal Federal têm consciência da relevância e da importância do julgamento que farão. Espero e confio que nenhum dos Ministros do Supremo Tribunal Federal venha a pedir vista do processo, especialmente aqueles nomeados pelo atual Governo, para que não sejam taxados de engavetadores ou mesmo de proteladores de uma decisão tão importante.

O PFL confia no Supremo Tribunal Federal e aguardará o dia 7 de abril para que haja uma manifestação sobre o seu mandado de segurança, na esperança de que o direito das minorias de constituir CPIs, consagrado na Constituição Federal, venha a ser respeitado, e que possamos evitar, mas sobretudo conhecer a profundidade de atos praticados pelo Sr. Waldomiro Diniz e, agora, as ações, descritas numa revista de importância nacional, das Farc no Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos. PSDB – TO) – Senador Jorge Bornhausen, a Mesa não havia esclarecido a V. Ex^a que o seu tempo foi prorrogado em cinco minutos. A campainha automaticamente avisa ao orador quando o tempo está próximo do encerramento. Portanto, V. Ex^a ainda dispõe de cinco minutos.

O SR. JORGE BORNHAUSEN (PFL – SC) – Agradeço a V. Ex^a, Sr. Presidente, mas, sinteticamente, acho que eu disse tudo que o Governo devia ouvir.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos. PSDB – TO) – Senador Antonio Carlos Magalhães, V. Ex^a pediu para ser inscrito para fazer uma comunicação inadiável, e o período destinado à comunicação inadiável está sendo intercalado com o dos oradores inscritos.

O próximo orador inscrito é o Senador Marcelo Crivella. Logo, se não houver objeção por parte de S. Ex^a, V. Ex^a usará da palavra para fazer uma comunicação inadiável e, em seguida, S. Ex^a, o Senador Marcelo Crivella.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PL – RJ) – Sr. Presidente, eu gostaria de honrar o nosso Senador Professor Antonio Carlos Magalhães e pedir à Mesa que o convide para ocupar a tribuna, que, respeitosamente e em silêncio o ouviremos.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos. PSDB – TO.) – Diante da cordial solicitação de V. Ex^a, a Presidência anuncia as palavras do Senador Antonio Carlos Magalhães, Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, que fará uma comunicação inadiável por cinco minutos.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, meu querido amigo Senador Marcelo Crivella, agradeço-lhe a gentileza. Serei o mais breve possível.

Preocupa-me – e acredito que essa preocupação se estenda a toda Casa – a reforma ministerial. Estou convencido, **data venia** de Sua Excelência o Senhor Presidente, que nada vai melhorar com isso. Ao contrário, talvez piore.

Muitos serão os que vão ficar sem participar do jogo; o jogo que se realiza semanalmente ou na Granja do Torno, no Jaburu, ou até mesmo na casa do Presidente do Senado.

Vejam que, nesse jogo, o Presidente, com humildade, se coloca na reserva. Sua Excelência não é o principal. Se não é o principal no jogo que realiza na sua casa, como vai ser o principal para a escolha dos Ministros? Evidentemente, isso é preocupante. Serão os melhores jogadores que vão participar do Ministério ou serão os que estão na reserva, como o Presidente, que vão entrar em campo?

Esse é um ponto que eu queria tratar com mais ênfase nesta sessão. Entretanto, não vou prejudicar, de modo nenhum, o nosso querido Senador Marcelo Crivella. Porém, amanhã, comprarei onze camisas – ou vinte e duas, se for necessário – para entregar ao Senador Mercadante, para evitar, assim, que o Presidente e os seus companheiros façam propaganda da Pepsi-Cola.

Não sei se foi gratuita a grande propaganda da Pepsi-Cola ou se ela patrocinou o jogo. O fato é que alguns da Coca-Cola – e aí vai o meu querido amigo Tasso Jereissati – devem estar enciumadíssimos com o fato de o Presidente vestir a camisa da Pepsi e deixar a Coca-Cola e outros refrigerantes de lado. Ainda bem que foram refrigerantes, porque senão o jogo não teria terminado em paz como terminou.

Seja como for, Sr. Presidente, que o nosso Presidente tenha mais cuidado na escolha daqueles que vão participar do Ministério, porque realmente o jogo do Palácio foi muito fraco.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Senador, eu gostaria de dizer, neste momento, que todos nós tínhamos esperança. Eu tinha esperança, votei no Presidente; o Piauí também. Portanto, Sua Excelência pode ajudar o Piauí. Lá, temos uma cachaça: Mangueira. Esta era a

oportunidade de ela se tornar nacional e internacional. Seria uma ajuda às empresas piauienses.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Então, esta é uma sugestão para V. Ex^a: assim como vou comprar sem nenhum rótulo, V. Ex^a poderá também comprar uma dúzia de camisas com o rótulo “Mangueira”.

De modo, Sr. Presidente, que todos vão querer agora aparecer no campo de futebol pelo menos com suas camisas ou com as camisas dos seus refrigerantes preferidos.

Que o Senhor Presidente tenha pelo menos cuidado em relação a isso. Sei que o Líder Mercadante também estava lá e pode até se zangar, mas a Senadora Serys bem que está gostando!

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos. PSDB – TO) – Vou conceder a palavra ao último orador inscrito, o nobre Senador Marcelo Crivella.

S. Ex^a dispõe do tempo restante até o encerramento desta sessão.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PL – RJ. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, mais uma vez, venho à tribuna do Senado e vejo aqui o Senador Saturnino Braga, meu companheiro de luta no Estado do Rio de Janeiro, insistir, clamar e pedir, pela saúde do meu Estado.

É interessante o que acontece no Brasil! Quando abrimos o Orçamento nacional – quero saudar também os telespectadores da TV Senado e os ouvintes da Rádio Senado –, verificamos que a principal rubrica do nosso Orçamento é a despesa com o INSS, com os nossos aposentados e pensionistas do setor privado e do setor público, que ultrapassa 110 bilhões. Em seguida, o senhor acha que são as estradas, a agricultura, a habitação ou a saúde? Não, o pagamento da dívida pública, o pagamento dos juros, que estavam, no ano retrasado, em 140 bilhões; no ano passado, subiu para 150 bilhões, e a dívida de 800 bilhões foi para 1 trilhão. Cresce a dívida. E o que acontece com a saúde? Vai para o caos.

Culpam os administradores, e uma das formas mais primitivas de defesa é jogar a culpa um no outro. Aliás, na Bíblia já vemos isso: quando Deus desceu ao paraíso, e Adão e Eva haviam comido do fruto, Deus disse a Adão: “que fizestes?” E ele disse: “A mulher que tu me destes me levou a comer da árvore”. Em última análise, a culpa era da mulher e, mais ainda, do próprio Deus.

A verdade é que há uma briga entre o Governo Federal e o Governo Municipal. O Governo Federal não investe na saúde porque tem de pagar juros da dívida pública. O Governo Municipal, do nosso Prefeito César Maia, não investe na saúde porque guarda dinheiro para receber juros. Está no jornal: trinta milhões estavam investidos no *over*.

E o povo? E as pessoas na fila do hospital? E as crianças que não têm nada a ver com os juros ou com a agiotagem do mercado financeiro? Desesperam-se, clamam aos céus. Mas clamam também aos homens de boa vontade, como ao Senador Antonio Carlos, ao Senador Roberto Saturnino, à Senadora Serys, ao Senador Cristovam e a tantos outros que ficam, da tribuna, clamando, como João Batista no deserto, pedindo bom senso, pedindo ao Brasil que dê prioridade ao social.

O pior de tudo é que o Secretário do Tesouro, Joaquim Levy, anunciou que quer diminuir a dívida pública de 50% para 40% em relação ao PIB. Os Senadores não estão muito familiarizados com a economia. As pessoas também não, mas estão familiarizadas com a violência, com os assaltos, porque todo mundo, no Brasil, já foi assaltado.

Farei uma comparação: para reduzirmos a dívida do PIB dos atuais 51% para 40%, vamos cometer um assalto contra as famílias brasileiras, ricas e pobres, de US\$200 bilhões – mas, para o Secretário do Tesouro, esse deve ser o principal objetivo do País. Saúde, educação, estradas, desenvolvimento do Nordeste, irrigação, construção de habitações para tantas comunidades carentes...

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos. PSDB – TO) – Senador Marcelo Crivella, a Presidência interrompe V. Ex^a para prorrogar a sessão pelo tempo necessário para que V. Ex^a possa concluir seu pronunciamento.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PL – RJ) – Sr. Presidente, sou eternamente grato a V. Ex^a.

A Sr^a Serys Shessarenko (Bloco/PT – MT) – Permite-me V. Ex^a um breve aparte?

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PL – RJ) – Pois não, Senadora, se for possível, pelo tempo que tenho.

A Sr^a Serys Shessarenko (Bloco/PT – MT) – Serei bastante breve, peço apenas um minuto. Não posso deixar de comentar essa passagem da árvore do pecado, quando Adão disse que a mulher o levou a pecar. Existe o outro lado da história, Senador, que, principalmente no mês de março, não posso deixar de mostrar. Tratava-se da árvore do conhecimento e

da consciência. A mulher chamou o homem para que absorvesse o conhecimento, a fim de que tivesse consciência, e ele aceitou. Então, a mulher não levou o homem ao pecado, mas o chamou para a consciência. A história tem os seus dois lados. Muito obrigada.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PL – RJ) – É a primeira vez que ouço isso. (Risos.)

Querem votar, agora, para que as crianças tenham pré-escola e, quiçá, creche. Como, se a principal rubrica do Orçamento são 111% de pagamento de juros? Não há como.

Quero terminar com uma história, já que a Senadora Serys falou sobre a mulher.

Senadora Serys, sobre Adão e Eva há uma história muito curiosa: certo dia, Adão voltou do campo, da caça, viu Eva no paraíso, mas não lhe deu a atenção de sempre. Deitou-se sobre a relva e adormeceu. A mulher, que estava acostumada a todos os paparicos, sendo a única no mundo, a rainha do paraíso, ficou extremamente preocupada e, a partir desse momento, começou a contar em voz alta: “um, dois, três, quatro...”

V. Ex^a sabe o que a nossa mãe Eva estava contando? Não tem idéia? (Pausa.)

Como ela não havia recebido a atenção costumeira quando Adão chegou no paraíso, não a procurando e indo dormir, Eva passou a contar as suas costelas, pois ficou enciumada, acreditando que Deus tivesse feito outra mulher.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos. PSDB – TO) – Não há mais oradores inscritos.

Os Srs. Senadores Valmir Amaral e Romero Jucá enviaram discursos à Mesa para serem publicados na forma do disposto no art. 203, combinado com o inciso I e o § 2º do art. 210 do Regimento Interno.

S. Ex^{as} serão atendidos.

O SR. VALMIR AMARAL (PMDB – DF. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o motivo de meu pronunciamento é prestar homenagem a um personagem modesto, singelo, conquanto fundamental para a cultura nacional. Um cidadão deveras diligente, guardião do maior tesouro da humanidade, o conhecimento, comemora o seu dia com muito orgulho: o vendedor de livros, cujo dia é comemorado hoje, dia 14 de março.

Vendedor de livros, não, livreiro, termo correto porque esta é uma profissão de muito mérito e valor. Nem todos reúnem as virtudes que descrevi. Mas cumprem a nobre missão de oferecer um bem de primeira necessidade: o livro; que não é um produto como qual-

quer outro. É mercadoria, mas é cultura, informação, saber. O livro é o registro do pensamento, da criação, da identidade de todos nós.

Thomas Edison, o inventor da lâmpada; Machado de Assis, que dispensa apresentação. Samuel Morse, criador do telégrafo e do código batizado com seu nome; todos têm uma coisa em comum: foram livreiros! Ficaram famosos, é claro, por outros talentos extraordinários. Mas tinham prazer neste ofício tão gratificante que é o de vender livros.

Era uma outra época, quando prevalecia o romantismo e até um certo amadorismo na atividade. Hoje, os livreiros se tornaram profissionais especializados. As grandes livrarias promovem cursos para formação de seus vendedores, de modo a capacitá-los cada vez melhor. Mas a essência do livreiro, presente naqueles gênios da humanidade, continua a mesma: discernimento e bagagem literária são requisitos necessários para quem investe na profissão.

A tarefa não é simples. Os livreiros lutam contra a indiferença e a ignorância de uma população com 15 milhões de adultos analfabetos. Alguns saem de trás do balcão e peregrinam de porta em porta oferecendo conhecimento. Não fornecem drogas ou vícios degradantes. Vendem o registro da história, da inteligência, dos sentimentos do homem.

No trato com gostos e prazeres, o livreiro tem de ter sensibilidade, ser capaz de compreender o que cada leitor quer levar. Virar um pouco psicólogo, professor ou conselheiro. E o mais importante: oferecer alternativas, apresentar algo novo, interessante, que seja exatamente o de que o cliente precisa.

Nos sebos, os livreiros cuidam de autênticas preciosidades. São mentores, educadores que não estão em busca do lucro fácil. Querem vender livros, sim, mas querem espalhar cultura, trocar experiências. Por isso, passamos horas mergulhados em pilhas e pilhas de livros guardados com carinho por esses senhores. Apaixonados pelo saber, uma boa conversa com eles ensina mais do que muitas páginas de leitura.

Esses senhores têm ainda outro dom: o de alimentar essa paixão em um exército de outros aficcionados. Que deleite é freqüentar uma livraria ou um sebo de livros! Cada visita é uma experiência diferente e... mágica. As surpresas do caminho fazem revoluções nas mentes dos leitores. O crescimento das feiras de livros é um exemplo de como essa paixão ganha milhões de adeptos. Outro exemplo são as modernas lojas de livros. Charmosas e aconchegantes, elas respiram arte

e cultura e se tornam pontos de encontro de leitores, intelectuais e curiosos.

A tristeza é que lugares como esses são exceção em nosso País. O Brasil, com mais de 5 mil municípios, tem apenas 1,2 mil livrarias. É muito pouco perante o gigantismo da cultura nacional. E elas estão encolhendo a cada ano, perdendo espaço para outros pontos de venda. Enquanto no início dos anos 90, 61% dos livros eram vendidos em livrarias, hoje são apenas 35%. O leitor está procurando livros em outras freguesias: na Internet, em supermercados ou em encomenda direta das editoras.

Em meio a essas mudanças, a figura do livreiro, tão essencial, começou a ser deixada de lado. É por isso que peço a atenção de todos para a realidade deste profissional. Visitar uma livraria, ler, estudar, é uma viagem fantástica que deve estar disponível a todos. O livreiro é o guia que orienta-nos nessa aventura. Com a dívida educacional que temos a resgatar, o longo caminho que temos de percorrer para formar nosso povo, espalharmos nossa cultura, o livreiro ainda tem muito a ensinar a todos nós. É a ele que, neste dia, presto essas honrosas considerações.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o maior e mais importante pré-requisito para que nosso País alcance o desenvolvimento econômico e social é a existência de um sistema de educação eficiente, que priorize, ao mesmo tempo, o acesso de todos à universidade e a qualidade do ensino. Esse foi o modelo adotado, com sucesso, pelos países desenvolvidos; esse é o modelo que, a meu ver, devemos adotar no Brasil.

A educação formal se traduz, acima de tudo, em inclusão social. Numa economia de nível tecnológico crescente, é melhor remunerado quem possui qualificação; e quem possui qualificação, com toda a certeza, passou pela educação formal. Esse é um tema pulsante e atual, especialmente no momento em que Governo e sociedade discutem a reforma da educação superior.

Como grande beneficiária da melhoria do sistema educacional do Brasil, a indústria não poderia deixar de fornecer sua contribuição a esse processo. Dessa forma, a Confederação Nacional da Indústria (CNI) divulgou, recentemente, o documento “Contribuição da Indústria para a Reforma da Educação Superior”, em que estabelece um diagnóstico da situação atual do

ensino superior no País e faz uma série de propostas para sua melhoria.

Para a CNI, a educação superior brasileira possui, hoje, práticas distantes das competências requeridas pela sociedade e conta com um marco regulatório difuso e pouco efetivo. Ademais, é excessivamente concentrada na área de ciências humanas, além de ter pouca capacidade de promover inclusão social.

É necessário adaptar as instituições de educação superior às necessidades e aos anseios de uma nova sociedade, baseada na informação e no conhecimento. Assim, essas instituições se transformarão em alicerces e pilares do desenvolvimento sustentável, tão almejado pela sociedade brasileira.

A educação superior necessária, na visão da CNI e de todos aqueles comprometidos com o desenvolvimento deste País, deve ser universalizada e de qualidade; capaz de interagir com a sociedade e com o setor produtivo; e capaz, ainda, de atender às demandas regionais.

Deve, também, ser plural em seus modelos e moderna em sua gestão; autônoma, porém avaliada pela sociedade; indutora da pesquisa aplicada e da inovação; e, o que é muito importante, financeiramente sustentável.

Todas essas qualidades serão inócuas se a educação superior não possuir conteúdos programáticos adequados às demandas sociais, bem como um corpo docente capaz de se adaptar à nova realidade.

Universalizar o acesso à educação superior, com qualidade, é uma das principais propostas da CNI. O objetivo a ser perseguido é o fixado no Plano Nacional de Educação: aumentar o número de matrículas em educação superior de 9% para 30% da população em idade universitária.

Para atingir esse objetivo, a indústria sugere a criação de cursos nas áreas tecnológicas voltados a profissões emergentes, advindas da constante inovação do setor produtivo. Além disso, é necessário ofertar cursos adequados às necessidades do mercado, mas que sejam flexíveis do ponto de vista de tempo, local e espaço. O maior benefício será, com certeza, a diminuição da evasão de alunos no ensino superior.

De que adiantaria, entretanto, diversificar a oferta de cursos e evitar a evasão, se a qualidade do ensino não for preservada? Por isso, é preciso atrair e reter mestres e doutores no sistema de educação superior, promovendo a valorização e a fixação desses profissio-

nais na academia e nas empresas. Isso se consegue com melhores condições de trabalho e com melhores salários!

A CNI defende, ainda, uma proposta arrojada, merecedora de discussão aprofundada na sociedade brasileira: a criação da Universidade Aberta do Brasil. Modelo de sucesso no Reino Unido, e também na Índia, a Universidade Aberta é um marco na democratização do acesso, pois não conta com a rigidez do vestibular. Ademais, permite ao aluno concluir, interromper ou encerrar seus estudos de maneira flexível, de acordo com suas necessidades.

No momento em que se discute a reforma universitária brasileira, a questão da Universidade Aberta não pode ser posta de lado, muito menos ignorada. É hora de debatermos o assunto, tanto nos meios acadêmicos e governamentais, quanto no Parlamento. A própria CNI já se colocou à disposição do Ministério da Educação para a elaboração conjunta de estudos visando à implantação da Universidade Aberta do Brasil.

Democratizar o acesso à universidade também passa, necessariamente, pela questão regional. É imperioso aumentar o número de vagas disponíveis na educação superior das regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, que apresentam déficit de vagas em relação ao contingente populacional. A verdade é que nunca diminuiremos a desigualdade regional brasileira, se não aumentarmos o acesso da população daquelas regiões ao ensino superior.

A utilização da universidade como instrumento de combate às desigualdades regionais pressupõe um aumento substancial do repasse de recursos às instituições federais de ensino. Além disso, é preciso flexibilizar a obtenção de receitas próprias por parte das universidades, como, por exemplo, as rendas provenientes da oferta de cursos de extensão à comunidade em geral.

Por fim, o relatório da CNI propõe a ampliação do diálogo e das parcerias entre o sistema de educação superior, o Governo e o setor produtivo. Tal ampliação se materializaria no estímulo à implantação de pólos, parques científicos e tecnológicos e incubadoras de empresas.

A interação entre empresas, instituições de ensino e Governo permitiria, ainda, o incentivo à pesquisa aplicada, função primordial das universidades, mas relegada a segundo plano por falta de verbas. Nunca é demais lembrar que a pesquisa representa o embrião da inovação industrial; e é a inovação que traz

lucros, progresso e desenvolvimento para a economia de qualquer país.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o Governo Federal quis ouvir a indústria, e a indústria se fez ouvir. Maior beneficiária do aumento do nível educacional do cidadão brasileiro, a indústria trouxe não só ao Governo, mas também ao País, sua contribuição para o debate sobre a reforma universitária.

São propostas ousadas, merecedoras de todo o crédito e de uma discussão aprofundada em todas as camadas da sociedade brasileira. Como representante dessa sociedade, o Senado Federal terá papel central na discussão sobre a reforma da educação superior. Por isso, apresentei hoje o documento produzido pela CNI.

Tenho absoluta certeza de que a contribuição da indústria será extremamente relevante na consolidação de um projeto de universidade que contemple os anseios de todo o povo brasileiro: uma universidade livre, democrática e voltada para os interesses do País!

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos. PSDB – TO) – A Presidência lembra ao Plenário que o Senado Federal está convocado para uma sessão especial a realizar-se amanhã, às 15 horas, destinada a comemorar os 20 anos da redemocratização do Brasil, de acordo com o **Requerimento nº 105, de 2005**, do Senador Renan Calheiros e outros Srs. Senadores.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos. PSDB – TO) – Nada mais havendo a tratar, a Presidência vai encerrar os trabalhos.

Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 18 horas e 33 minutos.)

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE CONTROLE
DAS ATIVIDADES DE INTELIGÊNCIA (CCAI)
(Art. 6º da Lei nº 9.883, de 1999)

AVISO

O Presidente da Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência (CCAI), Senador Cristovam Buarque, comunica que está convocada **Reunião** para o dia **16 de março**, quarta-feira, às **13:00 horas**, no – Gabinete da Liderança do PMDB, localizado no Edifício Principal do Senado Federal, Ala da Presidência.

ATO DO PRESIDENTE
Nº 026 , DE 2005

O PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL, no uso das suas atribuições regimentais e regulamentares, e tendo em vista o término da 2ª Sessão Legislativa, da 52ª Legislatura,

RESOLVE:

Exonerar a servidora **DANIELLE SOUSA BOTO**, matrícula 106589, do Cargo em Comissão, de Assistente Administrativo – AP-4, da Subsecretaria Especial do Programa Interlegis do Quadro de Pessoal da Secretaria Especial de Informática do Senado Federal, e **nomear** na forma do disposto no Inciso II do artigo 9º da Lei 8.112, de 1990, para ocupar o mesmo cargo **DANIEL MACIEL MENEZES DA SILVA**.

Senado Federal, em 10 de março de 2005.



Senador RENAN CALHEIROS
Presidente do Senado Federal

ATO DO PRESIDENTE
Nº 027 , DE 2005

O PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL, no uso das suas atribuições regimentais e regulamentares, e tendo em vista o término da 2ª Sessão Legislativa, da 52ª Legislatura,

RESOLVE:

Exonerar o servidor **RODOLFO GRAF**, matrícula 106334, do Cargo em Comissão, de Analista de Sistemas Sênior III, da Subsecretaria Especial do Programa Interlegis do Quadro de Pessoal da Secretaria Especial de Informática do Senado Federal, e **nomear** na forma do disposto no Inciso II do artigo 9º da Lei 8.112, de 1990, para ocupar o mesmo cargo **JOVINO PEREIRA NEPOMUCENO NETO**.

Senado Federal, em 10 de março de 2005.



Senador RENAN CALHEIROS
Presidente do Senado Federal

**ATO DO PRESIDENTE
Nº 028 , DE 2005**

O PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL, no uso das suas atribuições regimentais e regulamentares, e tendo em vista o término da 2ª Sessão Legislativa, da 52ª Legislatura,

RESOLVE:

Exonerar a servidora **KÁTIA DE OLIVEIRA SOUSA**, matrícula 106486, do Cargo em Comissão, de Especialista em Administração, da Subsecretaria Especial do Programa Interlegis do Quadro de Pessoal da Secretaria Especial de Informática do Senado Federal, e nomear na forma do disposto no Inciso II do artigo 9º da Lei 8.112, de 1990, para ocupar o mesmo cargo **MILTON LÚCIO FILHO**.

Senado Federal, em 10 de março de 2005.



Senador RENAN CALHEIROS
Presidente do Senado Federal

**ATO DO PRESIDENTE
Nº 029 , DE 2005**

O PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL, no uso das suas atribuições regimentais e regulamentares, e tendo em vista o término da 2ª Sessão Legislativa, da 52ª Legislatura,

RESOLVE:

Exonerar o servidor **GILVAN MARQUES DA SILVA**, matrícula 106292, do Cargo em Comissão, de Especialista em Informática para Educação à Distância, da Subsecretaria Especial do Programa Interlegis do Quadro de Pessoal da Secretaria Especial de Informática do Senado Federal, e nomear na forma do disposto no Inciso II do artigo 9º da Lei 8.112, de 1990, para ocupar o mesmo cargo **JOÃO BRITO DE GOES FILHO**.

Senado Federal, em 10 de março de 2005.



Senador RENAN CALHEIROS
Presidente do Senado Federal

ATO DO PRESIDENTE
Nº 030 , DE 2005

O PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL, no uso das suas atribuições regimentais e regulamentares, e tendo em vista o término da 2ª Sessão Legislativa, da 52ª Legislatura,

RESOLVE:

Exonerar o servidor **PAULO HENRIQUE GABATTELI VIEIRA**, matrícula 185507, do Cargo em Comissão, de Desenvolvedor de Sistemas, da Subsecretaria Especial do Programa Interlegis do Quadro de Pessoal da Secretaria Especial de Informática do Senado Federal, e nomear na forma do disposto no Inciso II do artigo 9º da Lei 8.112, de 1990, para ocupar o mesmo cargo **JOSÉ JOÁCIO DE ARAÚJO MORAIS**.

Senado Federal, em 10 de março de 2005.


Senador RENAN CALHEIROS
Presidente do Senado Federal

ATO DO PRESIDENTE
Nº 031 , DE 2005

O PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL, no uso das suas atribuições regimentais e regulamentares, e tendo em vista o término da 2ª Sessão Legislativa, da 52ª Legislatura,

RESOLVE:

Exonerar o servidor **MARCELO REBELO**, matrícula 106401, do Cargo em Comissão, de Especialista em Editoria de Portal de Internet, da Subsecretaria Especial do Programa Interlegis do Quadro de Pessoal da Secretaria Especial de Informática do Senado Federal, e nomear na forma do disposto no Inciso II do artigo 9º da Lei 8.112, de 1990, para ocupar o mesmo cargo **GILBAN RONDINEY SILVA PORTO**.

Senado Federal, em 10 de março de 2005.


Senador RENAN CALHEIROS
Presidente do Senado Federal

ATO DO PRESIDENTE
Nº 032 , DE 2005

O PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL, no uso das suas atribuições regimentais e regulamentares, e tendo em vista o término da 2ª Sessão Legislativa, da 52ª Legislatura,

RESOLVE:

Exonerar a servidora **DENISE MARIA DA SILVA**, matrícula 106474, do Cargo em Comissão, de Especialista em Marketing de Relacionamento, da Subsecretaria Especial do Programa Interlegis do Quadro de Pessoal da Secretaria Especial de Informática do Senado Federal, e nomear na forma do disposto no Inciso II do artigo 9º da Lei 8.112, de 1990, para ocupar o mesmo cargo **ARMENIA OLIVEIRA RIBEIRO**.

Senado Federal, em 10 de março de 2005.



Senador RENAN CALHEIROS
Presidente do Senado Federal

(*) ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 992, DE 2005

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º 004018/05-2,

R E S O L V E nomear, na forma do disposto no Inciso II do artigo 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **PAULO JOSÉ CARNEIRO** para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-5, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete do Senador Demóstenes Torres.

Senado Federal, em 03 de março de 2005.



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

(*) Republicado por haver saído com incorreções.

(*) **ATO DO DIRETOR-GERAL**
N.º 996 , DE 2005

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º **002183/05-6**,

R E S O L V E nomear, na forma do disposto no Inciso II do artigo 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **RUBIA MARIA OLIVEIRA VILLAS BOAS** para exercer o cargo, em comissão, de Secretário Parlamentar do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete da Liderança do PTB.

Senado Federal, em 03 de março de 2005.



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

(*) Republicado por haver saído com incorreções.

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 1099 , DE 2005

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 das Disposições Finais da Resolução n.º 09, de 1997,

RESOLVE designar o servidor JARBAS MAMEDE, matrícula 51679, ocupante do cargo efetivo de Técnico Legislativo, Especialidade de Segurança, para exercer a Função Comissionada de Chefe de Serviço, Símbolo FC-7, do Serviço de Identificação Funcional, da Secretaria de Recursos Humanos, a partir de 11 de fevereiro de 2005.

Senado Federal, 11 de março de 2005.



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 1100, DE 2005

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002,

RESOLVE exonerar, na forma do disposto no artigo 35, inciso I, da Lei n.º 8.112, de 1990, **VIRGÍNIA NEPOMUCENO DE QUEIROZ CORREIA**, matrícula n.º 180406, do cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-3, do Gabinete do Órgão Central de Coordenação e Execução.

Senado Federal, em 11 de março de 2005.


AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 1101, DE 2005

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002,

RESOLVE nomear, na forma do disposto no Inciso II do artigo 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **MARIA INÊS NEPOMUCENO** para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-3, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Órgão Central de Coordenação e Execução.

Senado Federal, em 11 de março de 2005.


AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 1102 , DE 2005

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º **004.043/05-7**,

RESOLVE nomear, na forma do disposto no Inciso II do artigo 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **WALDINEIDE ARAÚJO SILVA** para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-4, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete da Primeira Secretaria.

Senado Federal, em 14 de março de 2005.


AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 1103 , DE 2005

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º **004.046/05-6**,

RESOLVE nomear, na forma do disposto no Inciso II do artigo 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **SUELI AZEVEDO XAVIER** para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-6, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete da Primeira Secretaria.

Senado Federal, em 14 de março de 2005.

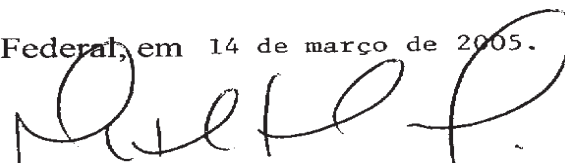

AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 1104 , DE 2005

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º **004.047/05-2**,

RESOLVE nomear, na forma do disposto no Inciso II do artigo 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **TIARA RIBEIRO PEQUENO** para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-5, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete da Primeira Secretaria.

Senado Federal, em 14 de março de 2005.

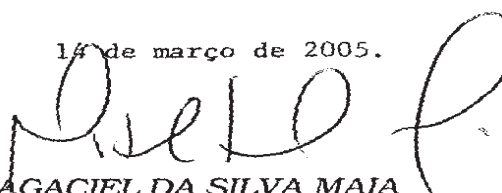

AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 1105 , de 2005

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no exercício de suas atribuições regulamentares, e tendo em vista o que consta no Processo n.º 003916/05-7,

RESOLVE, fundamentado nos arts. 215 e 217, inciso I, alínea "a", da Lei n.º 8.112/90, com as alterações da EC nº 41, de 31/12/2003 c/c a MP nº 167, de 20/02/2004, conceder pensão vitalícia a **JOAQUINA CORDEIRO DA SILVA**, na condição de cônjuge, no percentual de 100% (cem por cento), dos proventos que percebia o ex-servidor **SEBASTIÃO AMARO DA SILVA**, matrícula 2024-ERGON, a partir da data do óbito, 25/02/2005.

Senado Federal, 14 de março de 2005.


AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL

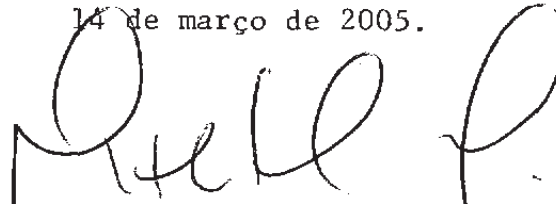
N.º 1106 , de 2004

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no exercício de suas atribuições regulamentares, e tendo em vista o que consta no Processo n.º 003458/05-9,

RESOLVE, fundamentado nos artigos 215 e 217, inciso I, alínea "a" e inciso II, alínea "a", da Lei n.º 8.112/90, com as alterações da EC nº 41, de 31/12/2003 c/c a MP nº 167, de 20/02/2004, conceder pensão vitalícia a LIDIA MARIA DA CUNHA SILVA, na condição de cônjuge, no percentual de 50% (cinquenta por cento) e pensão temporária a MELQUISEDEQUE CUNHA DA SILVA, JULIANA CUNHA DA SILVA e LAURA CUNHA DA SILVA, na condição de filhos menores, no percentual de 12,50% (doze vírgula cinquenta por cento) para cada um e reservar uma cota de 12,50% (doze vírgula cinquenta por cento) inominada, dos proventos que percebia o ex-servidor JOSÉ MENDES DA SILVA, matrícula 21523-Ergon, a partir da data do óbito, 17/02/2005.

Senado Federal,

14 de março de 2005.


AGACIEL DA SILVA MAIA

Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL**N.º 1107 , de 2005**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no exercício de suas atribuições regulamentares, e tendo em vista o que consta no Processo SF n.º 002834/81-2,

RESOLVE, fundamentado no art. 7º da Lei 3.373/58 c/c 6.782/80, por perda da qualidade de beneficiário por ter atingido a maioridade, cancelar a cota de 33,33% (trinta e três vírgula trinta e três por cento) da pensão temporária concedida a GUILHERME MOELLMANN NEGRÃO, na condição de filho menor, e nos termos do art. 7º, inciso II, da Lei 3.373/58 c/c 6.782/80, reverter a referida cota cancelada para a pensão temporária de MARIANA MOELLMANN NEGRÃO e FLÁVIA MOELLMANN NEGRÃO, na condição de filhas, alterando a cota homologada pelo Tribunal de Contas da União em 29/09/1981, fls. 22, de 33,33% (trinta e três vírgula trinta e três por cento) para 50% (cinquenta por cento) para cada uma, dos proventos que percebia a ex-servidora LEATRICE HELENA MOELLMANN NEGRÃO, matrícula 117083-ERGON, a partir da data da maioridade do pensionista, 05/07/1999.

Senado Federal,

14 de março de 2005.


AGACIEL DA SILVA MAIA

Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL**N.º 1108 , de 2005**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no exercício de suas atribuições regulamentares, e tendo em vista o que consta no Processo SF n.º 016391/95-0,

RESOLVE, fundamentado no inciso IV, do art. 222, da Lei 8.112/90, por perda da qualidade de beneficiários por terem atingido a maioridade, cancelar as cotas de 25% (vinte e cinco por cento) da pensão temporária concedida a PEDRO RICARDO BARREIRA MILET CALDAS PEREIRA e BRUNA BARREIRA MILET CALDAS PEREIRA, na condição de filhos menores, e nos termos do art. 223, inciso II, da Lei 8.112/90, reverter a referida cota cancelada para MARIA DA GRAÇA MILET PEREIRA, na condição de cônjuge, alterando a cota da pensão vitalícia de 50% (cinquenta por cento) para 100% (cem por cento), concedida pelo Título Concessório às fls. 17, dos proventos que percebia o ex-servidor PAULO JORGE CALDAS PEREIRA, matrícula 121724-ERGON, a partir da data da maioridade, 26/11/1997.

Senado Federal,

14 de março de 2005.


AGACIEL DA SILVA MAIA

Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL**Nº 1109 , DE 2005**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso de suas atribuições regulamentares, e de acordo com o Ato nº 9 de 1996, artigos 3º, inciso II, e 4º, da Comissão Diretora,

RESOLVE:

Art. 1º - São designados os servidores LUCIANO FREITAS DE OLIVEIRA, matrícula nº 32454 e, VANILDO BATISTA DA SILVA, matrícula nº 25255, como gestores titular e substituto, respectivamente, do processo nº 004311/04-3 e do(s) contrato(s) que este originar.

Art. 2º - Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal,

14 de março

de 2005.


AGACIEL DA SILVA MAIA

Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 1110 , DE 2005

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 2º, do Regulamento de Cargos e Funções do Senado Federal, e tendo em vista o que consta do Processo n.º **003897/05-2**,

R E S O L V E alterar a lotação do servidor **JOÃO BATISTA MARQUES DE SOUZA**, matrícula nº 168868, ocupante do cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-5, para o de Motorista do Gabinete do Senador Teotônio Vilela Filho.

Senado Federal, em 14 de março de 2005.

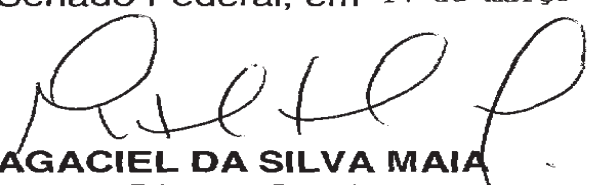

AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº. 1111 , DE 2005

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º **003.966/05-4**,

R E S O L V E tornar sem efeito o Ato do Diretor-Geral n.º 533, de 17/02/2005, publicado no Boletim de Pessoal do Senado Federal n.º 3177, de 18/02/2005, que nomeou **BRUNA MONTEIRO BORDONI**, para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-6, do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete do Senador Demostenes Torres.

Senado Federal, em 14 de março de 2005.

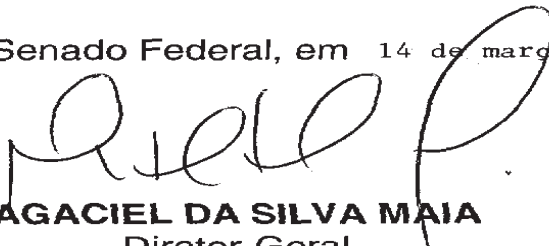

AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº. 1112, DE 2005

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º **004016/05-0**,

R E S O L V E tornar sem efeito o Ato do Diretor-Geral n.º 802, de 25/02/2005, publicado no Boletim de Pessoal do Senado Federal n.º 3183, de 28/02/2005, que nomeou **ANTÔNIO JOSÉ MURAD**, para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-3, do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete da Segunda Secretaria.

Senado Federal, em 14 de março de 2005.


AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº. 1113 , DE 2005

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pela Resolução do Senado Federal n.º 07, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º **003007/05-7**,

R E S O L V E tornar sem efeito a nomeação de **MARIA DO SOCORRO JACOME DE LUCENA** para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-4, do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete da Liderança do PMDB, constante do Ato do Diretor-Geral n.º 798, de 2005, publicado no Boletim Administrativo de Pessoal do Senado Federal n.º 3183, de 28.02.2005.

Senado Federal, em 14 de março de 2005.


AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 1114, DE 2005

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002 e tendo em vista o que consta do Processo n.º **004111/05-2**,

RESOLVE exonerar, na forma do disposto no Art. 35, inciso I, da Lei n.º 8.112, de 1990, **DANIELLE ABUD PEREIRA**, matrícula n.º 169680, do cargo, em comissão, de Secretário Parlamentar do Gabinete do Bloco da Liderança da Maioria.

Senado Federal, em 14 de março de 2005.


AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 1115, DE 2005

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002 e tendo em vista o que consta do Processo n.º **004.045/05-0**,

RESOLVE exonerar, na forma do disposto no Art. 35, inciso I, da Lei n.º 8.112, de 1990, **GILBRAN RONDINELY SILVA PORTO**, matrícula n.º 166173, do cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-5, do Gabinete do Senador Efraim Moraes.

Senado Federal, em 14 de março de 2005.


AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 1116 , DE 2005

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º **004.045/05-0**,

RESOLVE nomear, na forma do disposto no Inciso II do artigo 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **JOANNA MALHEIROS FELICIANO** para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-5, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete do Senador Efraim Morais.

Senado Federal, em 14 de março de 2005.



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 1117 , DE 2005

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º **4107/05-5**,

RESOLVE nomear, na forma do disposto no Inciso II do artigo 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **ANDRÉ SILVA RIBEIRO** para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-1, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete do Senador Sérgio Guerra.

Senado Federal, em 14 de março de 2005.



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 1118 , DE 2005

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º **004.048/05-9**,

RESOLVE nomear, na forma do disposto no Inciso II do artigo 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **MARCÍLIA MEDEIROS LOPES DE SOUZA** para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-3, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete da Primeira Secretaria.

Senado Federal, em 14 de março de 2005


AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 1119 , DE 2005

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º **004.044/05-3**,

RESOLVE nomear, na forma do disposto no Inciso II do artigo 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **OZANA LIGIA LIMA SILVA DE LIMA** para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-3, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete da Primeira Secretaria.

Senado Federal, em 14 de março de 2005


AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 1120 , DE 2005

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002 e tendo em vista o que consta do Processo n.º 004214/05- 6 ,

R E S O L V E exonerar, na forma do disposto no Art. 35, inciso I, da Lei n.º 8.112, de 1990, **FERNANDO BEZERRIL DE ARAÚJO**, matrícula n.º 160857, do cargo, em comissão, de Secretário Parlamentar do Gabinete do Senador José Agripino.

Senado Federal, em 14 de março de 2005


AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 1121 , DE 2005

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º 004172/05-1,

R E S O L V E exonerar **JEANE SOUZA CHAVES**, matrícula n.º 174066, do cargo de Assistente Parlamentar, AP-3 do Gabinete da Terceira Secretaria e nomeá-la, na forma do disposto no Inciso II do artigo 9º da Lei n.º 8.112, de 1990, para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-4, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no mesmo Gabinete.

Senado Federal, em 14 de março de 2005


AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 1122 , DE 2005

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º 004209/05-2,

R E S O L V E exonerar **LUCIANA LIMA DE WULF**, matrícula n.º 172392, do cargo de Assistente Parlamentar, AP-6 do Gabinete do Senador Delcídio Amaral e nomeá-la, na forma do disposto no Inciso II do artigo 9º da Lei n.º 8.112, de 1990, para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-3, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no mesmo Gabinete.

Senado Federal, em 14 de março de 2005.


AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 1123 , DE 2005

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º 004158/05-9,

R E S O L V E exonerar **SABRINA CRAIDE**, matrícula n.º 179763, do cargo de Assistente Parlamentar, AP-4 do Gabinete do Senador Sérgio Zambiasi e nomeá-la, na forma do disposto no Inciso II do artigo 9º da Lei n.º 8.112, de 1990, para exercer o cargo, em comissão, de Assessor Técnico do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no mesmo Gabinete.

Senado Federal, em 14 de março de 2005.


AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 1124 , DE 2005

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º 004202/05-8,

R E S O L V E nomear, na forma do disposto no Inciso II do artigo 9º da Lei n.º 8.112, de 1990, **ELIZABETH SUASSUNA LAUREANO** para exercer o cargo, em comissão, de Secretário Parlamentar do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete do Senador Ney Suassuna.

Senado Federal, em 14 de março de 2005.


AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 1125 , DE 2005

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º **004162/05-6**,

RESOLVE nomear, na forma do disposto no Inciso II do artigo 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **SOSCIGENES PEDRO VASCONCELOS FALCÃO** para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-6, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete do Senador Ney Suassuna.

Senado Federal, em 14 de março de 2005.


AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 1126 , DE 2005

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º **004163/05-2**,

RESOLVE nomear, na forma do disposto no Inciso II do artigo 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **NEMÉSIO AUGUSTO DE MEIRELES** para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-6, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete do Senador Ney Suassuna.

Senado Federal, em 14 de março de 2005.


AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 1127 , DE 2005

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º **004176/05-7**,

RESOLVE nomear, na forma do disposto no Inciso II do artigo 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **ANTÔNIO CARLOS CACA AUGUSTO DE REZENDE** para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-5, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete do Senador Alberto Silva.

Senado Federal, em 14 de março de 2005.


AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 1128 , DE 2005

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º **004175/05-0**,

RESOLVE nomear, na forma do disposto no Inciso II do artigo 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **LAUDIMAR DE MOURA SOUSA** para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-5, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete do Senador Alberto Silva.

Senado Federal, em 14 de março de 2005.


AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 1129 , DE 2005

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º **004210/05-0**,

R E S O L V E nomear, na forma do disposto no Inciso II do artigo 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **DENILSON BRITO DE BARROS** para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-6, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete do Senador Delcídio Amaral.

Senado Federal, em 14 de março de 2005.



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 1130 , DE 2005

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º **004173/05-8**,

R E S O L V E nomear, na forma do disposto no Inciso II do artigo 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **ANNA CRISTINA SOUTO MAIOR ALEIXO** para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-4, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete da Primeira Secretaria.

Senado Federal, em 14 de março de 2005.



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 1131 , DE 2005

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º **004174/05-4**,

RESOLVE nomear, na forma do disposto no Inciso II do artigo 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **TAYSSE MORAIS DE ARAÚJO** para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-4, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete da Primeira Secretaria.

Senado Federal, em 14 de março de 2005


AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 1132 , DE 2005

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º **004164/05-9**,

RESOLVE nomear, na forma do disposto no Inciso II do artigo 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **TATIANA ZAMBIASI OLSSON** para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-4, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete da Liderança do PTB.

Senado Federal, em 14 de março de 2005.


AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

*ATO DO DIRETOR-GERAL**N.º 1133 , de 2005*

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no exercício de suas atribuições regulamentares, e tendo em vista o que consta no Processo SF n.º 015447/00-6,

RESOLVE, fundamentado no inciso IV, do art. 222, da Lei 8.112/90, por perda da qualidade de beneficiários por terem atingido a maioridade, cancelar as cotas de 16,66% (dezesseis vírgula sessenta e seis por cento) da pensão temporária concedida a CRISTINA FREIRE SILVA e CRISTIANE FREIRE SILVA, na condição de filhas menores, e nos termos do art. 223, inciso II, da Lei 8.112/90, reverter a referida cota cancelada para RAQUEL VIRGÍNIA TELXEIRA DOS SANTOS, na condição de filha menor, alterando a cota da pensão temporária de 16,66% (dezesseis vírgula sessenta e seis por cento) para 50% (cinquenta por cento), e manter a pensão vitalícia concedida a ABADIA DE FÁTIMA TELXEIRA, na qualidade de cônjuge, no percentual de 50% (cinquenta por cento), concedida pelo Título Concessório às fls. 39, da remuneração que percebia o ex-servidor URES JOSÉ DOS SANTOS SILVA, matrícula 24226-ERGON, a partir da data da maioridade, 01/05/2001.

Senado Federal, 14 de março de 2005.

AGACIEL DA SILVA MAIA

Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL**N.º 1134 , de 2005**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no exercício de suas atribuições regulamentares, e tendo em vista o que consta no Processo SF n.º 000606/00-6,

RESOLVE, fundamentado no inciso IV, do art. 222, da Lei 8.112/90, por perda da qualidade de beneficiário por ter atingido a maioridade, cancelar a cota de 25% (vinte e cinco por cento) da pensão temporária concedida a BRUNO QUARANTA TRINDADE SILVA, na condição de filho menor, e nos termos do art. 223, inciso II, da Lei 8.112/90, reverter a referida cota cancelada para GABRIEL CÂNDIDO DE OLIVEIRA TRINDADE SILVA, na condição de menor sob guarda, alterando a cota da pensão temporária de 25% (vinte e cinco por cento) para 50% (cinquenta por cento), e manter a pensão vitalícia concedida a IVANA QUARANTA TRINDADE SILVA, na qualidade de cônjuge, no percentual de 50% (cinquenta por cento), concedida pelo Ato do Diretor-Geral nº 651/2001, da remuneração que percebia o ex-servidor GEORGE DELANOU TRINDADE SILVA, matrícula 9894-ERGON, a partir da data da maioridade, 04/10/2000.

Senado Federal, 14 de março de 2005.

AGACIEL DA SILVA MAIA

Diretor-Geral

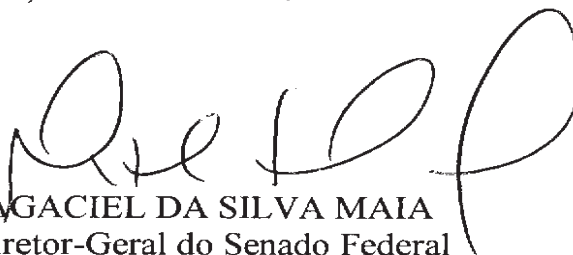
ATO DO DIRETOR-GERAL

N.º 1135 , de 2005

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso de suas atribuições regulamentares e tendo em vista o que consta no Processo n.º 2702/05.3,

RESOLVE, nos termos do artigo 25 da Lei n.º 8.112, de 1990, com a redação dada pela Medida Provisória n.º 2.225-45, c/c o Decreto n.º 3.644, de 2000, e com o Ato da Comissão Diretora n.º 03, de 2002, observado o disposto no artigo 37, inciso XI, da Constituição Federal, conceder a **EYMARD DE ALMEIDA MOUSINHO** reversão ao serviço ativo, no cargo de Analista Legislativo, Área de Apoio Técnico ao Processo Legislativo, Especialidade de Processo Legislativo, Nível III, Padrão 45.

Senado Federal, em 14 de março de 2005.



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral do Senado Federal

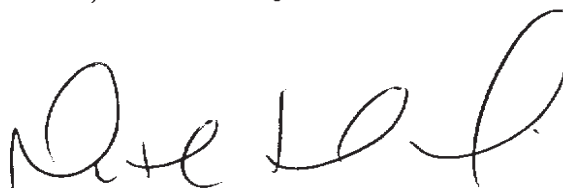
ATO DO DIRETOR-GERAL

N.º 1136 , DE 2005

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 da Resolução n.º 9, de 1997, e tendo em vista o constante no Processo n.º 003888/05-3,

RESOLVE dispensar o servidor CARLOS ALDALBERTO DE SOUSA LACERDA, matrícula 4410, ocupante do cargo efetivo de Técnico Legislativo, da Função Comissionada de Assistente Técnico, Símbolo FC-6, do Gabinete da Liderança do PTB, e designá-lo para exercer a Função Comissionada de Assistente Técnico, Símbolo FC-6, do Gabinete do Senador Flexa Ribeiro, a partir de 07 de março de 2005.

Senado Federal, 14 de março de 2005.



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL**N.º 1137, DE 2005**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 da Resolução n.º 9, de 1997, e tendo em vista o constante no Processo n.º 003878/05-8,

RESOLVE dispensar a servidora MARIA DE FÁTIMA P. CARIZZI, matrícula 4685, ocupante do cargo efetivo de Analista Legislativo, da Função Comissionada de Assistente Técnico, Símbolo FC-6, do Gabinete do Senador Roberto Saturnino, e designá-la para exercer a Função Comissionada de Analista Legislativo, Símbolo FC-7, do mesmo Órgão, a partir de 07 de março de 2005.

Senado Federal, 14 de março de 2005.



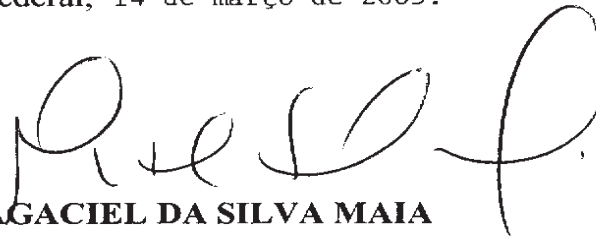
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL**N.º 1138, DE 2005**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 da Resolução n.º 9, de 1997, e tendo em vista o constante no Processo n.º 003719/05-7,

RESOLVE dispensar o servidor RICARDO LUIZ LEITE OLIVEIRA, matrícula 1388, ocupante do cargo efetivo de Analista Legislativo, da Função Comissionada de Analista Legislativo, Símbolo FC-7, do Cerimonial da Presidência, e designá-lo para exercer a Função Comissionada de Analista Legislativo, Símbolo FC-7, do Gabinete da Segunda Vice-Presidência, a partir de 04 de março de 2005.

Senado Federal, 14 de março de 2005.



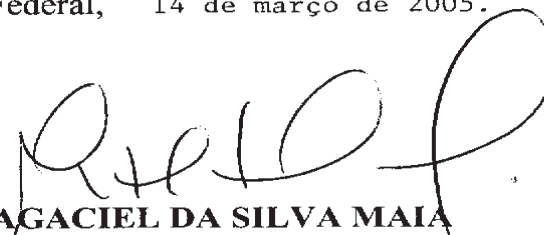
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL**N.º 1139 , DE 2005**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 da Resolução n.º 9, de 1997, e tendo em vista o constante no Processo nº 003683/05-2,

RESOLVE dispensar a servidora RENATA REZENDE VALENTE, matrícula 3818, ocupante do cargo efetivo de Analista Legislativo, da Função Comissionada de Assistente Técnico, Símbolo FC-6, do Gabinete do Senador Eduardo Siqueira Campos, e designá-la para exercer a Função Comissionada de Analista Legislativo, Símbolo FC-7, do mesmo Órgão, a partir de 03 de março de 2005.

Senado Federal, 14 de março de 2005.



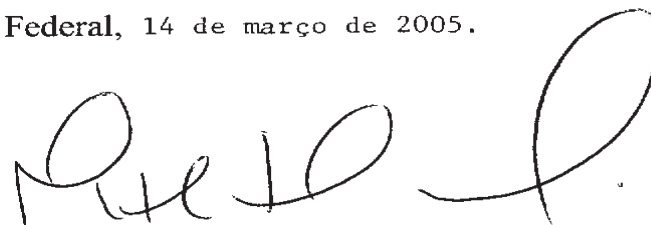
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL**N.º 1140 , DE 2005**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 da Resolução n.º 9, de 1997, e tendo em vista o constante no Processo nº 003993/05-1,

RESOLVE dispensar a servidora MARIA BETÂNIA SILVA SCARINGI, matrícula 2876, ocupante do cargo efetivo de Analista Legislativo, da Função Comissionada de Assistente Técnico, Símbolo FC-6, do Gabinete do Senador Roberto Saturnino, e designá-la para exercer a Função Comissionada de Analista Legislativo, Símbolo FC-7, do Gabinete do Senador Juvêncio da Fonseca, a partir de 09 de março de 2005.

Senado Federal, 14 de março de 2005.



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 1141, DE 2005

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 da Resolução n.º 9, de 1997, e tendo em vista o constante no Processo n.º 003899/05-5,

RESOLVE dispensar a servidora DANIELA ANTONY GOMES DE MATOS, matrícula 3728, ocupante do cargo efetivo de Técnico Legislativo, da Função Comissionada de Assistente Técnico, Símbolo FC-6, do Gabinete da Terceira-Secretaria, e designá-la para exercer a Função Comissionada de Técnico Legislativo, Símbolo FC-6, do Gabinete da Primeira-Secretaria, a partir de 08 de março de 2005.

Senado Federal, 14 de março de 2005.



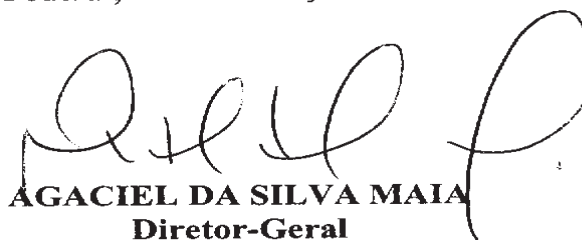
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 1142, DE 2005

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 da Resolução n.º 9, de 1997, e pelo Ato n.º 04, de 2005, da Comissão Diretora do Senado Federal, e tendo em vista o constante no Processo n.º 003950/05-0,

RESOLVE dispensar o servidor PAULO RICARDO ZARRANZ BUENO, matrícula 4981, ocupante do cargo efetivo de Técnico Legislativo, da Função Comissionada de Chefe de Serviço, Símbolo FC-7, do Serviço de Policiamento e Segurança Externas da Subsecretaria de Segurança Legislativa, e designá-lo para exercer a Função Comissionada de Chefe de Serviço, Símbolo FC-7, do Serviço de Vigilância e Captura da Secretaria de Segurança Legislativa, a partir de 04 de fevereiro de 2005.

Senado Federal, 14 de março de 2005.



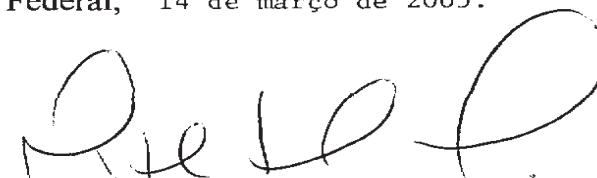
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 1143 , DE 2005

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 da Resolução n.º 9, de 1997, e pelo Ato n.º 02, de 2005, da Comissão Diretora do Senado Federal, e tendo em vista o constante no Processo n.º 004121/05-8,

RESOLVE dispensar a servidora ROSA MARIA GONÇALVES VASCONCELOS, matrícula 0436, ocupante do cargo efetivo de Técnico de Informática Legislativa, da Função Comissionada de Chefe de Serviço, Símbolo FC-7, do Serviço de Arquivo Permanente da Subsecretaria de Arquivo, e designá-la para exercer a Função Comissionada de Chefe de Serviço, Símbolo FC-7, do Serviço de Gestão e Projetos da Subsecretaria de Conversão Digital dos Acervos Audiovisuais, a partir de 11 de fevereiro de 2005.

Senado Federal, 14 de março de 2005.



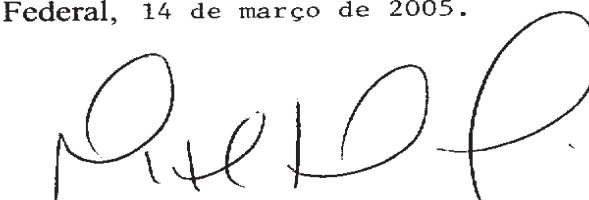
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 1144 , DE 2005

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 da Resolução n.º 9, de 1997, e tendo em vista o constante no Processo n.º 003647/05-6,

RESOLVE dispensar a servidora MARTA CAVALCANTE D'ALBUQUERQUE MAGALHÃES, matrícula 2979, ocupante do cargo efetivo de Analista Legislativo, da Função Comissionada de Assistente Técnico, Símbolo FC-6, do Gabinete do Senador Renan Calheiros, e designá-la para exercer a Função Comissionada de Assistente Técnico, Símbolo FC-6, do Gabinete da Liderança do PMDB, a partir de 03 de março de 2005.

Senado Federal, 14 de março de 2005.



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 1145 , DE 2005

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 da Resolução n.º 9, de 1997, e tendo em vista o constante no Processo n.º 003828/05-0,

RESOLVE dispensar a servidora CREMILDA PILOTO SOUSA, matrícula 3005, ocupante do cargo efetivo de Técnico Legislativo, da Função Comissionada de Assistente Técnico, Símbolo FC-6, da Secretaria Especial de Comunicação Social, e designá-la para exercer a Função Comissionada de Técnico Legislativo, Símbolo FC-6, do Gabinete da Liderança do PMDB, a partir de 07 de março de 2005.

Senado Federal, 14 de março de 2005.



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 1146 , DE 2005

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 da Resolução n.º 9, de 1997, e tendo em vista o constante no Processo n.º 003724/05-0,

RESOLVE dispensar o servidor JOSÉ MANUEL DO NASCIMENTO, matrícula 2869, ocupante do cargo efetivo de Técnico Legislativo, da Função Comissionada de Assistente Técnico, Símbolo FC-6, do Gabinete do Senador Aloízio Mercadante, e designá-lo para exercer a Função Comissionada de Assistente Técnico, Símbolo FC-6, do Gabinete do Senador Juvêncio da Fonseca, a partir de 04 de março de 2005.

Senado Federal, 14 de março de 2005.



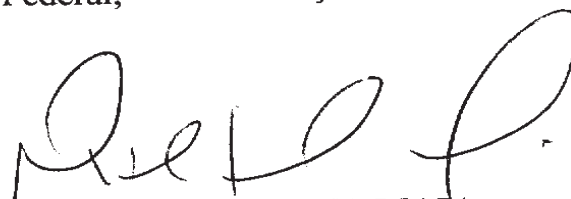
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 1147, DE 2005

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 da Resolução n.º 9, de 1997, e tendo em vista o constante no Processo n.º 003761/05-3,

RESOLVE dispensar o servidor ROBERTO MENDES VIANNA INNECCO, matrícula 2714, ocupante do cargo efetivo de Analista Legislativo, da Função Comissionada de Assistente Técnico, Símbolo FC-6, do Gabinete da Segunda Secretaria, e designá-lo para exercer a Função Comissionada de Analista Legislativo, Símbolo FC-7, do Gabinete do Senador João Alberto Souza, a partir de 04 de março de 2005.

Senado Federal, 14 de março de 2005.



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 1148, DE 2005

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 da Resolução n.º 9, de 1997, e tendo em vista o constante no Processo n.º 003825/05-1,

RESOLVE designar a servidora MARIA CRISTINA SILVA MONTEIRO, matrícula 5496, ocupante do cargo efetivo de Analista Legislativo, para exercer a Função Comissionada de Chefe de Serviço, Símbolo FC-7, do Serviço de Recepção e Contato da Subsecretaria de Relações Públicas, a partir de 07 de março de 2005.

Senado Federal, 14 de março de 2005.



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº. 1149 , DE 2005

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 da Resolução n.º 9, de 1997, e tendo em vista o constante no Processo n.º 003108/05-8,

RESOLVE designar a servidora MARIA CRISTINA PORTELLA DE AZEVEDO, matrícula 4431, ocupante do cargo efetivo de Técnico Legislativo, para exercer a Função Comissionada de Assistente Técnico, Símbolo FC-6, do Gabinete do Senador Eduardo Azeredo, a partir de 24 de fevereiro de 2005.

Senado Federal, 14 de março de 2005.



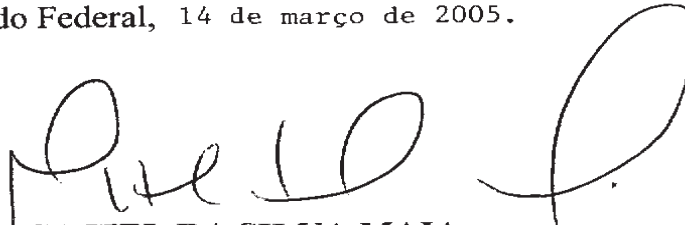
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº. 1150 , DE 2005

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 da Resolução n.º 9, de 1997, e tendo em vista o constante no Processo n.º 004194/05-5,

RESOLVE designar o servidor MÁRIO AUGUSTO DE QUEIROZ J. PEREIRA, matrícula 3204, ocupante do cargo efetivo de Técnico Legislativo, para exercer a Função Comissionada de Chefe de Serviço, Símbolo FC-7, do Serviço de Apoio Técnico da Diretoria-Geral Adjunta, a partir de 11 de março de 2005.

Senado Federal, 14 de março de 2005.



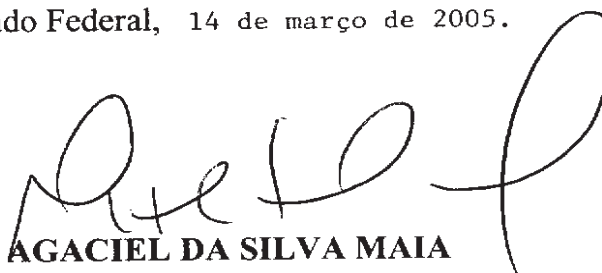
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL**Nº. 1151 , DE 2005**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 da Resolução n.º 9, de 1997, e tendo em vista o constante no Processo nº 003670/05-8,

RESOLVE designar o servidor MILTON ANTÔNIO DA SILVA, matrícula 2858, ocupante do cargo efetivo de Técnico Legislativo, para exercer a Função Comissionada de Assistente Técnico, Símbolo FC-6, do Gabinete do Senador Romero Jucá, a partir de 03 de março de 2005.

Senado Federal, 14 de março de 2005.



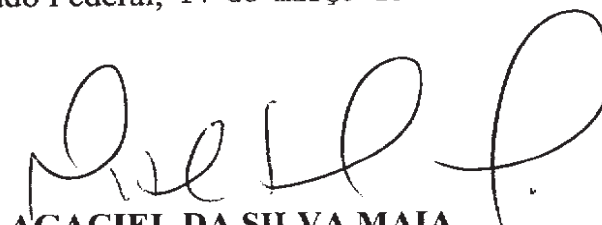
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL**Nº. 1152 , DE 2005**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 da Resolução n.º 9, de 1997, e tendo em vista o constante no Processo nº 003819/05-1,

RESOLVE designar o servidor JAVAN MARQUES DA SILVA, matrícula 5018, ocupante do cargo efetivo de Técnico Legislativo, para exercer a Função Comissionada de Chefe de Serviço, Símbolo FC-7, do Serviço de Informações da Secretaria de Segurança Legislativa, a partir de 07 de março de 2005.

Senado Federal, 14 de março de 2005.



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 1153, DE 2005

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º **003.655/05-9**,

RESOLVE nomear, na forma do disposto no Inciso II do artigo 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **ADAM LUIZ BARRA E SILVA** para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-5, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete do Senador Flexa Ribeiro.

Senado Federal, em 14 de março de 2005.


AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 1154, DE 2005

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º **003415/05-8**,

RESOLVE nomear, na forma do disposto no Inciso II do artigo 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **MARIA DO PERPETUO SOCORRO SOUZA CARVALHO** para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-5, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete do Senador Tião Viana.

Senado Federal, em 14 de março de 2005.


AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 1155 , DE 2005

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º **004.186/05-2**,

RESOLVE nomear, na forma do disposto no Inciso II do artigo 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **WALTER RODRIGUES DE LIMA JÚNIOR** para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-2, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete da Liderança do PSDB.

Senado Federal, em 14 de março de 2005.


AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 1156 , DE 2005

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo Ato nº 50, 2004, do Presidente do Senado Federal, observado o disposto no artigo 15 das Disposições Finais da Resolução nº 09, de 1997, e no artigo 5º do Ato nº 26, de 2004, da Comissão Diretora,

RESOLVE :

dispensar o servidor **ANTONIO MARCOS MOUSINHO SOUSA**, matrícula 50304, ocupante do cargo efetivo de Técnico Legislativo, da Função Comissionada de Diretor da Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento, símbolo FC-08, da Secretaria Geral da Mesa, e designá-lo para exercer a Função Comissionada de Diretor da Coordenadoria de Processos Judiciais, símbolo FC-08, nível de Subsecretaria, vinculada à Advocacia, com efeitos a partir de 14 de março de 2005.

Senado Federal, 14 de março de 2005


AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL**N.º 1157 , DE 2005**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002,

R E S O L V E nomear, na forma do disposto no Inciso II do artigo 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **MÁRIO APARECIDO MOREIRA** para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-3, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício na Comissão de Assuntos Econômicos.

Senado Federal, em 14 de março de 2005.



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL**N.º 1158 , DE 2005**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002,

R E S O L V E nomear, na forma do disposto no Inciso II do artigo 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **ALESSANDRO NASSRI DO NASCIMENTO FURTADO** para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-3, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício na Comissão de Assuntos Econômicos.

Senado Federal, em 14 de março de 2005.



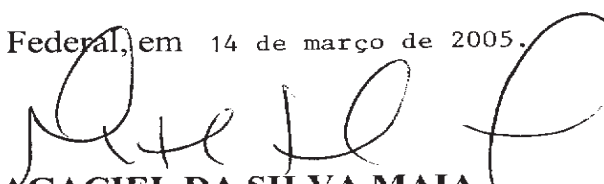
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 1159 , DE 2005

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002,

RESOLVE nomear, na forma do disposto no Inciso II do artigo 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **MARTA MARY DE ALMEIDA SILVEIRA** para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-3, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício na Comissão de Assuntos Econômicos.

Senado Federal, em 14 de março de 2005.

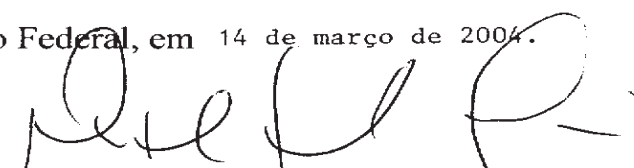

AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 1160 , DE 2005

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002,

RESOLVE nomear, na forma do disposto no Inciso II do artigo 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **LUCIENE NASCIMENTO CHAVES** para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-3, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício na Comissão de Assuntos Econômicos.

Senado Federal, em 14 de março de 2004.


AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL
(52ª LEGISLATURA)

BAHIA		PFL	Heráclito Fortes
PFL	Rodolpho Tourinho	PMDB	Mão Santa
PFL	Antonio Carlos Magalhães	RIO GRANDE DO NORTE	
PFL	César Borges	PTB	Fernando Bezerra
RIO DE JANEIRO		PMDB	Garibaldi Alves Filho
PT	Roberto Saturnino	PFL	José Agripino
PL	Marcelo Crivella	SANTA CATARINA	
PMDB	Sérgio Cabral	PFL	Jorge Bornhausen
MARANHÃO		PT	Ideli Salvatti
PMDB	João Alberto Souza	PSDB	Leonel Pavan
PFL	Edison Lobão	ALAGOAS	
PFL	Rosiana Sarney	PSOL	Heloísa Helena
PARÁ		PMDB	Renan Calheiros
PMDB	Luiz Otávio	PSDB	Teotônio Vilela Filho
PT	Ana Júlia Carepa	SERGIPE	
PSDB	Flexa Ribeiro	PFL	Maria do Carmo Alves
PERNAMBUCO		PSDB	Almeida Lima
PFL	José Jorge	PSB	Antonio Carlos Valadares
PFL	Marco Maciel	AMAZONAS	
PSDB	Sérgio Guerra	PFL	Gilberto Miranda
SÃO PAULO		PSDB	Arthur Virgílio
PT	Eduardo Suplicy	PDT	Jefferson Peres
PT	Aloizio Mercadante	PARANÁ	
PFL	Romeu Tuma	PSDB	Alvaro Dias
MINAS GERAIS		PT	Flávio Arns
PL	Aelton Freitas	PDT	Osmar Dias
PSDB	Eduardo Azeredo	ACRE	
PMDB	Hélio Costa	PT	Tião Viana
GOIÁS		S/partido	Geraldo Mesquita Júnior
PMDB	Maguito Vilela	PT	Sibá Machado
PFL	Demóstenes Torres	MATO GROSSO DO SUL	
PSDB	Lúcia Vânia	PDT	Juvêncio da Fonseca
MATO GROSSO		PT	Delcídio Amaral
PSDB	Antero Paes de Barros	PMDB	Ramez Tebet
PFL	Jonas Pinheiro	DISTRITO FEDERAL	
PT	Serys Slhessarenko	PMDB	Valmir Amaral
RIO GRANDE DO SUL		PT	Cristovam Buarque
PMDB	Pedro Simon	PFL	Paulo Octávio
PT	Paulo Paim	TOCANTINS	
PTB	Sérgio Zambiasi	PSDB	Eduardo Siqueira Campos
CEARÁ		PFL	João Ribeiro
PSDB	Reginaldo Duarte	PMDB	Leomar Quintanilha
PPS	Patrícia Saboya Gomes	AMAPÁ	
PSDB	Tasso Jereissati	PMDB	José Sarney
PARAÍBA		PSB	João Capiberibe
PMDB	Ney Suassuna	PMDB	Papaléo Paes
PFL	Efraim Moraes	RONDÔNIA	
PMDB	José Maranhão	PMDB	Mário Calixto
ESPÍRITO SANTO		PT	Fátima Cleide
PMDB	João Batista Motta	PMDB	Valdir Raupp
PMDB	Gerson Camata	RORAIMA	
PL	Francisco Pereira	PTB	Mozarildo Cavalcanti
PIAUÍ		PDT	Augusto Botelho
PMDB	Alberto Silva	PMDB	Romero Jucá

SECRETARIA DE COMISSÕES		
Diretora	Cleide Maria Barbosa Ferreira Cruz	Ramais: 3488/89/91 Fax: 1095

SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES ESPECIAIS E PARLAMENTARES DE INQUÉRITO		
Diretor	Wanderley Rabelo da Silva	(Ramal: 3623 – Fax: 3606)
Secretários	Francisco Naurides Barros	(Ramal: 3508)
	Dulcília Ramos Calháo	(Ramal: 3514)
	Irani Ribeiro dos Santos	(Ramal: 4854)
	Janice de Carvalho Lima	(Ramal: 3511)
	José Augusto Panisset Santana	(Ramal: 4854)

SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES MISTAS		
Diretor	Sérgio da Fonseca Braga	(Ramal: 3507 – Fax: 3512)
Secretários	Maria de Fátima Maia de Oliveira	(Ramal: 3520)
	Ivanilde Pereira Dias de Oliveira	(Ramal: 3503)
	Maria Consuelo de Castro Souza	(Ramal: 3504)
	Hermes Pinto Gomes	(Ramal: 3502)
	Rilvana Cristina de Souza Melo	(Ramal: 3509)

SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES PERMANENTES		
Diretor	José Roberto Assumpção Cruz	(Ramal: 3517)
Secretários	CAE Luiz Gonzaga Silva Filho	(Ramal: 4605)
	CAS Gisele Ribeiro de Toledo Camargo	(Ramal: 4608)
	CCJ Gildete Leite de Melo	(Ramal: 3972)
	CE Júlio Ricardo Borges Linhares	(Ramal: 4604)
	CFC José Francisco B. de Carvalho	(Ramal: 3935)
	CI Celso Antony Parente	(Ramal: 4354)
	CRE Maria Lúcia Ferreira de Mello	(Ramal: 4777)
	CLP Maria Dulce V de Queirós Campos	(Ramal: 1856)

COMISSÕES TEMPORÁRIAS

- 1) Comissão Externa, composta de oito Senhores Senadores e Senhoras Senadoras, com a finalidade de acompanhar as investigações sobre o assassinato da missionária norte-americana naturalizada brasileira Dorothy Stang, que vêm sendo desenvolvidas pela Polícia Federal e pela Polícia Militar do Estado do Pará.

(Ato do Presidente nº 8, de 2005)

Presidente: Senadora Ana Júlia Carepa – PT/ PA

Vice-Presidente: Senador Flexa Ribeiro – PSDB/PA

Relator: Demóstenes Torres – PFL/GO

Ana Júlia Carepa – PT/ PA
Eduardo Suplicy – PT/SP
Fátima Cleide – PT/RO
Flexa Ribeiro – PSDB/PA
Luiz Otávio – PMDB/PA
Demóstenes Torres – PFL/GO
Serys Slhessarenko – PT/MT
Sibá Machado – PT/AC

Prazo Final: 18.3.2005

Designação: 16.2.2005

COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES

1) COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS

(27 titulares e 27 suplentes)

Presidente: Senador Luiz Otávio – PMDB

Vice-Presidente: Senador Romeu Tuma - PFL

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
César Borges – PFL	1. José Agripino – PFL
Edison Lobão – PFL	2. Antonio Carlos Magalhães – PFL
Jonas Pinheiro – PFL	3. Heráclito Fortes – PFL
Jorge Bornhausen – PFL	4. João Ribeiro – PFL
Rodolpho Tourinho – PFL	5. José Jorge – PFL
Romeu Tuma – PFL	6. Roseana Sarney – PFL
Almeida Lima – PSDB	7. Arthur Virgílio – PSDB
Eduardo Azeredo – PSDB	8. Alvaro Dias – PSDB
Lúcia Vânia – PSDB	9. Leonel Pavan – PSDB
Sérgio Guerra – PSDB	10. Flexa Ribeiro – PSDB
Tasso Jereissati – PSDB	11. Teotônio Vilela Filho – PSDB
PMDB	
Ramez Tebet	1. Ney Suassuna
Luiz Otávio	2. Hélio Costa
Garibaldi Alves Filho	3. Valmir Amaral
Romero Jucá	4. Pedro Simon
Sérgio Cabral	5. Mão Santa
Maguito Vilela	6. Gerson Camata
Valdir Raupp	7. Papaléo Paes
José Maranhão	8. João Batista Motta
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
Aloizio Mercadante	1. Ideli Salvatti
Ana Júlia Carepa	2. Aelton Freitas
Delcídio Amaral	3. Antonio Carlos Valadares
Eduardo Suplicy	4. Roberto Saturnino
Fernando Bezerra	5. Flávio Arns
João Capiberibe	6. Siba Machado
Patrícia Saboya Gomes	7. Serys Slhessarenko
PDT	
Osmar Dias	Jefferson Peres

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho

Reuniões: Terças – Feiras às 10:00 horas – Plenário nº 19 – Ala Alexandre Costa.

Telefones: 3114605 e 3113516 Fax: 3114344

E – Mail: sscomcae@senado.gov.br

1.1) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE TURISMO
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente:

Vice-Presidente:

Relator:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
PMDB	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
PDT	

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho

Reuniões: Terças – Feiras às 18:30 horas – Plenário nº 19 – Ala Alexandre Costa.

Telefones: 3114605 e 3113516 Fax: 3114344

E – Mail: sscomcae@senado.gov.br

1.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE MINERAÇÃO
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente:

Vice-Presidente:

Relator:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
PMDB	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
PDT	

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho

Reuniões: Quartas – Feiras às 9:30 horas – Plenário nº 19 – Ala Alexandre Costa.

Telefones: 3114605 e 3113516 Fax: 3114344

E – Mail: sscomcae@senado.gov.br

**1.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DESTINADA A
ACOMPANHAR A EVOLUÇÃO DA DÍVIDA PÚBLICA DOS ESTADOS
(9 titulares e 9 suplentes)**

**Presidente:
Vice-Presidente:
Relator:**

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
PMDB	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
PDT	

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho
Reuniões: Quartas – Feiras às 18:00 horas – Plenário nº 19 – Ala Alexandre Costa.
Telefones: 3114605 e 3113516 Fax: 3114344
E – Mail: sscomcae@senado.gov.br

1.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA - LIQUIDAÇÃO DE INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente:

Vice-Presidente:

Relator:

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
PMDB	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
PDT	

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho
Reuniões: Plenário nº 19 – Ala Alexandre Costa.
Telefones: 3114605 e 3113516 Fax: 3114344
E – Mail: sscomcae@senado.gov.br

2) COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS
(21 titulares e 21 suplentes)*

Presidente: Senador Antônio Carlos Valadares - PSB
Vice-Presidente: Senadora Patrícia Saboya Gomes – PPS

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Demóstenes Torres – PFL	1. César Borges – PFL
Edison Lobão – PFL	2. Heráclito Fortes – PFL
Jonas Pinheiro – PFL	3. José Jorge – PFL
Maria do Carmo Alves – PFL	4. Marco Maciel – PFL
Rodolpho Tourinho – PFL	5. Romeu Tuma – PFL
Roseana Sarney – PFL	6. (vago) – PFL
Flexa Ribeiro – PSDB	7. Eduardo Azeredo – PSDB
Leonel Pavan – PSDB	8. Alvaro Dias – PSDB
Lúcia Vânia – PSDB	9. Almeida Lima – PSDB
Reginaldo Duarte – PSDB	10. Arthur Virgílio – PSDB
Teotônio Vilela Filho – PSDB	11. Sérgio Guerra – PSDB
PMDB	
João Batista Motta	1. Hélio Costa
Mário Calixto	2. Ramez Tebet
Valdir Raupp	3. José Maranhão
Mão Santa	4. Pedro Simon
Sérgio Cabral	5. Romero Jucá
Papaléo Paes	6. Gerson Camata
(vago)	7. (vago)
(vago)	8. (vago)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
Aelton Freitas	1. Cristovam Buarque
Antonio Carlos Valadares	2. Ana Júlia Carepa
Flávio Arns	3. Francisco Pereira
Ideli Salvatti	4. Fernando Bezerra
Marcelo Crivella	5. Eduardo Suplicy
Paulo Paim	6. Fátima Cleide
Patrícia Saboya Gomes	7. Mozarildo Cavalcanti
Siba Machado	8. João Capiberibe
PDT	
Augusto Botelho	1. Juvêncio da Fonseca
(vago)	2. (vago)

* De acordo com a Resolução nº 1, de 22.02.2005, a composição da Comissão de Assuntos Sociais foi reduzida de 29 para 21 membros.

Secretário: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo
Reuniões: Quintas – Feiras às 10:00 horas – Plenário nº 09 – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3113515 Fax: 3113652
E – Mail: sscomcas@senado.gov.br

2.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO MEIO AMBIENTE
(8 titulares e 8 suplentes)

Presidente:
Vice-Presidente:

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
PMDB	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
PDT	

Secretária: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo
Sala nº 11/A – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3113515 Fax: 3113652
E – Mail: sscomcas@senado.gov.br

2.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO IDOSO
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente:

Vice-Presidente:

Relator:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
PMDB	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
PDT	

Secretária: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo

Sala nº 11/A – Ala Alexandre Costa.

Telefone: 3113515 Fax: 3113652

E – Mail: sscomcas@senado.gov.br

2.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DAS PESSOAS PORTADORAS DE NECESSIDADES ESPECIAIS
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente:

Vice-Presidente:

Relator:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
PMDB	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
PDT	

Secretária: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo
Sala nº 11/A – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3113515 Fax: 3113652
E – Mail: sscomcas@senado.gov.br

2.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE SAÚDE
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente:

Vice-Presidente:

Relator:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
PMDB	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
PDT	

Secretário: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo
Sala nº 11/A – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3113515 Fax: 3113652
E – Mail: sscomcas@senado.gov.br

3) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA
(23 titulares e 23 suplentes)

Presidente: Senador Antonio Carlos Magalhães - PFL
Vice-Presidente: Senador Maguito Vilela - PMDB

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Antonio Carlos Magalhães – PFL	1. Romeu Tuma – PFL
César Borges – PFL	2. Maria do Carmo Alves – PFL
Demóstenes Torres – PFL	3. José Agripino – PFL
Edison Lobão – PFL	4. Jorge Bornhausen – PFL
José Jorge – PFL	5. Rodolpho Tourinho – PFL
Almeida Lima – PSDB	6. Tasso Jereissati – PSDB
Alvaro Dias – PSDB	7. Eduardo Azeredo – PSDB
Arthur Virgílio – PSDB	8. Leonel Pavan – PSDB
Osmar Dias – PDT (cedida pelo PSDB)	9. Geraldo Mesquita Júnior – s/ partido (cedida pelo PSDB)
PMDB	
Ramez Tebet	1. Luiz Otávio
Ney Suassuna	2. Hélio Costa
José Maranhão	3. Sérgio Cabral
Maguito Vilela	4. Gérson Camata
Romero Jucá	5. Leomar Quintanilha
Pedro Simon	6. Garibaldi Alves Filho
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
Aloizio Mercadante	1. Delcídio Amaral
Eduardo Suplicy	2. Paulo Paim
Fernando Bezerra	3. Sérgio Zambiasi
Francisco Pereira	4. João Capiberibe
Ideli Salvatti	5. Siba Machado
Antonio Carlos Valadares	6. Mozarildo Cavalcanti
Serys Slhessarenko	7. Marcelo Crivella
PDT	
Jefferson Peres	1. Juvêncio da Fonseca

Secretária: Gildete Leite de Melo
Reuniões: Quartas – Feiras às 10:00 horas. – Plenário nº 3 – Ala Alexandre Costa
Telefone: 3113972 Fax: 3114315
E – Mail: sscomccj@senado.gov.br

**3.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DESTINADA A ASSESSORAR A PRESIDÊNCIA DO SENADO EM
CASOS QUE ENVOLVAM A IMAGEM E AS PRERROGATIVAS DOS PARLAMENTARES E DA
PRÓPRIA INSTITUIÇÃO PARLAMENTAR
(5 membros)**

**3.2) SUBCOMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA
(7 titulares e 7 suplentes)**

Presidente:
Vice-Presidente:
Relator: Geral:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
PMDB	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
PDT	

Secretária: Gildete Leite de Melo
Plenário nº 3 – Ala Alexandre Costa
Telefone: 3113972 Fax: 3114315
E – Mail: sscomccj@senado.gov.br

4) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO
(27 titulares e 27 suplentes)

Presidente: Senador Hélio Costa - PMDB
Vice-Presidente: Senador Augusto Botelho – PDT

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Demóstenes Torres – PFL	1. Edison Lobão – PFL
Jorge Bornhausen – PFL	2. Jonas Pinheiro – PFL
José Jorge – PFL	3. João Ribeiro – PFL
Maria do Carmo Alves – PFL	4. José Agripino – PFL
Roseana Sarney – PFL	5. Marco Maciel – PFL
(vago – cedida ao PDT) – PFL *	6. Romeu Tuma – PFL
Teotônio Vilela Filho – PSDB	7. Leonel Pavan – PSDB
Geraldo Mesquita Júnior – s/ partido (cedida pelo PSDB)	8. Alvaro Dias – PSDB
Eduardo Azeredo – PSDB	9. Lúcia Vânia – PSDB
Reginaldo Duarte – PSDB	10. Tasso Jereissati – PSDB
PMDB	
Hélio Costa	1. João Batista Motta
Maguito Vilela	2. Garibaldi Alves Filho
Valdir Raupp	3. Mário Calixto
Gerson Camata	4. Papaléo Paes
Sérgio Cabral	5. Mão Santa
José Maranhão	6. Luiz Otávio
Leomar Quintanilha	7. Romero Jucá
Gilberto Mestrinho**	8. (vago)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
Aelton Freitas	1. Paulo Paim
Cristovam Buarque	2. Aloizio Mercadante
Fátima Cleide	3. Fernando Bezerra
Flávio Arns	4. Delcídio Amaral
Ideli Salvatti	5. Antonio Carlos Valadares
Roberto Saturnino	6. Francisco Pereira
Sérgio Zambiasi	7. Patrícia Saboya Gomes
PDT	
Augusto Botelho	1. Juvêncio da Fonseca

* Vaga cedida ao PDT, conforme Ofício nº 014/05-GLPFL, de 17.02.2005

** O Senador Gilberto Mestrinho, indicado em 18.2.2005 pelo Ofício GLPMDB nº 23/2005, encontra-se licenciado de 7.11.2004 a 31.3.2005.

Secretário: Júlio Ricardo Borges Linhares
Reuniões: Terças – Feiras às 11:30 horas – Plenário nº 15 – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3113498 Fax: 3113121
E – Mail: julioric@senado.gov.br.

4.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CINEMA, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA
(12 titulares e 12 suplentes)

Presidente:
Vice-Presidente:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
PMDB	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
PDT	

Secretário: Júlio Ricardo Borges Linhares
Plenário nº 15 – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3113498 Fax: 3113121
E – Mail: julioric@senado.gov.br.

4.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA
(9 titulares e 9 suplentes)

PRESIDENTE:
VICE-PRESIDENTE:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
PMDB	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
PDT	
TITULARES	SUPLENTES

Secretário: Júlio Ricardo Borges Linhares
Sala nº 15 – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 311-3276 Fax: 311-3121
E – Mail: julioric@senado.gov.br.

4.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO LIVRO
(7 titulares e 7 suplentes)

4.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO ESPORTE
(7 titulares e 7 suplentes)

**5) - COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E
CONTROLE**
(17 titulares e 17 suplentes)

Presidente: Senador Leomar Quintanilha - PMDB
Vice-Presidente: Senador Jonas Pinheiro - PFL

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Heráclito Fortes – PFL	1. Jorge Bornhausen – PFL
João Ribeiro – PFL	2. José Jorge – PFL
Jonas Pinheiro – PFL	3. Almeida Lima – PSDB
Alvaro Dias – PSDB	4. Leonel Pavan – PSDB
Arthur Virgílio – PSDB	5. (vago)
Flexa Ribeiro – PSDB	6. (vago)
PMDB	
Ney Suassuna	1. Valmir Amaral
Luiz Otávio	2. Romero Jucá
Gerson Camata	3. (vago)
Valdir Raupp	4. (vago)
Leomar Quintanilha	5. (vago)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
Aelton Freitas	1. Mozarildo Cavalcanti
Ana Júlia Carepa	2. Cristovam Buarque
Delcídio Amaral	3. (vago)
Ideli Salvatti	4. (vago)
Serys Slhessarenko	5. (vago)
PDT	
Augusto Botelho	1. Osmar Dias

Secretário: José Francisco B. de Carvalho
Reuniões: Quartas – Feiras às 11:00 horas – Plenário nº 6 – Ala Nilo Coelho.
Telefone: 3113935 Fax: 3111060
E – Mail: jcarvalho@senado.gov.br.

**5.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DESTINADA A FISCALIZAR AS AGÊNCIAS REGULADORAS
(5 titulares e 5 suplentes)**

Presidente:
Vice-Presidente:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
PMDB	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
PDT	

Secretário: José Francisco B. de Carvalho
Reuniões: Quartas – Feiras às 11:00 horas – Plenário nº 6 – Ala Nilo Coelho.
Telefone: 3113935 Fax: 3111060
E – Mail: jcarvalho@senado.gov.br.

**5.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE OBRAS INACABADAS
(5 titulares e 5 suplentes)**

Presidente:
Vice-Presidente:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
PMDB	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
PDT	

Secretário: José Francisco B. de Carvalho
Reuniões: Quartas – Feiras às 11:00 horas – Plenário nº 6 – Ala Nilo Coelho.
Telefone: 3113935 Fax: 3111060
E – Mail: jcarvalho@senado.gov.br.

**5.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DESTINADA A ACOMPANHAR O PROSSEGUIMENTO DAS
INVESTIGAÇÕES REALIZADAS PELA POLÍCIA FEDERAL NO QUE DIZ RESPEITO À
DENOMINADA “OPERAÇÃO POROROCA”
(5 titulares e 5 suplentes)**

Presidente:
Vice-Presidente:
Relator:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
PMDB	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
PDT	

Secretário: José Francisco B. de Carvalho
Plenário nº 6 – Ala Nilo Coelho.
Telefone: 3113935 Fax: 3111060
E – Mail: jcarvalho@senado.gov.br.

6) - COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA
(19 titulares e 19 suplentes)

Presidente: Senador Juvêncio da Fonseca - PDT
Vice-Presidente: Senador Valmir Amaral - PMDB

TITULARES	SUPLENTEs
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Edison Lobão – PFL	1. Antonio Carlos Magalhães – PFL
Jonas Pinheiro – PFL	2. Demóstenes Torres – PFL
Jorge Bornhausen – PFL	3. Heráclito Fortes – PFL
José Agripino – PFL	4. Marco Maciel – PFL
Romeu Tuma – PFL	5. Maria do Carmo Alves – PFL
Arthur Virgílio – PSDB	6. Almeida Lima – PSDB
Lúcia Vânia – PSDB	7. Alvaro Dias – PSDB
Reginaldo Duarte – PSDB	8. Flexa Ribeiro – PSDB
PMDB	
Leomar Quintanilha	1. Luiz Otávio
Valmir Amaral	2. Maguito Vilela
José Maranhão	3. Mão Santa
Sérgio Cabral	4. Romero Jucá
Garibaldi Alves Filho	5. Valdir Raupp
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
Cristovam Buarque	1. Serys Slhessarenko
Fátima Cleide	2. Siba Machado
João Capiberibe	3. Antonio Carlos Valadares
Marcelo Crivella	4. Mozarildo Cavalcanti
Paulo Paim	5. Francisco Pereira
PDT	
Juvêncio da Fonseca	1. Osmar Dias

Secretária: Maria Dulce V. de Queirós Campos
Telefone 3111856 Fax: 3114646
E – Mail: mariadul@senado.br .

7) - COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL
(19 titulares e 19 suplentes)

Presidente: Senador Cristovam Buarque - PT
Vice-Presidente: Senador Eduardo Azeredo - PSDB

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Heráclito Fortes – PFL	1. César Borges – PFL
João Ribeiro – PFL	2. Edison Lobão – PFL
José Agripino – PFL	3. Maria do Carmo Alves – PFL
Marco Maciel – PFL	4. Rodolpho Tourinho – PFL
Romeu Tuma – PFL	5. Roseana Sarney – PFL
Alvaro Dias – PSDB	6. Tasso Jereissati – PSDB
Arthur Virgílio – PSDB	7. Lúcia Vânia – PSDB
Eduardo Azeredo – PSDB	8. Flexa Ribeiro – PSDB
PMDB	
Gilberto Mestrinho*	1. Ney Suassuna
Pedro Simon	2. Ramez Tebet
Mão Santa	3. Valdir Raupp
Hélio Costa	4. Valmir Amaral
Gerson Camata	5. Mário Calixto
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
Cristovam Buarque	1. Marcelo Crivella
Eduardo Suplicy	2. Flávio Arns
Mozarildo Cavalcanti	3. Aelton Freitas
Roberto Saturnino	4. Ana Julia Carepa
Sérgio Zambiasi	5. Fernando Bezerra
PDT	
Jefferson Peres	1. Osmar Dias

* O Senador Gilberto Mestrinho, indicado em 18.2.2005 pelo Ofício GLPMDB nº 23/2005, encontra-se licenciado de 7.11.2004 a 31.3.2005.

Secretária: Maria Lúcia Ferreira de Mello
Telefone 3113496 Fax: 3113546 – Plenário nº 7 – Ala Alexandre Costa
Reuniões: Quintas-feiras às 10:00 horas.
E – Mail: luciamel@senado.gov.br

**7.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROTEÇÃO DOS
CIDADÃOS BRASILEIROS NO EXTERIOR**

(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente: Senador

Vice-Presidente:

Relator:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
PMDB	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
PDT	

Secretária: Maria Lúcia Ferreira de Mello

Telefone 3113496 Fax: 3113546 – Plenário nº 7 – Ala Alexandre Costa

Reuniões: Quintas-feiras às 10:00 horas.

E – Mail: luciamel@senado.gov.br

7.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA AMAZÔNIA
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente:

Vice-Presidente:

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
PMDB	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
PDT	

Secretária: Maria Lúcia Ferreira de Mello
Telefone 3113496 Fax: 3113546 – Plenário nº 7 – Ala Alexandre Costa
Reuniões: Quintas-feiras às 10:00 horas.
E – Mail: luciamel@senado.gov.br

8) - COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA
(23 titulares e 23 suplentes)

Presidente: Senador Heráclito Fortes - PFL
Vice-Presidente: Senador Alberto Silva - PMDB

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Heráclito Fortes – PFL	1. Antonio Carlos Magalhães – PFL
João Ribeiro – PFL	2. César Borges – PFL
José Jorge – PFL	3. Jonas Pinheiro – PFL
Marco Maciel – PFL	4. Jorge Bornhausen – PFL
Rodolpho Tourinho – PFL	5. Maria do Carmo Alves – PFL
Leonel Pavan – PSDB	6. Flexa Ribeiro – PSDB
Sérgio Guerra – PSDB	7. Eduardo Azeredo – PSDB
Tasso Jereissati – PSDB	8. Almeida Lima – PSDB
Teotônio Vilela Filho – PSDB	9. Arthur Virgílio – PSDB
PMDB	
Gerson Camata	1. Ney Suassuna
Alberto Silva	2. Luiz Otávio
Valdir Raupp	3. Pedro Simon
Valdir Amaral	4. João Batista Motta
Gilberto Mestrinho*	5. Mário Calixto
Mão Santa	6. Romero Jucá
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
Delcídio Amaral	1. Roberto Saturnino
Francisco Pereira	2. Paulo Paim
João Capiberibe	3. Fernando Bezerra
Mozarildo Cavalcanti	4. Fátima Cleide
Serys Selhessarenko	5. Sérgio Zambiasi
Siba Machado	6. (vago)
Aelton Freitas	7. (vago)
PDT	
Juvêncio da Fonseca	1. Augusto Botelho

* O Senador Gilberto Mestrinho, indicado em 18.2.2005 pelo Ofício GLPMDB nº 23/2005, encontra-se licenciado de 7.11.2004 a 31.3.2005.

Secretário: Celso Parente
Reuniões: Terças – Feiras às 14:00 horas. – Plenário nº 13 – Ala Alexandre Costa
Telefone: 3114607 Fax: 3113286
E – Mail: cantony@senado.gov.br.

9) - COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO
(17 titulares e 17 suplentes)

Presidente: Senador Tasso Jereissati - PSDB
Vice-Presidente: Senadora Ana Júlia Carepa - PT

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Antonio Carlos Magalhães – PFL	1. Demóstenes Torres – PFL
César Borges – PFL	2. João Ribeiro – PFL
Rodolpho Tourinho – PFL	3. Roseana Sarney – PFL
Leonel Pavan – PSDB	4. Reginaldo Duarte – PSDB
Tasso Jereissati – PSDB	5. Lúcia Vânia – PSDB
Teotônio Vilela Filho – PSDB	6. Sérgio Guerra – PSDB
PMDB	
Gilberto Mestrinho*	1. Ney Suassuna
Papaléo Paes	2. Valdir Raupp
Garibaldi Alves Filho	3. Luiz Otávio
José Maranhão	4. Mão Santa
Maguito Vilela	5. Leomar Quintanilha
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
Ana Júlia Carepa	1. João Capiberibe
Fátima Cleide	2. Delcídio Amaral
Fernando Bezerra	3. Siba Machado
Mozarildo Cavalcanti	4. Sérgio Zambiasi
Patrícia Saboya Gomes	5. Aelton Freitas
PDT	
Jefferson Peres	1. Augusto Botelho

* O Senador Gilberto Mestrinho, indicado em 18.2.2005 pelo Ofício GLPMDB nº 23/2005, encontra-se licenciado de 7.11.2004 a 31.3.2005.

10) - COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA
(17 titulares e 17 suplentes)

Presidente:
Vice-Presidente:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Alvaro Dias – PSDB	1. Reginaldo Duarte – PSDB
Flexa Ribeiro – PSDB	2. Lúcia Vânia – PSDB
Sérgio Guerra – PSDB	3. Leonel Pavan – PSDB
Jonas Pinheiro – PFL	4. Edison Lobão – PFL
Marco Maciel – PFL	5. Heráclito Fortes – PFL
Roseana Sarney – PFL	6. Rodolpho Tourinho – PFL
PMDB	
Ramez Tebet	1. Hélio Costa
Pedro Simon	2. Mário Calixto
Leomar Quintanilha	3. João Batista Motta
Gerson Camata	4. Mão Santa
Maguito Vilela	5. Valdir Raupp
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
Flávio Arns	1. Serys Slhessarenko
Aelton Freitas	2. Delcídio Amaral
Sibá Machado	3. Francisco Pereira
Ana Júlia Carepa	4. Sérgio Zambiasi
Antônio Carlos Valadares	5. (vago)
PDT	
Osmar Dias	1. Juvêncio da Fonseca

CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR
(Resolução do Senado Federal nº 20/93)

COMPOSIÇÃO
(Eleita na Sessão do Senado Federal de 13/03/2003)

1ª Eleição Geral: 19.04.1995

2ª Eleição Geral: 30.06.1999

3ª Eleição Geral: 27.06.2001

4ª Eleição Geral: 13.03.2003

Presidente: Senador JOÃO ALBERTO SOUZA ¹³
Vice-Presidente: Senador DEMÓSTENES TORRES ²

PMDB					
Titulares	UF	Ramal	Suplentes	UF	Ramal
(Vago) ¹⁰			1. Ney Suassuna	PB	4345
João Alberto Souza	MA	1411	2. Pedro Simon	RS	3232
Ramez Tebet	MS	2222	3. Gerson Camata ¹¹	ES	3256
Luiz Otávio	PA	3050	4. Alberto Silva	PI	3055
PFL ⁵					
Paulo Octávio	DF	2011	1. Jonas Pinheiro	MT	2271
Demóstenes Torres	GO	2091	2. César Borges ⁴	BA	2212
Rodolpho Tourinho	BA	3173	3. Maria do Carmo Alves ¹²	SE	1306
PT ¹					
Heloísa Helena ¹⁴	AL	3197	1. Ana Julia Carepa	PA	2104
Sibá Machado	AC	2184	2. Fátima Cleide	RO	2391
(vago) ⁸			3. Eduardo Suplicy ³	SP	3213
PSDB ⁵					
Sérgio Guerra	PE	2385	1. (Vago) ¹⁶		
Antero Paes de Barros	MT	4061	2. Arthur Virgílio	AM	1201
PDT					
Juvêncio da Fonseca ⁷	MS	1128	1. Augusto Botelho	RR	2041
PTB ¹					
(Vago) ⁶			1. Fernando Bezerra	RN	2461
PSB ¹ , PL ¹⁻¹⁵ e PPS					
Magno Malta (PL)	ES	4161	1. (Vago) ⁹		
Corregedor do Senado (Membro nato – art. 25 da Resolução nº 20/93)					
Senador Romeu Tuma (PFL/SP)					2051

(atualizada em 09.08.2004)

Notas:

¹ Partidos pertencentes ao **Bloco de Apoio ao Governo** (PT/PTB/PSB/PL), constituído na Sessão do SF de 1.2.2003.

² Eleito Vice-Presidente em 18.3.2003, na 1ª Reunião do Conselho.

³ Eleito na Sessão do SF de 18.3.2003.

⁴ Eleito na Sessão do SF de 19.3.2003.

⁵ Partidos pertencentes à **Liderança Parlamentar da Minoria** (PFL/PSDB), constituída na Sessão do SF de 29.4.2003.

⁶ Vaga ocupada pelo Senador **Geraldo Mesquita Júnior** (Bloco/PSB-AC) até 6.5.2003, quando anunciou, em Plenário, seu desligamento do Conselho, formalizado em comunicação lida na Sessão do SF de 8.5.2003.

⁷ Vaga ocupada pelo Senador **Jefferson Péres** (PDT-AM) até 7.5.2003, quando anunciou, em Plenário, seu desligamento do Conselho, formalizado em comunicação lida na Sessão do SF de 8.5.2003. O Senador **Juvêncio da Fonseca** foi designado para essa vaga na Sessão do SF de 01.10.2003.

⁸ Vaga ocupada pelo Senador **Flávio Arns** (Bloco/PT-PR) até 8.5.2003, quando se desligou do Conselho, conforme comunicação lida na Sessão do SF desse dia. O Senador **Eurípedes Camargo** (Bloco PT-DF) foi eleito para essa vaga na Sessão do SF de 03.12.2003 e deixou o exercício do mandato em 23.1.2004, em decorrência do retorno do titular.

⁹ Vaga ocupada pelo Senador **Marcelo Crivella** (Bloco PL-RJ) até 13.8.2003, quando se desligou do Conselho, conforme comunicação lida na Sessão do SF dessa data.

¹⁰ Vaga ocupada pelo Senador **Juvêncio da Fonseca** (PDT-MS) até 01.10.2003, quando foi designado, em Plenário, para a vaga do PDT, partido ao qual se filiou em 11.09.2003.

¹¹ Desfilou-se do PMDB em 15.9.2003, conforme comunicação lida na Sessão do SF dessa data.

¹² Vaga ocupada pelo Senador **Renildo Santana** (PFL-SE), no período de 19.3 a 15.9.2003. A Senadora **Maria do Carmo Alves** (PFL-SE) foi eleita para essa vaga na Sessão do SF de 18.9.2003.

¹³ Eleito Presidente do Conselho na 9ª Reunião, realizada em 12.11.2003, para completar o mandato exercido pelo Senador **Juvêncio da Fonseca**, que renunciou ao cargo em 25.09.2003.

¹⁴ Na Sessão de 29.01.2004, foi lido o Ofício nº 039/04-GLDBAG, de 29.1.2004, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo, comunicando o desligamento da Senadora do Partido dos Trabalhadores.

¹⁵ Desligou-se do Bloco de Apoio ao Governo, conforme comunicação lida na Sessão do SF de 13.04.2004.

¹⁶ O Senador Reginaldo Duarte deixou o exercício do mandato em 03.08.2004 em razão do retorno do titular, Senador Luiz Pontes

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP) - Telefones: 311-4561 e 311-5255

sscop@senado.gov.br; www.senado.gov.br/etica

CORREGEDORIA PARLAMENTAR
(Resolução nº 17, de 1993)

COMPOSIÇÃO

Senador Romeu Tuma (PFL-SP)	Corregedor
Senador Hélio Costa (PMDB-MG)	1º Corregedor Substituto
Senador Delcídio Amaral (PT-MS)	2º Corregedor Substituto
Senador Teotônio Vilela Filho (PSDB-AL)	3º Corregedor Substituto

Composição atualizada em 25.03.2004

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)
Telefones: 311-4561 e 311-5259
sscop@senado.gov.br

PROCURADORIA PARLAMENTAR

(Resolução do Senado Federal nº 40/95)

1ª Designação: 16.11.1995

2ª Designação: 30.06.1999

3ª Designação: 27.06.2001

4ª Designação: 25.09.2003

COMPOSIÇÃO

SENADORES	PARTIDO	ESTADO	RAMAL
Vago			
Demóstenes Torres	Bloco/PFL	GO	2091
(aguardando indicação)			
(aguardando indicação)			
(aguardando indicação)			

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)

Telefones: 311-4561 e 311-5259

sscop@senado.gov.br

CONSELHO DO DIPLOMA MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ

Constituído pela Resolução nº 2, de 2001, oriunda do Projeto de Resolução nº 25, de 1998,
aprovado na Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal do dia 15.3.2001

COMPOSIÇÃO

1ª Designação Geral : 03.12.2001

2ª Designação Geral: 26.02.2003

Presidente: Senadora Serys Slhessarenko
Vice-Presidente: Senador Geraldo Mesquita Júnior

PMDB
Senador Papaléo Paes (AP)
PFL
Senadora Roseana Sarney (MA)
PT
Senadora Serys Slhessarenko (MT)
PSDB
Senadora Lúcia Vânia (GO)
PDT
Senador Augusto Botelho (RR)
PTB
Senador Sérgio Zambiasi (RS)
PSB
Senador Geraldo Mesquita Júnior (AC) - Sem partido
PL
Senador Magno Malta (ES)
PPS
Senadora Patrícia Saboya Gomes (CE)

Atualizada em 09.03.2005

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)

Telefones: 311-4561 e 311-5259

sscop@senado.gov.br

CONSELHO DA ORDEM DO CONGRESSO NACIONAL

(Criado pelo Decreto Legislativo nº 70, de 23.11.1972)

(Regimento Interno baixado pelo Ato nº 1, de 1973-CN)

COMPOSIÇÃO

Presidente nato: Presidente do Senado Federal, Senador Renan Calheiros

CÂMARA DOS DEPUTADOS	SENADO FEDERAL
<u>PRESIDENTE</u> Deputado Severino Cavalcanti (PP-PB)	<u>PRESIDENTE</u> Senador Renan Calheiros (PMDB-AL)
<u>1º VICE-PRESIDENTE</u> Deputado José Thomaz Nonô (PFL-AL)	<u>1º VICE-PRESIDENTE</u> Senador Tião Viana (PT/AC)
<u>2º VICE-PRESIDENTE</u> Deputado Ciro Nogueira (PP-PI)	<u>2º VICE-PRESIDENTE</u> Senador Antero Paes de Barros (PSDB-MT)
<u>1º SECRETÁRIO</u> Deputado Inocêncio Oliveira (PMDB-PE)	<u>1º SECRETÁRIO</u> Senador Efraim Moraes (PFL-PB)
<u>2º SECRETÁRIO</u> Deputado Nilton Capixaba (PTB-RO)	<u>2º SECRETÁRIO</u> Senador João Alberto Souza (PMDB-MA)
<u>3º SECRETÁRIO</u> Deputado Eduardo Gomes (PSDB-TO)	<u>3º SECRETÁRIO</u> Senador Paulo Octávio (PFL-DF)
<u>4º SECRETÁRIO</u> Deputado João Caldas (PL-AL)	<u>4º SECRETÁRIO</u> Senador Eduardo Siqueira Campos (PSDB-TO)
<u>LÍDER DA MAIORIA</u> Deputado Professor Luizinho (PT-SP)	<u>LÍDER DA MAIORIA</u> Senador Ney Suassuna (PMDB-PB)
<u>LÍDER DA MINORIA</u> Deputado José Carlos Aleluia (PFL/BA)	<u>LÍDER DA MINORIA</u> Senador Sérgio Guerra (PSDB-PE)
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E CIDADANIA</u> Deputado Antonio Carlos Biscaia (PT-RJ)	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA</u> Senador Antonio Carlos Magalhães (PFL – BA)
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u> Deputado Aroldo Cedraz (PFL-BA)	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u> Senador Cristovam Buarque (PT – DF)

Atualizado em 03.03.2005

**CONGRESSO NACIONAL
CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL
(13 titulares e 13 suplentes)**

(Criado pela Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991)
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 1, de 2004)

Presidente: ARNALDO NISKIER
Vice-Presidente: LUIZ FLÁVIO B. D'URSO

LEI Nº 8.389/91, ART. 4º	TITULARES	SUPLENTE
Representante das empresas de rádio (inciso I)	PAULO MACHADO DE CARVALHO NETO	EMANUEL SOARES CARNEIRO
Representante das empresas de televisão (inciso II)	GILBERTO CARLOS LEIFERT	ANTÔNIO DE PÁDUA TELES DE CARVALHO
Representante de empresas da imprensa escrita (inciso III)	PAULO TONET CAMARGO	SIDNEI BASILE
Engenheiro com notório conhecimento na área de comunicação social (inciso IV)	FERNANDO BITTENCOURT	ROBERTO DIAS LIMA FRANCO
Representante da categoria profissional dos jornalistas (inciso V)	DANIEL KOSLOWSKY HERZ	CELSO AUGUSTO SCHÖDER
Representante da categoria profissional dos radialistas (inciso VI)	EURÍPEDES CORRÊA CONCEIÇÃO	MÁRCIO LEAL
Representante da categoria profissional dos artistas (inciso VII)	BERENICE ISABEL MENDES BEZERRA	STEPAN NERCESSIAN
Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo (inciso VIII)	GERALDO PEREIRA DOS SANTOS	ANTÔNIO FERREIRA DE SOUSA FILHO
Representante da sociedade civil (inciso IX)	DOM ORANI JOÃO TEMPESTA	SEGISNANDO FERREIRA ALENCAR
Representante da sociedade civil (inciso IX)	ARNALDO NISKIER	GABRIEL PRIOLLI NETO
Representante da sociedade civil (inciso IX)	LUIZ FLÁVIO BORGES D'URSO	PHELIPPE DAOU
Representante da sociedade civil (inciso IX)	ROBERTO WAGNER MONTEIRO	FLÁVIO DE CASTRO MARTINEZ
Representante da sociedade civil (inciso IX)	JOÃO MONTEIRO DE BARROS FILHO	PAULO MARINHO

- 1ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 5.6.2002
- 2ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 22.12.2004

CONGRESSO NACIONAL
CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL
(Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991)
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 1, de 2004)

COMISSÕES DE TRABALHO

01 - Comissão de Regionalização e Qualidade da Programação
aguardando designação

02 - Comissão de Tecnologia Digital
aguardando designação

03 - Comissão de Radiodifusão Comunitária
aguardando designação

04 - Comissão de TV a Cabo
aguardando designação

05 - Comissão de Concentração na Mídia
aguardando designação

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)
Telefones: (61) 311-4561 e 311-5259
sscop@senado.gov.br
www.senado.gov.br/ccs

COMISSÃO PARLAMENTAR CONJUNTA DO MERCOSUL

Representação Brasileira

COMPOSIÇÃO

16 Titulares (8 Senadores e 8 Deputados) e 16 Suplentes (8 Senadores e 8 Deputados)

Mesa Diretora eleita em 28.05.2003

Presidente: Deputado DR. ROSINHA	Vice-Presidente: Senador PEDRO SIMON
Secretário-Geral: Senador RODOLPHO TOURINHO	Secretário-Geral Adjunto: Deputado ROBERTO JEFFERSON

MEMBROS NATOS ⁽¹⁾	
Senador EDUARDO SUPPLY Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado Federal	Deputada ZULAIÊ COBRA Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da Câmara dos Deputados

SENADORES

TITULARES	SUPLENTES
BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT – PTB – PSB)	
IDELI SALVATTI (PT/SC)	1. FLÁVIO ARNS (PT/PR)
SÉRGIO ZAMBIASI (PTB/RS)	2. ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB/SE)
PMDB	
PEDRO SIMON (PMDB/RS)	1. LUIZ OTÁVIO (PMDB/PA)
ROMERO JUCA (PMDB/RR)	2. SÉRGIO CABRAL (PMDB/RJ)
PFL	
JORGE BORNHAUSEN (PFL/SC)	1. JOSÉ JORGE (PFL/PE)
RODOLPHO TOURINHO (PFL/BA)	2. ROMEU TUMA (PFL/SP)
PSDB	
EDUARDO AZEREDO (PSDB/MG)	1. LEONEL PAVAN (PSDB/SC)
PDT	
JEFFERSON PÉRES (PDT/AM)	Vago
PPS	
MOZARILDO CAVALCANTI (PPS/RR)	1. JOÃO BATISTA MOTTA (PMDB/ES)

DEPUTADOS

TITULARES	SUPLENTES
PT	
DR. ROSINHA (PT/PR)	1. PAULO DELGADO (PT/MG)
PFL	
GERVÁSIO SILVA (PFL/SC)	1. PAULO BAUER (PFL/SC)
PMDB	
OSMAR SERRAGLIO (PMDB/PR)	1. EDISON ANDRINO (PMDB/SC)
PSDB	
EDUARDO PAES (PSDB/RJ)	1. JULIO REDECKER (PSDB/RS)
PPB	
LEODEGAR TISCOSKI (PPB/SC)	1. CELSO RUSSOMANO (PPB/SP)
PTB	
ROBERTO JEFFERSON (PTB/RJ)	1. ARNALDO FARIA DE SA (PTB/SP)
PL	
OLIVEIRA FILHO (PL/PR)	1. WELINTON FAGUNDES (PL/MT)
PSB	
INÁCIO ARRUDA (PCdoB/CE)	1. JAMIL MURAD (PCdoB/SP)
PPS	
JOÃO HERRMANN NETO (PPS/SP)	1. CLÁUDIO MAGRÃO (PPS/SP)

Secretaria: Câmara dos Deputados - Anexo II - Sala T/28 – 70160-900 Brasília – DF / Brasil

Telefone: (55) (61) 318-8232 Fax: (55) (61) 318-2154

cpcm@camara.gov.br

www.camara.gov.br/mercosul

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE
INTELIGÊNCIA

(Art. 6º da Lei nº 9.883, de 1999)

-

COMPOSIÇÃO

Presidente: Senador CRISTOVAM BUARQUE

CÂMARA DOS DEPUTADOS	SENADO FEDERAL
<u>LÍDER DA MAIORIA</u> PAULO ROCHA PT-PA	<u>LÍDER DA MAIORIA</u> NEY SUASSUNA PMDB-PB
<u>LÍDER DA MINORIA</u> JOSÉ CARLOS ALELUIA PFL/BA	<u>LÍDER DA MINORIA</u> SÉRGIO GUERRA PSDB-PE
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u> AROLDO CEDRAZ PFL-BA	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u> CRISTOVAM BUARQUE PT-DF

Atualizado em 15.03.2005

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)
Telefones: 311-4561 e 311- 5255
sscop@senado.gov.br
www.senado.gov.br/ccai

CONGRESSO NACIONAL
CONSELHO DO “DIPLOMA DO MÉRITO EDUCATIVO DARCY
RIBEIRO”

Constituído pela Resolução nº 2, de 1999-CN, regulamentada pelo Ato Conjunto dos
Presidentes do Senado Federal e da Câmara dos Deputados nº 2, de 2001

Composição

(AGUARDANDO DESIGNAÇÃO)

Presidente: RENAN CALHEIROS⁽¹⁾

Deputados	Senadores
	Renan Calheiros ⁽²⁾

Atualizada em 24.2.2005

Notas:

⁽¹⁾ Presidência exercida pelo Presidente do Congresso Nacional, até que o Conselho realize eleição para esse fim, nos termos do art. 3º e parágrafo único da Resolução nº 2, de 1999-CN.

⁽²⁾ Membro nato, nos termos do art. 3º da Resolução nº 2, de 1999-CN.

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)
Telefones: 311-4561 e 311-5255
sscop@senado.gov.br



EDIÇÃO DE HOJE: 166 PÁGINAS